



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

BÁRBARA LEAL RODRIGUES

FEMINISMO DO EXTREMO NORTE: trajetórias e reivindicações do Departamento
Paraense pelo Progresso Feminino (Belém/PA, 1931–1937)

BELÉM-PA
2023

BÁRBARA LEAL RODRIGUES

**FEMINISMO DO EXTREMO NORTE: trajetórias e reivindicações do Departamento
Paraense pelo Progresso Feminino (Belém/PA, 1931–1937)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Linha de Pesquisa: População, Família, Migração e Gênero.

Orientador: Prof. Dr. Ipojucan Dias Campos

BELÉM-PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficcat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696f Rodrigues, Bárbara Leal.
 Feminismo do Extremo Norte : trajetórias e reivindicações
 do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (Belém/PA,
 1931-1937) / Bárbara Leal Rodrigues. — 2023.
 263 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Dr. Ipojucan Dias Campos
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
 Graduação em História, Belém, 2023.

 1. Departamento Paraense pelo Progresso Feminino. 2.
 Feminismo. 3. Extremo Norte. 4. Direitos. 5. Trajetórias. I. Título.

CDD 981.061

BÁRBARA LEAL RODRIGUES

**FEMINISMO DO EXTREMO NORTE: trajetórias e reivindicações do Departamento
Paraense pelo Progresso Feminino (Belém/PA, 1931–1937)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial necessário à obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Data da Avaliação: ____ / ____ / ____.

Conceito: _____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ipojucan Dias Campos
(Orientador – PPHIST/UFPA)

Profa. Dra. Cristina Donza Cancela
(Membro Interno – PPHIST/UFPA)

Profa. Dra. Ana Lídia Nauar
(Membro Externo – UEPA)

Profa. Dra. Letícia Souto Pantoja
(Membro Externo – UNIFESSPA)

Para as mulheres da minha vida: Bia (irmã),
Andréia (mãe) e Maria (avó). Com elas, nunca
trilhei e nem trilharei só.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao Programa de Pós-graduação em História (PPHIST), pela oportunidade e engrandecimento enquanto pesquisadora. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa. Antes dessas, à querida Universidade do Estado do Pará (UEPA) e ao curso de Licenciatura em História, por minha formação profissional e primeiras experiências na área educacional.

Esta dissertação não seria possível sem algumas pessoas ao meu lado.

À minha família, pelo contínuo apoio e orgulho, espero fazer jus.

À minha irmã, amiga e confidente, Beatriz, que fez e faz por mim mais do que devia. Por me ouvir e aconselhar quando as inseguranças, os medos e os receios sobressaem. Principalmente, por sempre estar ao meu lado.

À minha mãe, fortaleza desta família, Andréia, que se sacrificou mais do que devia por suas filhas e nunca conseguirei retribuir na mesma medida. Por me oportunizar o melhor que podia, experiências essenciais para eu chegar aqui.

E à minha avó, corajosa e teimosa, Maria, por sempre nos incentivar aos estudos, acreditando que a educação nos trairia grandes conquistas (e trouxe!). Embora o tempo esteja sendo cruelmente agridoce conosco, suas memórias serão preservadas pelas outras Rodrigues.

Antes éramos quatro e, finalmente, voltamos a ser.

Ao Marcos, pelo companheirismo e afeto. A pessoa que mais ouviu sobre minhas descobertas, queixas e devaneios do meu processo de pesquisa. Por sempre me escutar e contribuir desde quando esta dissertação ainda era apenas uma ideia de projeto; por ler todas as versões e os esboços dos meus escritos; e pelos inúmeros compartilhamentos de bibliografia, de documentação e de pensamentos. Espero ter retribuído igualmente.

Ao prof. Dr. Ipojuacan Campos, por suas orientações, exigências e inúmeras devolutivas detalhadas dos meus escritos. Tal processo resultou em constantes revisões e engrandecimento desta dissertação.

Por fim, mas não menos importante, aos meus amigos desde a graduação, Alana e Lucas. Pelas conversas, risadas e trocas. Por compartilharmos memórias, sentimentos e experiências. É como dizem, o que a UEPA uniu, ninguém separa (risos).

Uma história feminista, portanto, é também uma história de desobediência, da violência à qual nos expomos por acharmos que alguma coisa está errada.

Podemos pensar na história feminista como uma história de mulheresafiadas. Talvez pensemos que o que sai de nossa boca conta essa história. Pode ser que nossa língua se torneafiada, que fale por nós, em nossa luta para reagir e para nos manifestar.

(AHMED, 2022, p. 124 e 300).

RESUMO

A dissertação visa analisar as trajetórias e as reivindicações do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (DPPF), em Belém, entre 1931 a 1937. Em específico, tem como argumento central a formação e a caracterização de um feminismo extremo-nortista, a partir da diversidade e das particularidades do grupo e das suas integrantes. Compreendê-lo em sua complexidade, a partir das estratégias empregadas, dos desafios enfrentados e das diversidades internas, além de problematizar os temas propagados e os direitos pleiteados. Por conseguinte, na configuração de Filial Estadual no Pará da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), organização feminista do Rio de Janeiro, o grupo paraense apresentou características semelhantes da instituição matriz e singularidades locais, de acordo com as experiências e as oportunidades vivenciadas, definidoras de um Feminismo do Extremo Norte. O período demarca os anos de maior atividade e publicidade do Departamento, desde sua fundação em 1931 até a reestruturação política com a instalação do Estado Novo, em 1937, onde ocasionou o enfraquecimento e o esvaziamento das mobilizações feministas nacionais. Dessa forma, há em perspectiva as movimentações do DPPF em múltiplos âmbitos, nacional/local e individual/coletivo. Nesse intuito, a pesquisa busca empreender uma micro-história política das feministas belenenses, representadas no Departamento Paraense, ao analisar as configurações sociopolíticas, as escolhas e as ambiguidades nas vivências e nas percepções das integrantes do DPPF. A partir do cruzamento crítico documental, principalmente dos jornais e das correspondências, identificou-se a participação do grupo em campanhas nacionais, com destaque para os momentos de reformulação legislativa, na ampliação e na consolidação dos direitos às mulheres: o Código Eleitoral (1932) e a Assembleia Nacional Constituinte (1933/1934). Simultaneamente, com suas atividades e demandas locais, na consolidação e na propagação do feminismo na capital paraense; ressalta-se a individualidade das integrantes, por meio dos seus escritos e atuações feministas, políticas e profissionais. Tais questões tornam-se intrínsecas à coletividade, ao reivindicarem pela tríade do feminismo – voto, educação e trabalho – atrelado com suas demandas e outros eixos pleiteados; demonstrando a diversidade feminista, na composição de suas associadas, nas temáticas requeridas e nos conflitos vivenciados.

Palavras-chave: Departamento Paraense pelo Progresso Feminino; Feminismo; Extremo Norte; Direitos; Trajetórias.

ABSTRACT

The dissertation aims to analyze the trajectories and demands of the Paraense Department for Female Progress (DPPF), in Belém, between 1931 and 1937. Specifically, its central argument is the formation and characterization of an extreme-northern feminism, based on diversity and the particularities of the group and its members. Understand it in its complexity, based on the strategies employed, the challenges faced and the internal diversities, in addition to problematizing the themes propagated and the rights claimed. State branch in Pará of the Brazilian Federation for Female Progress (FBPF), a feminist organization from Rio de Janeiro, the group from Pará presented similar characteristics to the parent institution and local singularities, in accordance with the experiences and opportunities experienced, defining an Extreme Feminism North. The period marks the years of greatest activity and publicity of the Department, from its foundation in 1931 until the political restructuring with the installation of the New State, in 1937, which caused the weakening and emptying of national feminist mobilizations. In this way, the movements of the DPPF at multiple levels, national/local and individual/collective, are put into perspective. With this in mind, the research seeks to undertake a political micro-history of Belenese feminists, represented in the Paraense Department, by analyzing the socio-political configurations, choices and ambiguities in the experiences and perceptions of DPPF members. Based on the critical cross-referencing of documents, mainly newspapers and correspondence, the group's participation in national campaigns was identified, with emphasis on the moments of legislative reformulation, the expansion and consolidation of women's rights: the Electoral Code (1932) and the National Constituent Assembly (1933/1934). At the same time, with their local activities and demands, in the consolidation and propagation of feminism in the capital of Pará, the individuality of the members is highlighted, through their feminist, political and professional writings and actions. These issues become intrinsic to the collective, as they demand the triad of feminism – voting, education and work – linked to their demands and other axes pleaded; demonstrating the feminist diversity in the composition of its members, the themes demanded and the conflicts experienced.

Keywords: Paraense Department for Female Progress; Feminism; Extreme-northern Rights; Trajectories.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Ficha de inscrição no II Congresso Internacional Feminista	42
Imagem 2 – Homenagem do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino à Maria Sabina	99
Imagem 3 – Almerinda Farias Gama preparando “chapas” para a votação	118
Imagem 4 – Retrato de Maria Antonieta da Serra Freire e Pontes	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conselho Diretor Provisório	45
Quadro 2 – Correspondentes da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934	87
Quadro 3 – Comparativo do ensino primário do Estado do Pará de 1930 a 1938	127
Quadro 4 – Mapeamento das integrantes do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino	165
Quadro 5 – Famílias e maridos das integrantes do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino	171
Quadro 6 – Profissões das integrantes do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino	178

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
CFT	Concentração Feminina do Trabalho
CMA	Centro de Memória da Amazônia
DPPF	Departamento Paraense pelo Progresso Feminino
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FTP	Federação do Trabalho do Pará
FUP	Frente Única Paraense
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência à Infância
LEC	Liga Eleitoral Católica
PL	Partido Liberal
SIAN	Sistema de Informação do Arquivo Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS FEMINISTAS	28
1.1 Adesão e fundação do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino.....	28
1.2 Feministas nos meios de comunicação: estratégias e desafios	53
1.3 Articulações sócio-políticas feministas: colaborações e ideais em comum	76
CAPÍTULO 2	
PROPAGAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS	102
2.1 Voto feminino e participação política institucionalizada	102
2.2 Atuações e defesas no âmbito educacional	125
2.3 Direitos trabalhistas e políticas assistencialistas.....	146
CAPÍTULO 3	
DIVERSIDADE E DIVERGÊNCIAS NO FEMINISMO	165
3.1 Trajetórias das feministas amazônidas.....	165
3.2 Conflitos feministas, sobre desavenças pessoais e políticas	192
3.3 Antifeministas e disputas simbólicas: público e privado	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	240
REFERÊNCIAS.....	245
FONTES	245
BIBLIOGRAFIA	250
ANEXO A – FOTOGRAFIAS DAS INTEGRANTES DO DEPARTAMENTO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO	260

INTRODUÇÃO

A formulação e o desenvolvimento desta pesquisa podem ser definidos por duas frases de autoras distintas, ambas representam momentos específicos e transferem o anseio desta dissertação. A primeira é demarcada pelo tempo de escrita do Trabalho de Conclusão de Curso em História (2020-2021), em plena pandemia de Covid-19, onde as palavras de Gerda Lerner trouxeram confiança ao processo de construção da monografia. Em seu livro *A criação do patriarcado*, ela diz: “A falta de conhecimento das mulheres sobre a própria história de luta e conquistas é um dos principais meios de nos manter subordinadas”.¹ No momento lido, esse trecho traduziu os meus objetivos em começar a pesquisar a História dos Feminismos Paraenses. Especificamente, refletiu os interesses de uma jovem feminista e as inquietações de uma graduanda ao estudar a História dos Feminismos e ser bombardeada, primeiramente, por informações sobre as norte-americanas e europeias; e depois, sobre as brasileiras restritas ao Rio de Janeiro e São Paulo. A partir dessas leituras, questionou-se sobre a ausência da região Norte e a carência referente ao Pará.

Consequentemente, comecei a estudar o início do feminismo paraense e a conhecer a história de luta das belenenses e suas conquistas. Assim, concretizou-se a monografia *Vale a pena ser feminista? Debates sobre o feminismo em Belém/PA (1922 – 1937)*, visando analisar as manifestações dos feminismos belenenses, principalmente na imprensa.² A pesquisa propiciou o conhecimento sobre as mulheres reivindicando a emancipação feminina desde o século XIX, das suas articulações políticas no início do século XX e da existência do primeiro grupo autointitulado feminista de Belém, em 1931, o Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (DDPF). Vale salientar, muitas informações sobre as movimentações das mulheres belenenses advieram da obra de Maria Luzia Álvares, *Saias, laços & ligas*.³ Sua pesquisa tornou-se referência importantíssima para a monografia e a dissertação, cujas análises possibilitaram um amplo conhecimento sobre as vivências femininas das classes médias e altas, além de ser um dos poucos trabalhos a tratar sobre o DDPF.

Nesse ínterim, as pesquisas nos arquivos digitais intensificaram-se e descobriu-se no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) o fundo da Federação Brasileira pelo

¹ LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Editora Cultrix, 2019, p. 277.

² RODRIGUES, Bárbara Leal. *Vale a pena ser feminista? Debates sobre o feminismo em Belém/PA (1922-1937)*. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021.

³ ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Saias, laços & ligas*: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses - 1910/1937). Belém: Editora Paka-Tatu, 2020.

Progresso Feminino (FBPF) digitalizado, onde se encontravam as correspondências do Departamento Paraense. Devido à ampla documentação e os objetivos do trabalho era inviável tratar de forma satisfatória a complexidade do grupo feminista, conseqüentemente, transformou-se em motivação para elaborar o projeto de pesquisa ao mestrado. Essas fontes digitalizadas possibilitaram outras perspectivas de análises, diferenciando dos estudos sobre o Departamento realizados por Maria Luzia Álvares, devido à escassez de documentação nos arquivos belenenses, cuja presença do grupo era identificada apenas nos jornais conservados na hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

A partir desse percurso, chega-se na segunda frase definidora, escrita por Sara Ahmed, em seu livro *Viver uma vida feminista*: “As histórias que nos levam ao feminismo são as que nos deixam frágeis. [...] O trabalho feminista costuma ser um trabalho de memória”.⁴ Enquanto o primeiro trecho transporta ao fim da graduação e ao início do mestrado, o segundo define o tempo de amadurecimento da escrita e o da finalização desta pós-graduação. Lido após a qualificação, com metade da dissertação escrita, refletiu os sentimentos e as experiências de uma (ainda) jovem feminista, cujo acompanhamento de tantas trajetórias e vivências estavam me marcando. Analisar essas mulheres e suas mobilizações trouxe mais desafios do que inicialmente esperado. Em primeiro lugar, situar-me entre a proximidade e o distanciamento com a temática, de início acreditava-se ser fácil, pela caracterização e recuo temporal do tipo de feminismo praticado. Todavia, ler repetidas vezes seus escritos, com suas frustrações, seus anseios e suas esperanças, ou nas sucessivas investigações de suas vidas, na tentativa de tirá-las do apagamento histórico, propiciou um sentimento de familiaridade ou quase de intimidade com essas mulheres.

Por conseguinte, era continuamente reforçado o caráter historiográfico para não resvalar na dicotomia Heroína/Vilã ou Revolucionária/Conservadora e para que suas frustrações com a sociedade vivida, não se tornasse as minhas frustrações. Embora o rigor, seria impossível conter esses sentimentos ao perceber a continuidade de algumas reivindicações nos feminismos, mesmo após quase um século, ou a manutenção dos mesmos discursos antifeministas e das estruturas cerceadoras. Assim, estudar o feminismo era, ao mesmo tempo, estudar um percurso de dificuldades, de intrigas e de derrotas, e um caminho de resiliência, de conquistas e de companheirismo.

Dessa forma, embasa-se nos escritos feministas na busca por definir e introduzir esta dissertação, ao ressaltar as lutas dessas mulheres e o anseio de reavivá-las na memória do

⁴ AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu, 2022, p. 47.

movimento feminista. A partir dessa perspectiva, a dissertação visa analisar as trajetórias e as reivindicações do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino, em Belém, entre 1931 a 1937, a partir disso, tem-se a compreensão do grupo tanto como uma instituição, representativa de um movimento local, quanto constituído por suas integrantes, cujas interpretações narrativas sobressaem. Dessa forma, a intenção é a de compreendê-lo em sua complexidade, ou seja, as estratégias empregadas, os desafios enfrentados e as diversidades internas, além de problematizar os temas propagados e os direitos pleiteados.

Tais questões direcionam-se aos primeiros e mais movimentados anos do grupo, por compreender duas fases de atuação. A primeira e a selecionada à pesquisa, entre 1931 e 1937, caracteriza-se por suas principais mobilizações e conquistas, com as participações na implementação e na ampliação dos direitos às mulheres. Enquanto a segunda, identificada até 1944 (último registro localizado),⁵ apresenta-se de forma antagônica à primeira, devido à pouca visibilidade recebida nos impressos e a parca documentação preservada. Contudo, a permanência do funcionamento do grupo, em mais de uma década, sugere uma determinação das paraenses em continuar no movimento feminista, mesmo em meios adversos.

Fundado em 21 de junho de 1931, o início temporal da pesquisa parte das primeiras mobilizações das belenenses na tentativa de formar uma instituição feminista na cidade, com a ambição pré-estabelecida de articularem-se com o movimento nacional, visto à comunicação antecedente com as feministas do Rio de Janeiro. Em delimitação ao fim do período pesquisado, o ano de 1937 justifica-se com a implementação do Estado Novo por Getúlio Vargas, instituindo um governo autoritário e uma série de reformas políticas, como o fechamento do Congresso, a proibição de organizações políticas (permitido apenas associações de caráter sociocultural) e a reformulação da Constituição, marcada pelo retrocesso em alguns direitos às mulheres, recém-instituídos pela Constituição de 1934, como o voto feminino e a igualdade salarial. Tais acontecimentos não findaram com o movimento feminista e as suas organizações, mas contribuíram para o enfraquecimento e o esvaziamento das instituições, ao impossibilitar sua principal característica e base de atuação: a política.

Na retratação nacional dos anos 1930, Dulce Pandolfi destaca as ambiguidades e as disputas políticas no período antecedente ao Estado Novo, com início em 1929, no lançamento da candidatura presidencial de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, caracterizada como uma

⁵ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 30 de agosto de 1944. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_adm_cor_a944_10.

coligação oposicionista ao governo.⁶ Diante da derrota por vias eleitorais para o candidato de São Paulo, Júlio Prestes, alguns aliancistas se prepararam para insurgir e chegar ao poder, entre tenentes e grupos políticos civis. Movimento eclodido em outubro, obteve vitória em 3 de novembro de 1930, com Getúlio Vargas ocupando o cargo de Chefe do Governo Provisório. Esse cenário mostrou-se favorável aos Estados do Norte, com a “redefinição do jogo político” e a possibilidade de retomar uma participação mais expressiva no âmbito nacional, devido à perda de capital político na Primeira República.⁷ Dessa forma, a “Revolução de 1930” encontrou um espaço propício para o seu fortalecimento, desenvolvimento e atuação. No Pará, os estudos de Edilza Fontes sobre a cultura política paraense nesse período destacam a figura do então capitão Magalhães Barata, ao assumir como interventor do Estado e permanecendo até 1935, com a perspectiva favorável à intervenção militar na política.⁸ Nas memórias de sua primeira interventoria, uma vez que retorna ao cargo em 1943, afirmou o enfrentamento de todos os problemas abordados pelo Movimento, ao aumentar e ao implementar no interior e na capital do Estado: escolas, postos médicos e vias de comunicação, além das medidas de controle.

É nessa ocasião, de reorganização política e de reformulações legislativas, que o movimento feminista se intensificou. Vindo de um processo crescente de participação e de aspiração pública feminina, Rachel Soihet aponta um período oportuno às mulheres.⁹ Com a implementação da República, industrialização e necessidade de contribuição financeira por parte das mulheres, conquistaram o espaço público, atrelado às reivindicações do aumento da formação profissional e supressão de barreiras ao trabalho feminino remunerado. Por conseguinte, essas primeiras décadas do século XX mostraram-se importantes à ampliação do feminismo brasileiro, com os grupos organizados para pleitearem por direitos às mulheres.

Dessa forma, apesar da demarcação temporal desta dissertação, houve a necessidade de empreender buscas nos anos anteriores e posteriores para o rastreamento e a análise mais completa de suas atuações enquanto mulheres públicas, a partir do alinhamento com as caracterizações formuladas por Michelle Perrot. A autora assinala que as fronteiras entre o público e o privado, os espaços considerados masculinos e femininos possuem fronteiras móveis, seus limites

⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 14–38.

⁷ PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. *In*: CASTRO, Angela Maria de (org.). **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 339–425.

⁸ FONTES, Edilza Joana Oliveira. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935). **Revista Estudos Políticos**, n. 7, p. 131–151, 2013.

⁹ SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 218–237.

deslocam-se e as relações modificam-se.¹⁰ Assim, pensar a vida privada dessas mulheres seria constitutivo à compreensão de suas escolhas, à vida pública, à carreira profissional e à participação no movimento feminista. Intrinsecamente, ressaltam-se os marcadores sociais majoritários das integrantes do Departamento Paraense: brancas, classes médias, professoras e amazônidas. Utilizando-se da interseccionalidade como ferramenta analítica, fundamentada na conceituação de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, essas categorias são inter-relacionais, influenciam as experiências individuais e constituem uma forma de compreensão sobre o grupo.¹¹ Em outras palavras, compreender suas caracterizações possibilitou analisar o tipo de feminismo praticado e as ações desenvolvidas enquanto instituição, explicando as estratégias empregadas e por quais direitos reivindicaram.

Na busca por identificá-las, considera-se a recorrência dos dados encontrados para definir seus marcadores, devido à intensa dificuldade de rastreá-las. Como exemplo, nesses anos de pesquisa sobre o Departamento Paraense encontrou-se, em 1936, apenas uma fotografia do grupo, ilustrando uma atividade desenvolvida.¹² A ausência de outras imagens coletivas e a carência de retratos individuais (Anexo A), impossibilitaram identificar as integrantes presentes na referida ação. Em contrapartida, embora a precária qualidade e sem outros tipos de documentos para confirmar, pode-se considerar a presença predominante de mulheres brancas. Paralelamente, foram definidas como pertencentes às classes médias por suas ausências nos círculos das elites belenenses, identificados na imprensa; por suas profissões e relatos decorrentes, além de pertencerem às famílias de profissionais liberais. A presença delas nos periódicos era predominante nos registros de formação escolar, nas colunas sociais de aniversariantes e na participação de outras instituições sociopolíticas, assim, sugere-se determinado afastamento das classes altas e populares, mas indica a ordinariedade das classes médias.

Todavia, ao longo da dissertação, registra-se o nome de mulheres abastadas e influentes, como Isabel Chermont (esposa do ex-senador e ex-governador Justo Chermont) e Adalcinda Camarão (poetisa e esposa do cineasta Líbero Luxardo), ou reconhecidas publicamente, como Helena Souza (pianista e professora do Instituto Carlos Gomes). Embora a presença delas refletisse algum tipo de relação com o feminismo, não se encontrou informações mais densas sobre a participação integral no Departamento Paraense a ponto de influenciar nas redes de apoio e na dinâmica do grupo. Esse panorama está longe de afirmar a ausência de articulações

¹⁰ PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 11.

¹¹ COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 15–16.

¹² Vida Doméstica. Rio de Janeiro, n. 218, mai. 1936, p. 60.

sociopolíticas pelas integrantes e suas relevâncias, pois tinham uma rede de apoio sólida o suficiente para angariar o mínimo de adeptas à manutenção do grupo, realizar suas atividades e adquirir assinaturas em apoio às suas causas. Tais relações eram tanto fruto de vínculos antecedentes e individuais, transmitidos ao Departamento, quanto criadas a partir da necessidade de suas mobilizações, visualizadas em uma rede de solidariedade nacional.

Desse modo, a classe social esteve entrelaçada com as profissões praticadas, principalmente por serem professoras do ensino básico ou de música, quando o professorado era marcado pela feminização e por baixos salários. Em complemento, os outros ofícios apresentados pelas feministas abarcavam as áreas artísticas, como musicistas e escritoras, e as áreas da saúde, como médica, parteira diplomada e farmacêutica. A presença predominante de mulheres do mesmo campo profissional reflete o compartilhamento de semelhantes círculos sociais e uma proximidade prévia entre elas.

Por fim, a última categoria similar refere-se à naturalidade: pertencentes à região amazônica. Essa demarcação ampla apresentou-se como alternativa para abarcar o máximo de integrantes possíveis, uma vez que há indícios de associadas nascidas no Amazonas, no interior do Pará e na capital, Belém. Independente da localidade, compreende-se como mulheres amazônidas, ou como eram denominadas, do Extremo Norte.

Como dito, esses marcadores sociais refletiram no feminismo praticado pelo Departamento Paraense: na organização das suas atividades públicas, marcadas por sessões lítero-musicais com apresentações das integrantes, de suas poesias e de seus repertórios musicais clássicos, condizentes com a classe social pertencente. Outrossim, as reivindicações refletiam suas demandas prioritárias, como a educação, a igualdade nos cargos de funcionalismo público e o assistencialismo às mães e à infância. A ausência e a presença de determinadas temáticas e práticas tornam-se características do *locus* social das feministas, onde suas preocupações demarcavam o tipo de feminismo.

Desde o início, o movimento feminista apresentou-se como plural, suas interpretações eram diversas e as reivindicações eram amplas. No geral, uma mulher pleitear por direitos ou reverter determinado estigma em prol da emancipação feminina carregava o epíteto de feminista. Essa perspectiva resultou em inúmeras vertentes do feminismo, seja por seus contemporâneos, seja pelas pesquisadoras. Para os primeiros, a classificação mais comum era entre “feminismo bom” (preservava as funções normativas) e “feminismo mal” (desarticulava as estruturas de gênero), outros chegaram a definir um “feminismo católico” (regido pelos ensinamentos cristãos). Embora muitos fossem contrários a qualquer tipo de vertente e o generalizava, os favoráveis procuravam distinguir os movimentos e a defender determinada

tendência, em detrimento de outra. Para as pesquisadoras, as classificações embasam-se em manifestações de conceitos semelhantes por grupos de mulheres, em exemplo, cita-se a divisão de Céli Pinto e Livia Rangel para o período estudado. A primeira identifica três vertentes: bem-comportado (reivindicava a inclusão como cidadãs, sem alterar as relações de gênero), difuso (defendia temas delicados para época) e anarquista (libertação feminina radical).¹³ Enquanto a segunda, apresenta semelhanças na categorização, mas ressalta maior diversidade: moderado (orientação positivista e católica, em prol da maternidade), difuso (temas amplos, similar caracterização de Céli Pinto), avançado (perspectiva socialista, na defesa do trabalho e contra a opressão feminina), organizado (orientação cientificista e liberal, a favor de direitos políticos) e radical (perspectiva anarquista, na defesa da educação libertária e liberdade sexual).¹⁴

Em paralelo, ressalta-se a autoconcepção das feministas sobre o movimento a qual integravam. Referente à Federação Brasileira, ao Departamento Paraense e à todas as organizações afiliadas, existia apenas um tipo de “feminismo verdadeiro”, aquele definido por elas e por suas escolhas de movimentação. Dessa forma, categorizaram de acordo com suas perspectivas e tentavam continuamente afastar-se da ideia de um “feminismo mal” ou atrelado às sufragistas inglesas, cujos métodos eram mais radicais e violentos, para que tais concepções não prejudicassem suas atividades. Haveria apenas “O Feminismo”, representado por essas organizações. Assim sendo, ao longo dessa pesquisa optou por utilizar no singular, embora se tenha a perspectiva da pluralidade do movimento, retratado tanto em outras vertentes, quanto nas organizações, exemplo da denominação de “Feminismo do Extremo Norte”.

Na categorização do Departamento Paraense, destaca-se sua condição institucional de filial no Estado do Pará da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A FBPF era uma organização feminista do Rio de Janeiro, fundada em 1922, com liderança concentrada na figura da bióloga Bertha Lutz. Constituída por mulheres abastadas, defensoras da emancipação feminina e da obtenção de direitos igualitários, dentre as diversas diretrizes, tinham a preocupação de expandir e de propagar seus ideais para todas as regiões brasileiras, ao procurarem firmar grupos filiados em distintos Estados. Tal vínculo resultou em muitas características similares entre os dois grupos, nas reivindicações e nas práticas de mobilização. Entretanto, apesar de ter sido instituída com as mesmas finalidades e estruturada conforme a organização fluminense, identifica-se no grupo paraense autonomia administrativa e

¹³ PINTO, Céli Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 14–15.

¹⁴ RANGEL, Livia. “**Feminismo Ideal e Sadio**”: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas – Vitória/ES (1924 a 1934). 268 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

independência nas atividades desempenhadas. Desta forma, era de inteira responsabilidade decidir se participavam das campanhas nacionais feministas, quais mobilizações adotar e por quais direitos pleitear.

Por fazerem parte do mesmo movimento, podem ser enquadrados no feminismo bem-comportado ou no organizado, conforme as escolhas interpretativas. Todavia, a perspectiva analítica desta dissertação alinha-se com a categorização de Rachel Soihet como “feminismo tático”.¹⁵ Essa designação atribui às feministas a utilização de uma tática de mobilização em torno das normativas sociais para os seus próprios fins, ou seja, elas valeram-se de recursos argumentativos e imagéticos das representações impostas aos papéis de gênero, em uma reapropriação e uma ressignificação para ampliar seus espaços de atuação e implementar suas reivindicações. Em complemento às características estratégicas, argumenta-se a formação e a caracterização de um feminismo extremo-nortista, a partir da diversidade e das particularidades do grupo e das suas integrantes. Apesar das semelhanças entre as instituições feministas, identificam-se as singularidades do Departamento Paraense como reflexo identitário-geográfico das filiadas amazônidas, específico às suas experiências na sociedade belenense. Assim, em análise dos espaços públicos e privados, compreendem-se as dificuldades enfrentadas, a composição socioeconômica, a religiosidade, as trajetórias individuais/coletivas, as demandas e as escolhas reivindicatórias como componentes constitutivos do Feminismo do Extremo Norte.

Na compreensão dessa categoria como geográfica e identitária, as correspondências entre o Departamento e a Federação ressaltaram essa distinção. As paraenses destacavam nos momentos de adversidades, ao relatar o baixo número de adeptas, a carência de apoio, a manutenção financeira e a campanha antifeminista. Além da invisibilidade sofrida referente às demandas nortistas, “o fatalmente esquecido”,¹⁶ e no almejo de reconhecimento por suas mobilizações ao feminismo nacional, refletido nos escritos de Antonina Prado (terceira presidente do Departamento) para reconhecerem a “existência no extremo norte como partícula vital” do movimento.¹⁷ Em contrapartida, as fluminenses destacavam para distinguir e atribuir o caráter de novidade. Para elas, o feminismo só apareceu na região a partir dessas organizações

¹⁵ SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

¹⁶ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 3 de setembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_a0_adm_cor_a933_57.

¹⁷ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Belém, 14 de março de 1935. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a935_25.

e, em 1931, esperavam que “esse movimento feminista do extremo norte do país” deveria seguir a égide da FBPF.¹⁸

Sobre a distinção nominal, a designação “Norte” era compreendida, em relação à divisão atual, como a região Norte e Nordeste do país; o termo e a ideia de “Nordeste” estavam em processo de consolidação e de definição na década de 1930 pelas elites dessa região.¹⁹ Assim sendo, enquadraram as organizações feministas da Bahia, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Pará e do Amazonas como “Feminismo do Norte”, todas caracterizadas como recentes no campo das “grandes realizações” da glória feminista, mas destacavam-se no “espírito de iniciativa e de organização” em comparação aos Estado do Sul e aos do Centro do País, na perspectiva da vice-presidente da Federação Brasileira, Maria Sabina.²⁰ Por conseguinte, o “Extremo Norte” refere-se inicialmente às feministas paraenses, devido às movimentações das amazonenses, como grupo filiado, se consolidarem um ano após, em 1932. Nesta perspectiva, como uma (auto)identificação, tornou-se interessante compreender as particularidades do Departamento, as diferenciações e as proximidades com o feminismo praticado nas outras regiões brasileiras, representado nessa distinção nominal.

A partir dessas categorizações, a pesquisa visa empreender uma micro-história política das feministas belenenses, representadas no Departamento Paraense pelo Progresso Feminino. Percebe-se de suma importância como referência teórica-metodológica utilizar-se da Micro-História e da História Política, ao compreender suas possibilidades analíticas como uma das formas de entender o DPPF e suas integrantes. Pelo caráter reduzido da pesquisa a um grupo feminista, cujas interpretações voltam-se às suas ações como resultado de constantes negociações, escolhas e decisões diante da configuração social vivida, ressaltam-se as contribuições de Giovanni Levi sobre a redução de escala.²¹ Para o historiador italiano, esse tipo de investigação caracteriza-se pela preocupação em ambiguidades e nas lutas em torno dos recursos simbólicos e materiais, além da pluralidade e das possibilidades de interpretações. Contudo, vale assinalar, a pesquisa não se restringiu a apenas uma escala de observação, faz-se uso das variações de escalas nas relações Belém/Rio de Janeiro e entre as integrantes do Departamento Paraense, ao realizar investigações a partir de seus nomes para outras

¹⁸ COIMBRA, Alice. [Correspondência]. Destinatário: Elmira Lima. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: invenção do falo – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2ª ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2013, p. 138.

²⁰ SABINA, Maria. Expansão Feminista no Norte. *Boletim Mulher*. Rio de Janeiro, n. 5, mai. 1936, p. 3. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eor_cdi_bol_06.

²¹ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 133–161.

possibilidades interpretativas, ou seja, utilizar os nomes como uma bússola, em uma analogia de Carlo Ginzburg,²² na reconstrução das relações e das trajetórias feministas.

Em complemento, atrela-se à compreensão do grupo como uma expressão de uma cultura política feminista. Ao assinalar este conceito, de acordo com Angela de Castro Gomes, permitem-se interpretações sobre os comportamentos políticos dos atores sociais [do feminismo], a partir das suas percepções, das suas vivências e das suas sensibilidades, em outras palavras, das representações individuais e coletivas.²³ Por conseguinte, é imprescindível a compreensão de Alcileide Nascimento sobre a constituição de uma cultura política feminista no primeiro período republicano, quando as feministas constituíram seus próprios valores e visões de mundo, ao apropriarem-se do contexto de discussão política republicana e realizarem sob uma perspectiva feminista.²⁴ Assim, oportunizou-se identificar as assimilações e as influências recíprocas entre integrantes, grupos e meio sociopolítico, na intensificação das atuações e adequação aos tempos de política, na busca por ampliar os direitos às mulheres e na de propagar o feminismo.

Correlacionado com essas interpretações, a partir de uma perspectiva feminista, infere-se a categoria analítica de gênero. Neste processo de inserção e de participação das mulheres na política, destacam-se as caracterizações de Joan Scott, onde as relações sociais e de poder referem-se às representações simbólicas e à noção do político, concernente às instituições e às organizações sociais.²⁵ Ambos os aspectos estão associados, uma vez que as representações dos papéis normativos são questões de política.²⁶ Perante às estruturas, a ideia de estratégia rege as mobilizações feministas. A partir da conceituação de Sara Ahmed, quando as palavras se tornam ferramentas, algumas estratégias teriam o objetivo de “não perturbar demais”;²⁷ pensando no Departamento Paraense e entrelaçado com a perspectiva de feminismo tático, suas movimentações carregaram um sentido de utilidade e de oportunidade. As integrantes

²² GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169–178.

²³ GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 45–63.

²⁴ NASCIMENTO, Alcileide Cabral. A Cruzada Feminista Brasileira e a Cultura Política em Pernambuco (1927-1932). **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. 1–16, 2018.

²⁵ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Cadernos de História UFPE**, v. 11, n. 11, p. 9–39, 2016.

²⁶ SCOTT, Joan Wallach. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, v. 45, p. 327–351, 2012.

²⁷ AHMED, **Viver uma vida feminista**, p. 162.

utilizaram-se das palavras que eram úteis,²⁸ que poderiam abranger maiores espaços e públicos, onde certos momentos oportunizaram determinadas causas e assim regiam sua agenda.

Para isso, a pesquisa empreendeu-se em distintos arquivos, físicos e digitais, com variadas documentações. Nos espaços físicos e suas respectivas fontes analisadas e utilizadas nesta dissertação, destacam-se a Biblioteca Pública Arthur Vianna, o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e o Centro de Memória da Amazônia (CMA). O primeiro centraliza os periódicos locais, os álbuns e as obras literárias, embora alguns recortes de distintos jornais belenenses estejam também disponíveis na Coleção Vicente Salles, no Museu da Universidade Federal do Pará. O segundo concentrou-se nos ofícios e nas cartas encaminhadas ao Gabinete do Interventor e ao Secretário Geral do Estado, na busca da comunicação entre feministas e o Governo Estadual; enquanto o terceiro e último espaço físico, teve como foco os inventários disponíveis, no rastreamento da trajetória das integrantes do DPPF.

Paralelamente, os acervos digitais foram a Hemeroteca Digital Brasileira, o Sistema de Informação do Arquivo Nacional e o Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados. No primeiro foi identificado os inúmeros periódicos de todas as regiões do país, na ambição de analisar uma repercussão nacional. Em complemento, no segundo acervo, o Sistema de Informação do Arquivo Nacional, pôde-se identificar as correspondências (cartas, telegramas, bilhetes) e os documentos (memoriais, credenciais, estatutos) produzidos e/ou encaminhados à FBPF e ao DPPF. Por último, destaca-se o Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, com documentações encaminhadas a Getúlio Vargas e os projetos-leis produzidos por Bertha Lutz durante o mandato como deputada federal.

Em detalhes, a partir do cruzamento crítico documental, destacam-se as duas principais fontes de análise: os jornais e as cartas. Na Biblioteca Pública Arthur Vianna, há os dois principais e únicos diários disponíveis para consulta em microfilme, a “*Folha do Norte*” e “*O Estado do Pará*”, apesar da existência de outros jornais da década de 1930 no catálogo da hemeroteca, como “*Crítica*”, “*A Vanguarda*” e “*O Imparcial*”, estavam indisponíveis para consulta, devido estarem em processo de microfilmagem. Em relação à “*Folha do Norte*” (1896–1974), sob a direção-proprietária de Paulo Maranhão, tinha circulação diária e era caracterizado como “independente, noticioso, político e literário”,²⁹ com fortes tendências político-partidárias, é um dos poucos jornais mais completos e disponíveis no acervo. No

²⁸ Ibid.

²⁹ BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraóras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1985, p. 154–155.

período estudado, há raros lapsos temporais, em exceção do ano de 1935, em que há apenas os meses de outubro a dezembro.

Em estruturas semelhantes, encontra-se “*O Estado do Pará*” (1911–1980), dirigido por Afonso Chermont, era diário e independente, atrelado com os contextos políticos paraenses, passou a ser o órgão oficial dos “revolucionários de 1930”.³⁰ Microfilmado até 1935, encontra-se com consideráveis ausências mensais na década de 1930, com poucos anos completos. Os dois jornais configuram-se como grandes grupos de mídia, a partir da compreensão de Marialva Barbosa, onde os jornalistas-proprietários consolidaram poder na sociedade política, cuja profissão estava atrelada a uma perspectiva de missão política e social.³¹

Compreender os diários na categoria de “grande imprensa/empresa” tornou-se essencial na análise das publicações, por ser necessário identificar em suas estruturas os interesses políticos e de lucro. De acordo com Maria Helena Capelato, tais aspectos públicos e privados agregam na definição da imprensa como quarto poder, por constituir como um agente da história na intervenção da vida social.³² Assim sendo, foram essenciais para rastrear as atividades do Departamento Paraense e as trajetórias das feministas, além de identificar os tipos de publicações, as temáticas propagadas e a frequência dessas matérias. Em complemento, devido à carência de periódicos locais e os vácuos temporais na conservação, empreendeu-se buscas adicionais em jornais do Rio de Janeiro e de outros Estados sobre determinadas atividades de âmbito nacional, presentes de modo digitalizado na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional.

Também se encontra disponível online, a documentação do Departamento Paraense no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), no fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Essas correspondem: relatórios bienais, credenciais, cópias de memoriais, de telegramas e de ofícios encaminhados aos políticos, além de estatutos e das cartas encaminhadas à matriz. Quantitativamente, localizou-se 133 documentos: as correspondências são a maioria (122), com destaque para as cartas (106), entre os anos de 1931 e 1937. Tais fontes apresentam consideráveis lapsos temporais entre os meses com o passar dos anos, o que comprometeu o rastreamento das informações e as conclusões de determinadas movimentações. Além disso, eram poucas as remetentes, concentradas em três integrantes da Diretoria; esse cenário tanto restringiu as perspectivas sobre o Departamento Paraense, quanto possibilitou

³⁰ Ibid., p. 241.

³¹ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 80.

³² CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

riquezas de detalhes sobre as missivistas. No processo de análise, utiliza-se a prática do mapeamento, conforme as orientações de Teresa Malatian para a compreensão das redes de sociabilidades, dos vínculos e da inserção social do remetente, além disso, o aspecto biográfico das cartas permite evidenciar a interseção entre público e privado.³³ Nesta perspectiva, agrega-se a interpretação de Angela de Castro Gomes, onde as missivas podem ser caracterizadas como práticas da escrita de si, cujo caráter subjetivo, a ótica das autoras e como se expressam passam a ser relevantes,³⁴ sendo possível identificar tanto a história do indivíduo, quanto do grupo pertencente.

Por fim, a dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, analisou-se o processo de mobilização do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino, iniciado com suas ações prévias à instalação do grupo e desenvolvido de acordo com suas reivindicações e intenções de propagação. A partir disso, identificam-se as principais estratégias de movimentação utilizadas, enquadradas conforme as finalidades e os momentos experienciados, considerando as possibilidades de atuação, como configuração social e dificuldades enfrentadas. Nesta análise, durante os primeiros sete anos de atividade, compreende-se o estabelecimento de bases estratégicas pelas feministas paraenses presentes no desenvolvimento de seus trabalhos: o uso dos meios de comunicação e a formação de articulações sociopolíticas. Ambas as práticas apresentam variadas formas, tanto nas relações com proprietários das mídias e políticos, quanto em sua execução, fundamentais para potencializar e consolidar suas reivindicações.

No segundo capítulo, identificaram-se as principais reivindicações do Departamento Paraense, aquelas que geraram maiores movimentações e estiveram constantemente presentes em sua trajetória. Desta forma, compreende-se uma permanência nos objetivos reivindicatórios, contudo, manifestados de diferentes formas e sob distintas temáticas, conforme o momento propagado. Assim, houve um aproveitamento de determinadas conjunturas para intensificar a mobilização pelos direitos almejados, visando sua consolidação. Entre as diversas temáticas defendidas, destaca-se a participação política institucionalizada, políticas socioeducativas e assistencialistas, principalmente atreladas à saúde maternal e infantil, entrelaçadas aos direitos trabalhistas. Ademais, infere-se que as distintas temáticas refletem a própria diversidade das integrantes feministas e suas áreas de atuações.

³³ MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 195–221.

³⁴ GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. C. (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7–24.

No último capítulo, observou-se o Departamento Paraense para além da imagem pública de um grupo homogêneo e coeso, ao compreendê-lo como organização múltipla na composição de suas integrantes, mulheres com distintas trajetórias e perspectivas. A partir da identificação das mobilizações públicas do Departamento, outras perspectivas sobressaem: as feministas em suas individualidades, os conflitos privados e as disputas nas configurações sociais de gênero. Nessa perspectiva, constata-se a necessidade de realizar uma prosopografia das associadas do Departamento Paraense e ressaltar as divergências neste período, entre elas e envolvendo outros sujeitos sociais. Tais desavenças revelaram que, enquanto os conflitos internos apresentaram motivos pessoais e operacionais nas movimentações do grupo, as externas permearam razões políticas e simbólicas.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS FEMINISTAS

1.1 Adesão e fundação do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino

Em 20 de junho de 1931, os jornais “*Folha do Norte*” e “*O Estado do Pará*” publicaram um convite às senhoras e às senhoritas simpatizantes do movimento feminista, o qual foi estendido “aos senhores de boa vontade que se interessam pelo progresso da mulher brasileira”,¹ para participarem de uma reunião no dia seguinte, a fim de “deliberar assuntos de relevância” referentes ao feminismo. Este pequeno chamado, assinado por um grupo de “senhoras que tomaram a iniciativa de movimentar o feminismo no Pará”², destinava-se também para participar da fundação do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (DPPF).

Entretanto, as movimentações dessas senhoras iniciaram-se algumas semanas antes, estava em curso um processo de adesão ao movimento feminista, fato que culminou na sua instalação. Um dos objetivos centrais das reuniões era a participação do Pará no II Congresso Internacional Feminista, evento organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) que ocorreria entre os dias 19 e 30 de junho de 1931 no Rio de Janeiro, com anúncios desde fevereiro do mesmo ano.³ As temáticas debatidas e como foram elaboradas refletiam a própria instituição: visavam orientar as mulheres nas áreas domésticas, nas públicas, nas intelectuais e nas políticas, ou seja, estava em pauta a educação e os trabalhos femininos, bem como a implementação de direitos políticos e de assistência à maternidade e à infância,⁴ além disso, ao se compreenderem como orientadoras do movimento feminista brasileiro, pretendiam guiar outros grupos em métodos e reivindicações – principalmente as associações filiadas – e, desse modo, constituírem um movimento harmônico com as suas diretrizes.

Nessa perspectiva, enviaram convites para os interventores estaduais solicitando uma representante, como também para determinadas personalidades simpatizantes do feminismo. Dos registros remanescentes sobre o Congresso, o primeiro relacionado às feministas paraenses data de 21 de maio de 1931, uma carta-resposta de Cloris Silva, professora que ocuparia o cargo de secretária do movimento paraense.⁵ Nesta, iniciou confirmando o recebimento da carta

¹ Folha do Norte. Belém, 20 de junho de 1931, p. 4.

² Ibid., p. 4.

³ Folha do Norte. Belém, 27 de fevereiro de 1931, p. 4.

⁴ SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 97–117, 2000.

⁵ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz, Orminda Bastos e Alice Pinheiro. Belém, 21 de maio de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txt_10_v8.

enviada pela Federação Brasileira, datada de 25 de abril de 1931, junto aos regulamentos e aos programas do II Congresso. Posteriormente, informou a respeito de uma incumbência dada a ela, provavelmente para fundar um grupo feminista em Belém, pois se justificou: “tenho infelizmente o desprezar de vos dizer que até agora não foi possível fundar-se aqui uma associação feminina que pugnasse pelos direitos da mulher”.⁶ Esse panorama ressalta uma comunicação antecedente entre Belém e o Rio de Janeiro à organização de uma associação e, igualmente, o início da trajetória à consolidação do Departamento Paraense, envolto de dificuldades.

Tais adversidades advieram, na perspectiva de Cloris Silva, principalmente, das próprias mulheres, ao afirmar: “[a] sociedade paraense contando já entre as nossas compatriotas elementos de real cultivo e merecido valor, ainda se ressentido do jugo ‘provinciano’”.⁷ Essa afirmativa apresenta algumas possibilidades interpretativas: a primeira recai sobre a preocupação com julgamentos sociais que receberiam ao participar de um grupo feminista, por ser um movimento alvo de desconfiança e estigmatizado, considerado pelos seus opositores como um ideal desestruturador das relações normativas e familiares. A segunda refere-se à perspectiva de as mulheres paraenses serem consideradas de “merecido valor” – possivelmente em aspecto sociocultural –, todavia, estavam inseridas em uma sociedade “provinciana” que as restringiam.

Essas perspectivas aproximam-se das análises de Elissandra Lima sobre as elites de Manaus,⁸ nas primeiras décadas do século XX, onde as cidades da região amazônica carregaram o estereótipo de lugar provinciano, atrelado à rejeição ao meio amazônico. Em detalhes, referem-se às alusões entre o inferno da selva e o paraíso terreal, com parco desenvolvimento, onde as elites manauaras buscaram distanciar-se desse passado provençal por meio da instrução pública. De forma correlacionada, a utilização da designação “provinciano” era utilizada em momentos de dificuldades de inserção e de participação pública nas atividades feministas. Por exemplo, em junho e julho de 1932, Elmira Lima utilizou duas vezes essa categorização a Belém: a primeira, ao relatar sobre as ridicularizações sofridas devido aos ideais de igualação de direitos, “neste meio provinciano”;⁹ e a segunda, sobre a pouca simpatia dada ao feminismo

⁶ Ibid.

⁷ Ibid.

⁸ LIMA, Elissandra Lopes Chaves. **Dimensões da República das Letras no Amazonas: A Intelectualidade Gymnasiana em Manaus (1900–1930)**. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012, p. 54.

⁹ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 26 de junho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

no meio social vivido, “nesta sociedade provinciana”.¹⁰ Por vezes, após essas frases vinham comparações com as experiências feministas de outras regiões, o que agrega um sentido sociogeográfico ao termo, como caracterização da cidade de Belém nos anos 1930.

Em outras palavras, considerando o feminismo como uma das ideias ditas modernas, haveria um distanciamento intelectual-modernizador de outras capitais brasileiras. Além disso, a sociedade belenense seria signo de dualidade, ao apresentar a ampliação do feminismo paraense – na presença de uma instituição feminista –, mas com adversidades à sua consolidação, por dificuldades empreitadas por determinados grupos sociais.

Nessa ambiguidade, torna-se interessante caracterizar a cidade de Belém em outros ângulos, a partir dos estudos de Leticia Pantoja sobre as realidades dicotômicas nesse período.¹¹ Nas condições da vida urbana, a autora apresenta uma capital amazônica marcada pela coexistência da modernidade, na manutenção e na conservação dos empreendimentos sanitários e arquitetônicos, atrelado a inserção dos instrumentos tecnológicos e descobertas técnicas da época, exemplo do cinema, do rádio e do automóvel; com a carência de víveres devido aos altos preços nos mercados, elevado índice de desemprego e baixa qualidade sanitária, além da permanência de práticas e comportamentos na população de um “estilo de vida mais rural, pouco mecanizado e em várias ocasiões, próximos de crenças ameríndias e africanas” nos segmentos populares.¹²

Com base nessas correlações, nas várias dualidades do viver belenense, torna-se importante assinalar as feministas inseridas no campo das modernidades, aproveitando as benesses modernizadoras da cidade e opostas às perspectivas antiquadas regentes de alguns grupos, enquadrando-as de acordo com suas trajetórias e autoconcepções. Dessa forma, Cloris Silva acreditava na possibilidade de fundar um grupo e, a partir disso, adotou algumas estratégias, como contar com a colaboração de simpatizantes para publicar em jornais.

Outra solicitação feita pelas feministas da Federação à Cloris Silva consistia em uma indicação para ser a representante paraense no Congresso, todavia, ela não aceitou por motivos financeiros que a impossibilitavam de se dirigir à capital do País. Contudo, não deixou de expressar o desejo de participar ativamente dos trabalhos da Federação e de sugerir dois nomes: o da pianista Helena Souza e o da poetisa Elmira Lima. Ambas eram personalidades públicas em Belém, cujas atividades desenvolvidas estavam frequentemente publicadas nas páginas dos

¹⁰ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 25 de julho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

¹¹ PANTOJA, Leticia Souto. **Belém**: trilhos, veios e caminhos da cotidianidade (1918-1939). Curitiba: CRV, 2020.

¹² Ibid., p. 92.

jornais, a primeira pelas suas apresentações musicais e de seus alunos do Instituto Carlos Gomes, e a segunda em virtude da filantropia e atividades de propagação do espiritismo. Desta forma, Helena Souza e Elmira Lima eram reconhecidas e respeitadas socialmente, cuja integração ao movimento feminista poderia beneficiar e concretizar a instalação do grupo.

Contudo, percebe-se uma discrepância na forma como as duas foram mencionadas. Enquanto a poetisa foi descrita com muito mais entusiasmo, inclusive com a pretensão de encaminhar um dos seus trabalhos à Federação, o mesmo não aconteceu com a pianista. Apesar da indicação, Cloris Silva recebeu uma carta com a recusa da musicista e chegou a encaminhar a missiva para a Federação julgar “mais de perto” a sua resposta. Nesta, a pianista informou ter lido o regulamento e a programação da Federação Brasileira que lhe fora encaminhada, demonstrando uma opinião favorável às atividades feministas: “Interessa-me o que li e gostaria muito de colaborar nessa bela obra, que louvo de todo coração”,¹³ mas recusou a incumbência, ao não dispor de tempo naquele momento.

É provável que o convite feito tenha sido no sentido de mobilizar à fundação da associação, pois Helena Souza garantiu que “mais tarde, se ficar mais livre de algumas ocupações, darei minha colaboração”,¹⁴ concordando com uma possível integração futura. Essa correspondência reforça a anterior justificava apresentada por Cloris Silva, quando localizou nas mulheres as principais dificultadoras na implementação do grupo, visto que, apesar de Helena Souza demonstrar-se favorável e simpatizante aos ideais feministas, não há uma demonstração imediata, ao recusar a incumbência proposta. Este retardo inicial em aderir ao movimento, pode conter inúmeros fatores, como uma indecisão pessoal, atrelada ao receio do “jugo provinciano”. Contudo, o cenário de adversidades era passível de reversão, visto a contínua mobilização das feministas no processo de fundação do Departamento, resultando na consolidação do apoio de simpatizantes, exemplo da própria Helena Souza quando esteve presente na instalação do grupo no cargo de Diretora.

Em relação à participação no Congresso, em outra carta enviada dias depois, Cloris Silva informava sobre as mulheres que dispunham da programação do evento, nela, apesar de elogiarem, reclamavam do pouco tempo para a elaboração e o envio de trabalhos. Ela própria também se ressalvou de um possível atraso do seu trabalho, em razão de necessitar de “momentos de estudo refletido, que a minha pouca saúde e afazeres o tem impedido”.¹⁵ Esta

¹³ SOUZA, Helena. [Correspondência]. Destinatário: Cloris Silva. Belém, 20 de maio de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txt_10_v8.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Ormind Bastos. Belém, 23 de maio de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

justificativa apresenta um panorama cotidiano das atividades feministas na rotina das mulheres, pois demonstra que para a realização de trabalhos escritos embasados nos ideais feministas necessitava-se de estudos prévios, ou seja, o feminismo era considerado teoria e prática ao estar tanto nas mobilizações e atividades, quanto no viés ideológico, nas leituras e nas reflexões. Apesar da adesão e da participação demonstradas, a professora não mencionou nominalmente nenhuma outra mulher que estivesse junto a ela nos trabalhos para a instalação do Departamento e participação no Congresso, apenas informou sobre o envio de uma lista com o nome das adeptas, porém, infelizmente não foi possível localizar a listagem.

Contudo, entre as adeptas, pode-se afirmar a presença de Felys Benoliel Cavaco, escritora e membro da Liga Nacionalista do Pará, associação atuante em prol dos operários. Destarte, em carta enviada à Bertha Lutz, dissertou:

Filiando-me à Federação Brasileira para o Progresso Feminino cumpro um dever de máxima importância dada aos fins grandiosos a que se destina, a favor da mulher, e enfileirada nas suas hostes, toquei a deliberação de aqui no meu Estado iniciar este movimento dentro do programa da Federação Brasileira e pronta a obedecer às vossas ordens emanadas todas do vosso alto espírito de orientadora ilustre da grande causa.¹⁶

Além do perceptivo entusiasmo à confirmação de sua participação inicial para a efetivação de um grupo feminista paraense, é possível inferir que Felys Benoliel já acompanhava as movimentações da Federação Brasileira, devido à demonstração de apoio absoluto à Bertha Lutz, além de confirmar, mesmo antes da fundação do Departamento, a sua filiação e os diversos elogios ofertados. De semelhante forma, indica-se a sua percepção sobre o significado do feminismo, o qual pode refletir as demais opiniões das paraenses adeptas, em que este era percebido como um movimento de louvor, de reivindicações grandiosas, por isso Bertha Lutz era alguém de “alto espírito” justamente por liderar um movimento de “ilustres e justas pretensões” às mulheres.

Em conformidade, na mesma carta afirmou ser há bastante tempo uma entusiasta e manifestante do feminismo e, por isto, Cloris Silva e Corina Pegado entraram em contato com ela “para juntas [trabalharem] pelo ideal feminista”.¹⁷ De fato, as suas movimentações recentes na Liga Nacionalista do Pará sugerem basear-se na perspectiva feminista, tal como infere José Rodrigues, de que a presença dela tenha influenciado na atenção às questões referentes ao operariado feminino; exemplo disso foi o memorial enviado à Interventoria Federal do Pará,

¹⁶ CAVACO, Felys Benoliel. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 4 de junho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_56.

¹⁷ Ibid.

em janeiro de 1931, acerca do cotidiano dos operários, em específico, um tópico sobre as trabalhadoras,¹⁸ ou seja, se ela acompanhava as movimentações da Federação estaria informada das reivindicações a favor dos direitos trabalhistas das mulheres.

Outras informações contidas na referida correspondência entre a paraense e Bertha Lutz foi a nomeação de mais uma mulher, Corina Pegado. Ao lado de Cloris Silva, empreenderam esforços ao movimento feminista belenense, na busca por adeptas ao feminismo que integrassem o grupo. Sobre ela, cabe ressaltar sua trajetória anterior em prol dos direitos das mulheres, quando em janeiro de 1929, junto à sua cunhada Maria Aurora Pegado Beltrão, entraram com um processo de solicitação para o alistamento eleitoral. Sobre este acontecimento, Maria Luzia Álvares interpretou as repercussões da ação na cidade, com o pronunciamento de advogados e de juristas contrários à solicitação, chegando a ser noticiado em outros estados.

Em detalhes, a autora inclusive sinalizou a intervenção de Bertha Lutz no envio de um telegrama ao Juiz de Alistamento, Dantas Calvantes, com argumentos favoráveis às mulheres, além de encaminhar documentos sobre o voto feminino no Brasil ser legalizado em oito estados. Contudo, o Juiz Eleitoral indeferiu a solicitação e, para tal conduta jurídica, alegou a ausência na Constituição de 1891 que identificasse a mulher como cidadã, por conseguinte, sujeita a possibilidade ao voto, além de basear-se na missão feminina restrita à família.¹⁹

Após a decisão, nenhuma repercussão por parte de Corina Pegado e Maria Beltrão foi publicizada, isto porque receberam correspondências de Bertha Lutz sugerindo para não recorrerem à Junta Eleitoral, visto a possibilidade de ser mais uma vez negado o pedido e, assim ocorrendo, refletiria negativamente em todo o Brasil. Apesar de ser bastante enfática na sugestão, a feminista também acolheu as paraenses com frases de apoio ao reconhecer suas ações como “provas de civismo” e integrando-as aos ideais da Federação.

Esse caráter de integração ficou evidente ao enviar-lhes materiais de propaganda e folhetos, além de sugerir a entrega desses documentos para os membros da Junta, com o intuito de aproveitar a “oportunidade para catequizá-los com maior diplomacia”.²⁰ Assim, para Bertha Lutz, a ação de requerer o alistamento eleitoral precisava ter um ambiente bastante propício, advindo após um processo de “catequização”, ou seja, uma instrução gradual aos ideais

¹⁸ RODRIGUES, José Ivanilson. **O labor feminino do lar à fábrica**: lutas, práticas e representação social (Belém, 1930-1935). 153 f. Mestrado (Dissertação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015, p. 84.

¹⁹ ÁLVARES, **Saias, laços & ligas**, p. 368–369.

²⁰ LUTZ, Bertha. [Correspondência]. Destinatário: Corina Martins Pegado e Maria Pegado Beltrão. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1929. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a929_69_v02.

feministas, utilizando-se principalmente de discursos e de comportamentos diplomáticos, caracterizados pela ausência de confrontos diretos e intensas barganhas.

Em resposta, Maria Aurora confirmou a desistência do recurso conforme as orientações, e mesmo com as suas dúvidas sobre os membros da Junta, assegurou que o Juiz Seccional poderia ser favorável, ao descrevê-lo como “espírito altamente culto e progressista”.²¹ Estas correspondências demonstraram uma trajetória antecedente ao Departamento, com comunicações entre Belém e o Rio de Janeiro, alternando-se suas interlocutoras até o processo de fundação do grupo paraense. Além disso, tornou explícita a prática da Federação Brasileira de saber sobre os acontecimentos dos Estados brasileiros e intervir quando o assunto era relacionado a uma de suas reivindicações, orientando as feministas com os seus métodos de ação, visto acreditarem ser a melhor maneira de agir. Assim, mesmo com a intenção de recorrer, Maria Aurora abandonou sua decisão, devido tanto à orientação dada pela Federação quanto, possivelmente, por duvidar das suas próprias pretensões frente à experiência declarada de Bertha Lutz e seus argumentos incisivos.

Esse panorama reverberou no funcionamento do Departamento, por meio de constantes cartas enviadas ao Rio de Janeiro, muitas com caráter de relatório, ao detalhar suas atividades e dificuldades, principalmente no início do grupo, costumavam perguntar sobre como deveriam agir em determinados acontecimentos emanados do cotidiano. Estes momentos refletiam o caráter da Federação Brasileira em manter a vigilância das suas associações filiadas, além de demonstrar uma relação estreita entre as associações.

Em paralelo, não se deixa de considerar esse comportamento – de constantes elogios e de recorrer às fluminenses – como um recurso necessário aos próprios objetivos: integrarem-se ao movimento feminista nacional. Assim sendo, após a fundação do grupo paraense, conquistaram o que almejavam, ao serem aceitas como organização filiada da Federação Brasileira. Não por acaso, Felys Benoliel fez um detalhamento de como ocorreram as suas primeiras movimentações:

[...] é de meu dever comunicar-vos que já deu-se início ao movimento feminista aqui. Contamos com diversas adesões, principalmente no meio literário, onde tenho atuação. A imprensa local tem se ocupado do assunto. [...] vencendo todas as dificuldades e o meio retrógrado – isto é – um ambiente ainda não habituado às grandes iniciativas femininas – conseguir a fundação breve da delegação paraense, o que estou agindo com calma para não fracassar. Preocupa-nos, neste momento, a representação ao 2º Congresso, a realizar-se nessa Capital, pois sabendo da vossa honrosa solicitação ao vosso governo, fui pessoalmente

²¹ BELTRÃO, Maria Aurora Pegado. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 25 de abril de 1929. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a929_115.

entender-me com as autoridades, porém e infelizmente, o governo alega impossibilidades à representação útil e proveitosa, dando-nos, no entanto, o seu apoio moral.²²

As feministas paraenses tinham duas metas de atuação nestes meses antecedentes à instalação do Departamento, a primeira voltado à implementação do grupo, onde possuíam adesões de mulheres literatas, demonstrando mobilizações nos ambientes e nos círculos sociais frequentados, ao inicialmente agregar familiares, amigas e conhecidas. A segunda meta era a representação paraense no Congresso, em que se pode conjecturar diferentes motivos para tal preocupação: como a inserção delas no movimento feminista brasileiro, a publicidade nacional que teriam e a repercussão positiva no próprio estado. Além disso, estariam em contato com personalidades influentes nacional e internacionalmente, atrelado à interação aos principais temas e discussões referentes aos ideais feministas. Com esses propósitos, direcionaram-se às autoridades do governo para reforçar o pedido efetuado pela Federação Brasileira ao Interventor do Estado, Magalhães Barata.

A comunicação prévia junto ao governo, um ofício encaminhado por Carmem Portinho, vice-presidente da Federação Brasileira, para o Interventor, relatava “a necessidade da presença do grande Estado” no Congresso.²³ Em conformidade à missiva de Felys Benoliel, há algumas rasuras escritas no ofício, onde aparenta ser uma possível resposta encaminhada, ao mencionar não ser possível atender ao pedido, datado de 1º de junho de 1931. Contudo, decorrido o evento, Carmem Portinho endereçou outra carta ao Interventor, agradecendo a colaboração. Nela, dissertava: “temos a subida honra de transmitir a V. Excia. sinceros agradecimentos pela nímia gentiliza de nomear para delegada oficial, junto ao II Congresso, a Exma. Sra. Marina Cardoso Lamario que representou com brilho o Estado do Pará”.²⁴

Ambos os ofícios foram localizados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), um dos poucos documentos referentes às feministas nesse acervo, todos encaminhados pela Federação Brasileira. A ausência de documentação do Departamento Paraense demonstra tanto um processo de perda significativa dos documentos deste período, quanto uma provável comunicação mais direta das feministas paraenses com o Interventor ou Secretários do Estado, indicando uma baixa frequência de envio de documentos formais. Entretanto, mesmo ao utilizarem com mais constância modos informais, a sua ausência nos arquivos contribui para

²² CAVACO, Felys Benoliel. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 4 de junho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_56.

²³ PORTINHO, Carmem. [Correspondência]. Destinatário: Interventor Federal no Estado do Pará. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1931. 1 ofício. APEP, Secretaria do Governo, Ofícios, cx. 182.

²⁴ PORTINHO, Carmem; MATTHIESEN, Ignez. [Correspondência]. Destinatário: Interventor no Estado do Pará. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1931. 1 ofício. APEP, Gabinete do Interventor, Ofícios, cx. 29.

um processo de esquecimento e de aumento de lacunas sobre a relação e a atuação das feministas paraenses frente ao Estado e vice-versa.

Desta forma, apesar de não ter encontrado registros sobre a mudança de decisão do Governo, pode-se supor alguns fatores que o levaram a colaborar com o Congresso. Por exemplo, no provável mês de recebimento do ofício – início de junho –, o interventor Magalhães Barata estava em viagem ao Rio de Janeiro e as responsabilidades do governo passou a Mario Chermont, no cargo de interventor interino até o seu retorno. Sobre a primeira interventoria de Magalhães Barata (1930–1935), vale assinalar as características pontuadas por Denise Rodrigues, onde ele teria inaugurado um outro estilo de governar, aberto às demandas e às solicitações populares. Essa prática de “ouvir o povo” agregou em sua imagem uma “mística de bondade, igualdade e de nobreza de sentimentos”, com forte apoio popular.²⁵

Ademais, a autora demarca os atos de interiorização do governo, ao percorrer constantemente os municípios. Assim, suas frequentes viagens realizadas para os interiores e para a então capital brasileira reflete os seus anseios de exprimir uma postura “messiânica” e os vínculos com o Governo Federal Provisório, respectivamente. Nessa perspectiva, nota-se o aproveitamento das feministas pelas novas práticas governamentais, quando Felys Benoliel direcionou as demandas às autoridades e encontrou “as portas abertas”.

Consequentemente, o retorno de Magalhães Barata a Belém poderia configurar como um dos motivos na decisão de apoiar o Congresso e encaminhar uma representante, na possibilidade de apresentar-se mais favorável à temática. Além disso, outro ponto a ser considerado seria uma possível pressão exercida, com as publicações nos jornais sobre o evento, relatando os apoios de outros Interventores e do próprio Getúlio Vargas, como também uma notícia sobre o ofício encaminhado pela Federação Brasileira ao Interventor, solicitando a representação paraense.²⁶ Somam-se, da mesma forma, as mobilizações empreendidas pelas feministas paraenses para se fazerem presentes. Essas repercussões podem ter pressionado para uma mudança de decisão por parte da interventoria, a qual acarretou o comparecimento da delegada paraense, como se encontra em sua inscrição de adesão, mas diferente do ofício, seu nome consta como Marina Lamarão Cardoso e teria apresentado um trabalho sobre o combate à lepra.²⁷

²⁵ RODRIGUES, Denise de Souza Simões. **Pará/1935**: um estudo sobre liderança e conflito. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979, p. 52–53.

²⁶ Folha do Norte. Belém, 30 de maio de 1931, p. 2.

²⁷ FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. Ficha de adesão de Marina Lamarão Cardoso no II Congresso Internacional Feminista. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cnh_txt_10_v02.

Neste meio tempo, os jornais iniciaram publicações mais detalhadas. “*O Estado do Pará*” centrou-se no Congresso e a “*Folha do Norte*” nas movimentações do grupo feminista paraense, ambas caracterizam e demarcam o processo de adesão ao movimento feminista e fundação do Departamento. O evento foi anunciado como uma “grande oportunidade para a mulher brasileira demonstrar que ela conhece o seu lugar no concerto da civilização”,²⁸ e por isto as paraenses precisavam estar atentas às próximas informações noticiadas. Nesta primeira nota sobre o Congresso, destaca-se a ausência das temáticas ou dos ideais norteadores, com a presença apenas de uma ideia genérica, sem maiores aprofundamentos, ao indicar um possível mecanismo publicitário para instigar as leitoras a acompanhar as publicações e para não afastar as mulheres mais conservadoras, ao ressaltar qual seria o “seu lugar” na sociedade e a sua função ao serviço da pátria.

Esse método conservou-se nas matérias posteriores, quando primeiro introduziram sobre a Federação Brasileira, “cujo principal escopo é cuidar do levantamento sempre maior, moral e intelectualmente, da mulher brasileira”,²⁹ e somente depois apresentaram a programação. Assim, apesar de constituírem-se como um movimento político, procuraram enfatizar um caráter mais social da instituição, em prol das mulheres, sem ameaçar as funções normatizadoras. Esse mecanismo também caracterizou as práticas desempenhadas pela Federação Brasileira em suas publicações jornalísticas, a este respeito, o estudo de Beatriz Elias e de Mônica Karawejczyk sobre a seção “*Feminismo*”, do jornal “*O Paiz*” entre 1927 e 1930, constatou como o principal tema a relação entre as capacidades femininas e a sua atuação na sociedade, embora defendesse a participação pública das mulheres, as publicações persistiram em uma caracterização de feminilidade.³⁰

Além disso, no decorrer da publicação, procuraram legitimar a instituição, ao ressaltar apoios nacionais e internacionais de figuras influentes e, da mesma forma, comparar suas ações com os países ditos mais desenvolvidos, como a França, a Alemanha e os Estados Unidos, cujas representantes estariam presentes no Congresso. Por fim, após o prelúdio, expuseram as seções do evento: educação e instrução; proteção às mães e à infância; trabalho feminino no comércio e na indústria; lar moderno e atividades femininas profissionais; questões sociais; direitos femininos; e paz universal. Assim, a representante paraense, Marina Cardoso, teria se inscrito

²⁸ O Estado do Pará. Belém, 31 de maio de 1931. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eor_cdi_rjr_64, p. 22.

²⁹ O Estado do Pará. Belém, 2 de junho de 1931. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eor_cdi_rjr_60, p. 146.

³⁰ ELIAS, Beatriz Berr; KARAWEJCZYK, Mônica. “Sempre à mulher, pela mulher”: a coluna Feminismo no jornal O Paiz (RJ) – 1927-1930. *História em revista*, v. 26/2, p. 10–26, 2021.

na seção sobre questões sociais, cujo eixo de discussão era o papel da mulher na assistência social, incluindo temáticas sobre o combate à lepra.

No dia seguinte, o grupo feminista belenense foi apresentado pela primeira vez ao público como uma Delegação Paraense da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Considera-se essa matéria a consolidação da adesão das belenenses como integrantes do movimento feminista nacional, organizado sob a égide da FBPF, principalmente, ao ressaltarem o recebimento de um convite direto de Bertha Lutz para que se fizessem presentes no II Congresso Internacional Feminista.³¹ A notícia não trouxe nenhuma indicação sobre a formação ou quando começaram, concentram-se em informações mais diretas, como a realização de reuniões para decidir quem seria a representante ou uma contínua adesão de mulheres à associação.

Por ser a primeira apresentação oficial pública, destaca-se a nomeação das componentes da comissão executiva: Juanita Machado, Elmira Lima, Cloris Silva, Benedita Carvalho, Felys Benoliel e Corina Pegado. Destas, apenas duas mulheres não foram anteriormente mencionadas, Juanita Machado e Benedita Carvalho, sobre elas, apenas a primeira identificou-se uma trajetória pública reconhecida como poetisa e colaboradora da Rádio Clube do Pará, além de estar presente no dia da fundação da associação.

Outras informações importantes podem ser destacadas, como o local de reunião, Rua Padre Prudência, nº 218, residência de Cloris Silva. Demonstrando tanto uma colaboração efetiva na implementação do grupo, ao ceder sua casa às reuniões, quanto uma dependência da disponibilidade material dos seus próprios membros para a efetivação do Departamento, ou seja, não obtiveram apoio, neste primeiro momento, de outros grupos de interesse na materialidade da instituição. Ademais, há a informação de que as paraenses estavam também responsáveis pela nomeação de representantes do Amazonas e do Acre, o que pode indicar uma liderança na região amazônica, por ser a única organização feminista ligada à FBPF; só posteriormente, em dezembro de 1932 seria fundada, em Manaus, a filial amazonense.³²

Sobre essa liderança, assinalam-se dois pontos importantes: o primeiro refere-se à divisão das regiões brasileiras, onde a primeira oficialização só viria em 1942, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; antes disso, havia algumas sugestões, como a do Ministério da Agricultura de 1938, onde a região Norte era composta pelo Pará, Amazonas,

³¹ Folha do Norte. Belém, 3 de junho de 1931, p. 2.

³² CAMPOS, Luciane. “Transgredindo a norma”: as mulheres brasileiras e a luta pelo direito ao sufrágio. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**, v. 12, n. 1, p. 418–438, 2020.

Território do Acre, Maranhão e Piauí.³³ Assim, na diversidade de divisões, recorre-se à nomenclatura “região amazônica” e “extremo norte” em tentativa de aproximar as experiências regionais. A partir disso, o segundo ponto refere-se ao tipo de prática feminista, devido à multiplicidade de mobilizações das mulheres no Acre e no Amazonas, onde Ruth Gomes apresenta as principais atuações femininas acrianas nos seringais e na educação, frente a uma sociedade tradicional e rígida quanto aos papéis sociais;³⁴ enquanto Luciane Campos apresenta um histórico de mobilizações femininas manauaras na educação e na ocupação gradual de cargos ditos masculinos.³⁵ Nessa multiplicidade de movimentações, a perspectiva das feministas enquadraria a Delegação Paraense como pioneira das instituições organizadas autoproclamadas e adeptas do feminismo no extremo norte. Contudo, torna-se imprescindível manter em perspectiva a diversidade das mulheres amazônidas.

Em continuidade, a escolha da representante paraense foi publicada dias depois, em uma nota de confirmação da participação no II Congresso, com o nome da escolhida: Ormind Bastos,³⁶ sobrinha de Elmira Lima. Natural do Amazonas, chegou a residir em Belém por longos anos, formou-se em direito na Faculdade Livre de Direito do Pará e foi colaboradora da “*Folha do Norte*”, onde publicava artigos pró-voto feminino, cuja atuação manteve-se até 1925, quando se mudou para o Rio de Janeiro e ingressou na Federação Brasileira, ocupando o cargo de consultora jurídica.³⁷ Contudo, a nomeação aparenta ter sido sem prévia confirmação da própria Ormind Bastos, pois, no dia 10 de junho de 1931, foram encaminhados dois documentos ao Rio de Janeiro. O primeiro era a credencial de confirmação da Delegação no II Congresso por meio da representante nomeada, concernente ao assunto, as paraenses encaminharam a seguinte nota: “confiou à ilustre compatriota Dra. Ormind Bastos, – a quem esta credencial dá plenos poderes – a representação do movimento feminista do Pará no aludido certâmen”.³⁸

³³ SEED. Geografia. Divisão regional do IBGE – 1940. Disponível em: <<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1557>>. Acesso: 01 mai. 2023. Nesse período, o estado de Roraima fazia parte do Amazonas, o Amapá integrava o Pará e a Rondônia compunha o Mato Grosso. Enquanto o Acre eleva-se à categoria de Estado apenas em 1962.

³⁴ GOMES, Ruth Lucimar. Uma leitura do cotidiano das mulheres no Acre (1907-1917). **Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, v. 2, n. 2, p. 88–97, 2010.

³⁵ CAMPOS, Luciane. **Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)**. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

³⁶ O Estado do Pará. Belém, 12 de junho de 1931. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eor_cdi_rjr_66, p. 9.

³⁷ SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital (orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**: com 270 ilustrações. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2000, p. 461; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Ormind e Eneida: duas versões do feminismo paraense. *In*: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira (orgs.). **Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher**. Belém: GEPEM/CEJUP/REDOR, 1997, p. 125–146.

³⁸ DELEGAÇÃO PARAENSE. [Correspondência]. Destinatário: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Belém, 10 de junho de 1931. 1 credencial. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txtx_10_v9.

O segundo documento foi uma mensagem à Ormindia Bastos, ao informar sobre a nomeação e os devidos motivos:

[A Delegação Paraense] tomou a deliberação unânime de confiar a V.Excia., a sua representação no aludido Congresso, com os poderes plenos, necessários à eficiência integral da mesma representação.

Assim decidido, e por voto coletivo, a Delegação Paraense homenageia ao mesmo tempo a digna personalidade e exalta o nome laureado, que são predicamentos de V. Excia., onde a terra paraense se revê através de um alto espírito e de uma das representantes máximas do pensamento feminino no Brasil.³⁹

Os documentos foram informativos sobre as escolhas da Delegação, ao confirmar a participação no evento e quem representaria o grupo feminista. Ressalta-se mais uma vez a simultaneidade das correspondências, tanto à comissão organizadora do Congresso quanto à Ormindia Bastos. Além disso, na mensagem à conterrânea não questionam se ela aceitaria ou não a incumbência, ou seja, percebe-se de tal nomeação – sem aparente comunicação prévia – que a homenagem por si só bastaria na aceitabilidade da representação, encarada como uma grande honra. Acredita-se que a escolha de Ormindia Bastos possa ter outros motivos, como a da visibilidade no Congresso ao feminismo paraense, por ela ter sido um dos principais nomes da Federação Brasileira, com um cargo central nas mobilizações políticas, assim, sua relevância no próprio evento recairia também na imagem da Delegação Paraense, o que para as feministas belenenses seria uma oportunidade valiosa logo nos seus primeiros meses de existência.

Todavia, a nomeação não se consolidou. Ormindia ocupava um cargo na diretoria e o acúmulo de funções era proibido pelo regulamento. O impedimento colocou a Delegação Paraense em estágio inicial, sem representante, o que acarretou sucessivas trocas de correspondências entre Elmira Lima e a Federação para resolverem essa questão.⁴⁰ Tal urgência deveu-se ao atraso na confirmação de uma representante válida à comissão organizadora, visto a existência da publicação de vários telegramas da Federação Brasileira solicitando uma resposta urgente sobre a presença paraense, datados dos dias 9 a 11 de junho para Elmira Lima, Felys Benoliel e Cloris Silva.⁴¹

Outro motivo seria quando a própria tentativa da FBPF – de solicitarem a participação de uma paraense – foi negada, ao convidarem Isabel Chermont, ainda em maio de 1931. Conforme as análises de Lediane Demetrio sobre os primeiros anos de movimentações do

³⁹ DELEGAÇÃO PARAENSE. [Correspondência]. Destinatário: Ormindia Bastos. Belém, 10 de junho de 1931. 1 ofício. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txt_10_v9.

⁴⁰ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 2 de julho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

⁴¹ Folha do Norte. Belém, 14 de junho de 1931, p. 2.

DPPF, Isabel Chermont teria sido uma das escolhidas para representar o Pará, sendo também nomeada pelo interventor como representante e receberia apoio financeiro no custeio de 40% no valor das passagens, pela empresa Lloyd.⁴² Contudo, o pedido foi negado por motivos de saúde, mas agradeceu as lembranças e firmou o apoio prestado pelo jornal da família, “*O Estado do Pará*”, nas publicações sobre o evento. Em resposta, Carmem Portinho lamentou o estado de saúde da paraense e solicitou indicações para representantes, com possibilidade de ir até a capital brasileira ou que residiam nela. Tais especificações podem ter contribuído na escolha posterior de Ormind Bastos.

Vale assinalar, Isabel Chermont era esposa do ex-governador e ex-senador Justo Chermont. O recebimento do convite individual deveu-se à sua trajetória no movimento feminista brasileiro, durante sua moradia no Rio de Janeiro nos anos 1910 e 1920, quando fundou ao lado de Bertha Lutz a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, organização que deu origem à FBPF, além de ter sido diretora da Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino, em 1922. Por suas atuações na campanha sufragista, Bertha Lutz lembrou-se de Isabel Chermont em entrevista para Branca Moreira Alves, caracterizando-a como “muito feminista, ajudava, convidava pessoas para almoçar ou jantar, para fazer a propaganda [pró-voto]”.⁴³

Após a recusa, ainda no início de junho, não se sabem os motivos da demora em confirmar uma representante. Pode-se conjecturar algumas razões, como o fator financeiro, tal qual justificou Cloris Silva, contudo é provável terem conseguido o patrocínio do Estado, devido à mudança de decisão governamental e à própria constatação da presença de Cloris Silva no Congresso.⁴⁴

⁴² DEMETRIO, Lediane Araújo Pires. **Sufragistas paraenses**: a busca por emancipação política e social das mulheres no Pará nos anos de 1919 a 1932. 124 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023, p. 88–89.

⁴³ ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 104.

⁴⁴ FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. Ficha de adesão individual de Cloris Silva para o II Congresso Internacional Feminista. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txt_10_v2.

Imagem 1 – Ficha de inscrição no II Congresso Internacional Feminista

7.10

2.º CONGRESSO FEMINISTA

DA

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

AV. RIO BRANCO, 111 - Sala 608

(Formulário de adesão individual)

Nome: *Cloris Silva*

Endereço: *R. Trudencin 218*

Profissão: *Funcionária Fedelaf*

Deseja inscrever-se no 2.º Congresso Feminista?

Secções que interessam especialmente, e na organização das quaes deseja colaborar: _____

Secções em que apresentará theses: _____

Annexo envia a quota de inscrição: *vinte mil reis*

Fonte: SIAN. FBPF. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txt_10_v2.

Na imagem, a ficha de adesão individual indica o nome, o endereço, a profissão e o valor da inscrição. Um provável apoio governamental se fortalece quando conjecturam-se os custos da viagem, com transporte, alimentação e hospedagem. Além disso, Cloris Silva ainda precisou pagar pela sua inscrição ao Congresso, no valor de 20 mil réis, cujo salário de professora em repartições públicas não era o suficiente para o seu próprio custeio.

Além dela e a de Marina Cardoso, pelo Governo do Estado, também estavam indicadas como representantes do Pará, Noemia Coimbra do Rego Lins e Maria Aurora Pegado Beltrão.⁴⁵ Sobre Noemia Lins, pressupõe-se que a sua indicação provinha da Federação Brasileira, uma vez que ela morava no Rio de Janeiro e era irmã de Alice Pinheiro Coimbra, umas das principais integrantes da FBPF. Possivelmente, tal fato decorreu devido ao receio de o Pará não ter uma representante no evento, visto a ausência de relações de Noemia Lins com as feministas paraenses. Quanto ao outro nome indicado, Maria Aurora tinha uma trajetória no feminismo paraense e um vínculo prévio com o feminismo nacional, a partir da sua tentativa de alistamento eleitoral.

⁴⁵ FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. Lista das Congressistas Brasileiras do II Congresso Internacional Feminista. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txt_10_v4.

Apesar da presença paraense e da informação sobre apresentação de trabalhos, anteriormente mencionados, referente ao combate à lepra e o envio de uma tese elaborada por Elmira Lima,⁴⁶ tem-se na íntegra apenas o discurso proferido por Maria Aurora, publicado na “*Folha do Norte*” meses depois. Em conferência, destacou as suas atuações como feminista:

Penso que o meu característico de filha adotiva daquela terra longínqua que sofre sob o peso da premente situação financeira, não obstante ser uma das mais vastas e progressistas, não me impede do dever de agir e lutar abnegadamente e com interesse ao lado de minhas resolutas companheiras patricias, com o desejo único de vencer!... Vencer, porque nunca se entra em luta, seja ela de amor ou de ódio, sem ter o fito da vitória. Pois bem: esta vitória já é um fato; se não for definida hoje será amanhã. O que desejamos é que nos deem o que nos é permitido como brasileiras que desejam trabalhar pelo engrandecimento de seu país. Eu, em Belém do Pará, fui a primeira mulher, que, em 1929, talvez a mais humilde daquela terra paraense, encaminhei um requerimento ao dr. Juiz de direito do civil, pedindo a minha inclusão nos movimentos eleitorais. Neste gesto imitou-me uma cunhada. Foi indeferido. Não desanimei, não retrocedi, fiquei apenas aguardando a fecunda orientação da suprema diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.⁴⁷

Este excerto é o terceiro parágrafo do discurso de Maria Aurora, onde desenvolveu a sua opinião. Optou por trazer um panorama tanto do Pará quanto de si, tal escolha de elencar as dificuldades enfrentadas em seu estado reforça a ideia de heroísmo e a da coragem com que as feministas paraenses precisavam ter em prol de seus ideais. O otimismo e a confiança também regeram o sentimento do discurso: Maria Aurora acreditava na vitória, tanto em relação ao movimento, quanto em sua própria experiência, ao aguardar a oportunidade de se alistar no eleitorado, frente ao indeferimento de sua tentativa anos antes. Outros pontos presentes foram as motivações dos seus objetivos: o anseio patriótico de engrandecer o País, principalmente através do voto, com a colaboração política das mulheres – perspectiva presente durante todos os anos de funcionamento do grupo –; e por fim, ao mencionar as orientações da Federação, possibilitou uma perspectiva de unidade ao movimento feminista nacional, ao seguirem sob as mesmas influências guiadas pela FBPF.

Essas características discursivas refletiam as construções sociais de papéis de gênero do período, porque, apesar do discurso de contribuição das mulheres à pátria existir desde os primeiros anos republicanos, a função feminina a serviço da Nação intensificou-se no Governo Vargas, ao ser reforçado e ao agregarem novos valores e atribuições às mulheres. Assim, a figura feminina tornou-se um elemento importante ao País, no sentido de terem sido, consoante a constatação de Natascha Ostos, alvo de interesses e de políticas públicas, principalmente em

⁴⁶ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 2 de julho de 1931. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

⁴⁷ Folha do Norte. Belém, 21 de novembro de 1931, p. 2.

projetos de povoamento e de densidade demográfica, ou seja, relacionados às áreas da saúde pública, a da natalidade e a da maternidade.⁴⁸ Ademais, soma-se às políticas relacionadas às mulheres, a preocupação em constituir um novo cidadão brasileiro, a partir de um processo de formação e de educação.

Para a autora, no processo de significação da mulher brasileira, haveria uma relação entre a figura feminina e a natureza, ao serem transformadas em signo de vida, de vitalidade e de fecundidade, justamente os ideais almejados à pátria, à terra de fartura e à produtividade. Desta forma, percebe-se que as feministas adotaram o mesmo discurso público propagado, contudo, direcionado aos seus objetivos, com a contribuição feminina no engrandecimento da Nação e na aquisição de direitos para que pudessem atuar da melhor forma ao bem comum, além da incorporação das questões de saúde e as de natalidade ao movimento feminista, quando criaram uma seção específica em seu Congresso para debater tais problemáticas – proteção às mães e à infância. Além disso, o discurso de Maria Aurora pode ser enquadrado como um exemplo do uso de recursos argumentativos utilizados pelas paraenses nesse momento inicial de adesão delas ao movimento feminista nacional, enquadrando-se ao almejado pela FBPF.

Neste sentido, em relação à perspectiva de seguirem as orientações da Federação e propagarem uma unidade nacional aos grupos feministas, mesmo sob as diversidades de suas próprias integrantes e da “realidade” de cada local, percebe-se uma tentativa de fortalecer o movimento. Esta prática era uma das características das trajetórias e do processo de integração das mulheres ao feminismo deste período, visto que se compreende como uma ação estratégica para aderir novas simpatizantes e apoio às suas reivindicações, ao retratarem-se como uma organização coesa, possivelmente por serem ainda alvos constantes de posicionamentos contrários e receosos. Além disso, a construção dessa unidade pregaria a ausência de posturas desviantes ao premeditado pela Federação Brasileira e, assim, impediriam que a ideia de feminismo construída não fosse de alguma forma prejudicada, principalmente com movimentações mais radicais que desafiassem diretamente as hierarquias de gênero.

Por exemplo, no convite de reunião para a fundação do grupo informaram a respeito do vínculo estabelecido entre as feministas paraenses e a Federação: “As senhoras que tomaram a iniciativa de movimentar o feminismo no Pará, obedientes ao programa da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, pretendendo reunir-se e deliberar assuntos de relevância”.⁴⁹ Assim,

⁴⁸ OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. **Terra adorada, mãe gentil**: representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas, 1930-1945. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

⁴⁹ Folha do Norte. Belém, 20 de junho de 1931, p. 4.

elas deram prosseguimento ao que vinha sendo publicado nos periódicos com as atividades desempenhadas para participarem do Congresso. Contudo, apesar da iminência da data do evento, esta foi a primeira matéria de anúncio de reunião sem mencioná-lo, centrado unicamente no grupo e nas suas próprias abordagens temáticas e atividades a serem desenvolvidas, neste caso: a fundação do Departamento. Outras duas informações cabem mencioná-las: primeiro, um novo endereço à realização da reunião, rua dos Apinagés, nº 10, residência de Elmira Lima; segundo, a nomeação de novas integrantes, Ana Leopoldina Borges, Ana Fonseca, a médica Olga Paes de Andrade, a farmacêutica Antonina Prado e a professora Zuleika de Carvalho Nobre, sinalizando um crescimento de adesões ao grupo antes mesmo de sua fundação e integração de mulheres com outras atividades profissionais.

Os resultados da reunião do dia 21 de junho de 1931 só foram publicados no dia 25 de junho, e confirmava a fundação do grupo feminista paraense, nomeado primeiramente como Núcleo Paraense pelo Progresso Feminino. Apesar de não detalhar os acontecimentos da reunião, a publicação nomeou todas as mulheres integrantes do Núcleo, com a presença de Isabel Chermont como presidente de honra. Dessa forma, pelas poucas informações deste momento significativo à história do feminismo paraense, considera-se como relevante a descrição nominal de cada uma das participantes desta reunião, conforme a publicação no jornal “*Folha do Norte*”. Assim, a configuração do Conselho Diretor Provisório organizou-se em:

Quadro 1 – Conselho Diretor Provisório

Nomes	Cargos	Nomes	Cargos
Elmira Lima	Presidente	Marieta Campos	Diretora
Ana Leopoldina Borges	Vice-presidente	Olympia Martins	Diretora
Cloris Silva	1ª secretária	Petala Fender	Diretora
Antonina Prado	2ª secretária	Ana Fonseca	Colaboradora
Felys Benoliel	3ª secretária	Antonia Rodrigues de Sousa	Colaboradora
Olga Paes de Andrade	Tesoureira	Carmem Rodrigues de Sousa	Colaboradora
Dolores Nunes	Diretora	Clara Martins	Colaboradora
Esther Nunes Bibas	Diretora	Edith Barriga Cavalcante	Colaboradora
Helena Souza	Diretora	Herminia Flavia Miranda	Colaboradora
Juanita Machado	Diretora	Maria de Jesus Marques	Colaboradora
Maria Costa Paraense	Diretora	Zuleika de Carvalho Nobre	Colaboradora

Fonte: Folha do Norte. Belém, 25 de junho de 1931, p.1.

Além destas, embora não estivessem presentes, vale destacar que Felys Benoliel indicou como colaboradoras: Rachel Levy, Ermelinda de Almeida, Maria Izaura de Moraes, Alzira Cruz e Adalcinda Camarão. Por fim, constatou-se também a presença masculina, ao integrarem-se como colaboradores: Lucilo Fender, João Novaes, Archimimo Lima, José Coelho de Moraes e Ribamar de Moura.⁵⁰

A nomeação de tantas mulheres consolidou as informações anteriormente publicadas sobre a crescente adesão de senhoras e senhoritas ao grupo, em um total de 27 mulheres integrantes e apoiadoras do Núcleo. Além disso, constata-se nos cargos de liderança a presença daquelas mais atuantes no processo de instalação e referentes às atividades da Delegação Paraense. Em relação aos homens, estes tinham algum vínculo de parentesco ou aproximação com estas mulheres: Lucilio Fender, médico, poeta e jornalista, com Petala Fender; Archimimo Lima, engenheiro e líder espírita, era marido de Elmira Lima; José Coelho de Moraes com Maria Izaura de Moraes; e por fim, Ribamar de Moura, advogado e jornalista fora aluno e amigo de Cloris Silva, e também amigo de Maria da Costa Paraense.

Essas relações caracterizam o feminismo no meio familiar, presente nos espaços públicos e privados de suas integrantes, não apenas com os participantes masculinos, mas também entre as associadas. Por exemplo, embora careça de informações sobre suas trajetórias, sugere-se o provável vínculo familiar entre Antonia e Carmem Rodrigues de Sousa, devido aos mesmos sobrenomes; além de Rachel Levy, embora não tenha comparecido no dia da instalação, ser sobrinha de Felys Benoliel.

Referente à nomeação de homens como colaboradores, infere-se um anseio das feministas extremo-nortistas em agregá-los como membros efetivos do grupo, na contracorrente da instituição matriz. Tal característica permanece no processo de formulação do Estatuto, até 1932, quando Cloris Silva questionou: “Desejávamos uma informação. É possível aceitarmos no quadro social senhores? Não deveríamos juntar à fórmula de estatutos que vimos observando um regulamento interno?”.⁵¹ No processo de institucionalização, identificam-se as dúvidas quanto à formulação do Estatuto para não desviar das premissas da Federação Brasileira, uma vez que era instituído como obrigatoriedade – para ser considerada uma filial – a semelhança com a FBPF. Quanto ao Regulamento Interno, não há mais informações; todavia, esse parco registro demarca as individualidades das paraenses, cujo provável apoio masculino de modo associativo beneficiaria o grupo.

⁵⁰ Folha do Norte. Belém, 25 de junho de 1931, p. 1.

⁵¹ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 25 de setembro de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_49.

Em contrapartida, há nas documentações remanescentes do DPPF um esboço de estrutura do *Estatuto para Filiais Estaduais*, carimbado com o selo do Departamento Paraense; provavelmente, esse foi o modelo que as belenenses se basearam para formular o delas, uma vez que o documento final não consta no acervo digital. Ao considerar como modelo base, embora esteja em péssimo estado de nitidez, é possível ler no Art. 1º a caracterização das componentes: “número ilimitado de senhoras viúvas, casadas e solteiras que saiba ler e escrever, de idade mínima de dezesseis anos”.⁵² Assim, supõem-se uma resposta negativa à dúvida de Cloris Silva, quando apenas mulheres poderiam participar. Correlacionado, embora sem restrições ao estado civil das componentes, confirma-se a delimitação de classe social, onde precisavam ser alfabetizadas para poderem integrar o movimento feminista.

Em continuidade nas análises das filiadas, percebe-se a ausência de alguns nomes relacionados ao movimento feminista, como as representantes do Pará no II Congresso, Marina Cardoso e Maria Aurora, além de Corina Pegado atuante nas mobilizações da Delegação. Sobre a primeira, supõe-se que seu envolvimento se deveu apenas por indicação do Interventor e não teria pretensões maiores de integrar-se. Em relação à Maria Aurora, não se encontrou nenhum motivo aparente para sua não filiação, e seu nome só apareceu novamente ao solicitar à Bertha Lutz que Celina Pegado fosse nomeada para algum cargo na diretoria do Departamento.⁵³ Por último, a ausência do nome de Corina Pegado teria sido um erro técnico, pois houve uma nota publicada questionando a ausência dela, visto sua trajetória ter imposto “à simpatia e admiração das feministas paraenses”.⁵⁴ Em resposta, o Núcleo informou sobre “um lamentável descuido” que ocasionou a ausência do nome de Corina Pegado como uma das diretoras,⁵⁵ e posteriormente com a decisão de manter a formação da diretoria provisória, Corina Pegado ocupou o cargo de tesoureira.⁵⁶

A fundação foi comunicada à Federação Brasileira em um telegrama de 24 de junho de 1931, o qual informava a presença de mais de 30 pessoas, “inclusive vultos relevos sociais”, onde constatou a instalação do Núcleo e do corpo administrativo com aclamação unânime, além de destacar a presença de Isabel Chermont como presidente de honra da reunião, como uma

⁵² DEPARTAMENTO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO. Estatutos para Filiais Estaduais. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_efi_dpb_01.

⁵³ COIMBRA, Alice Pinheiro. [Correspondência]. Destinatário: Elmira Lima. Belém, 20 de julho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_54.

⁵⁴ Folha do Norte. Belém, 27 de junho de 1931, p. 2.

⁵⁵ Folha do Norte. Belém, 28 de junho de 1931, p. 8.

⁵⁶ O Estado do Pará. Belém, 28 de julho de 1931, p. 4.

homenagem aos seus serviços prestados à causa.⁵⁷ A informação sobre a presença de “vultos de relevo social” foi novamente frisado em outra comunicação ao Rio de Janeiro, o que acaba por configurar como uma questão relevante, ao possivelmente contribuir às feministas paraenses uma rede de apoio influente na sociedade belenense e a facilitação em suas mobilizações. Inclusive, essa correspondência foi publicada no jornal “*A Esquerda*”, do Rio de Janeiro, ao anunciarem a fundação da filial da Federação Brasileira no Pará,⁵⁸ e corrobora com a perspectiva de que elas também pretendiam uma visibilidade nacional.

Nessa conjuntura, apesar das comunicações e do vínculo com a Federação, a fundação do Departamento foi um ato independente das feministas paraenses, ou seja, não garantiu uma filiação automática. Assim, elas precisavam se adequar e cumprir com determinadas questões para poderem ser incluídas, tanto que solicitaram o envio de trabalhos feministas realizados pelos grupos colaboradores da FBPF, com pretensões de analisá-los e inseri-los nas suas atividades, uma vez que acreditavam que tal ação facilitaria seu processo de filiação, como se constatou na seguinte afirmação de Elmira Lima: “a fim de que julgando do merecimento dos mesmos trabalhos possa o referido núcleo ter a pretensão de ser incluído no número de suas filiais”,⁵⁹ justamente para se alinhar às propostas da Federação Brasileira.

Em resposta, Alice Coimbra, secretária da FBPF, ao saber das pretensões do Núcleo em “trabalhar pelos mesmos ideais”, comunicou: “[sobre o envio] do esboço de estatutos pelos quais a novel associação poderá filiar-se [...], desde que aceite integralmente os mesmos fins, tal como tem sucedido com outras associações que são nossas filiais”.⁶⁰ Assim, percebe-se uma das formas que as feministas do Rio de Janeiro regiam e controlavam as suas filiais pelo Brasil, através da regulamentação interna dos grupos, cujos Estatutos e finalidades deveriam estar em comum acordo com as pretensões da Federação Brasileira, sem exceções. Essas exigências para a filiação aparentam um difícil alcance, visto que, passados mais de um mês, ainda não estava implementada, como Alice Coimbra alegou:

Incluso remetemos a minuta de Estatutos para “Departamento Estadual” e talvez presentemente de mais fácil execução. Isso, porém, no caso da Sra. não ter ainda conseguido congregar elementos femininos para a fundação de uma Filial da

⁵⁷ NÚCLEO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO. [Correspondência]. Destinatário: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Belém, 24 de junho de 1931. 1 telegrama. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

⁵⁸ A Esquerda. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1931, p. 3.

⁵⁹ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Carmem Portinho. Belém, 2 de julho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

⁶⁰ COIMBRA, Alice Pinheiro. [Correspondência]. Destinatário: Elmira Lima. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

Federação em Belém, segundo a fórmula de Estatutos que lhe enviamos há mais tempo.⁶¹

A Federação Brasileira tinha diversas categorias de filiação e determinadas configurações para cada uma; em seu Estatuto de 1927, o Capítulo II refere-se à constituição da Federação por: a) Departamentos centrais, na capital da República; b) Filiais nos Estados e Departamentos Estaduais; c) Representantes individuais; d) Associações Federadas.⁶² O que explica suas filiais nomear-se como Federação ou Departamento. Contudo, ao compará-las, não se identificou nenhuma grande disparidade entre as filiais no quesito métodos gerais de mobilização ou reivindicações. Assim, as diferenças seriam mais teóricas do que práticas em relação à estrutura dos grupos, como número de filiadas e outras exigências burocráticas determinantes ao nome e ao tipo de integração. Nesta perspectiva, cabe frisar a autonomia dos grupos feministas pelo Brasil na execução de suas atividades, como ressaltou a historiadora Emelly Facundes ao debater sobre a filial pernambucana da Federação Brasileira, em que no processo de construção dos seus discursos e atividades procuravam dar “visibilidade positiva para as pautas feministas em seus respectivos estados”,⁶³ ou seja, precisavam se adequar aos seus respectivos contextos e situações locais. Tal compreensão rege a caracterização e análise referente ao Departamento Paraense, ao identificar as suas particularidades como um grupo feminista e adequações das atividades ao cenário belenense.

Em relação à qual categoria de filiação o grupo paraense seria, o primeiro envio direcionava-se à instalação de uma “Federação”, em conformidade às orientações recebidas, como foi noticiado pelo jornal “*O Estado do Pará*” sobre a alteração nominal, quando informaram: “Em obediência aos estatutos e as instruções recebidas do Rio, o Núcleo Feminista Paraense, passou a denominar-se Federação Paraense pelo Progresso Feminino”.⁶⁴ Entretanto, como se notou na carta anterior, elas parecem ter tido dificuldades em enquadrar-se nos requisitos, e uma nova sugestão foi oferecida para denominarem-se como “Departamento Estadual”.

⁶¹ COIMBRA, Alice Pinheiro. [Correspondência]. Destinatário: Elmira Lima. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

⁶² FEDERAÇÃO BRASILEIRO PELO PROGRESSO FEMÍNINO. **Estatutos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. Rio de Janeiro: Pap.Americana – Assembleia, 1927, p.4. Centro de Memória da Unicamp. Código: BR SPCMU AG-3-2-14-40.

⁶³ FACUNDES, Emelly Sueny Fekete. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937)**. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018, p. 44.

⁶⁴ O Estado do Pará. Belém, 28 de julho de 1931, p. 4.

Por conseguinte, conseguiram adequar-se ao outro Estatuto de filiação e permaneceram como Departamento Paraense pelo Progresso Feminino, como constatou Cloris Silva: “[era a] solução mais acertada e que preenche lacunas embaraçosas à constituição de uma Federação, nesta capital”.⁶⁵ Esses entraves recaíram na aquisição de sócias e sugere tanto um número mínimo para consagrarem-se como uma Federação, onde as 27 colaboradoras iniciais não formaram quórum suficiente, quanto às dificuldades logo em seus primeiros meses em filiar outras mulheres. Nos jornais, a primeira notícia com o novo nome foi em 29 de setembro de 1931,⁶⁶ mas ainda existia certa confusão junto aos jornais, ao permanecerem publicando por certo tempo como “Federação Paraense pelo Progresso Feminino”.⁶⁷

Essa questão de titulação não encerrou no ano de 1931, anos depois, em maio de 1936, nota-se um anseio das feministas paraenses em retomar a ideia de serem uma “Federação”. Por isso, Cloris Silva relatou a decisão do grupo, após uma reunião, de “transformar a representação paraense da FBPF (o que realmente somos até agora) em federação”. Aparentemente, o tema principal de debate deste encontro fora o “desenvolvimento ao trabalho feminista”, visto encontrar-se “ultra-moroso”, devido à falta de adesões,⁶⁸ ou seja, provavelmente acreditavam que uma repaginação do grupo ocasionaria na reconfiguração de sua imagem e no modo como eram percebidas pela sociedade belenense, com mais independência e autonomia. Uma vez que sairiam de uma “representação paraense” para uma organização aliada, componente importante, e poderia ser mais atrativo às mulheres aderirem.

Entretanto, ainda necessitaram do auxílio da Federação Brasileira nessa mudança, principalmente para serem atualizadas sobre as normas do Estatuto e poderem criar o seu próprio. Vale ressaltar, tal modificação não era uma pretensão de desvincularem-se do grupo feminista do Rio de Janeiro, ou apresentarem outras perspectivas emancipatórias, visto a preocupação de Cloris Silva quando ressaltou a respeito: “Desejamos [...] não discordarmos em nem um ponto de vista ou mesmo em artigo”.⁶⁹ Com efeito, ao precisarem dessa documentação, as paraenses estavam dependentes do envio por parte da FBPF, o qual, dois meses depois, ainda não havia encaminhado às paraenses, uma vez que Antonina Prado o solicitou com urgência

⁶⁵ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Pinheiro Coimbra. Belém, 17 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

⁶⁶ O Estado do Pará. Belém, 29 de setembro de 1931, p. 1.

⁶⁷ Folha do Norte. Belém, 10 de novembro de 1931, p. 5.

⁶⁸ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Georgina Vianna. Belém, 29 de maio de 1936. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_38.

⁶⁹ Ibid.

e,⁷⁰ novamente em novembro de 1936, ela insistiu para ser enviado.⁷¹ Deste desfecho, não foi possível localizar nenhuma carta-resposta às paraenses e, devido ao espaçamento entre as correspondências remanescentes, podem ter solicitado mais uma vez ou reclamado sobre a demora, sabe-se apenas que em 1937 essa questão não fora mencionada e permaneceram como “Departamento”.

Sobre esta demora e o silêncio por parte da Federação, perguntas sem respostas podem ser destacadas, principalmente em relação às intenções da FBPF, dado que, para uma organização caracterizada pela constante comunicação com suas filiadas, estranha-se a constatação de Antonina Prado sobre uma ausência de cartas vindas do Rio de Janeiro, ao reclamar: “há muito que não chega correspondência da Federação”.⁷² Estariam as feministas cariocas as ignorando deliberadamente por discordarem dessa decisão, tanto pelos critérios para ser uma “federação” quanto por não quererem perder esta dependência? Ou estariam ocupadas com os acontecimentos a ocorrer na capital do País, como a posse de Bertha Lutz na Câmara dos Deputados?

Deste acontecimento, percebe-se um fator em comum com o primeiro ano de funcionamento do grupo: a tentativa de agregar mais sócias. Essa questão apresentou-se como um dos principais temas de preocupação das feministas no processo de fundação e de consolidação do Departamento. Desta dificuldade em ampliar o número de associadas, uma das suas estratégias adotadas para solucionar esse problema foi a divisão em três valores das contribuições mensais das filiadas, para facilitar a admissão “de todas as mulheres que desejarem fazer parte”, como explicam em uma publicação no “*O Estado do Pará*”,⁷³ ou seja, haveria uma correspondência nas mensalidades conforme as condições financeiras da integrante e ampliariam o alcance para mais mulheres participarem.

Contudo, não há informações sobre a continuidade desta política ao longo dos anos ou se foi bem-sucedida, porém, pela presença de algumas reclamações referentes ao financeiro do Departamento, é provável uma ineficácia de tal normativa. Porquanto, no ano seguinte, Cloris Silva constatou o desequilíbrio entre o número de sócias e a receita do grupo, sem muitos detalhes, “porque a quitação é um caso indemonstrável”. Apesar da situação, a diretoria não pretendia se “desgostar” com essas mulheres, ao realizar algum tipo de cobrança, e a secretária

⁷⁰ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Georgina Viana. Belém 19 de julho de 1936. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_38.

⁷¹ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 13 de novembro de 1936. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_38.

⁷² PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Georgina Viana. Belém 19 de julho de 1936. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_38.

⁷³ O Estado do Pará. Belém, 28 de julho de 1931, p. 4.

do DPPF acreditava que elas ainda “podem dar ótimo trabalho” às atividades desenvolvidas.⁷⁴ Assim, constata-se uma prática de concessão do cotidiano para a continuidade de suas ações, ao priorizar a permanência das integrantes, frente a uma possível dissidência por motivos financeiros e um prejuízo às realizações de suas mobilizações.

Por último, neste processo de formação do Departamento e antes mesmo de firmarem-se como filiadas oficiais da Federação, anunciaram abertamente suas pretensões de seguirem os mesmos objetivos, como respondeu Felys Benoliel em uma entrevista à “*Folha do Norte*”, eis as suas considerações:

- Quais os fins do núcleo feminista paraense?
- São os mesmos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que têm por fim agitar em nossa terra os princípios reivindicadores dos direitos da mulher. Obedientes, ao programa, iniciamos aqui o movimento que se auspicia fadado a sucessos, prestigiado pelos líderes mais representativos da sociedade paraense. Nós, deste extremo norte, emprestando o nosso concurso ao movimento feminista, enfileiramo-nos, assim, entre as legionárias desta honra de civismo e amor ao país, dando o nosso patriotismo e as nossas energias moças em prol do *alevantamento* moral da nossa pátria.⁷⁵

Diferente de algumas publicações anteriores, como a do dia 20 de junho de 1931, que ressaltou somente questões morais e intelectuais como anseios da organização, nesta, a feminista deixou explícito os objetivos direcionados às reivindicações de direitos. Todavia, permanece o sentido de auxílio à Pátria e a ênfase nos benefícios que trariam com suas participações públicas, além da segurança em relação à vitória do feminismo. Um dos motivos seria justamente a aceitabilidade por parte de personalidades influentes, não por acaso, ressaltaram a presença de “vulto de relevos sociais” em sua organização, garantindo a credibilidade necessária. Em conformidade, ao analisar o mesmo fragmento, Maria Luzia Álvares ressaltou que os objetivos também recaíam em tornar o movimento mais conhecido, bem como buscar adesão de personalidades políticas locais, para assim contribuírem em suas reivindicações, a exemplo do voto feminino.⁷⁶

Desta forma, diferentes mobilizações foram adotadas na trajetória da fundação do Departamento, cujas práticas foram analisadas sob o termo de estratégia. Assim, compreendeu-se, a partir de Jacques Revel, quais tipos de recursos dispunham frente à configuração social vivida, e as formas como elas se orientavam, tanto na continuidade do Departamento quanto

⁷⁴ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 25 de setembro de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_49.

⁷⁵ Folha do Norte. Belém, 26 de julho de 1931, p. 7.

⁷⁶ ÁLVARES, Saias, laços & ligas, p. 399.

para reforçar os seus ideais, ou seja, a partir de limitadas possibilidades, do lugar social ocupado e das representações, compreender suas escolhas cotidianas.⁷⁷ Desse modo, destas variadas estratégias adotadas pelas feministas frente aos confrontos comuns ao seu período de funcionamento, percebe-se uma constância em determinadas práticas, cuja utilização serve de suporte para inserção de outras.

Dessas movimentações, destacam-se os usos dos meios de comunicação e as articulações empregadas com diferentes grupos sociais, denominadas como bases estratégicas, por serem também essenciais à mobilização e à continuidade do Departamento. Assim, os seguintes tópicos centram-se no desenvolvimento e nas diferentes ocasiões com que tais estratégias foram utilizadas, iniciando pelos meios de comunicação, com o uso mais frequente dos jornais e uma breve oportunidade na rádio. Nesta perspectiva, as publicações nos periódicos não se redigiram impensadamente, ao contrário, as matérias e as relações estabelecidas com os diretores dos jornais tinham como finalidades: contribuir na manutenção do Departamento e na implementação de suas reivindicações, ao favorecerem a imagem e aceitabilidade do grupo à sociedade belenense.

Junto ao rádio, esses meios de comunicação constituíram uma das principais estratégias utilizadas pelas feministas, tema que será analisado na próxima seção.

1.2 Feministas nos meios de comunicação: estratégias e desafios

As relações entre os meios de comunicação e as feministas antecedem a fundação do Departamento Paraense. Os veículos midiáticos apresentavam possibilidades para diferentes movimentos e ideais, onde poderiam expor suas opiniões e posicionamentos, divulgar e propagar suas convicções. Na década de 1930, os impressos e as emissoras de rádios eram as principais mídias formadoras de opiniões, e constantemente utilizados como ferramentas publicitárias por diferentes grupos, incluindo as feministas, na propagação de suas convicções. Desta forma, estabelecer um espaço nesse meio oportunizou a ampliação das redes de apoio, consolidação e crescimento do grupo, em simultâneo, promoviam maior visibilidade às suas reivindicações, ou seja, configuravam-se de suma importância como ferramenta de estratégia e propagação feminista, principalmente para o Departamento recém-fundado.

Parcerias foram estabelecidas com os jornais “*Folha do Norte*” e “*O Estado do Pará*”, bem como com a primeira emissora de rádio do Estado, a Rádio Clube do Pará. Com estas

⁷⁷ REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 434-444, 2010.

relações, obtiveram um espaço maior para alcançar diferentes grupos sociais, devido tanto ao barateamento dos custos dos diários quanto à difusão dos aparelhos de rádio e à prática de instalação de alto-falantes em praças públicas. Também possibilitou uma tentativa de reversão na imagem do movimento feminista, visto que – desde o seu surgimento – fora percebido negativamente, com as alegações de causarem prejuízos às normas da sociedade e da família, o que dificultava a obtenção de mais apoiadores e conseqüentemente a consolidação das suas reivindicações. Cabe mencionar, os discursos eram propagados nos mesmos veículos, consolidando a perspectiva dos meios de comunicação como espaços complexos e de disputas de poder, sujeitos a interesses particulares.

Nesta perspectiva, ressalta-se a importância das mídias na propaganda de suas reivindicações e do movimento feminista, ao procurarem constantemente fazer uso delas. Por exemplo, durante uma campanha nacional pró-voto feminino protagonizado pelas organizações associadas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Alice Coimbra sugeriu à Elmira Lima: “[uma] propaganda eficiente em prol do voto feminino poderá ser feita pelos seguintes meios: 1°) Entrevistas aos jornais do local; 2°) Artigos; 3°) Palestras pelo rádio; 4°) Petições”.⁷⁸ Em tais passos, fica evidente o quanto esses meios de comunicação eram relevantes ao movimento feminista, principalmente na consolidação de suas causas, devido à influência desses veículos na sociedade. Mesmo antes desta carta, as paraenses já se utilizavam dos impressos, contudo, pode ter sido a partir desta missiva que vislumbraram as possibilidades na rádio.

Em que pese a relevância dos jornais e do seu uso mais duradouro pelas feministas paraenses, a obtenção de espaço para publicação constituiu-se em um dos principais objetivos do grupo. Concernente a este assunto, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, os veículos impressos eram fundamentais na divulgação e na disseminação de valores, usados propositalmente com esta finalidade, para que mais pessoas pudessem se identificar e aderir à determinada cultura política,⁷⁹ neste caso, ao feminismo. Contudo, justamente por se constituir como espaço para divulgar suas perspectivas ao público, não era o único grupo social interessado em utilizar-se do mesmo veículo. Na complexidade jornalística, Tania de Luca ressaltou como um espaço de luta simbólica, demarcado por interesses políticos da própria redação, mas também como uma

⁷⁸ COIMBRA, Alice Pinheiro. [Correspondência]. Destinatário: Elmira Lima. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_54.

⁷⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 13–37.

imprensa-empresa, necessitada de recursos para manter seu funcionamento, por isso seu caráter comercial.⁸⁰

Em conformidade, nas relações das feministas com os meios de comunicação, destaca-se o uso mais frequente dos jornais, devido aos vínculos prolongados mantidos com os proprietários e jornalistas dos periódicos, o que garantiu espaços para as publicações, mas com inconstâncias ao longo dos anos. Diferente do uso e da presença feminista nas programações radialistas, com parceria episódica ao ano de 1931, houve repercussão no primeiro mês do ano seguinte, além de uma proposta de restabelecimento pouco vindoura em 1936.

Desta forma, pela importância que tiveram, a análise inicia-se pelas relações com os jornais, principalmente a “*Folha do Norte*” e “*O Estado do Pará*”, com os quais estabeleceram relações diretas com seus proprietários: Paulo Maranhão e Afonso Chermont, respectivamente. É válido mencionar um histórico em ambas as linhas editoriais, a respeito de matérias relacionadas ao feminismo. Nas décadas anteriores, percebe-se um crescimento no número de publicações voltadas ao tema, tanto a favor quanto contra. Em relação aos artigos favoráveis, destaca-se como exemplo, os artigos opinativos sobre o sufrágio feminino na “*Folha do Norte*” nos anos 1920⁸¹ ou a coluna direcionada especificamente para este tema, denominada “*O Feminismo Triunpha*” no “*O Estado do Pará*”, assinada por Felipe Camarão, em 1913.⁸²

Tal incidência, provavelmente, deve-se à própria trajetória dos proprietários, ao possuírem relações com as feministas. Assim, conforme o historiador e político Jean-Noël Jeanneney, torna-se importante ressaltar as relações dos jornalistas e dirigentes da imprensa, compreender seus vínculos e suas aproximações com outros sujeitos sociais e da mídia, possibilitando a compreensão da imprensa em si e as matérias divulgadas.⁸³ Sobre Paulo Maranhão, sabe-se da sua amizade com Elmira Lima, primeira presidente do Departamento, desde 1914, quando ela publicou o seu livro *Alma em Rythmos* e dedicou um dos seus sonetos para ele;⁸⁴ além disso, enquanto Deputado Federal (1924-1930) correspondeu-se com Bertha Lutz sobre o pedido de alistamento eleitoral das paraenses Maria Aurora e Corina Pegado, em 1929.⁸⁵ Essas comunicações demonstram uma preocupação e atenção por parte do jornalista

⁸⁰ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2021, p. 149–178.

⁸¹ ÁLVARES, Ormindia e Eneida: duas versões do feminismo paraense, p. 130.

⁸² Estado do Pará. Belém, 7 de maio de 1913, p. 1.

⁸³ JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, p. 213–230.

⁸⁴ LIMA, Elmira. **Alma em Rythmos**. Pará: Typ. Delta, 1914, p. 42.

⁸⁵ MARANHÃO, Paulo. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 10 de março de 1929. 1 telegrama. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a929_69_v3.

com os acontecimentos feministas, além de um aparente acompanhamento das atividades da Federação Brasileira, ao ter sido ele quem primeiro iniciou a comunicação quando enviou um telegrama para Bertha Lutz, e em resposta ela solicitou “a hospitalidade da ‘*Folha do Norte*’ para o material de propaganda” sobre o voto feminino.⁸⁶

Da mesma forma, Bertha Lutz solicitou a Afonso Chermont a colaboração do “*O Estado do Pará*” no caso Maria Aurora e Corina Pegado, para a publicação dos materiais pró-voto.⁸⁷ Além disso, a família Chermont era ativa nas reivindicações feministas, exemplo do então senador Justo Chermont, com o projeto nº 102 de 17 de dezembro de 1919, concedendo o voto às mulheres, além de sua esposa, Isabel Chermont, era ativa na participação de grupos feministas no Rio de Janeiro, como mencionado anteriormente. Essas evidências demonstram que os jornais e os seus respectivos proprietários tinham um histórico de apoio às causas feministas, mesmo antes da fundação do Departamento, o que facilitou a comunicação inicial entre o grupo e estes periódicos em específico para as publicações almejadas.

Sobre os outros jornais paraenses deste período, nenhum vínculo direto entre as diretorias foi identificado, o que não quer dizer que deixaram de publicar algumas matérias sobre o movimento ou contavam com contribuições individuais de alguns colaboradores desses periódicos. Dentre eles, sabe-se apenas de dois, “*O Imparcial*” com matérias sobre o feminismo em outros países, como no Uruguai,⁸⁸ e a colaboração de Ribamar de Moura, caracterizado como “entusiasta sincero do movimento feminista” por Cloris Silva, devido suas publicações nesse jornal a partir de uma ação de propaganda em parceria com ela, quando ainda encontravam dificuldades em fundar o DPPF.⁸⁹ Outro periódico era a “*Crítica*”, com a mesma ausência de parceria entre a redação e a diretoria do Departamento Paraense, mas contava com a colaboração de uma das suas filiadas, a professora Dolores Nunes, ao publicar seus artigos de opinião sobre a emancipação feminina.⁹⁰

Um adendo, a participação de Dolores Nunes no periódico pode exemplificar a atuação das feministas na imprensa, ou melhor, de que forma integraram-se nesse meio para além das intenções atreladas ao Departamento Paraense. Como colaboradoras, Felys Benoliel e Olympia Martins ultrapassaram as fronteiras regionais e tinham vínculos com as revistas cariocas “*Vida*

⁸⁶ LUTZ, Bertha. [Correspondência]. Destinatário: Paulo Maranhão. Rio de Janeiro, 8 de março de 1929. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a929_69_v3.

⁸⁷ LUTZ, Bertha. [Correspondência]. Destinatário: Afonso Chermont. Rio de Janeiro, 8 mar. 1929. 1 carta. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a929_69_v3.

⁸⁸ O Imparcial. Belém, 17 de fevereiro de 1930. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eor_dci_rjr_35.

⁸⁹ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz, Ormind Bastos e Alice Coimbra. Belém, 21 de maio de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txt_10_v08.

⁹⁰ Crítica. Belém, 16 de janeiro de 1932. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eor_cdi_rjr_75.

Doméstica” e “*Brasil Feminino*”, respectivamente, na função de correspondentes da capital paraense. Assim, enquanto Olympia Martins chegou a obter espaços para artigos de opinião, exemplo da matéria *A cultura musical do Brasil através dos tempos*,⁹¹ a partir de sua perspectiva como musicista, ou sobre os aspectos arquitetônicos e paisagísticos urbanos de Belém;⁹² Felys Benoliel concentrou-se como uma das responsáveis em fomentar a seção *Vida Doméstica Paraense*, com fotos e pequenas legendas da elite regional, além disso, era identificada como redatora dos periódicos locais “*Jornal de Belém*” e “*Guajarina*”.⁹³ Enquanto elas integravam o meio jornalístico, outras feministas apareciam nos impressos em notas sociais de aniversário, de casamento ou de informações profissionais: por exemplo, Olga Paes de Andrade comemorou seu aniversário em 29 de julho;⁹⁴ a filha de Anna Leopoldina, Aurea Borges casou com o comandante José Gondim;⁹⁵ e Zuleika de Carvalho Nobre, professora de prendas domésticas, requereu ao interventor um cargo público vago no Jardim de Infância.⁹⁶ Assim, na multiplicidade da presença e da atuação das feministas nos periódicos, a utilização dos diários em nome do Departamento Paraense representava apenas uma parcela do significado midiático para essas mulheres.

Retomando as relações do grupo com os jornais, principalmente aqueles com quem estabeleceram uma rede de apoio, as comunicações iniciaram poucos meses antes da instalação do DPPF. O primeiro registro constou na carta de 23 de maio de 1931, ao conversarem com Ferreira de Lemos, diretor provisório da “*Folha do Norte*” – decerto a comunicação fora antes de março de 1931, momento em que Paulo Maranhão retorna à direção do jornal, uma vez que se encontrava afastado por motivos políticos –, sobre um possível apoio às feministas, cuja resposta não foi imediata, como informou Cloris Silva ao ficarem “esperando o resultado de suas observações”.⁹⁷ Esta antecipação para consolidarem um jornal como apoiador e aberto às suas publicações sugere uma mobilização estratégica, no almejo em receber uma boa receptividade logo em suas primeiras atividades e também terem um espaço para anunciar essas movimentações, naquele momento, voltadas para a participação no II Congresso Internacional Feminista.

⁹¹ Brasil Feminino. Rio de Janeiro, n. 11, abr. 1933, [s/p].

⁹² Brasil Feminino. Rio de Janeiro, n. 12, mai. 1933, [s/p].

⁹³ Vida Doméstica. Rio de Janeiro, n. 150, set. 1930, [s/p].

⁹⁴ Estado do Pará. Belém, 29 de julho de 1917, p. 2.

⁹⁵ Estado do Pará. Belém, 1 de setembro de 1913, p. 2.

⁹⁶ Folha do Norte. Belém, 9 de janeiro de 1931, p. 2.

⁹⁷ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Ormind Bastos. Belém, 23 de maio de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

Todavia, essa espera prolongou-se até o retorno de Paulo Maranhão às redações do seu periódico, em que se conjectura a obtenção de um parecer favorável e o estabelecimento de uma parceria, devido às publicações aparecerem somente no fim de maio de 1931. Destas, ressalta-se a primeira notícia sobre as movimentações feministas paraenses, importantíssima ao considerar a imagem que desejavam passar ao público leitor, a primeira impressão e os recursos de escrita utilizados para agregar valor e importância ao grupo, em um exemplo de como as publicações jornalísticas eram utilizadas de modo tático na propagação do feminismo. Segue-se:

Vae ser intensificado o movimento feminista no Pará
 Estando a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, cuidando de realizar em sua sede, na cidade do Rio de Janeiro, o 2º Congresso Feminista do Brasil, a sua ilustre presidente, sra. Bertha Lutz, dirigiu-se por ofício à delegação paraense daquela Federação, fazendo honroso convite.
 Pretende a sra. Bertha Lutz e, com ela, a nossa distinta conterrânea dra. Ormind Bastos, antiga colaboradora da FOLHA e hoje consultora jurídica da Federação, que o Pará desta vez se faça representar naquele congresso e, se possível, também outros Estados da Amazônia.⁹⁸

Pelo título da notícia *Vae ser intensificado o movimento feminista no Pará*, tinha-se a percepção da existência de um movimento feminista paraense anterior, muito provavelmente devido aos artigos de décadas anteriores a favor da emancipação feminina. Assim, configura a existência de outro tipo de feminismo, o qual Céli Pinto denominou como “feminismo difuso”, uma vertente caracterizada por publicações na imprensa, por mulheres intelectuais ao abordarem diferentes temáticas emancipacionistas.⁹⁹ Neste sentido, um grupo organizado seria fator de intensificação de um movimento já existente, além de obterem reconhecimento nacional, ao serem formalmente convidadas por uma figura de grande prestígio, Bertha Lutz. Outra informação relevante e estratégica na configuração da imagem ao público, foi a vinculação da Delegação Paraense à Federação Brasileira, ao transferir para o grupo a notoriedade e valores consolidados pela FBPF, em uma forma de trazer prestígio e impedir que fossem atreladas a outros tipos de feminismos mais repudiados, como também a relevância e a importância da presença das paraenses em um congresso internacional. Assim, reforça-se mais uma vez as intenções das belenenses em frisar o vínculo com instituições da capital brasileira, onde pode aparentar dependência, ressaltam-se suas ambições e os benefícios que poderiam angariar.

⁹⁸ Folha do Norte. Belém, 3 de junho de 1931, p. 2.

⁹⁹ PINTO, **Uma história do feminismo no Brasil**, p. 15.

Outro artifício foi o de mencionar Orminda Bastos, por seu reconhecimento local com as antigas colaborações jornalísticas e crescentes contribuições na capital do país, reforçando uma relação entre Belém e Rio de Janeiro. Por conseguinte, apesar de não estarem formalmente fundadas, não deixaram de informar sobre a realização de reuniões e estarem recebendo várias adesões, mesmo sem nenhum tipo de divulgação impressa anterior; dessa forma, demonstram tanto o interesse autônomo das paraenses de formar um grupo feminista, quanto as suas redes de sociabilidade. Essa primeira notícia sobre a Delegação Paraense trouxe muitos elementos para contribuir positivamente na imagem delas, possivelmente favorecendo uma agregação de maiores colaborações e adesões posteriores, além de uma boa receptividade do público. Nos meses subsequentes, variadas reportagens e notas foram publicadas – sobre o Congresso e o grupo – os quais evidenciam certa relevância dada pela imprensa e as formas de publicização realizadas pelas feministas.

Posteriormente, com a fundação oficial do Departamento, os jornais foram percebidos como bons apoiadores, ao publicarem o “que se tem feito no Pará”, tanto “*O Estado do Pará*” quanto a “*Folha do Norte*” ofereceram “ofertas para as notícias”,¹⁰⁰ segundo Elmira Lima, ao retratar o panorama do recente grupo. Entretanto, nos meses finais de 1931, esse cenário já não era mais o mesmo e as reclamações das feministas começaram frente aos desafios à publicação. Por exemplo, de matérias semanais, passaram a ser quase quinzenais, e sobre suas tentativas de divulgarem as atividades do Departamento nos impressos, Elmira Lima informou: “os jornais guardaram silêncio, como se lhes mordesse uma vespa!”.¹⁰¹

Em contrapartida, conjecturava: “vou escrever artigos daqui, veremos se a imprensa diária atende ao pedido das minhas companheiras, publicando-os. Só falta quererem que paguemos a honra de entrar nas redações a cumprimentá-los”.¹⁰² As declarações da presidente demonstravam indignação e incompreensão pelo silêncio às suas demandas, sem nenhum tipo de justificativa e retratou com ironia esse cenário, ao considerar um possível pagamento para entrar na redação, demonstrando certa crítica ao comportamento das redações jornalística e sua inacessibilidade, ao elencar um caráter comercial da imprensa. Essa mudança de postura por parte dos diários aparenta não ter nenhum motivo específico, visto que, poucos dias depois, a presidente informou estar “em paz de novo com os amigos da *Folha*”, enquanto com os do “*O*

¹⁰⁰ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 2 de julho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹⁰¹ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 24 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹⁰² Ibid.

Estado do Pará” não conseguiu resolver por meio de cartas, todavia acreditava ser “algum mal-entendido, que talvez só pessoalmente a mim queiram atender”.¹⁰³

Durante esses acontecimentos, Elmira Lima encontrava-se em Soure, na ilha do Marajó, para tratar de problemas de saúde, mas continuava a fazer propagandas feministas nesta cidade e frequentemente se comunicava com as companheiras em Belém. Em seus escritos, demonstrou-se como a principal figura do grupo, ou até mesmo a única porta-voz, cuja liderança e instruções eram seguidas pelas outras feministas. De forma semelhante, expressou ser por meio dela que as relações com os jornais foram estabelecidas, visto à necessidade de encaminhar pedidos diretos aos periódicos para que as demais feministas e as demandas do grupo fossem atendidas. Além disso, outros trechos de suas cartas contribuem para esta consideração, por exemplo, enquanto recebeu uma resposta favorável da “*Folha do Norte*” – reatando as relações –, o mesmo não aconteceu com Cloris Silva. A secretária recebeu apenas o “quase silêncio” da imprensa às suas tentativas, quando ia pessoalmente às redações e não conseguia publicar. Assim, a postura da presidente era outra frente a essa dificuldade, quando ressaltou as relações com Paulo Maranhão, “amigo velho e admirador do meu marido e meu”, e que mesmo se tivesse uma aldrava de ferro à porta, ela dizia: “hei de abri-la”.¹⁰⁴ Tal declaração reflete o quanto as relações pessoais eram utilizadas como estratégias para que ocorressem as publicações, uma forma de superar os desafios enfrentados pelas outras feministas no processo de divulgação, impostas pelas próprias empresas jornalísticas.

Em respostas anteriores às reclamações das dificuldades de publicação, Alice Coimbra orientou comunicar Isabel Chermont, por ter oferecido o jornal de seu filho, “*O Estado do Pará*”, à disposição do grupo, contudo, durante este momento de discordância com os periódicos, ela esteve doente e não puderam se encontrar. Esta orientação reforça a prática realizada por Elmira Lima, ao estabelecer relações com determinadas figuras públicas como um modo de facilitar o acesso aos jornais diários. Por conseguinte, a presidente do Departamento tentou remediar essas situações conflituosas, ao pontuar sua relação pessoal com Paulo Maranhão e justificar as dificuldades quanto ao “*Estado do Pará*”, ao dizer que apesar de Afonso Chermont ser o diretor-gerente, as dificuldades advieram dos outros sócios componentes da empresa jornalística.¹⁰⁵

¹⁰³ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 27 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹⁰⁴ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 27 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹⁰⁵ Ibid.

Contudo, os impasses de comunicação com os jornais continuariam e, frequentemente, apareceriam nas cartas enviadas para a Federação, na qualidade de reflexo das frustrações sentidas. Essas queixas demonstram o quanto a imprensa era importante nesse primeiro ano de atividades, necessários para a sua consolidação e propagação, tanto do próprio grupo quanto das demandas nacionais, em razão da FBPF também requerer a publicação de alguns materiais, mas sofria da mesma forma com os atrasos da redação e com a alegação de falta de espaço.¹⁰⁶

Mesmo com este cenário, procuravam manter as relações agradáveis. A Federação Brasileira enviou uma mensagem de agradecimento ao diretor do jornal “*O Estado do Pará*” por intermédio do Departamento, e ressaltou: “muitos agradecimentos pela gentileza de publicar no seu conceituado jornal notícias sobre assuntos referentes ao movimento feminista no Brasil”.¹⁰⁷ Este tipo de missiva é configurada como ação diplomática, em tentar estabilizar possíveis desentendimentos ocorridos entre o Departamento e os jornais, visto a relevância desses veículos para elas.

Apesar da tentativa, o cenário de publicações não se alteraria nos primeiros meses de 1932 e as matérias continuariam esparsas. Contudo, as que foram publicadas eram estratégicas: alternaram entre atividades locais e nacionais, assim interligaram o feminismo paraense com personalidades influentes e a sua relevância como um todo. Por exemplo, as publicações tratavam desde notas que anunciavam o dia e o local de reuniões,¹⁰⁸ até às atividades de feministas reconhecidas como Edwiges de Sá Pereira, escritora pernambucana, em visita ao Rio de Janeiro e à sede da Federação.¹⁰⁹

Passados os meses iniciais de 1932, o cenário mudou com os novos acontecimentos envolvendo o feminismo. Os momentos com maiores publicações estavam relacionados aos episódios de ampla repercussão, e garantia uma intensa visibilidade às paraenses nesses períodos. Tal como a promulgação do voto feminino em fevereiro de 1932, considerado uma vitória das ações feministas paraenses,¹¹⁰ o qual agregava resultado às suas atividades. Outro exemplo recai na comemoração do Dia das Mães em maio do mesmo ano, com notícias do evento desde abril, inclusive, foi a atividade que mais garantiu ao Departamento repercussão na imprensa, devido ao teor da celebração em exaltar a figura materna e, provavelmente, possibilitou maior aceitabilidade frente à sociedade.

¹⁰⁶ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Pinheiro Coimbra. Belém, 14 de novembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹⁰⁷ O Estado do Pará. Belém, 26 de janeiro de 1932, p. 4.

¹⁰⁸ Folha do Norte. Belém, 2 de janeiro de 1932, p. 2.

¹⁰⁹ O Estado do Pará. Belém, 21 de fevereiro de 1932, p. 7.

¹¹⁰ O Estado do Pará. Belém, 9 de março de 1932, p. 1.

No frequente uso dos jornais, os estudos de Maria Helena Capelato sobre a imprensa enfatizam o caráter midiático como um instrumento de interesse de determinados grupos e de intervenção na vida social.¹¹¹ Desta forma, é possível considerar a obtenção de resultados positivos em relação à imagem do Departamento e às suas reivindicações, por exemplo, refletido nas práticas de elaborar listas de assinaturas para determinadas causas. Enquanto, em 1931, encontravam dificuldade de obter apoio e que as listas voltavam em branco das redações dos jornais;¹¹² já em 1932, após atividades anteriormente mencionadas, informavam que “as listas continuam recebendo assinaturas”.¹¹³ Isso demonstrou o quanto a receptividade ao Departamento Paraense alterou-se em poucos meses, provavelmente atrelado à frequência de matérias nos jornais sobre o grupo ou favoráveis ao feminismo. Esse cenário, torna-se um dos principais argumentos da importância dos meios de comunicação às feministas e da perspectiva estratégica em torno deles.

Outro ponto, ressalta-se a mudança na forma como as feministas apareceram nos jornais, a frequente incidência em 1931 e até em meados de 1932, não se repetiu nos anos seguintes. A principal diferença foi no “*O Estado do Pará*”, após a comemoração do Dia das Mães de 1932, constatou-se a ausência de publicações do Departamento Paraense, isto não implica na inexistência de matérias sobre o feminismo, pelo contrário, continuaram a publicar reportagens sobre a Federação Brasileira, com algumas menções às paraenses, mas somente se estivessem integradas em uma programação maior, como o cortejo de recepção a Getúlio Vargas em Belém, em 1933, ou nas comemorações de 1º de maio, de 1934.

Sobre esta nova postura, presume-se estar refletida nas consequências da homenagem às mães, dado que se sabe da existência de conflitos a envolver Elmira Lima, Cloris Silva e Maria Paraense, os quais resultaram na renúncia da presidente e em seu afastamento definitivo do grupo. Desse desentendimento, cabe – no momento – apenas ressaltar que Elmira Lima recorreu à Isabel Chermont em busca de conselhos, e esta a orientou enviar uma carta confidencial à Federação Brasileira detalhando o ocorrido.¹¹⁴ A partir disso, há um aparente posicionamento de Isabel a favor da ex-presidente, e com a sua saída do Departamento, é provável que ela tenha se afastado do grupo e retirado todo o seu apoio, incluso o espaço no jornal de seu filho. Assim, da mesma forma que as relações pessoais oportunizaram uma

¹¹¹ CAPELATO, **Imprensa e História do Brasil**, p. 21.

¹¹² LIMA, Elmira. [**Correspondência**]. Destinatário: Bertha Lutz. Soure, 12 de dezembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹¹³ SILVA, Cloris. [**Correspondência**]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 11 de julho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_49.

¹¹⁴ LIMA, Elmira. [**Correspondência**]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 26 de junho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

aproximação com os periódicos, o mesmo vínculo em algum desentendimento pode afastá-las de um dos principais diários do período.

Em relação à “*Folha do Norte*”, apesar de Paulo Maranhão demonstrar uma amizade mais próxima com Elmira Lima, o Departamento Paraense continuou a publicar no jornal ao longo dos anos, principalmente devido às relações com Paulo Eleutério, como pontuou Cloris Silva: “A *Folha do Norte* é o jornal aqui que mais nos tem acolhido pela influência do seu ex-secretário Dr. Paulo Eleutério, atualmente em Manaus”.¹¹⁵ Desta forma, apesar de não fazer mais parte do editorial e nem estar presente na cidade, sua influência ainda garantia algum espaço no periódico às feministas, também se pode explicar a diminuição de matérias, ficando quase restrito ao anúncio das suas principais atividades. Estas eram programações relacionadas, principalmente, à recepção de alguma personalidade, como a da jornalista norte-americana Maijore Shuler, em 1933, ou da vice-presidente da Federação Brasileira, Maria Sabina, em 1936. Contudo, ainda é possível perceber algumas transcrições ou artigos de opinião sobre determinadas reivindicações. Em suma, percebe-se a manutenção das relações com a “*Folha do Norte*”, mas em outras configurações o que resultou no redirecionamento do uso dos jornais pelas feministas. Ao possuírem espaços menores e por tempo bastante esparso, elas precisavam ser mais diretas e atrativas em seus anúncios, talvez justamente por isso a maioria das matérias estivesse relacionada às figuras públicas de expressão nacional e internacional.

Outro fator na diminuição estava relacionado aos conflitos políticos locais, como destacou Antonina Prado:

Pena é que o nosso ambiente seja de uma indiferença cruel aos nossos propósitos e além do mais dominar na atualidade a intriga política, que domina e absorve as melhores intenções nossas como de tudo quanto não se prende a esse movimento avassalador. Basta dizer à amiga que a imprensa, o melhor fator para o avanço dos nossos trabalhos nos oferece barreiras, já pela sua feição partidária como pela dificuldade dos redatores darem publicidade a material alheio ao seu ponto de vista, ou melhor, do seu jornal.¹¹⁶

Assim, notam-se diferentes pormenores enfrentados pelas feministas no cotidiano belenense, alguns presentes desde a sua fundação, como as dificuldades para realizarem suas atividades, ao retratarem como característico da sociedade o fato de não demonstrarem interesse por suas demandas. Contudo, esse fator foi maximizado pelos conflitos políticos de 1935, pois toda a atenção estava direcionada para esses acontecimentos: a dissidência no Partido Liberal e

¹¹⁵ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 9 de agosto de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

¹¹⁶ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: [s/d.] “minha amiga”. Belém, 4 de novembro de 1935. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a935_25.

o rompimento da família Chermont com Magalhães Barata, ao integrarem-se na Frente Única Paraense (FUP), partido opositor, ocasionando à derrota de Magalhães Barata ao Governo do Estado. Cabe sinalizar, esta não foi a primeira vez que os diários belenenses estavam imersos na política. No estudo sobre as relações dos jornais com os conflitos políticos do Movimento de 1930, Marcos Lima aponta que a “*Folha do Norte*” e “*O Estado do Pará*” passaram por reconfigurações de status, por exemplo, o periódico da família Chermont passou de “perseguido, sofrendo sanções, suspensões e até prisões de seus funcionários” para ser o “jornal disputado” pela população e favorecido pelo governo, devido seus posicionamentos políticos favoráveis ao tenentismo; enquanto a “*Folha do Norte*”, em apoio ao governador anterior Eurico Vale e contrário ao movimento, sofreu represálias e teve o seu diretor-proprietário, Paulo Maranhão, afastado das funções.¹¹⁷

Nessa conjuntura, o envolvimento direto da imprensa – “*O Estado do Pará*” por pertencer aos Chermont e a “*Folha do Norte*”, apoiadora da Frente Única – demonstrou que em períodos de conflitos e de disputas políticas, os diários não expressavam interesse em dar “publicidade a material alheio ao seu ponto de vista”, ou seja, temáticas não relacionadas a tais acontecimentos, como as reivindicações feministas. Assim sendo, apesar de reconhecerem a imprensa como “o melhor fator para o avanço dos trabalhos”, a disponibilidade para este espaço também estava sujeita aos envolvimento políticos por parte dos periódicos e de seus proprietários. Outrossim, infere-se que os períodos de conflito não favoreciam às atividades feministas, por suas demandas serem marginalizadas frente aos outros embates.

Um ponto a ser destacado é que diferente dos grupos de outros estados, as paraenses não obtiveram uma seção específica nos periódicos. Por exemplo, em comparação com as outras associações filiadas, nota-se: no Rio de Janeiro, a atuação da Federação Brasileira se expressava na seção *Feminismo* do jornal “*O Paiz*”;¹¹⁸ em João Pessoa, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino redigia a *Página Feminina* do jornal “*A União*”;¹¹⁹ e em Recife, a

¹¹⁷ LIMA, Marcos Bezerra. Uma roda-gigante do poder: disputas políticas entre os jornais O Estado do Pará e Folha do Norte no contexto do Movimento de 1930 em Belém do Pará. In: XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH-RS. **Anais Eletrônicos**. Evento online: ANPUH-RS, 2022, p. 5.

¹¹⁸ ELIAS; KARAWJCZYK, “Sempre à mulher, pela mulher”: a coluna Feminismo no jornal O Paiz (RJ) – 1927-1930, p. 17.

¹¹⁹ COSTA, Simone da Silva. Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (1933-37): entraves e estratégias de uma missão política. In: XVII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUG-PB. **Anais Eletrônicos**. Guarabira: ANPUH-PB, 2016, p. 992–1001.

Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino era responsável pela *Página da Mulher* do “*Diário da Manhã*”.¹²⁰ Diferente de Belém, onde não houve tal prática.

Embora “*O Estado do Pará*” tivesse criado, em 1933, a *Seção Feminina*, esta não ficou sob a responsabilidade das feministas ou de uma pessoa específica. Suas matérias retratavam diferentes temáticas, de diversas autorias, com publicações em defesa da emancipação feminina,¹²¹ bem como informações referentes à moda, ao vestuário, às receitas de culinária e à beleza.¹²² Analisando a variedade de temáticas nesses espaços femininos, Lericé Garzoni mostra esse cenário como resultado das permanências e das transformações ocorridas em torno das mulheres neste período, caracterizado como “instabilidade das construções de gênero”,¹²³ refletidas nessas áreas ditas femininas, ao tentar agregar os vários discursos do período. Desta forma, a *Seção Feminina* também noticiou informações sobre o feminismo e concernentes às atividades do Departamento Paraense, como sobre as movimentações durante a Constituinte de 1934.¹²⁴

Apesar de os jornais configurarem como de suma importância à propagação do feminismo e como o principal veículo utilizado pelas paraenses, não foram os únicos meios de comunicação pensados para propagandear os seus ideais. A oportunidade de ter espaço nas programações radialistas significava atingir outros grupos sociais e públicos, principalmente em um período de crescimento e de investimento nas emissoras de rádio. A partir de cartas e dos diários, a primeira menção identificada de uma parceria entre o DPPF e a Rádio Clube do Pará (PRAF)¹²⁵ foram poucos meses após a fundação do grupo, em setembro de 1931, em um relatório cotidiano de atividades das paraenses enviado à Federação Brasileira. Nesse, Elmira Lima informou que a Rádio Clube cedeu o seu salão para elas realizarem suas conferências,¹²⁶ ou melhor, suas reuniões internas, visto que, em seus primeiros meses, não tinham um espaço definitivo como sede do Departamento Paraense, com realizações desde na casa de integrantes

¹²⁰ FACUNDES, EMELLY; NASCIMENTO, ALCILEIDE. A luta pela expansão da democracia em Pernambuco nos anos de 1930: o movimento feminista como protagonista. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 33, p. 45–65, 2019.

¹²¹ O Estado do Pará. Belém, 2 de maio de 1934, p. 4.

¹²² O Estado do Pará. Belém, 2 de agosto de 1933, p. 6.

¹²³ GARZONI, Lericé. “Queridas leitoras”: seções femininas na imprensa diária do Rio de Janeiro no final do século XIX. **História Social**, n. 22/23, p. 217–234, 2012.

¹²⁴ O Estado do Pará. Belém, 23 de maio de 1934, p. 6.

¹²⁵ A Rádio Clube do Pará foi fundada em 1928, por Edgar Proença, Roberto Camelier e Eriberto Pio, juntamente a outros investidores, e se organizou em formato de associação, na qual os sócios precisavam pagar taxas ou mensalidades como uma forma de manter suas atividades em funcionamento. Seu primeiro prefixo era PRAF, substituída em 1934 por PRC-5. Ver: OLIVEIRA, Érito Vânio. **Modernidade e Integração na Amazônia: inteligentsia e broadcasting no entre guerras, 1923-1937**. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

¹²⁶ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Pinheiro Coimbra. Soure, 27 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

até no prédio da Associação da Imprensa, chegando a receber ofertas para serem realizadas em lojas maçônicas.¹²⁷

Sobre esses diferentes convites, nota-se uma mudança ao longo dos anos: recebiam inicialmente variadas ofertas, as quais se conjecturam em um almejo por parte dessas instituições em estarem associadas ao grupo feminista. Contudo, o panorama se inverte, provavelmente em reflexo ao aumento das dificuldades e das barreiras enfrentadas, principalmente, em torno da sua imagem e das caracterizações negativas ao feminismo, oficializando sua sede na Vila Fiuza, à avenida São Mateus (atual travessa Padre Eutíquio), residência de Maria Paraense.

Contudo, foi a partir do mês de novembro de 1931 que informações sobre realizações de palestras na rádio foram divulgadas, especificamente, uma série de palestras educativas pró-voto a serem iniciadas ainda no referido mês.¹²⁸ Sobre os seus métodos de ação e de divulgação radialista, ressalta-se uma semelhança com as práticas da Federação Brasileira, até mesmo porque, desde 1929, transmitiam palestras nesse veículo como oportunidade de propagar sua instituição e objetivos. Por exemplo, a palestra empreendida pela advogada e integrante da Federação, Maria Luiza Bittencourt, na Rádio Clube do Brasil no dia 19 de novembro de 1929, com o título *Os direitos femininos e a legislação brasileira*.¹²⁹ No seu discurso, explicou o que era o movimento feminista, frente às dificuldades e julgamentos, para assim adentrar às questões pertinentes ao direito e às leis, como sendo fruto e reflexo dos períodos vigentes. Para garantir credibilidade, embasou seus argumentos tanto em artigos da Constituição como em personalidades influentes, como os políticos Carlos Maximiliano e Adolpho Gordo, além de mencionar algumas mulheres como Ormind Bastos e a sufragista norte-americana Lucy Stone.

Nesta mesma perspectiva, as paraenses buscaram para elaboração das palestras evidenciar a “realidade de ação” e não apenas a “utopia do discurso”. Assim, solicitaram saber quais associações femininas nacionais e estrangeiras estavam em funcionamento, para analisar seus ensinamentos ou atividades que pudessem ser úteis ao contexto local, adentrando nos campos dos “atos e fatos”. Tal prerrogativa já visava antecipar futuras críticas, tendo nas suas atividades uma resposta positiva para aqueles que as “observam, indagam e por vezes caluniam os ideais

¹²⁷ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Pinheiro Coimbra. Belém, 17 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98. Tal convite foi feito pelo Grão Mestre da Maçonaria, oferecendo qualquer uma das lojas para elas realizarem suas reuniões, entretanto pouco apreço parece terem tido, primeiro ao denominar os salões como profanos, como também requerer a opinião de Bertha Lutz se deveriam aceitar ou recusar.

¹²⁸ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Pinheiro Coimbra. Belém, 14 de novembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹²⁹ BITTENCOURT, Maria Luiza. *Os direitos femininos e a legislação brasileira*. Palestras transmitida no Rádio Clube do Brasil, 1929. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_pit_0078.

feministas”,¹³⁰ assim, garantir credibilidade era uma preocupação frente aos discursos antifeministas sofridos.

A divulgação das atuações na rádio iniciou no dia 26 de novembro de 1931, onde anunciaram “uma palestra cívica, que versará sobre ‘O Feminismo – O direito de voto à mulher’”, mas não informaram nenhuma data, apenas que seria na mesma semana da divulgação ou na seguinte.¹³¹ Interessante ressaltar o título do anúncio, *Propaganda Feminista no Pará* que evidencia tais atividades como prática de difusão do movimento, ao buscarem propagar uma das principais reivindicações do feminismo deste período: o direito ao voto. Outras divulgações não foram anunciadas, mas a palestra realizou-se, provavelmente, em 7 de dezembro de 1931 e transcrita no “*O Estado do Pará*”, no dia 10 do mesmo mês,¹³² com subtítulo “E hoje aos homens, igual no trabalho. Em direitos, igual devo ser!”, retiradas do Hino da Federação Brasileira, escrito pela poetisa Maria Eugenia Celso. Em seu discurso, Elmira Lima iniciou os argumentos analisando o passado, como as imagens construídas sobre homens – orgulhosos e divinizados – e as mulheres – humilhadas e servis – contribuíram para serem deixadas “analfabetas, embrutecidas e maculadas” e fossem consideradas inferiores.

A partir disso, faz uma analogia entre os sofrimentos das mulheres com a Via Crucis, em que muitas “nem chegaram a ter um Cyrineu, antes da crucificação!”, ou seja, alguém para ajudá-las nas dificuldades ou nas responsabilidades e nos deveres atribuídos. Dessa forma, construiu em seu discurso uma relação entre feminismo e cristianismo ao ressaltar quando as mulheres eram escravizadas, vendidas e sacrificadas, e também no seu processo de libertação e de emancipação:

Partindo correntes, despedaçando grilhões, rompendo barreiras, a correnteza divina dos direitos da mulher vem descendo do cimo das cordilheiras dos céus, e vem correndo, e vem se desenrolando sob as vistas altíssimas dum único – Senhor, que é Deus, a se derramar numa abundância de dilúvio universal sobre o chão duro, ingrato e malfazejo da terra!¹³³

¹³⁰ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Pinheiro Coimbra. Belém, 17 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹³¹ Folha do Norte. Belém, 26 de novembro de 1931, p. 4.

¹³² A imprecisão na data deve-se a ausência de mais informações, a *Folha do Norte* não publicou nenhuma outra menção sobre a data da palestra e os meses de outubro a dezembro do *O Estado do Pará* não constam na Hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna, enquanto na carta há apenas o dia da publicação no jornal. Felizmente, uma cópia parcial do artigo foi enviada para a FBPF e consta em um dos seus cadernos de recortes de jornais. *O Estado do Pará*. Belém, 10 de dezembro de 1931. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eor_cdi_rjr_66.

¹³³ *O Estado do Pará*. Belém, 10 de dezembro de 1931, p. 1.

Utilizar-se de questões religiosas para justificar seus propósitos poderiam ser estratégias frutíferas, devido à predominância de religiões cristãs na cidade, além de contrapor com os mesmos argumentos antifeministas que se utilizaram da religião para negar novos direitos e atividades femininas. Esta era uma prática recorrente, por exemplo, no jornal católico “*A Palavra*”, quando analisado por Liliane Goudinho, a pesquisadora identificou uma preocupação dos redatores em alertar os leitores sobre os perigos e as consequências do feminismo, como a masculinização das mulheres ou o desvio dos ditos desígnios naturais, religiosos, maternais e matrimoniais.¹³⁴ Essas declarações eram realizadas anos antes da fundação do grupo na cidade, como a nota em 1921, intitulada *O absurdo do feminismo*,¹³⁵ ao serem contrários à perspectiva de que “a mulher se dê as mesmas ocupações que o homem”, ao alegarem não ser compatível com as características femininas. Sendo assim, o argumento de Elmira Lima contrapunha essas ideias anteriormente propagadas, inferindo que ter uma perspectiva religiosa e defender a emancipação feminina poderiam ser complementares. Concomitantemente, revertia uma antiga percepção em relação à sua própria imagem, visto a acusação do mesmo veículo de ter uma postura anticatólica e ter feito campanha contra a Igreja,¹³⁶ provavelmente relacionado com as ocasiões de propagação da doutrina espírita, da qual era seguidora.

Por conseguinte, ressaltou a questão sobre o voto, como o projeto de Justo Chermont, mencionado anteriormente, e citou personalidades favoráveis à proposta pró-voto e aos direitos femininos, como Lauro Sodré e Getúlio Vargas. Além de informar o panorama do feminismo brasileiro, ressaltando as movimentações e convicções das federadas do Sul e das filiadas do Norte, proferiu: “feministas de convicção de ideais e de sentimento, cerram fileiras, confiantes na justiça dos que vão organizar a lei eleitoral do seu país, a fim de que lhe não seja negado o que de direito lhe é devido”,¹³⁷ demonstrando uma unidade no movimento, onde todas as feministas estariam mobilizando-se a favor de um só objetivo: o voto. A partir disso, reafirmou a culpa dos homens pela situação das mulheres e empecilhos na conquista de uma nova legislação:

Não é, pois, o desvalor feminino quem nos delimita o campo do trabalho e do dever, apenas, fechando-nos o caminho à conquista dos nossos direitos; é ainda como sempre o homem, mais educado, mais polido, e por isso, mais fino e mais *artimanhoso* quem

¹³⁴ GOUDINHO, Liliane do Socorro. “**A Palavra que vivifica e salva contra o mal da palavra que mata**”: imprensa católica – Belém (1910-1930). 249 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

¹³⁵ *A Palavra*. Belém, 29 de dezembro de 1921, p. 2.

¹³⁶ GOUDINHO, “**A Palavra que vivifica e salva contra o mal da palavra que mata**”: imprensa católica – Belém (1910-1930), p. 213.

¹³⁷ *O Estado do Pará*. Belém, 10 de dezembro de 1931, p. 1.

não se habitua a ver na mulher o mesmo cunho de majestade e nobreza que distingue o tipo masculino do primeiro ancestral da escola darwiniana...¹³⁸

Elmira Lima identificou os opositores justamente entre os homens intelectuais, sendo assim, não seria por falta de conhecimento os embargos aos direitos femininos, mas sim por escolha própria, ao não aceitar as mulheres ocupando os mesmos espaços, ofícios e atividades, o que seria até mesmo uma contradição nesses indivíduos. Tal perspectiva se reforça quando a autora citou personalidades influentes no âmbito nacional e local simpatizantes do movimento, similar ao que foi empregado no discurso de Maria Luiza Bittencourt. Desta forma, percebe-se tanto as estratégias utilizadas nas interlocuções radialistas quanto os recursos em defesa ao feminismo e suas convicções.

Em sua palestra, é possível destacar outros elementos, como a maneira rebuscada e poética em determinados momentos, além de perpassar a sua imagem como escritora e poetisa, demonstrando o seu conhecimento sobre a temática. Similar objetivo foi empregado por feministas de outros estados, tal qual a escritora pernambucana Martha de Hollanda que, conforme o estudo de Gilvânia Silva e Alcileide Nascimento, também utilizou a rádio como meio de propaganda pró-voto.¹³⁹ No mesmo ano de 1931, realizou três palestras na Rádio Clube de Pernambuco, cuja erudição em seu discurso deveu-se também ao fato de o rádio ter sido um artigo de luxo, restrito à determinada classe social. Segundo as autoras, apesar de tal questão ser restritiva em relação ao alcance, não deixou de ser utilizada para reforçar a comunicação com este público que já tinha contato, enquanto com as outras classes seriam estabelecidas por meio dos impressos, quando todos os discursos foram transcritos e publicados, possibilitando a leitura das palestras aos que não tinham condições de acesso ao rádio.

Entretanto, ao traçar um paralelo com a Rádio Clube do Pará, é possível perceber algumas diferenças. Érito Oliveira informa que logo nos primeiros anos de funcionamento da emissora, houve a preocupação de massificar os programas: primeiro pelo uso das propagandas e depois pelo *public speaker* ou orador público, na transmissão de programas radiofônicos por alto-falantes instalados nas praças públicas da capital. Vale mencionar, tal prática esteve atrelada à política governamental de Magalhães Barata, com a pretensão de propagar o ideário

¹³⁸ Ibid., p. 1.

¹³⁹ SILVA, Gilvânia Cândida da; NASCIMENTO, Alcileide Cabral. O feminismo chega à rádio: a militância sufragista de Martha de Hollanda na Rádio Clube de Pernambuco (1931-1932). **Revista Cantareira**, n. 24, p. 127-140, 2016.

da revolução à população, iniciou uma parceria e investimento na emissora de rádio para desenvolver e implementar a radiodifusão nos interiores do Estado.¹⁴⁰

Apesar da restrição nas programações transmitidas pelo *public speaker*, a Rádio ofertava a possibilidade de serem ouvidas por outros públicos, tanto que as feministas não pretendiam se limitar em apenas uma palestra. Outras propostas foram prometidas pela Rádio Clube, como uma noite de transmissão, nomeada *Noite Feminina*, cujas interlocutoras seriam tanto feministas quanto quem não era, mas não chegou a ser noticiada nos jornais ou confirmada em cartas posteriores, além da programação “15 minutos feministas”, todas às segundas-feiras.¹⁴¹ Esses poucos minutos de programa parecem ter sido inspirados no *Cinco Minutos de Feminismo* realizado pela Federação Brasileira, transmitidos pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro desde setembro de 1931,¹⁴² durante o intervalo. Há menções dessa atividade ocorrendo até novembro do mesmo ano,¹⁴³ com cada discurso proferido por uma integrante da FBPF, em que alguns desses foram transcritos para os jornais, tanto do Rio de Janeiro¹⁴⁴ quanto de outros estados,¹⁴⁵ com discursos sobre os movimentos feministas nacional e internacional, mas, principalmente, sobre o projeto de lei eleitoral.

Diferente das fluminenses, as paraenses não avançaram com as atividades radialistas para além de dezembro. Primeiro, houve pouca publicidade proporcionada pelos jornais, ao ter sido publicada apenas uma divulgação implícita: na programação do dia 14 de dezembro de 1931, na segunda parte às 22h, a feminista Felys Benoliel faria “quinze minutos de prosa”,¹⁴⁶ apesar das poucas menções supõem-se que estivessem atreladas às atividades feministas, devido à similaridade no tempo, além da oradora pertencer à diretoria do Departamento. Segundo, pela palestra-resposta às feministas ocorrida poucos dias depois e a qual recebeu mais atenção ao publicarem o seguinte anúncio: “O Rádio Club do Pará chama a atenção [...] do seu auditório, para a palestra que, em resposta às conferências organizadas pelo Departamento Feminista do Pará, será pronunciada na 2ª parte do programa”.¹⁴⁷ O discurso foi proferido no dia 18 de dezembro de 1931, às 22h, pelo tenente-coronel Joaquim Theodoro da Fontoura, com o título: *O que pretendem as feministas*, publicado na seção *Radiotelephonia*, assinada por

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Érito Vânio. **Modernidade e Integração na Amazônia**: intelligentsia e broadcasting no entre guerras, 1923-1937. 152 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

¹⁴¹ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 12 de dezembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹⁴² A Esquerda. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1931, p. 4.

¹⁴³ A Noite. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1931, p. 4.

¹⁴⁴ Vanguarda. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1931.

¹⁴⁵ A Notícia. Recife, 6 de outubro de 1931.

¹⁴⁶ Folha do Norte. Belém, 14 de dezembro de 1931, p. 2.

¹⁴⁷ Folha do Norte. Belém, 18 de dezembro de 1931, p. 2.

G&R, iniciais de Gastão Vieira e Roberto Camelier, dois dos primeiros cronistas de rádio em Belém e também membros do grupo de fundadores da Rádio Clube.¹⁴⁸

Essa palestra antifeminista teve bastante repercussão positiva, com diversos elogios por parte de G&R, ao utilizarem inúmeros adjetivos positivos à palestra-resposta, como excelente, verve sadia e agradável, da mesma forma às reações do público, ao dizer que “deram boas gargalhadas” e ficaram satisfeitos. Diferente das realizadas pelas feministas, quando não tiveram nenhuma publicação de repercussão, nem com algum comentário em relação à palestra ou sobre a reação do público. A partir desse acontecimento, o que inicialmente seria uma série de palestras educativas concretizou-se em duas conferências, a de Elmira Lima e a de Felys Benoliel, sem outras notícias de palestras realizadas pelo Departamento Paraense, sinalizando um rompimento de parceria, ao contrário do que aconteceu com o tenente-coronel Joaquim Fontoura, ao aparecer diversas vezes na rádio. Ele chegou a realizar outras palestras, com temáticas sobre: o divórcio,¹⁴⁹ suas lembranças quando era detetive¹⁵⁰ e até mesmo chegou a cantar paródias.¹⁵¹ A crescente incidência aparenta uma considerável popularidade, principalmente quando foi divulgado na seção *Radiotelephonia* uma declaração de amor a ele.¹⁵²

Desse rompimento do Departamento com a Rádio Clube, pode-se inferir algumas questões em relação ao funcionamento da emissora e de seus programas. Por ser um veículo recente, em um período inicial da rádio no Brasil, enfrentava dificuldades para manutenção das atividades, tanto técnicas quanto financeiras. Para isto, organizavam-se em formato de associação, em que os sócios precisavam pagar taxas e mensalidades, mas ainda eram poucas. Tal panorama fora retratado com pesar pelo editorial da revista “*A Semana*”: “é triste dizê-lo, o quadro social é menor de cem associados... se todos que possuem receptores se tornassem sócios, contribuindo com importâncias *modieissimas* (cinco ou dez mil réis por mês), a programação seria melhor, mais variada e mais escolhida”.¹⁵³ Assim, a questão monetária estava relacionada à qualidade das programações e à sua diversidade, sem dinheiro não poderiam contratar diferentes músicos, refletido na constância de determinados grupos musicais.

Nesse sentido, a opinião do público era de suma importância para a manutenção das atividades. A diretoria da PRAF chegou a solicitar aos ouvintes para enviarem suas opiniões

¹⁴⁸ OLIVEIRA, Érito Vânio. O jubileu de ouro da radiofonia na Amazônia paraense: biografar a rádio?. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais Eletrônicos*. Brasília: UNB, 2017.

¹⁴⁹ O Estado do Pará. Belém, 8 de janeiro de 1932, p. 1.

¹⁵⁰ Folha do Norte. Belém, 31 de janeiro de 1932, p. 7.

¹⁵¹ O Estado do Pará. Belém, 20 de janeiro de 1932, p. 2; O Estado do Pará. Belém, 22 de janeiro de 1932, p. 1.

¹⁵² Folha do Norte. Belém, 10 de janeiro de 1932, p.2.

¹⁵³ A Semana. Belém, v. 13, n. 659, 1931, [s/p].

sobre os programas irradiados e fizessem sugestões, indicando o gênero e o músico que mais agradaram, além do horário mais apropriado.¹⁵⁴ Supõe-se que a satisfação do público determinava a continuidade das programações, para assim consolidarem uma audiência e contribuição dos ouvintes.

Por conseguinte, esses poderiam ser alguns dos motivos à ausência de programas do Departamento Paraense na rádio: a aparente aceitação dos discursos antifeministas de Joaquim Fontoura; a questão financeira, pois elas não pagavam nenhuma taxa à emissora, o que dificultaria a continuidade da relação; ou até mesmo, o caráter das programações do período, ao priorizarem a participação de intelectuais e a de políticos, a transmissão de músicas populares, eruditas e diversificadas palestras educativas,¹⁵⁵ por exemplo, nas áreas médicas, voltadas principalmente para o cuidado das crianças,¹⁵⁶ ou ao ensino de linguagem.¹⁵⁷ Assim, houve uma preferência por personalidades mais influentes e atrações que priorizassem o entretenimento, quando não, as palestras eram direcionadas para a saúde dos filhos, ao optar por questões relacionadas à família e à educação da população.

Ademais, mesmo com este rompimento, as feministas não deixaram de participar das programações da rádio de forma individual, principalmente dos musicais. As integrantes do Departamento apresentaram-se desde antes das relações entre o grupo e a Rádio, por exemplo, a pianista Helena Souza na homenagem a Carlos Gomes em setembro de 1931¹⁵⁸ ou posteriormente, ao apresentar-se junto a outras musicistas.¹⁵⁹ Outra foi a poetisa Juanita Machado, considerada colaboradora da emissora, frequentemente participava das programações, chegando a ser transmitido um concerto em sua homenagem.¹⁶⁰

Em relação à Juanita Machado, é interessante notar suas contribuições e o seu envolvimento na rádio. Em destaque, refere-se ao episódio sobre a nota publicada solicitando a opinião dos ouvintes sobre as programações, anteriormente mencionada, quando a poetisa publicou no “*O Estado do Pará*” uma resposta contrária a tal iniciativa. Em sua perspectiva, a rádio tinha uma função maior do que a do entretenimento, uma missão educadora para com a população. Ao prosseguir em suas argumentações, afirmou que a rádio e as suas programações não deveriam “descer ao nível de todos os gostos”, mas sim “impor sua própria mentalidade,

¹⁵⁴ Folha do Norte. Belém, 27 de janeiro de 1932, p. 3.

¹⁵⁵ OLIVEIRA, Érito Vânio. A voz da Amazônia nos anos 30: rádio, intelectuais e política. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais Eletrônicos*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

¹⁵⁶ Folha do Norte. Belém, 13 de janeiro de 1932, p. 2.

¹⁵⁷ FREIRE, Edgar Serra. [Correspondência]. Destinatário: Magalhães Barata, 12 de julho de 1933. 1 carta. APEP. Gabinete do Interventor, Cartas, cx. 08.

¹⁵⁸ Folha do Norte. Belém, 16 de setembro de 1931, p. 1.

¹⁵⁹ O Estado do Pará. Belém, 2 de agosto de 1933, p. 2.

¹⁶⁰ Folha do Norte. Belém, 21 de fevereiro de 1932, p. 7.

elevant, educar o gosto popular de um povo que lê pouco, [...] que pela inconstância de sua fantasia está apto, pela sua prodigiosa inteligência a assimilar tudo, o bom e o mau...”.¹⁶¹ Com essa afirmativa, a feminista relegava a opinião popular para último plano na elaboração das programações na rádio, cujas opiniões não enriqueceriam nenhuma das transmissões e chegou a afirmar que “o povo é a massa à espera do oleiro”, sendo assim, haveria a responsabilidade de determinados grupos em conduzir a população.

Tal perspectiva era característica dos grupos intelectuais, onde Mônica Velloso mostra como o intelectual tinha uma missão ou dever frente à sociedade, em específico ao governo varguista, o uso das rádios “deveria aperfeiçoar as relações entre as camadas cultas e populares”, além de configurar o melhor tipo de conteúdo aos ouvintes, sendo o que era voltado à diversão, esporte e humor considerado “mau rádio” frente às transmissões voltadas à cultura.¹⁶² Esse panorama torna-se um reflexo das considerações de Juanita Machado, onde além dessa perspectiva elitista quanto à cultura popular, pode-se supor uma referência também à interrupção dos programas feministas, que pouco conquistou o público ouvinte frente às palestras opositoras, ou seja, eles teriam “assimilado o mau” referente ao mais benéfico à sociedade, como o feminismo e suas causas. Em resposta, a Comissão Organizadora dos programas radialistas informou que o ponto de vista de Juanita Machado, apesar de ser o desejo da Comissão, era impraticável, pois esta dependia das contribuições dos ouvintes e dos anunciantes.¹⁶³

Nos anos seguintes, concernentes às cartas disponíveis, a Rádio Clube só reapareceu em suas comunicações em outros dois momentos. O primeiro, em agosto de 1933,¹⁶⁴ com uma possível transmissão sobre a festa comemorativa de 11 anos da Federação Brasileira, entretanto, não há a confirmação de sua realização, tanto nas correspondências posteriores quanto nas matérias dos jornais. O segundo, em março de 1936, durante a passagem de Maria Sabina, vice-presidente da FBPF, em Belém para visitar a filial, quando realizaram uma recepção em sua homenagem e contou com a presença do diretor da Rádio. A respeito desse acontecimento, Antonina Prado relatou:

¹⁶¹ O Estado do Pará. Belém, 1 de fevereiro de 1932, p. 3.

¹⁶² VELLOSO, Mônica Pimenta, Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 169.

¹⁶³ Folha do Norte. Belém, 10 de fevereiro de 1932, p. 2.

¹⁶⁴ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: [Ignez] Matthiesen. Belém, 27 de agosto de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

O Rádio Club prontificou-se a colaborar conosco de agora em diante, tendo anteriormente hostilizado francamente o nosso movimento aceitando palestras antifeministas proferidas há pouco, as quais melhor teriam o epíteto de “ridículas” tal a falta de fundamento dos conceitos emitidos.¹⁶⁵

A partir desta carta, percebe-se a tentativa de retomar a colaboração iniciada em 1931, rompida devido aos acontecimentos anteriormente explanados, além da continuidade de transmissão de palestras antifeministas. Apesar de não mencionar nomes, informam que o diretor da Rádio apresentou a elas, Dulce Wanderlei, integrante do grupo feminista de Alagoas filiada à Federação Brasileira, demonstrando um contato com outras feministas. Em 1936, constou na direção da emissora o compositor e musicista Francisco Wandick Amanajás, com participações anteriores nas programações musicais na Rádio,¹⁶⁶ e a partir desta nova direção, poderiam restabelecer a parceria. Além disso, a presença do diretor na homenagem feminista, pode-se supor, ter tido seus próprios interesses, por exemplo, em comparecer em um evento com a participação do interventor Gama Malcher, cujo governo não estabeleceu forte apoio à Rádio, como se verificou na interventoria de Magalhães Barata,¹⁶⁷ ou de demonstrar apoio frente à Marina Sabina, vice-presidente de um grupo com expressão nacional, que contava com a colaboração de políticos influentes e de outras emissoras radialistas.

A partir disso, cabe mencionar, diferente do Departamento Paraense, que encontrou dificuldades com a rádio local, a Federação Brasileira manteve suas relações com várias rádios durante a década de 1930, chegando a solicitar a mesma transmissão de um convite na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, na Rádio Clube do Brasil, na Rádio Educadora do Brasil e na Rádio Sociedade Mayrinck Veiga.¹⁶⁸ Percebe-se, assim, uma aceitação por parte das emissoras quanto aos pedidos solicitados, sejam por dez minutos, como ocorreu na Rádio Educadora do Brasil,¹⁶⁹ sejam por cinco noites consecutivas, na Rádio Clube do Brasil,¹⁷⁰ para serem realizadas as propagandas feministas.

Além disso, é importante considerar que as rádios também contribuíram na construção e na transformação da imagem feminina nesta primeira metade do século XX. Para Jaqueline

¹⁶⁵ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 31 de março de 1936. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_38.

¹⁶⁶ OLIVEIRA, **Modernidade e Integração na Amazônia**: intelligentsia e broadcasting no entre guerras, 1923-1937, p. 98.

¹⁶⁷ Ibid., p. 142.

¹⁶⁸ LUTZ, Bertha. [Correspondência]. Destinatário: Presidentes das emissoras de rádios. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1932. 4 cartas. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_61_v2.

¹⁶⁹ OCTAVIO, Adias. [Correspondência]. Destinatário: Ignez Matthiessen. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_61_v3.

¹⁷⁰ SANTOS, Maia. [Correspondência]. Destinatário: Alice Pinheiro Coimbra. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_cor_a932_129.

Freitas, as programações radialistas ganharam grande aceitabilidade do público feminino.¹⁷¹ Inclusive, as pesquisas do IBOPE realizadas a partir da década de 1940 apontavam a predominância de uma audiência feminina durante todos os horários, com relevância para o horário noturno e índices elevados tanto masculinos quanto femininos.¹⁷²

Portanto, infere-se o quanto as rádios e as suas programações passaram a ser cada vez mais valorizadas e popularizadas, considerado por Nicolau Sevcenko como o “Orfeu Moderno”,¹⁷³ representava a máxima tecnologia, tornando-se um importante meio de comunicação e de propagação. A partir dessas perspectivas, as feministas não poderiam deixar de aproveitar este outro veículo para expor seus ideais, como estratégia de divulgação tais quais os meios impressos comumente utilizados. Todavia, as rádios não deixavam de abrir espaço para perspectivas opositoras, principalmente quando seus diretores aparentavam ser simpatizantes do antifeminismo.

Mesmo com esses entremeios, os jornais e a rádio sinalizavam uma oportunidade de propaganda em favor das reivindicações feministas e do grupo, devido à importância expressiva dos impressos e a crescente relevância das emissoras radialistas, contribuindo tanto para a integração dos interiores com as capitais quanto em relação ao público majoritário feminino. Desta maneira, possibilitava que os discursos chegassem para mais pessoas e aumentassem as probabilidades de novos simpatizantes, principalmente em períodos de intensas mobilizações. Além disso, percebe-se em determinados momentos a fusão entre as bases estratégicas feministas, em razão da importância de não se apresentar apenas nas suas publicações, de forma isolada, mas também nas relações com os proprietários dos jornais, pois tais vínculos refletiriam no pequeno ou no amplo espaço disponibilizado em seus diários.

Apesar de se constatar certa interdependência entre as estratégias, tornou-se relevante considerá-las em outras áreas, sem estar relacionadas aos meios de comunicação. Neste caso, o processo de formulação, ou ao menos a tentativa de consolidarem redes de apoio ao Departamento, ao articularem-se com políticos, instituições sociais e outras feministas, foco de análise do próximo tópico.

¹⁷¹ FREITAS, Jaqueline Maria. **Rainhas do rádio e rainhas do lar**: representações femininas na era do rádio. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Ciências Humanas) – Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, 2013.

¹⁷² AZEVEDO, Lia Calabre. **No tempo do rádio**: Radiodifusão e Cotidiano no Brasil, 1923 - 1960. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

¹⁷³ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil 3 – República**: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 513–619.

1.3 Articulações sócio-políticas feministas: colaborações e ideais em comum

No processo de definição das reivindicações e das atividades a serem desempenhadas pelo Departamento Paraense pelo Progresso Feminino, houve a necessidade e a tentativa de as feministas firmarem uma base de apoio, não somente com políticos (deputados, interventores e presidente), mas também com outras instituições, como a Concentração Feminina do Trabalho e a Cruzada Nacional de Educação. Em atividades que integrassem diferentes organizações em volta de um objetivo comum, o que garantiria integração, ampliação e fortalecimento de suas redes na implementação de suas reivindicações e dos discursos feministas.

Nesta prática, é possível considerá-la como característica de uma cultura política, em que nessas relações, frequência de reuniões, intensas trocas de correspondências, além dos temas de interesses comuns, onde as campanhas eram empregadas em momentos mais propícios, refletiam o nível de engajamento exigido. Tal perspectiva advém dos escritos de Serge Berstein, ao caracterizar como formas de expressão que se tornaram funcionais com a adesão de figuras importantes,¹⁷⁴ após diferentes mecanismos empregados, dentre estes, as articulações realizadas com outros grupos sociais, como políticos, instituições filantrópicas e associações femininas.

Não por acaso, desde as suas primeiras mobilizações, as feministas procuraram estabelecer uma comunicação com a Interventoria do Estado, como se constatou no primeiro tópico, do encontro entre Felys Benoliel e as autoridades governamentais, ainda nas preparações para representação no II Congresso Feminista, ou, após a fundação do Departamento, Elmira Lima relatou a visita de uma comissão para saudar o interventor, Magalhães Barata, por sua viagem ao Rio de Janeiro, e comunicá-lo sobre o evento e a instalação do grupo.¹⁷⁵ Nessa conjuntura, constituir uma relação e garantir o apoio com as principais figuras no poder do Estado, possibilitariam diversas vantagens ao Departamento, como a implementação de decretos estaduais em consonância com suas propostas, o patrocínio na execução de celebrações que organizassem, além de influenciar outros políticos a serem simpatizantes do movimento feminista.

Nesta perspectiva, conjectura-se que para o fortalecimento desses vínculos, as feministas paraenses declararam-se apoiadoras do Governo Provisório e do Movimento de

¹⁷⁴ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecilia *et al* (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29–46.

¹⁷⁵ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 2 de julho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

1930, tanto pelo histórico favorável aos ideais “revolucionários” quanto por perceberem no novo Governo uma possibilidade de conseguirem direitos não conquistados em toda década de 1920, com suas mobilizações. Com esta compreensão, os interesses e as trajetórias individuais eram perceptíveis em algumas declarações e refletiram nas relações do Departamento, por exemplo, o apoio declarado de Felys Benoliel ao Movimento de 1930, na organização de uma homenagem aos “revolucionários” e ao recém-instalado interventor federal, Magalhães Barata, com uma sessão lítero-musical no Theatro da Paz, em 16 de novembro de 1930.¹⁷⁶

Em complemento, enfatizavam constantemente a figura de Getúlio Vargas como um grande apoiador, tal qual foi retratado por Elmira Lima ao ressaltar os benefícios da relação do Governo com o movimento feminista, afirmou o seguinte: “O movimento, neste Estado, não fora a certeza que se está implantando de que somos prestigiadas e apoiadas pelo Sr. Presidente Revolucionário, Getúlio Vargas, não daria, talvez, um passo [...]”.¹⁷⁷ Nesse caso, Elmira Lima atribuiu como fator principal para a fundação do Departamento, a figura do Chefe do Governo Provisório, caso contrário, acreditou na impossibilidade de consolidação do feminismo no Estado, frente às resistências antifeministas. Por tais motivos, publicações sobre as relações entre Vargas e a Federação ou o próprio Departamento eram importantes, ao expor finalidades práticas com os vínculos formados e as perspectivas individuais políticas.

Desta forma, considera-se não ter sido por acaso que, logo nos primeiros meses, o Departamento procurou explicitar essa relação com o governo, ao informar sobre a reunião de representantes da Federação com Getúlio Vargas para apresentar as conclusões do II Congresso e fazer solicitações,¹⁷⁸ ou declararem publicamente o apoio recebido. O trecho abaixo de uma entrevista de Felys Benoliel à “*Folha do Norte*” ilustra bem esse ponto:

E desdobrando um jornal do Rio, dona Felys leu o seguinte conceito do presidente Getúlio Vargas: “Todas as ideias pleiteadas pelo elemento feminista do Brasil são belas e devem ser acolhidas com simpatia. Estamos para isto preparados e atravessando um momento excepcional para a sua aceitação, tanto mais quanto no Brasil verificamos que o feminismo continua integrado na tradição da família”.¹⁷⁹

Esse pronunciamento do Chefe do Governo Provisório foi publicado na íntegra nos jornais “*Diário de Notícias*”¹⁸⁰ e “*Diário Carioca*”,¹⁸¹ do Rio de Janeiro, ao noticiarem sobre

¹⁷⁶ ÁLVARES, Saias, laços & ligas, p. 380.

¹⁷⁷ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 2 de julho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹⁷⁸ O Estado do Pará. Belém, 18 de julho de 1931, p. 3.

¹⁷⁹ Folha do Norte. Belém, 26 de julho de 1931, p. 7.

¹⁸⁰ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1931, p. 3.

¹⁸¹ Diário Carioca. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1931, p. 12.

uma reunião entre ele e a Federação Brasileira, com a presença de delegadas nacionais e internacionais do II Congresso, em que Bertha Lutz realizou as apresentações e Maria Luiza Bittencourt informou sobre o evento e a importância do apoio do Governo para o seu êxito. Em resposta, Getúlio Vargas destacou o valor das delegadas para conseguir os direitos almejados e, na ocasião, agradeceu “o tributo da mulher brasileira à causa da revolução”, finalizando com o trecho lido por Felys Benoliel. Nesta matéria, destacam-se dois pontos: o primeiro era a cordialidade e a troca de apoio entre feministas e presidente, por exemplo, enquanto as mulheres proclamaram-se favoráveis ao novo Governo, Getúlio Vargas retribuiu ao anunciar as benesses do feminismo. Contudo, e onde recai o segundo ponto, o apoio ofertado pelo presidente era limitado, seu favorecimento continuaria enquanto as propostas feministas não prejudicassem as normas familiares e as hierarquias de gênero, assim, não receberiam apoio em todas as reivindicações, apenas naquelas em que não rompessem com as tradições familiares.

A limitação do apoio ao feminismo evidencia-se nos anos seguintes. Apenas para citar, em 1932, no processo de seleção dos membros para a elaboração do Anteprojeto da Constituição, Bertha Lutz e Natércia da Silveira – outra feminista – foram selecionadas; todavia, o que parecia ser uma vitória do feminismo, com a plena participação na formação inicial da Carta Magna, houve uma reviravolta. Getúlio Vargas alterou o decreto inicial que regulava os trabalhos da Comissão e instituiu uma subcomissão, com 1/3 dos membros selecionados, a quem realmente caberia às deliberações. Nessa parcela, as duas únicas mulheres não foram selecionadas, restituindo à função de apenas sugerir, gerando uma intensa insatisfação das feministas. Outrossim, destaca-se a reformulação da Constituição de 1934, com inúmeros direitos às mulheres implementados a partir da intervenção dos grupos feministas, onde a nova Constituição de 1937 excluía alguns direitos recém-instituídos.

Apesar desses reveses, destacam-se algumas estratégias das feministas para mobilizarem-se durante o Governo Vargas na década de 1930, como o envio de cartas com reverências e elogios às autoridades públicas, não apenas nas comunicações privadas, mas também exaltavam publicamente seus aliados e suas contribuições à causa feminista. Essa postura justifica-se na tentativa de afirmação do poder, além de defender simultaneamente a vida pública feminina com a manutenção do seu papel na vida privada,¹⁸² justamente para manter o feminismo “integrado na tradição da família” e não perder vínculos importantes. Desta

¹⁸² MOURELLE, Rodrigo Cavaliere *et al.* A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930: estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL GÊNERO, FEMINISMOS E DITADURAS NO CONE SUL. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2009.

forma, as comunicações com as autoridades máximas do contexto nacional não eram realizadas somente pela Federação Brasileira, o Departamento Paraense também visou comunicar-se com o Chefe do Governo Provisório e fazer frente ao movimento feminista nacional.

Um dos primeiros indícios consta como um telegrama enviado a Getúlio Vargas no início de julho de 1932, para pleitear e solicitar à nomeação de Bertha Lutz como representante do feminismo nacional na comissão do anteprojeto da Constituição.¹⁸³ Inclusive, esse é o único documento oficial remanescente com a segunda composição da Diretoria do Departamento, onde consta o nome de Leopoldina Borges no cargo de presidente. Além de ser uma das poucas documentações remanescentes encaminhadas aos políticos, sem ser uma cópia transcrita à Federação Brasileira.

Em outras comunicações com Getúlio Vargas ao longo dos anos, percebeu-se que não foram encaminhadas indeliberadamente, pois contava, geralmente, com pedidos imediatistas aos temas em plena discussão no momento. No mês de agosto de 1932, encaminharam um apelo pela pacificação do Brasil, frente aos conflitos constitucionalistas em São Paulo;¹⁸⁴ no ano seguinte, pleitearam mais uma vez, em favor de Bertha Lutz, pela sua nomeação como delegada brasileira na Conferência Pan-americana, a ser realizada em 3 de dezembro de 1933, tanto por telegrama¹⁸⁵ quanto por ofício.¹⁸⁶ Ou como exemplo máximo, durante a Constituinte de 1933/1934 encaminharam uma mensagem requerendo a exclusão da obrigatoriedade do serviço militar feminino como condição indispensável no exercício do voto, além de exaltar e de enquadrar as contribuições do Movimento de 1930 ao feminismo, principalmente ao voto, em uma análise comparativa entre “Velha” e “Nova” República, assim se expressaram:

A Revolução outorgou à mulher o direito de votar, de [?] eficiente a sua preferência por este ou aquele candidato, levando sua cédula às urnas. No regime da Velha República, entretanto, a despeito de sua exclusão formal dos pleitos eleitorais, a população feminina não se mantinha indiferente aos destinos do Brasil, em cheque pela ascensão aos poderes máximos das personalidades em foco.¹⁸⁷

¹⁸³ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Belém, 4 de julho de 1932. 1 telegrama. Arquivo Câmara dos Deputados. Código: br-dfed-berthalutz-bl1-18.

¹⁸⁴ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatário: Chefe do Governo Provisório. Belém, 7 de agosto de 1932. 1 cópia de memorando. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_49.

¹⁸⁵ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Belém, 31 de outubro de 1933. 1 cópia de telegrama. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

¹⁸⁶ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Belém, 5 de novembro de 1933. 1 cópia de ofício. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

¹⁸⁷ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Belém, 24 de março de 1934. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

Os mecanismos utilizados pelas feministas em suas articulações com os políticos vigentes – ao tratar os “revolucionários” como um dos protagonistas das conquistas do feminismo – diferencia-os dos governantes anteriores, ao reforçar a ideia de “Velha República” como ultrapassada. Essa caracterização deve-se aos inúmeros projetos eleitorais para inclusão do sufrágio feminino, mas que não foram implementados. Diferente do governo em vigor, correspondente com as sociedades mais modernas. Como um fenômeno individual interiorizado,¹⁸⁸ cujas experiências, formação intelectual e análise social a partir da perspectiva feminista as formaram, elas valeram-se de suas vivências anteriores na Primeira República, onde mesmo sem o voto, atuavam politicamente frente aos acontecimentos nacionais e locais, apresentando outras possibilidades, mas sem refazer suas trajetórias. Esse acompanhamento do “destino do Brasil”, provavelmente, refere-se à crise militar desde o início da década de 1920 e ao período eleitoral de 1930, com a campanha de Getúlio Vargas para presidência pela Aliança Liberal, cujos eixos centrais dos seus discursos era o voto secreto, a expansão da alfabetização e as políticas sociais para os trabalhadores,¹⁸⁹ temáticas que interessavam às feministas.

Este apoio estendia-se às mobilizações práticas, como a presença do Departamento na recepção a Getúlio Vargas em sua passagem por Belém, em setembro de 1933, inclusive este acolhimento foi lembrado por elas na mensagem acima. A confirmação da participação do grupo deu-se logo nas primeiras publicações de programação das homenagens a serem prestadas, elas estariam em conjunto com a Concentração Feminina do Trabalho (CFT), instituição associada da Federação do Trabalho no Pará (FTP), devido à “finalidade idêntica” e por intermédio do deputado Martins e Silva, com quem realizaram uma conferência e associaram-se aos festejos proletários.¹⁹⁰ Nesta conjuntura, percebe-se a importância das relações políticas e o estabelecimento de uma rede de apoio aos trabalhos feministas, visto que a articulação realizada com o deputado possibilitou apresentarem-se pessoalmente ao presidente, de iniciarem uma tentativa de relação com a associação operária e de defenderem os direitos trabalhistas femininos.

Além disso, contribuiu na publicização da imagem do grupo, próximo às realizações das celebrações de recepção, o jornal “*O Estado do Pará*” noticiou: “O Departamento Paraense, [...] acordou com o presidente Martins e Silva prestar as suas homenagens ao presidente Getúlio Vargas, em conjunto com a Concentração Feminina do Trabalho, dada a afinidade do seu

¹⁸⁸ BERSTEIN, Culturas políticas e historiografia, p. 41.

¹⁸⁹ MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 85–131.

¹⁹⁰ Folha do Norte. Belém, 3 de setembro de 1933, p. 8.

programa”.¹⁹¹ Juntamente, há os nomes das mulheres componentes da comissão de recepção, a maioria composta por nomes novos, ou seja, não constavam na lista de colaboradoras na data da fundação. Dos 25 nomes mencionados, apenas cinco desta comissão estiveram presente na instalação: Antonina Prado, Cloris Silva, Maria da Costa Paraense, Maria de Jesus Marques Alves e Antonia Rodrigues de Sousa.

Apesar de terem se articulado para participar da recepção desde o fim de agosto, a forma como deveriam agir era uma questão de dúvidas e de embates entre as associadas, então resolveram enviar uma carta à Bertha Lutz para as ajudar nesse momento. Embora tenham recorrido ao aconselhamento da Federação sobre a melhor forma de atuar, mesmo com mais de dois anos de funcionamento, apresentaram uma diminuição progressiva dessa prática ao longo dos anos. Sendo assim, requeriam apenas a melhor escolha, dentre as opções pensadas pelo grupo, para adotar na ocasião, quando Cloris Silva questionou: “Ficaria bom uma mensagem subscrita com várias assinaturas? Ou na visita que lhe fizermos, expor pela palavra aquelas necessidades?”.¹⁹² Além disso, a consulta só foi realizada mediante votação, onde a maioria optou por enviar a carta, o que sugere uma discordância de algumas filiadas em não perguntar à Federação e manter suas escolhas independentes.

Nesta conjuntura, não se sabe quais teriam sido as instruções de Bertha Lutz, mas as descrições realizadas sobre o evento permitem analisar as decisões das paraenses. Nos jornais, a presença do Departamento no cortejo constatou-se no momento em que Getúlio Vargas chegou à residência do farmacêutico Benedito Passarinho, onde se hospedou. Dividindo o espaço com as operárias das usinas e das fábricas de Belém, junto à Concentração Feminina do Trabalho, em que “o operariado feminino jogará flores e confetes”.¹⁹³ As feministas e as operárias atuaram juntas e, embora tivessem se planejado por semanas, alguns imprevistos foram relatados por Cloris Silva:

O nosso comparecimento nas manifestações de regozijo à visita do Chefe do Governo Provisório esteve a contento.

A nossa intérprete foi bastante feliz no seu improviso por ocasião da entrega da mensagem de saudação. [...]

Lamentável apenas foi não entregarmos pessoalmente o nosso memorial. O presidente passou no Pará 30 e poucas horas. Não houve momento possível por maior boa vontade do que nos favoreceram acesso junto a S. Excia. Penso porém que ele foi inteirado do que precisamos todas nós, as mulheres.¹⁹⁴

¹⁹¹ O Estado do Pará. Belém, 24 de setembro de 1933, p. 4.

¹⁹² SILVA, Cloris; PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 3 de setembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

¹⁹³ O Estado do Pará. Belém, 26 de setembro de 1933, p. 5.

¹⁹⁴ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 10 de outubro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

Constata-se a realização de ambas as ideias iniciais para a ocasião, o que deveria ser a entrega de apenas uma mensagem, acabou por apresentar-se uma oportunidade de discurso à representante do Departamento, Antonina Prado – vice-presidente no momento do evento – o inteiro das necessidades feministas. Em relação à mensagem de saudação, houve sua transcrição na “*Folha do Norte*”, contendo inúmeros elogios a Getúlio Vargas e a demonstração enfática da hospitalidade dos paraenses, além dos próprios votos de boas-vindas, ao reconhecerem o “prestígio que v. excia. vem emprestando ao programa feminista nacional”,¹⁹⁵ demarcando, mais uma vez, os vínculos e os apoios políticos entre as feministas e o Governo Provisório. Além disso, o memorial não entregue presencialmente, mas encaminhado por correio, pleiteava sobre os direitos trabalhistas das mulheres e contava com mais de 127 assinaturas, das quais 10 eram masculinas, de acordo com uma nota feita em cópia entregue à Federação.¹⁹⁶ Provavelmente, essas assinaturas também eram das operárias e participantes da recepção, devido ao contato estabelecido e pelo tema que o memorial defendia.

Inclusive, sobre essas relações com os grupos operários, alguns questionamentos sobressaem-se na análise das fontes, por ter sido – durante o preparo para a recepção do Chefe do Governo Provisório – o primeiro contato com as mulheres operárias e com a Concentração Feminina do Trabalho. Na mesma carta em que perguntaram sobre a melhor forma de apresentarem-se no cortejo, questionam sobre uma possível relação entre as instituições: “Será possível uma fraternização com essa gente. Julgareis útil essa aproximação?”.¹⁹⁷ Entretanto, sabe-se que a feminista Felys Benoliel participava de organizações operárias e – além da Liga Nacionalista – integrou a Concentração Feminina, ocupando o cargo de presidente logo na sua fundação, em dezembro de 1931.¹⁹⁸ Com a nova ocupação em outra instituição, é provável ter ocorrido o afastamento da feminista das atividades do Departamento Paraense, pois a última relação entre ela e o grupo foi a participação na rádio, durante a campanha educativa pró-voto.

Mesmo que tenha se dedicado exclusivamente à Concentração, questiona-se o porquê de as duas instituições não terem se relacionado durante sua presidência, visto que os direitos

¹⁹⁵ Folha do Norte. Belém, 28 de setembro de 1933, p. 2.

¹⁹⁶ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Belém, 29 de agosto de 1933. 1 cópia de memorial. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

¹⁹⁷ SILVA, Cloris; PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 3 de setembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

¹⁹⁸ Folha do Norte. Belém, 28 de dezembro de 1931, p. 3. A organização fundou-se com o nome Associação Defensora do Trabalho Feminino e transformou-se em Concentração Feminina do Trabalho. Além disso, a referida matéria de jornal constata a fundação no dia 22 de dezembro de 1931, mas em ofício posterior de Felys Benoliel, informou a data 15 de dezembro de 1931 como o dia da instalação. Folha do Norte. Belém, 14 de janeiro de 1932, p. 3.

trabalhistas às mulheres era uma das principais reivindicações feministas. Neste caso, concorda-se com José Rodrigues na hipótese de um possível motivo para o distanciamento: a diferença socioeconômica entre as integrantes de ambos os grupos, cujas componentes da CFT eram principalmente mulheres operárias, com baixa escolaridade e pertencentes às camadas populares.¹⁹⁹

Nesse momento, torna-se de suma importância analisar as articulações feministas a partir das considerações de Simona Cerutti sobre as relações sociais.²⁰⁰ Em consonância com a autora, esses laços eram constitutivos não somente do “contexto de trocas mais imediatas (bens e informações)”, ou nesse caso, parceria no festejo em benefício comum, mas também aos “contextos normativos e culturais”. Assim sendo, as relações entre feministas e operárias deram acesso aos preconceitos de classes presente no grupo, quando mencionaram a Concentração Feminina pela primeira vez, descreveram: “organização do operariado feminino, a maior força do nosso sexo aqui, sem instrução e educação necessária”.²⁰¹ Antonina Prado e Cloris Silva reforçam as diferenças entre as integrantes de ambas as instituições, além de exporem as expectativas e os recursos possíveis em uma aproximação, ao saberem do considerável contingente de integrantes na CFT e da necessidade de educá-las.

Além dessa questão, pontua-se o curto período da presidência de Felys Benoliel na Concentração, decorrendo até março de 1932, com um término conflituoso entre ela, a instituição e Luiz Martins e Silva. Antes de ser deputado, Martins e Silva ocupou o cargo de presidente da Federação do Trabalho, instituição que a CFT era associada, além de possuir uma grande popularidade entre os operários. Assim, o motivo do conflito teria sido um possível desentendimento entre Felys Benoliel e Martins e Silva,²⁰² ocasionando, poucos dias depois, na saída da feminista. Ela anunciou seu desligamento nos jornais, “por livre e espontânea vontade”,²⁰³ mas sem informar nenhuma causa aparente. Contudo, dois dias depois, Martins e Silva comunicou à imprensa que a feminista estaria realizando uma “campanha de difamação contra membros da Federação Brasileira do Trabalho sobre irregularidades havidas na cobrança da Concentração Feminina”,²⁰⁴ e para provar a integridade da associação, a Federação do

¹⁹⁹ RODRIGUES, **O labor feminino do lar à fábrica: lutas, práticas e representação social** (Belém, 1930-1935), p. 90.

²⁰⁰ CERUTTI, Simona. Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maira Ines (orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 40.

²⁰¹ SILVA, Cloris; PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 3 de setembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

²⁰² ÁLVARES, **Saias, laços & ligas**, p. 418.

²⁰³ O Estado do Pará. Belém, 4 de maio de 1932, p. 3.

²⁰⁴ Folha do Norte. Belém, 6 de maio de 1932, p. 2.

Trabalho encaminhou o caso à polícia. Em comum acordo, a CFT manifestou-se contra os atos da ex-presidente,²⁰⁵ em resposta, Felys Benoiel alegou serem suas ações um “protesto às faltas da Concentração Feminina do Trabalho” e estaria sofrendo calúnia por parte de Martins e Silva.²⁰⁶ Apesar da publicação nos principais jornais da cidade, após este pronunciamento não há nenhuma repercussão e não se tem maiores explicações sobre o caso.

Neste cenário, nos poucos meses de mandato e pelos conflitos envolvidos no desligamento, supõe-se uma instabilidade na sua gestão desde o início, e assim impediria possíveis vínculos com o Departamento. Além disso, o modo como sucedeu à saída de uma antiga filiada que esteve à frente do Departamento, pode não ter agradado as feministas e, por isso, não teriam interesse em relacionar-se com a Concentração. Do mesmo modo, pode ter contribuído na caracterização negativa às integrantes da instituição operária, e só ter considerado uma possível relação visto os seus próprios interesses, tanto em fortalecer a reivindicação em prol dos direitos trabalhistas femininos, quanto em consolidar as comunicações efetuadas com o deputado Martins e Silva e a oportunidade de participarem da recepção a Getúlio Vargas.

Essa conjuntura se fortalece quando o Departamento, ao articular-se para estabelecer uma relação com a CFT, entra em contato primeiramente com o deputado, como Cloris Silva relatou: “Ele nos prometeu em tempo oportuno uma reunião geral da Concentração Feminina para que possamos sentir as suas necessidades e as possibilidades de êxito da nossa atuação com essa associação”.²⁰⁷ Além de inferir uma mediação de Martins e Silva entre ambas as instituições, ele estaria atuando como intermediário e motivador para as relações entre os grupos, o que sugere uma forte influência nas movimentações da Concentração. As suposições confirmam-se no mês seguinte, quando em relatório das atividades realizadas e as projeções, informaram: “disse-nos o sr. Martins em palestra na sede da Federação do Trabalho que a nosso cargo deixaria a seção feminina operária quando ele se retirasse para o Rio onde vai tomar o assento na Constituinte”.²⁰⁸ Dessa forma, o deputado era caracterizado como líder da repartição feminina, a quem caberia a decisão de escolher o sucessor na sua ausência. Todavia, não há indícios dessa escolha ter sido efetivada, seja devido à decisão das feministas – “em véspera de

²⁰⁵ Folha do Norte. Belém, 7 de maio de 1932, p. 3; O Estado do Pará. Belém, 7 de maio de 1932, p. 1.

²⁰⁶ Folha do Norte. Belém, 8 de maio de 1932, p. 6; O Estado do Pará. Belém, 8 de maio de 1932, p. 3.

²⁰⁷ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 10 de outubro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

²⁰⁸ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 5 de novembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

decidirmos este assunto” –, seja a contrariedade das operárias, em provável desagrado ao ter novamente a liderança de mulheres fora das classes populares.

Tal panorama reforça uma compreensão do modo como as feministas paraenses se articulavam, privilegiando uma interação direta com figuras públicas e influentes, para fortaleceram suas mobilizações e angariar apoio às suas reivindicações. Nesta perspectiva, o caso de Martins e Silva fora bastante expressivo, devido a sua trajetória como líder sindicalista e presidente de uma das principais organizações operárias paraenses, a preocupação com os direitos trabalhistas femininos era uma realidade, ao serem constatados nas pautas reivindicatórias. Além disso, seu apoio popular e participação política no Congresso e em cargos administrativos do governo, poderiam agregar relevância pública no cenário paraense, o que justificaria as motivações das feministas para o estabelecerem na sua rede de apoio. Embora não seja comentado em nenhuma missiva, Martins e Silva era primo da ex-filiada Corina Martins Pegado, onde apesar de não integrar mais o grupo – por motivos de mudança de cidade – a atuação dela no feminismo pode ter motivado e influenciado na contribuição dele ao Departamento Paraense.

O deputado se demonstrou um grande aliado do feminismo, principalmente nas reivindicações dos direitos trabalhistas femininos, cujas relações de apoio mantiveram-se ao longo da década de 1930. Por exemplo, no ano seguinte, em 1934, por ser um dos constituintes, as comunicações intensificaram-se frente à implementação de algumas reivindicações e chegou a ser considerado por Cloris Silva como “o único que dá apoio ao trabalho feminista”.²⁰⁹ Em retribuição dessa boa relação, o Departamento participou dos festejos de comemoração ao Dia do Trabalhador, organizada pela Federação do Trabalho do Pará, onde Antonina Prado realizou uma conferência sobre *A Mulher Operária*.²¹⁰ Posteriormente, no relatório de atividades, a terceira presidente informou que o convite partiu do próprio Martins e Silva ao solicitar cooperação delas no festejo, e o fato de estar no relatório caracteriza como uma das principais atividades do ano.²¹¹

Além disso, estabelecer essas relações com o deputado possibilitou às feministas do Rio de Janeiro uma comunicação com ele, iniciadas durante a Constituinte, ao solicitarem um parecer favorável aos direitos das mulheres; em resposta, o paraense declarou seu apoio às

²⁰⁹ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 4 de fevereiro de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

²¹⁰ O Estado do Pará. Belém, 1 de maio de 1934, p.4.

²¹¹ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Belém, 14 de março de 1935. 1 relatório. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a935_25.

reivindicações feministas.²¹² Igualmente, o próprio Martins e Silva fez uso dessas articulações quando era do seu interesse, como em 1936, em sua iniciativa de criar a Casa dos Trabalhadores do Brasil, solicitou as contribuições de Bertha Lutz, enquanto deputada, para esse projeto.²¹³

Nesta conjuntura, o deputado trabalhista não era o único político com quem as feministas se articulavam e também não se centravam somente nos parlamentares paraenses. Estas relações com figuras políticas intensificaram-se a partir da Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934, com as oportunidades de implementação das reivindicações feministas. Referente aos deputados paraenses, o Departamento comunicava-se de duas formas: de modo geral e individual, para aqueles com quem já tinham certos vínculos. Desses dois métodos, pelas cópias remanescentes encaminhadas à Federação Brasileira, percebem-se algumas diferenças: as designadas aos deputados paraenses em conjunto, além da presença de prelúdios sobre a importância do momento à Nação, eram solicitações mais abrangentes, como sobre as “responsabilidades das cidadãs”²¹⁴ ao País; enquanto individualmente, determinavam especificamente a temática em que requeriam apoio, como a questão do serviço militar e a do trabalho.

Em relação às fontes, é importante ressaltar que há apenas cópias manuscritas, em sua maioria, das mensagens destinadas aos políticos, ocasionando algumas dificuldades e receios no processo de análise quanto à integridade da documentação e a constatação da ausência de algumas informações, por exemplo, a data de envio aos destinatários, impedindo considerações sobre possíveis regularidades ou ordenação nas demandas. Contudo, as cópias ainda possibilitam a análise sobre as intenções das feministas, quais temas eram pleiteados, os argumentos utilizados e com quem pretendiam estabelecer comunicação.

Sobre esses destinatários é importante identificá-los. Os deputados representantes do Pará eram: Abel Chermont, Mario Chermont, Rodrigo Cabral, Clementino Lisboa, Joaquim Magalhães, Leandro Pinheiro e Luiz Carvalho, todos pelo Partido Liberal (PL), em relação a Martins e Silva, este esteve como representante dos empregados. Referente à predominância do PL, esta reflete a situação política paraense, por ser considerado por Carlos Rocque o único partido devidamente organizado neste período no Pará, fundado em 5 de dezembro de 1931 por Magalhães Barata, sua predominância no cenário político do Estado foi percebida não só na

²¹² SILVA, Luiz Martins e. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Rio de Janeiro, 7 de março de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_21.

²¹³ SILVA, Luiz Martins e. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1936. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_23.

²¹⁴ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatário: Deputados Paraenses. Belém, 3 de fevereiro de 1934. 1 cópia de ofício. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

Assembleia Constituinte, como também nas eleições de 1934 para a Câmara Federal, ao elegeram sete candidatos para as nove vagas, e na formação para a Constituinte do Pará, ao preencherem com 21 partidários do total de 30 vagas.²¹⁵

Outros políticos com quem se comunicaram foram:

Quadro 2 – Correspondentes da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934

Nomes	Estados	Cargos na Assembleia
Adolfo Soares	Maranhão	Comissão Constitucional
Antonio Medeiros Netto	Bahia	Líder da Assembleia
Carlos Maximiliano	Rio Grande do Sul	Presidente da Comissão Constitucional
Cunha Melo	Amazonas	Líder da União Cívica Amazonense
Fernando Abreu	Espírito Santo	Líder do Partido Social Democrático
Levi Carneiro	Rio de Janeiro	Vice-presidente Comissão Constitucional
Nero de Carvalho	Goiás	Comissão Constitucional
Nogueira Penido	Rio de Janeiro	Comissão Constitucional
Prado Kelly	Rio de Janeiro	Líder da Bancada Fluminense
Pedro Vergara	Rio Grande do Sul	Republicano Liberal
Raul Fernandes	Rio de Janeiro	Relator Geral da Comissão Constitucional

Fonte: Elaborado pela autora.

Na diversidade de nomes, partidos, Estados e funções, as feministas não tinham restrições políticas ao estabelecerem contato. Referente ao quadro, elaborado a partir dos Anais da Assembleia Constituinte para localizar os referidos cargos,²¹⁶ conjectura-se que as escolhas para esses determinados nomes terem sido devido às posições ocupadas na Assembleia e por isto teriam certa influência entre os demais, além de serem favoráveis a determinados direitos às mulheres.

Sabe-se que dentre eles, conseguiram encontrar apoiadores às suas propostas nas discussões da Assembleia, por exemplo, com Levi Carneiro e a sua atuação na defesa aos direitos das mulheres e da participação política feminina, ao argumentar sobre a inexistência de incompatibilidade entre ser mãe e ser eleitora.²¹⁷ Além disso, vários desses nomes eram

²¹⁵ ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político**. Belém: SECULT, 1999.

²¹⁶ BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (1934). **Anais da Assembleia Nacional Constituinte**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Oficinas do Calabouço, 1934. Volume I.

²¹⁷ DULTRA, Eneida Vinhaes Bello. **Direitos das mulheres na Constituinte de 1933-1934: disputas, ambiguidades e omissões**. 254 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018, p. 152–153.

destinatários frequentes da Federação Brasileira, o que implicava uma movimentação nacional das feministas no envio constante de correspondências para os mesmos políticos, reafirmando a consistência de suas propostas. Tal como se percebe no telegrama de Antonina Prado enviado à Raimunda Chevalier, da Federação Amazonense pelo Progresso Feminino, para que ela telegrafasse aos deputados Medeiros Netto, Abel Chermont e Cunha Melo, requerendo a exclusão da emenda referente ao serviço militar feminino para o exercício do voto.²¹⁸

Outro momento marcante desta articulação entre as feministas e os políticos foi durante a vigência de Bertha Lutz como deputada entre 1936 e 1937, ao requererem a colaboração dos membros da Câmara na aprovação dos projetos elaborados por ela. Neste contexto, estabeleceram comunicação com outros políticos, a exemplo de João Simplício (Rio Grande do Sul), Jaime Vasconcelos (Ceará)²¹⁹ e Carlos Luz (Minas Gerais),²²⁰ ao mencionarem tanto o Estatuto da Mulher, projeto de lei 736/1937 e o Conselho Geral do Lar, Trabalho Feminino, Previdência e Seguro Maternal, projeto de lei 623/1937. Ambos estavam em processo de debate no momento em que a Câmara dos Deputados foi fechada, em 10 de novembro de 1937.

Além dos políticos, como parte de sua rede de apoio, o Departamento também procurou relacionar-se com instituições de caráter social, como as organizações locais: Liga Contra a Lepra e Damas Protetoras da Assistência e Proteção à Infância; e de outros Estados, tal qual a Cruzada Nacional de Educação. Outras tentativas de estabelecerem ligações foram com feministas nacionais e internacionais, exemplo das brasileiras Anna Amelia e Maria Sabina, e a norte-americana Maijorie Shuler.

Com as organizações do próprio Estado, pouco se sabe sobre essas relações, apenas algumas menções breves foram feitas nas cartas remanescentes, dentre elas mencionam a Liga Contra a Lepra e a Assistência e Proteção à Infância. Sobre a primeira, informaram:

[...] oficiamos, pondo-nos ao dispor do que nos pudesse caber, falando com um dos seus membros, [...] ele solicitou o nosso concurso, dizendo precisar de nós. Até hoje, porém, nenhuma incumbência nos confiaram. Temos sabido de sérias desinteligências no seio da Liga e aliás, a seção feminina recaiu em nome apenas saliente nos meios exibicionistas da nossa elite.²²¹

²¹⁸ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Raimunda Chevalier. Belém, [s.d.] 1934. 1 cópia de telegrama. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

²¹⁹ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: João Simplício e Jaime Vasconcelos. Belém, [s.d.] 1937. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_18.

²²⁰ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Luz. Belém, [s.d.] 1937. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_18.

²²¹ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 5 de novembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

Concernente à segunda, refere-se à seção feminina da instituição, Damas Protetoras:

Há pouco fundou-se uma sociedade Damas Protetoras que resume o seu expediente em festas de quando e quando com distribuições de roupas, brinquedos, etc., às crianças matriculadas na Assistência à Infância. É uma entidade filha do momento, arregimentando elementos de posição, esposas dos detentores dos mais altos cargos públicos. Não cogita de mensalidade. Recebe contribuições aleatórias, sem portanto, visos de estabilidade duradoura. Entretanto, uma oportunidade de nossa penetração em seu seio, não desprezaremos.²²²

Os fragmentos demonstram a intenção de o Departamento participar de atividades filantrópicas: com a Liga estabeleceram contato, mas não obtiveram resposta; e com as Damas esperavam uma oportunidade, apesar do receio de instabilidade do grupo. Para conjecturar os motivos da rejeição da Liga Contra a Lepra, vale mencionar algumas considerações sobre a instituição: era uma organização recente, fundada em maio de 1932, ou seja, com um ano e meio de existência quando as comunicações ocorreram. Além disso, em sua primeira diretoria,²²³ nota-se a presença do Padre Dubois como Primeiro Secretário.

Florence Dubois era um padre barnabita, diretor do periódico católico “*A Palavra*” e colaborador no jornal “*Folha do Norte*”, sendo um dos principais porta-voz da Igreja, em Belém nas primeiras décadas do século XX. A partir de seus escritos, é possível considerá-lo como antifeminista, quando se declarou opositor ao movimento como uma mobilização política feminina,²²⁴ além de ter se manifestado contrário a uma das atividades do Departamento Paraense: as homenagens do Dia das Mães, em 1932.²²⁵ Assim, concernente aos membros da Liga Contra a Lepra, apesar de ter identificado apenas um nome como antifeminista, é possível que outros membros não tenham sido simpatizantes a um vínculo entre a instituição e o Departamento. Os motivos recairiam tanto por ser uma recente organização e não querer envolver-se com grupos que dividem opinião como as feministas, quanto a uma possível presença de personalidades contrárias ao feminismo, resultando na ausência de alguma incumbência a elas, mesmo ao possuir uma seção feminina em sua instituição.

Diferente do ocorrido com a Liga Contra a Lepra, as feministas não entraram em contato com as Damas Protetoras da Assistência e Proteção à Infância, provavelmente devido ao caráter elitista da instituição, e por isso estariam esperando “uma oportunidade” de inserção. Tal situação deveu-se principalmente às primeiras notícias sobre as Damas, com sua fundação em

²²² Ibid.

²²³ Folha do Norte. Belém, 29 de maio de 1932, p. 7.

²²⁴ Folha do Norte. Belém, 14 de janeiro de 1923, p. 1.

²²⁵ Folha do Norte. Belém, 24 de abril de 1932, p. 1.

finais de maio de 1933, os jornais anunciaram uma boa receptividade por parte das mulheres, “solicitando sua inscrição como associadas”, e também as fundadoras encaminharam “convites pessoais às senhoras de suas relações” para comporem o quadro social.²²⁶ Desta forma, nota-se uma restrição a quem participava como colaboradora, circunscrevendo determinados grupos sociais, e para aquelas externas a essas relações pessoais, precisavam requerer uma solicitação.

A própria composição da diretoria reflete esse cenário, ao serem anunciadas primeiramente pelo nome dos maridos: “presidente, senhora Aberlado Conduru; vice, senhora Moyses Levy; [...] tesoureira, senhora Ophir Loyola”.²²⁷ Das respectivas atuações dos cônjuges, o primeiro era o então prefeito de Belém, o segundo era o presidente da Assistência à Infância e o último era um dos fundadores da referida instituição. Assim, percebe-se a caracterização feita pelas feministas e o motivo do aguardo, é provável que não tivessem nenhuma relação pessoal com as personalidades mencionadas; sabe-se apenas de Elmira Lima, ao ter integrado a Assistência logo no seu primeiro ano, em 1912, mas encontrava-se afastada do Departamento desde 1932.

Apesar das dificuldades em atuarem com outros grupos, permaneceu o apreço pelas atividades filantrópicas. Interesse em atividades sociais não era uma novidade em grupos femininos, como observou a historiadora Michelle Perrot, esta participação se constituiu como um lugar primordial às mulheres das classes abastadas, em que pese às oportunidades de ocuparem um espaço público e entrarem em contato com novas áreas de atuação: como comunicação, gestão administrativa e financeira.²²⁸ Não por acaso, Antonina Prado ressaltou quem eram os colaboradores: grupos da elite, “elementos de posição” na sociedade, um indicativo de um possível motivo para não terem consolidado uma relação entre a Associação e o Departamento Paraense.

Uma das poucas interações constatadas foi durante a celebração do Dia das Mães, em 1932, em que contou com uma ampla aceitação pela sociedade e na presença de personalidades influentes, inclusive foi a única aproximação identificada entre as feministas e as “esposas dos detentores dos mais altos cargos públicos”, neste caso, com Georgina Barata, esposa do interventor Magalhães Barata, cuja arrecadação durante a festividade lhe foi entregue para ser destinada à assistência aos migrantes nordestinos.²²⁹ Tais características filantrópicas não estavam desassociadas do movimento feminista, até mesmo porque estas práticas contribuíram

²²⁶ Folha do Norte. Belém, 1 de julho de 1932, p. 2.

²²⁷ Folha do Norte. Belém, 13 de julho de 1933, p. 2.

²²⁸ PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**: século XIX. São Paulo: Edições Afrontamento, 1990, p. 508.

²²⁹ O Estado do Pará. Belém, 11 de maio de 1932, p. 2.

para o início de uma “consciência de gênero”²³⁰ – como denominou Michelle Perrot em seus estudos para Paris – e no que se refere ao feminismo da década de 1930, por reivindicarem melhorias nas áreas da saúde e da educação para mulheres e crianças, tornavam-se autoridades nessas temáticas frente à sociedade.

Apesar de não terem obtido grandes sucessos no contexto local com associações assistencialistas, as feministas paraenses estavam atentas ao debate nacional e contribuíram da maneira que lhes foi possível, utilizando como principal meio as correspondências. Isto porque, em 1933, Antonina Prado justificava a opção de se associarem a outras instituições nestas atividades, quando alegou: “[a] filial é impotente para tomar a si cargo exclusivo às providências necessárias a uma realização qualquer”,²³¹ devido ao baixo número de filiadas e a falta dos meios materiais necessários, e assim ocupavam “o papel de coadjuvantes”.

Em contraposição, se as relações entre instituições apresentaram pouco frutíferas ao constituir uma rede de apoio localmente, no âmbito nacional obtiveram mais sucesso, principalmente com a constante prática de realizarem recepções para os visitantes em Belém. Nesta perspectiva, destaca-se o ano de 1934, com a chegada da jornalista norte-americana Marjorie Shuler ao Brasil, em janeiro, numa viagem pelos países sul-americanos com a finalidade de escrever uma série de artigos para o jornal “*Christian Science Monitor*”. Assim, desde o desembarque no Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1934, houve a recepção organizada pelas feministas, com a presença de Bertha Lutz,²³² além da realização de um pequeno evento, ao ter sido homenageada pela FBPF.²³³

A chegada em Belém, no dia 22 de janeiro de 1934, também foi marcada por homenagens prestadas do Departamento à jornalista, ao recepcioná-la com uma comissão composta por Antonina Prado, Cloris Silva e Maria Costa Paraense, publicada no jornal “*Folha do Norte*”.²³⁴ Na mesma matéria, houve o anúncio da realização de uma reunião em sua homenagem na sede do Departamento, no dia 27 de janeiro, sábado. No dia do evento, mais detalhes da programação foram divulgados, com a apresentação de Carmem Sousa no violino e Maria Guiomar e Magdalena Loureiro no piano, diplomadas do Instituto Carlos Gomes; dessas, apenas Carmem Sousa teve registro de vínculo com o Departamento, logo em sua fundação. Entretanto, é provável que as outras duas também fossem, devido ao caráter intimista

²³⁰ PERROT, Sair, p. 510.

²³¹ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 5 de novembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

²³² Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1934, p. 3.

²³³ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1934, p. 15.

²³⁴ Folha do Norte. Belém, 23 de janeiro de 1934, p. 1.

do evento, principalmente Magdalena Loureiro, por sua presença em reuniões subsequentes. Outras informações ressaltam o caráter restritivo da assembleia, ao ter sido solicitado apenas a presença de todas as associadas, com a presidência da reunião pelo cônsul americano, George Seltzer.²³⁵

A prática de recepção e de organização de eventos em homenagem, integrava-se em uma política da Federação Brasileira e de suas filiais ao receber determinadas figuras públicas em suas cidades, por razões de fomentar as redes de apoio, estabelecer boas relações com essas personalidades e garantir visibilidade à instituição, seja em caráter local, seja nacional, seja internacional. Nessa perspectiva, as realizações dessas programações não eram sem objetivos, além dessas questões levantadas, no caso da visita da jornalista, procuraram defender uma de suas reivindicações – a Paz Universal – visto que contaram com a participação de estrangeiros. Em relação ao evento, no relatório bienal 1934/1935 detalharam o seguinte:

O Departamento Paraense levou a efeito uma hora lítero-musical sob a presidência de honra do sr. George Shelter – cônsul da América do Norte, tendo S.S., no término do programa, em magnífico improviso, realçado a representação de que estava investido por parte do Governo de seu país ali no recinto, e que confirmava a cordialidade expressa pelas duas bandeiras entrelaçadas no fundo do salão, respectivamente da nacionalidade brasileira e americana.

A parte literária desse magnífico sarau foi marcada pela apresentação de Miss Shuler à assistência pela presidente do Departamento e resposta da homenageada, por ambas notaram altamente, o valor das relações internacionais no seio da Paz Universal.²³⁶

Como pano de fundo no sarau das feministas, percebe-se a ênfase no tema da Paz Universal e na cordialidade entre o Brasil e os Estados Unidos. Isso reflete o contexto internacional e as relações diplomáticas vivenciadas pelo País, ao esforço sistemático norte-americano da Política de Boa Vizinhança, onde os países do continente tornaram-se alvos de uma forte campanha dos americanos para constituírem-se em uma unidade com a sua liderança, um exemplo recai nas inúmeras conferências interamericanas realizadas na década de 1930.²³⁷ Esse interesse estadunidense na América Latina apresentou outros fatores quando o enfoque era a Amazônia, tanto por parte governamental quanto de empresas privadas à exploração das reservas naturais, com maior destaque aos seringais. Um exemplo máximo desse anseio por recursos pode ser explanado na implementação da Fordlândia, em 1927, e de Belterra, em 1934,

²³⁵ Folha do Norte. Belém, 27 de janeiro de 1934, p. 1.

²³⁶ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. Relatório bienal 1934-1935. Belém, [?] julho de 1936. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_efi_dpb.

²³⁷ PINHEIRO, Letícia. O Brasil no mundo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 152–153.

ambos no Estado do Pará, na construção de “cidades empresas” para o extrativismo da borracha pela Companhia Ford Industrial, com grandes impactos na região.²³⁸

Assim, as feministas estavam atentas ao panorama internacional e na cordialidade entre ambos os países, com fortes atuações na região, o que pode ser uma das justificativas para a presença do cônsul americano e de utilizarem os signos das bandeiras para representar essas relações. Vale mencionar o traslado feito pela jornalista americana, permanecendo nos estados amazônicos ao seguir para Manaus, após a saída de Belém. Assim, na preocupação de manter a continuidade das práticas feministas, o Departamento Paraense contatou a Federação Amazonense pelo Progresso Feminino, por meio de um telegrama, para que recebessem “com carinho a escritora yankee”.²³⁹ Em adendo, essas duas únicas correspondências remanescentes entre as feministas belenenses e manauaras sugerem uma manutenção de comunicação quanto a participação nas atividades nacionais, onde aparenta certa proatividade das paraenses de seguirem similar prática de movimentações.

Paralelamente, destacam-se as participações do movimento feminista nos eventos diplomáticos, como a Conferência Interamericana de Montevideu, em 1933. Para a historiadora Teresa Marques, essas interações eram de suma importância na estratégia elaborada por Bertha Lutz na implementação e reforma dos direitos das mulheres no Brasil, e consolidava simultaneamente as alianças com grupos feministas internacionais.²⁴⁰ Não por acaso, preocuparam-se em realizar as recepções e construir essas boas relações para assim alçar a imagem do grupo, como escreveu Cloris Silva: “Miss Marjorie Shuler, que nos afirmou levar boa impressão do nosso meio. Junto pois os jornais que sobre o assunto se referem para o devido conhecimento da Federação”.²⁴¹ Ou seja, garantir uma “boa impressão” possibilitava uma visibilidade ao movimento feminista, no “conhecimento da Federação” a um público estrangeiro, o que aconteceu quando a jornalista, em três números do “*Christian Science Monitor*”, escreveu artigos de sua viagem ao Brasil e mencionou Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.²⁴²

²³⁸ SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. **Cadernos de História da Ciência**, v. 4, n. 2, p. 89–108, 2008.

²³⁹ CHEVALIER, Raymunda. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Manaus, 1 de março de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_58.

²⁴⁰ MARQUES, Teresa Cristina Novaes. Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevideu, 1933. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 3, p. 927–944, 2013.

²⁴¹ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 31 de janeiro de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

²⁴² HUTT, A. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Rio de Janeiro, 6 de março de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_35.

Apesar de não ter sido mencionado no relatório, outras informações noticiadas na “*Folha do Norte*” são relevantes. Primeira, o discurso feito pela Miss Shuler ao mencionar sua percepção em relação às mulheres nos lugares visitados, salientando “que o progresso dum povo se evidenciava pela cultura da mulher e pela generosidade do homem em reconhecer esse mérito”,²⁴³ e no caso brasileiro, esta cultura feminina estaria “altamente demonstrado” pelas atividades da FBPF e associações filiadas em todos os Estados pelos quais passou. Tal destaque em sua oratória reflete um dos possíveis objetivos centrais de análise em suas viagens, o movimento feminista e as “realidades” das mulheres em cada localidade, até mesmo devido à sua trajetória, ao ser sufragista e colaboradora do periódico “*The Woman Citizen*”, pertencente a *National American Woman Suffrage Association*,²⁴⁴ principal instituição americana de influência às feministas da Federação Brasileira e com quem mantinham constantes contatos, demonstrando as formas e a manutenção das relações com tais visitas e recepções.

Segunda, a informação sobre a presença de duas ex-integrantes do Departamento no evento, Felys Benoliel e Elmira Lima. Ambas estavam como representantes dos periódicos que colaboraram, respectivamente, o “*Brasil Feminino*” e o “*Alma e Coração*”. O primeiro, mencionado anteriormente, era uma revista do Rio de Janeiro e contava com a colaboração de outra feminista paraense, Olympia Martins; o segundo era um periódico local, com o objetivo de realizar a propaganda espírita, sendo Elmira Lima a redatora do órgão. A presença de ambas as mulheres poderia indicar uma reaproximação delas com o Departamento, contudo a publicação no jornal demarca explicitamente o comparecimento delas como representantes dos periódicos, ou seja, estariam presentes apenas por interesses jornalísticos. Assim, reforça a perspectiva de não quererem integrar-se novamente ao grupo, mas não indica o afastamento delas com os ideais feministas, tanto pela presença num evento pouco noticiado quanto, vale mencionar, o “*Brasil Feminino*” ter sido um periódico feminista.

Seguindo nas atividades do mesmo ano, também recepcionaram a Cruzada Nacional de Educação e a feminista Anna Amelia, vice-presidente da Federação Brasileira. Sobre a instituição, sua chegada foi noticiada na imprensa belenense no dia 1º de abril de 1934, junto às atividades organizadas pelo Interventor aos visitantes, com a programação de festas e de passeios.²⁴⁵ Em relação à recepção das feministas, só foi noticiado no dia da realização, 6 de abril de 1934, com a programação: palestra explicativa dos trabalhos da Cruzada, por Affonso

²⁴³ Folha do Norte. Belém, 30 de janeiro de 1934, p. 2.

²⁴⁴ NATIONAL AMERICAN WOMAN SUFFRAGE ASSOCIATION *et al.* **Handbook of the National American Woman Suffrage Association**: and proceedings of the Convention held at Cleveland, Ohio. New York City: National American Woman Suffrage Association, 1921, p. 11.

²⁴⁵ O Estado do Pará. Belém, 1 de abril de 1934, p. 1.

Campiglia e apresentação musical de Carmem Sousa e Magdalena Loureiro. Apesar de ter sido anunciado como entrada franca a todos os interessados, houve uma ênfase no convite para a “presença do magistério e imprensa”, por serem considerados “fatores indispensáveis no êxito completo dos propósitos da Cruzada”.²⁴⁶ Desta forma, a elaboração do evento caracterizou-se tanto como uma recepção quanto uma oportunidade de propaganda à Cruzada Nacional, em uma mútua colaboração, e assim, foi lembrado por elas:

O Departamento Paraense, à disposição dos distintos membros que a compunham, não poupou esforços para que a missão da embaixada fosse facilitada o mais possível em Belém. Despediu-se numa sessão solene em que timbrou por explanar o valor da alfabetização no Brasil. Belo foi esse ensejo para demonstrar à sociedade o empenho da mulher brasileira pela causa da instrução, tendo os oradores da embaixada se confessado grandemente auxiliados pelas filiais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em todos os Estados de sua passagem.²⁴⁷

Mais uma vez, a prática da recepção foi utilizada na defesa de uma de suas reivindicações, neste caso, a favor da educação. Por constituir um dos objetivos centrais do feminismo neste período, pode-se justificar o esforço do Departamento prestado à Cruzada, pela importância desta instituição no âmbito nacional, pois contava com o apoio do Governo Federal ao ter sido nomeada como utilidade pública pelo decreto nº 21.731, de 15 de agosto de 1932.²⁴⁸ Dessa forma, na campanha nacional em prol da alfabetização, as feministas paraenses prestavam seu auxílio e reafirmaram a importância da participação feminina nesse projeto, como também garantia a almejada publicidade nacional ao Departamento.

Nessa perspectiva, não se pode desassociar as articulações sociais realizadas pelas feministas com suas intenções particulares, principalmente, ao se relacionarem com grupos de importância e de visibilidade nacional para promover suas reivindicações e alçar a imagem do grupo. Tal compreensão fora evidenciada por Antonina Prado, quando expressou: “deu motivo como era de prever, se projetasse a nossa atividade em todo Brasil, a nossa existência aqui no extremo norte como partícula vital da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”.²⁴⁹ Desta maneira, compreende-se que um dos objetivos projetados nesta mobilização era evidenciar o Departamento Paraense como um grupo de suma importância ao movimento feminista

²⁴⁶ Folha do Norte. Belém, 6 de abril de 1934, p. 2.

²⁴⁷ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. Relatório bienal 1934-1935. Belém, [?] julho de 1936. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_efi_dp.

²⁴⁸ BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. **Revista História da Educação**, v. 15, n. 33, p. 170–180, 2011.

²⁴⁹ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Belém, 14 de março de 1935. 1 relatório. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a935_25.

nacional, retratado na Federação Brasileira, ou seja, demonstraram ambição ao não quererem ficar restritas ao conhecimento local.

Como o esperado pelas paraenses, o auxílio das filiais aos embaixadores da Cruzada foi reconhecido por Gustavo Ambrust, presidente da instituição, ao encaminhar uma carta à Bertha Lutz, nomeando as representantes feministas que prestaram o “ardor cívico” e a quem a Cruzada Nacional deveu o êxito obtido na campanha e dentre elas, cita o nome de Antonina Prado.²⁵⁰ A mesma carta foi publicada em alguns jornais do Rio de Janeiro, como no “*Correio da Manhã*”²⁵¹ e no “*Diário de Notícias*”.²⁵² Até mesmo no evento elaborado pelo Departamento, tal auxílio foi reconhecido pelos representantes da instituição, em seu discurso, Affonso Campiglia mencionou o apoio prestado pela Federação Brasileira, quando enfatizou o “êxito que a Cruzada vem colhendo em prol do seu desideratum – a alfabetização do Brasil”,²⁵³ refletindo as relações entre ambas as associações, até por ser um dos objetivos das feministas: as reivindicações na área educacional.

Por fim, cabe mencionar as homenagens do Departamento Paraense às feministas da Federação Brasileira que visitaram Belém. A primeira foi Anna Amelia, no dia 27 de maio de 1934, cujo desembarque foi recepcionado pela presidente e uma comissão do DPPF para levar “votos de boas-vindas”,²⁵⁴ e também realizaram uma reunião no grupo escolar Pedro II, em conjunto com a Sociedade de Educação, tanto para homenageá-la quanto para apresentá-la aos “elementos representativos da intelectualidade feminina belenense”,²⁵⁵ pois Anna Amelia tinha por objetivo criar uma Delegação de Cooperação Intelectual, que já vinha criando em outros Estados durante a sua viagem, como parte do desempenho do seu cargo na Federação.

Antes disso, a chegada de Anna Amelia era prevista e anunciada nos jornais da cidade. Entretanto, o desconhecimento sobre os preparativos do Departamento Paraense para recepcioná-la gerou a seguinte nota: “Por que a mulher paraense não vai receber Anna Amelia?”.²⁵⁶ Identificado apenas por Brazão, exaltava a figura da feminista como “expressão da intelectualidade feminina brasileira” e criticava a falta de movimentação das paraenses para recebê-la, “é lamentável essa apatia”. Infelizmente, metade da nota encontra-se em má qualidade para leitura, mas identifica-se no comentário final o incentivo do autor para as

²⁵⁰ AMBRUST, Gustavo. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_40.

²⁵¹ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1934, p. 5.

²⁵² Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1934, p. 8.

²⁵³ Folha do Norte. Belém, 9 de abril de 1934, p. 2.

²⁵⁴ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 27 de maio de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

²⁵⁵ Folha do Norte. Belém, 6 de junho de 1934, p. 2.

²⁵⁶ Folha do Norte. Belém, 25 de maio de 1934, p. 1.

mulheres se movimentarem e que “se mostre mais moderna”. Em resposta à publicação, Antonina Prado respondeu: primeiro, ela apresentou o Departamento Paraense, como signo da “opinião feminina organizada no Pará”; segundo, falou sobre a feminista fluminense e a alta estima dentro do movimento; terceiro, confirmou os preparativos do grupo para a sua chegada: “O DPPF levará no cais, a Anna Amelia, como primeira homenagem, os seus votos de boas-vindas, cheio de admiração e orgulho pelo brilho de sua mentalidade de mulher e de brasileira”.²⁵⁷

Nessa carta aberta publicada, a presidente do Departamento Paraense apresentou três táticas em benefício do grupo: 1. Reapresentou o DPPF ao grande público, aproveitando-se da cobertura a chegada da feminista; 2. Exemplificou em Anna Amelia como símbolo da mulher moderna intelectualizada, em aproximação da caracterização das integrantes ao confirmar os vínculos entre elas; 3. Trouxe protagonismo às mobilizações do Departamento, com a programação prévia pensada para recebê-la. Nesse momento, torna-se evidente o entrelaçamento entre as estratégias básicas das feministas, onde as articulações e os meios de comunicação foram utilizados para beneficiá-las.

Sobre a sua visita, é interessante perceber o modo como foi lembrada pelas feministas no relatório bienal de 1934/1935:

Em maio tivemos oportunidade de conhecer pessoalmente Ana Amelia Carneiro de Mendonça, cuja palavra inspirada, no seio do magistério paraense reunido em honra à sua presença em nossa Capital, semeou simpatia e admiração pelos trabalhos feministas, como que enfraquecendo a barreira que essa classe, inadvertidamente, opõe aos passos do Departamento Paraense atinentes aos seus arraiais. Pena Ana Amelia passasse por aqui de maneira tão fugaz.²⁵⁸

Sobre tal homenagem e como a descreveram, pode-se conjecturar uma tentativa das feministas de inserirem mais intensamente as magistradas no Departamento, até mesmo por ter entre as suas associadas várias professoras. Além disso, a Sociedade de Educação tinha como presidente Hilda Vieira, diretora do Grupo Escolar Floriano Peixoto, quem constantemente colaborava com as atividades do Departamento Paraense, apesar de não constar sua filiação, era identificada como “adepta aos ideais feministas”.²⁵⁹ Assim, apesar desta união entre as associações, é provável que não tenham consolidado aproximações e maiores parcerias, uma vez que as reclamações destacam as “barreiras” das professoras com o Departamento, e se a

²⁵⁷ Folha do Norte. Belém, 27 de maio de 1934, p. 6.

²⁵⁸ DEPARTAMENTO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO. **Relatório bienal 1934-1935**. Belém, [?] julho de 1936. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_efi_dpb.

²⁵⁹ SILVA, Cloris. [**Correspondência**]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, [s/d.] 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

presença de Anna Amelia fosse por um período maior, poderiam ter ingressado algumas delas em suas fileiras.

Sobre essa resistência das professoras, não há uma explicação direta para os receios dessas mulheres em participarem do movimento feminista. Mesmo porque, a categoria do magistério no Pará era bastante atuante politicamente na década de 1930, conforme a pesquisa de Maria Luzia Álvares, o professorado tinha ciência do seu prestígio social e posicionavam-se favoravelmente a determinados partidos e projetos, transformando-se em uma força auxiliar.²⁶⁰

A segunda e última recepção prestada pelo Departamento foi à Maria Sabina, em março de 1936, na época vice-presidente da Federação. Tal como Anna Amelia, a presença da feminista teve como um dos objetivos estabelecer novas relações entre determinados setores belenenses e o Departamento. Não por acaso, em auxílio ao feminismo local, Maria Sabina preocupou-se em visitar a imprensa,²⁶¹ e por influência de sua presença, restabeleceu o contato com o Rádio Clube,²⁶² como mencionado no tópico anterior, além de ter procurado criar relações entre as feministas paraenses com o Governador do Estado²⁶³ em exercício, José Gama Malcher, com quem ainda não tinham contato, diferente do governo anterior de Magalhães Barata.

Para homenageá-la, o Departamento organizou uma sessão lítero-musical e no seu anúncio já aludiu o convite feito ao governador e à imprensa.²⁶⁴ O apoio e entusiasmo recebidos podem ser notados na própria repercussão e na presença das autoridades no evento, que há tempos o grupo não recebia em alguma atividade; assim, deve-se principalmente a presença de Maria Sabina, poetisa de grande renome nacional. Suas atividades em Belém foram uma apresentação em um recital no Theatro da Paz,²⁶⁵ e depois a realização da programação elaborada pelo Departamento, nos salões da Tuna Luso Comercial, cedidos para realizarem a “hora de arte” em sua homenagem.²⁶⁶ Com a confirmação da presença do governador, de “autoridades convidadas” e colaboração dos “melhores artistas da poesia e da música” de Belém, o grupo não perdeu a oportunidade em tornar este evento uma propaganda feminista, tanto que o convite publicado na imprensa foi direcionado para “todas as associações culturais

²⁶⁰ ÁLVARES, Saias, laços & ligas, p. 463.

²⁶¹ Folha do Norte. Belém, 12 de março de 1936, p. 2.

²⁶² PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 31 de março de 1936. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_38.

²⁶³ SABINA, Maria. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Manaus, 17 de fevereiro de 1936. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_54_v01.

²⁶⁴ Folha do Norte. Belém, 18 de março de 1936, p. 2.

²⁶⁵ Ibid.

²⁶⁶ Folha do Norte. Belém, 20 de março de 1936, p. 2.

e demais membros da família paraense interessados pelo movimento feminista em nossa terra”.²⁶⁷

A presença de Maria Sabina e suas atividades em Belém demonstrou-se, para Antonina Prado, como um grande incentivador e entusiasmo para as associadas do Departamento, principalmente para a Diretoria, ao ressaltar “que trabalha em silêncio quase pelo indiferentismo do meio e por tal razão tem horas de enfraquecimento”.²⁶⁸ Este pequeno panorama indica um possível motivo para o progressivo apagamento das atividades do grupo, tanto nos jornais quanto nas cartas, que seria o próprio desânimo sofrido pela Diretoria frente ao “indiferentismo” da sociedade belenense, ou seja, apesar de manterem a existência do Departamento Paraense, elas não estavam atuando frequentemente. Mas a presença de Maria Sabina e as frequentes ênfases no “seu papel de vice-presidente em viagem de propaganda e realizações feministas” estimulou as paraenses para uma revitalização do grupo, com novos planejamentos de atividades, formas de atrair adesões e a tentativa de transformarem-se numa Federação Paraense, mencionado anteriormente.

Em retribuição e para registrar a passagem da poetisa, as feministas paraenses enviaram uma fotografia do evento de homenagem para a revista “*Vida Doméstica*”, publicada na edição de maio.²⁶⁹

Imagem 2 – Homenagem do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino à Maria Sabina



Fonte: *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, n. 218, mai. 1936, p. 60. [Adaptada].

Esta, inclusive, é a única imagem de alguma atividade realizada e das próprias integrantes do Departamento reunidas, ao apresentar Maria Sabina em pé com um papel em mãos e ao seu redor dois homens e cinco mulheres sentados. Justamente por tal carência

²⁶⁷ Ibid.

²⁶⁸ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 31 de março de 1936. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_38.

²⁶⁹ *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, n. 218, mai. 1936, p. 60.

imagética, torna-se difícil identificar quem são as mulheres presentes na fotografia,²⁷⁰ apenas possível supor a presença da Diretoria na imagem, cuja ocupação dos cargos sabe-se apenas da permanência de Antonina Prado como presidente e Cloris Silva como secretária.

Em devolutiva das homenagens prestadas, Maria Sabina publicou um breve resumo de suas ações e estadia ao lado das companheiras de movimento. Em uma matéria maior narrando sua visita em todas as associações filiadas no Norte – Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Pará e Amazonas –, sobre o seu período em Belém, narrou:

No Pará, o Departamento Paraense, a cuja testa se vem desvelando D. Antonina Prado, diligentemente coadjuvada por D. Cloris Silva, ressentia-se principalmente de falta de propaganda entre os meios de maior prestígio social. Aproveitando as boas amizades que possui em Belém, quer entre os círculos femininos, quer entre jornalistas e intelectuais, desenvolvi propaganda pela imprensa e convidei um grupo numeroso de amigos pessoais para assistirem à conferência sobre “As origens e a evolução do Feminismo” que proféri durante a linda festa que me foi oferecida pelo Departamento, com a presença do elemento oficial e de numerosa assistência e em que fui saudada em termos gentilíssimos por D. Antonina Prado. A gentileza de todas as senhoras do Departamento não se desmentiu um só instante durante a minha estadia no Pará.²⁷¹

O relato de Maria Sabina complementa-se com o de Antonina Prado: a insatisfação com a sociedade belenense, a aproximação da líder fluminenses com as autoridades e as empresas jornalísticas locais – com o intuito de auxiliar a filial – e a gratidão por parte das feministas paraenses. Além disso, demonstrou o percurso de cinco anos de funcionamento do Departamento, nas dificuldades e nos anseios, onde apesar das adversidades permaneciam atuantes; com destaque para o protagonismo das principais correspondentes: Antonina Prado e Cloris Silva. O breve relato também confirmou os motivos da empolgação e da renovação do grupo após a presença de Maria Sabina na cidade, quando na presença de tantas personalidades influentes, fez-se ouvir um discurso completo sobre o feminismo.

Assim, durante o primeiro período de existência do Departamento Paraense, as feministas utilizaram-se com constância de suas bases estratégicas para a manutenção do grupo e para a realização de atividades atreladas a outras formas de mobilizações, como a elaboração de listas de assinaturas, sessões lítero-musicais e o envio de correspondências. A diversidade de suas práticas correspondia ao tipo de evento elaborado, as reivindicações pleiteadas e as disponibilidades em sua execução, além dos recursos que dispunham no momento de elaboração. Desta forma, tornou-se imprescindível conceituar suas mobilizações como

²⁷⁰ Embora não se possa afirmar, é possível que a segunda mulher (da direita para a esquerda) seja Olga Paes de Andrade, devido à similaridade entre essa imagem e o retrato 9, no anexo A.

²⁷¹ SABINA, Maria. Expansão Feminista no Norte. **Boletim Mulher**. Rio de Janeiro, n. 5, mai. 1936, p. 3. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eor_cdi_bol_06.

estratégicas, visto a configuração social vivenciada pelo grupo, e assim considerar a importância do uso dos meios de comunicação e das articulações sócio-políticas implementadas ou visionadas.

A partir dessas práticas feministas, tornou-se possível identificar sua implementação e uso cotidiano no processo de reivindicações e de defesa de direitos às mulheres, foco de análise do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

PROPAGAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS

2.1 Voto feminino e participação política institucionalizada

Nas trajetórias das feministas paraenses, as mobilizações em torno de reivindicações políticas-sociais apresentaram-se a partir de diversos temas de preocupação e sob diferentes estratégias de propagação à consolidação dos seus objetivos. Tais temas tinham as mulheres como alvos principais, abarcando-as tanto no âmbito público quanto no privado, ou melhor, ambos não eram vistos separadamente e distantes entre si, mas correlacionados. Essa perspectiva permeou seus argumentos e métodos de mobilização em quase todos os temas e direitos os quais se propuseram reivindicar. Dessa forma, o eixo argumentativo das feministas pode ser notado nas três principais áreas de debates nestas primeiras décadas do século XX: voto, educação e trabalho. Contudo, vale ressaltar, em cada segmento central, outros subtemas estavam englobados, ampliando e diversificando os direitos almejados pelas feministas.

Em uma perspectiva cronológica, a movimentação em prol do voto pode ser considerada a primeira grande campanha realizada pelo Departamento Paraense, iniciada em conjunto com as mobilizações feministas nacionais, em virtude do processo de Reforma Eleitoral, em 1931, a partir do decreto nº 19.459, de 6 de dezembro de 1930. A integração das paraenses partiu de uma convocação da diretoria da Federação Brasileira às organizações filiadas, para começarem uma campanha a favor do voto, em setembro de 1931. Assim, inicia-se o processo reivindicatório pelo sufrágio feminino, sua implementação e seus efeitos, tanto pela permanência do direito conquistado, quanto pela participação política feminina institucionalizada.

O momento das mobilizações feministas mostrou-se um ponto estratégico, visto por Alice Coimbra, secretária da FBPF, como “mais oportuno e conveniente para nos congregarmos”, uma vez que o “projeto de lei eleitoral está em vésperas de ser publicado”, apesar da subcomissão legislativa, instituída a partir do referido decreto, ter sido inaugurada oficialmente em 4 de maio de 1931,¹ as feministas optaram por retardar a concentração da campanha nacional. Na mesma carta, encaminhada à Elmira Lima, Alice Coimbra solicitou:

¹ CABRAL, João da Rocha. **Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil**: decreto n. 21.078, de 24 de fevereiro de 1932. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 2004, p. 11.

[...] pedirmos que a filial de Belém vá tomando as providências necessárias a fim de começar a campanha logo que a sra. receba da Federação uma carta ou telegrama a respeito.

[...] Pedimos-lhe a fineza de preparar tudo com a possível urgência, pois dentro de poucos dias será preciso lançarmos o movimento em prol do voto feminino, cabendo à Federação dar o sinal.²

Ao optarem pela organização de uma campanha em conjunto com as instituições filiadas para o fim do processo da Reforma, a escolha pode ser analisada como último recurso intensivo para pressionar pela implementação do voto feminino. Nessa perspectiva, torna-se compreensível o pedido de mobilização com urgência, além de iniciarem concomitantemente as propagandas, como uma forma de impactar o público em todas as regiões brasileiras. Ademais, ressalta-se o caráter centralizador e fiscalizador da Federação Brasileira junto às filiadas, ao instituírem para si a responsabilidade de iniciarem as movimentações, além dos pedidos e das sugestões de como deveriam proceder.

Outra questão, em relação à ideia da campanha como último recurso, está relacionada à possibilidade de a lei eleitoral não incluir o voto feminino. Esse receio recaía nas especulações com a proximidade da publicação do anteprojeto, visto que, inicialmente, o sufrágio às mulheres era dado como certo, ou – como foi publicado na “*Folha do Norte*” – era um dos “pontos incontrovertidos” da reforma.³ Contudo, quanto mais próxima da finalização do processo, as notícias mudaram: em agosto de 1931, as matérias sobre Antonio Assis Brasil, um dos responsáveis pela feitura do anteprojeto do Código Eleitoral, sugeriram uma possível conclusão da elaboração, mas a questão do voto feminino continuava em aberto: “Em princípio os legisladores reconhecem o direito de voto à mulher, mas somente hesitam quanto à oportunidade de concessão desse direito”.⁴ Em contrapartida, outro grupo defendia que o assunto deveria ser decidido pela futura Constituinte, ainda sem data prevista, com pareceres favoráveis de ser “a solução mais provável”.⁵

Desta forma, uma das questões consistia se o voto deveria ser concedido imediatamente com o Código Eleitoral ou nos próximos anos; em conformidade, uma matéria do “*O Estado do Pará*” noticiou a respeito dos que defendiam o prolongamento da decisão do voto feminino à Constituinte como uma “corrente de opinião, bastante volumosa e ponderável entre os *leaders* do momento”.⁶ Isto é, apesar da intensa mobilização feminista pela concessão do sufrágio às

² COIMBRA, Alice. [Correspondência]. Destinatário: Elmira Lima. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_54.

³ Folha do Norte. Belém, 7 de maio de 1931, p. 1.

⁴ Folha do Norte. Belém, 9 de agosto de 1931, p. 4.

⁵ Ibid., p. 4.

⁶ O Estado do Pará. Belém, 16 de agosto de 1931, p. 2.

mulheres, os resultados não estavam saindo conforme o desejado, com a possibilidade de ser estendido por mais alguns anos ou com várias restrições.

Tendo em vista essas possibilidades, Alice Coimbra orientou às paraenses, no caso de haver restrições, solicitassem a ausência de discriminações contra as mulheres. Ademais, para precaver os dilemas da Constituição de 1891 na ambiguidade da elegibilidade feminina, com um texto dúbio para justificar os impedimentos desse exercício, ela assegurou: “Se nada constar a respeito, é necessário exigirmos que seja acrescentado isso na lei eleitoral”,⁷ ou seja, a igualdade entre os sexos. Em resposta, Elmira Lima confirmou a adesão à campanha: “procurarei cumprir o meu dever, na medida das possibilidades”.⁸ Mesmo estando ausente de Belém, a presidente do Departamento contatou as companheiras de grupo, por intermédio de Cloris Silva, para informar sobre as primeiras medidas a serem tomadas, instruindo-a a respeito.

Essas orientações eram para as outras integrantes estarem “a postos, na estacada, a fim de desenvolver a ação ativa e pronta, quando do primeiro aviso para o início da campanha eleitoral, ou de conseguimento para os direitos desta”.⁹ As expressões utilizadas remetem a uma ideia de luta ou guerra feminista, na qual as mulheres precisavam estar “a postos” e “na estacada [à defesa]” para os próximos acontecimentos, esperando apenas o sinal de suas comandantes. Além disso, carrega a ideia de o processo reivindicatório dos direitos às mulheres ter sido um constante enfrentamento até à sua consolidação e vitória. Alguns dias depois, Cloris Silva confirmou as informações e ordens dadas pela presidente, e alegou o desejo de ser “fiel ao cumprimento” dos desígnios advindos da Federação, ao estarem esperando as instruções referentes às restrições no projeto eleitoral.¹⁰

A campanha do Departamento, a favor do direito ao voto, iniciou com uma proposta da Federação, uma vez que suas primeiras preocupações e direcionamentos de atividade recaíram no tema da educação às mulheres e às crianças.¹¹ Sendo assim, apesar de informarem sua integração a partir do programa estipulado em grupo, ou seja, em concomitância com as questões previamente definidas, percebe-se uma centralização das movimentações, até a promulgação do Código Eleitoral, em torno da conquista do voto feminino.

⁷ COIMBRA, Alice. [Correspondência]. Destinatário: Elmira Lima. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_54.

⁸ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 13 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

⁹ Ibid.

¹⁰ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 17 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

¹¹ Folha do Norte. Belém, 27 de julho de 1931, p. 2.

Entretanto, apesar de o grupo ter optado primeiramente pela defesa na área educacional, os direitos políticos eram almejados pelas feministas paraenses. Antes mesmo da fundação do Departamento, Olympia Martins publicou um texto em formato de diálogo entre duas mulheres conversando sobre o feminismo, no meio do diálogo, a questão do voto feminino entrou em cena:

- E sobre o direito do voto, o que diz e o que pensa acerca do voto feminino?
- Sobre o voto feminino ... penso que a mulher brasileira, minha conterrânea, aquela que se dedica ao estudo dos problemas públicos, sem dúvida, poderá prestar a sua colaboração na ciência administrativa, se lhe for concedido esse direito. A mulher poderá com certeza ingressar em todos os limiares.¹²

Isto posto, houve uma relação intrínseca entre feminismo, instituição do voto feminino e cargos administrativos. Para os favoráveis ao sufrágio, estava mais do que comprovada a “capacidade” intelectual feminina nas mais diversas áreas de atuação e – para Olympia Martins – a ciência administrativa não diferia de estudar as questões públicas. Ademais, Felys Benoliel em entrevista para a *“Folha do Norte”*, analisada no primeiro capítulo, ressaltou os objetivos do Departamento em paralelo com os da Federação Brasileira, “que tem por fim agitar em nossa terra os princípios reivindicadores dos direitos da mulher”.¹³ Nesse caso, a feminista estaria ciente das finalidades da FBPF estipulada no Estatuto, em específico, o sexto item: “Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos”.¹⁴ Sua interpretação do objetivo foi demonstrada em forma de versos na mesma entrevista: “Voto à Mulher. Políticos direitos. Campanha contra os fúteis preconceitos”.¹⁵ A participação política institucionalizada não esteve ausente das ambições feministas paraenses e, com a intensa participação na campanha pró-voto, fortaleceu a conjectura da espera de um momento mais propício.

Infelizmente, não se localizou nenhum registro de outras instruções encaminhadas pela Federação Brasileira, todavia, as integrantes do Departamento iniciaram ainda em setembro as atividades pró-voto. Ao que tudo indica, a primeira movimentação foi a realização de uma pesquisa para conhecer as opiniões do público, principalmente das mulheres sobre essa temática. Acerca do resultado, Elmira Lima alegou: “Quanto ao voto pesquisamos. As que estão

¹² Folha do Norte. Belém, 31 de maio de 1931, p. 7.

¹³ Folha do Norte. Belém, 26 de julho de 1931, p. 7.

¹⁴ FEDERAÇÃO BRASILEIRO PELO PROGRESSO FEMININO. **Estatutos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. Rio de Janeiro: Pap.Americana – Assembleia, 1927, p. 4. Centro de Memória da Unicamp. Código: BR-SPCMU-AG-3-2-14-40.

¹⁵ Folha do Norte, op. cit., p. 7.

noivas, o noivo impõe e a moça recua. As casadas não deixam votar! Viver de profissão, é raro”.¹⁶ Nessa assertiva, a feminista relacionou dois fatores influenciadores nas opiniões femininas: o matrimônio e a independência financeira.

Em relação ao primeiro fator, a presidente o percebeu como motivo de restrição e de impedimento, mesmo antes da consolidação do casamento, haveria o receio em discordar do noivo e possíveis consequências à consolidação do matrimônio, instituição ainda de grande importância à sociedade. As noivas e as casadas eram retratadas como personagens passivas dentro das relações amorosas, frente aos desejos e opiniões do companheiro. Em contrapartida, uma forma visualizada por Elmira para reverter este cenário e a imposição nos quereres femininos, seria através da independência financeira, “viver de profissão”, onde ampliariam as possibilidades futuras na vida dessas mulheres para além do matrimônio, todavia, este era um cenário raro.

A relação entre o papel doméstico e a livre expressão de opinião feminina também fora anunciada pela escritora britânica Virginia Woolf, em 1931. Numa pequena anedota, retratou essas normativas sociais como um fantasma de uma mulher, nomeando-a de “O Anjo do Lar” que pairava e aparecia quando estava escrevendo, impedindo-a de expressar suas opiniões em seus escritos. Como resultado, ela precisou matá-la: “Fiz de tudo para enganá-la. Minha desculpa, se tivesse de comparecer a um tribunal, seria legítima defesa. Se eu não a matasse, ela é que me mataria. Arrancaria o coração de minha escrita”.¹⁷ Em paralelo, percebe-se como as expectativas de determinado grupo social cerceavam suas opiniões, tendo o privado sobreposto ao público, seja para apoiar uma reivindicação feminista, seja no processo livre de escrita. Nessa perspectiva, mesmo Elmira Lima não sendo contrária ao matrimônio, nem alegar matar qualquer normativa social, sua contrariedade era explícita às inibições realizadas pelos homens nos relacionamentos amorosos ou familiares, e tal qual Virginia Woolf, era na escrita que expunha suas opiniões.

Mesmo afastada da capital, a presidente do Departamento não deixou de planejar suas movimentações, tanto com a escrita de artigos para serem publicados, quanto desempenhando atividades individuais em Soure, na ilha do Marajó, “na conquista do Ideal ambicionado – pelas lúdicas [legítimas] aspirações da Mulher”. Assim se expressou a feminista ao descrever suas atividades:

¹⁶ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 24 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor a931_98.

¹⁷ WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L & PM, 2018, p. 13.

Consegui aliciar umas moças e algumas senhoras – proprietárias (mas... não independentes do marido, para as questões do voto), professoras, modistas, etc. [...] Logo que tive a carta da dra. Bertha, de 3 de setembro, fui às autoridades do burgo: ao Juiz, Fiscal Federal, Prefeito (Intendente) e me apresentei presidente da Federação Paraense. [...] Iniciei a campanha; falei de exaustar-me, evangelizando os nossos ideais feministas.¹⁸

Mais uma vez, o estado civil e a independência financeira das mulheres retornaram ao centro das preocupações. Contudo, na cidade interiorana, apesar de ter sido descrita como um lugarejo “sem algum sinal de vida intelectual que não sejam as escolas”, apresentou um retorno positivo à campanha, encontrando algumas adeptas, justamente naquelas que exerciam alguma profissão ou tinham retorno financeiro. Não somente, ressaltou o quanto fora “magnificamente recebida” pelas autoridades e incentivada a conversar e a explicar às famílias sourenses acerca do Departamento Paraense. Tal devolutiva torna-se importante, visto a relevância das articulações político-sociais e da ampliação da rede de apoio para o desempenho das atividades do grupo. Além disso, as mobilizações desempenhadas por Elmira Lima foram as primeiras movimentações públicas do Departamento a favor do sufrágio feminino, e assim por ela caracterizada como o início da campanha.

Apesar dos objetivos na propagação do voto, a feminista tinha outros anseios, como: divulgar o DPPF, conseguir adesões e propagar o feminismo, ou melhor, “evangelizar os ideais feministas”. Ao relacionar a carência de intelectuais e a ideia de evangelização do feminismo, infere-se a perspectiva analítica de Mônica Velloso sobre uma “vocação messiânica” em torno dos intelectuais nesse período,¹⁹ ou seja, as feministas ao se considerarem integrantes desse grupo seletivo, também estariam encarregadas do “senso de missão ou dever social”, justamente por julgarem os ideais do feminismo benéficos à sociedade. Em concomitância, ressalta-se no uso da linguagem religiosa como reflexo da trajetória individual da presidente, ao ser também propagadora da Doutrina Espírita.

As visitas realizadas por Elmira Lima foram noticiadas nos jornais de Belém, tendo “*O Estado do Pará*” ressaltado tanto a simpatia do Juiz de Soure às novas eleitoras, quanto da “mocidade feminina” aos ideais feministas.²⁰ Enquanto a “*Folha do Norte*” descreveu as

¹⁸ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 24 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98. Sobre a informação da carta de 3 de setembro, não passou despercebido a troca de autoria, de Alice Coimbra, como consta na versão preservada no SIAN, para Bertha Lutz. Apesar da probabilidade de um envio simultâneo por parte de Bertha Lutz, o mais provável é que Elmira Lima tenha se confundido, visto sua própria devolutiva em 13 de setembro para Alice Coimbra.

¹⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 155.

²⁰ O Estado do Pará. Belém, 29 de setembro de 1931, p. 1.

palestras efetuadas nas escolas para alunos e professoras, além das visitas às autoridades locais, onde ressaltou: “sendo realmente acolhida com interesse e incentivada a prosseguir no trabalho de propaganda, pleiteando o direito do voto feminino”.²¹ As notas destacam essas atividades como partes integrantes das mobilizações do Departamento Paraense. As características ressaltadas nos jornais fortaleceram a imagem da campanha pró-voto, em uma introdução entusiástica ao que passariam a realizar na capital, podendo contribuir para encorajar a simpatia ao sufrágio, visto a boa receptividade em outro município, com destaque às autoridades.

Ao contrário das pequenas notas noticiadas sobre as atividades em Soure, Elmira Lima teve seu artigo de opinião publicado na primeira página da “*Folha do Norte*” sobre as restrições do voto feminino. Suas considerações recaíram diretamente ao anteprojeto eleitoral, publicado no dia 11 de setembro de 1931 no “*Diário Oficial*”, cujas restrições ao sufrágio feminino eram variadas, mas tinham como cerne para elegibilidade a renda própria, seja na condição de solteira, seja na de casada, seja na de viúva. Mais especificamente, seria proibido o alistamento eleitoral às mulheres solteiras ou viúvas “que viva sob o teto paterno, sem a economia própria”.²² As limitações refletem a preocupação de Elmira Lima quanto à questão financeira feminina, por ter sido esse o critério escolhido pela subcomissão.

Em sua publicação ao jornal, descreveu essas restrições como desnecessárias e alegou não compreender a sua utilidade, no qual estariam “excluindo da fogueira ardente das urnas” o valor dos “méritos intelectuais” ao relevar apenas o aspecto econômico. Nesse sentido, a feminista apresentou outras justificativas para fundamentar seu argumento, ao apresentar as restrições como infundadas e contraditórias, relacionando trabalho e cuidado ao lar. A este respeito, alegou:

Se as operárias, – louvor às nossas humildes irmãs que comem o pão com o suor do seu rosto! – casadas ou não, “podem votar, contanto que tenham economia própria”, economia que não se pode orçar o “quantum”, (se aquela é pobre e defende a prole e o lar) não pesa de argumentos são a parte da lei que a mulher casada, que não comercia ou não está à frente da coisa que indique profissão, nega os mesmos direitos.²³

Nessa perspectiva, retorna-se aos argumentos consolidados na defesa do voto feminino, tanto ao reaver o caráter para o “bem da pátria”, quanto no papel desempenhado pelas mulheres no espaço doméstico. Tais características, para Elmira Lima, seriam equivalentes às operárias – por trabalharem e serem as provedoras no núcleo familiar – e às casadas, cujos objetivos

²¹ Folha do Norte. Belém, 21 de setembro de 1931, p. 2.

²² Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1931, p. 2.

²³ Folha do Norte. Belém, 2 de outubro de 1931, p. 1.

seriam os mesmos pela defesa da “prole e do lar”, mas por não terem remuneração, o direito ao voto lhes seria negado. Além disso, apesar de enaltecer o trabalho operário, parece ser inconcebível à presidente, sob uma perspectiva classista, de que as mulheres pobres e trabalhadoras pudessem votar e às mulheres casadas (não-remuneradas e das classes médias/altas) não lhes fossem dadas tal autonomia. De modo geral, ao analisar a referida publicação, Maria Luzia Álvares enfatizou quais eram as bases desse escrito, fundamentado nas questões morais e sociais, destacava as contradições no anteprojeto na desigualdade às mulheres eleitoras.²⁴

Enquanto Elmira Lima movimentava-se no município interiorano, as feministas na capital paraense eram responsáveis pela propagação da campanha nos jornais diários. Todavia, as integrantes encontraram dificuldades para publicar suas mobilizações e os materiais de divulgação produzidos pela Federação Brasileira. Na continuidade de suas atividades, antes de retornar a Belém, a presidente realizou a última palestra no Marajó e conseguiu assinaturas favoráveis ao voto que seriam enviadas ao Rio de Janeiro, “logo que tenha número regular”.²⁵ Dessa oratória final, fora noticiado o local e o tema: “uma conferência de propaganda sobre assunto feminista, no cinema Orion, na cidade de Soure, discorrendo cerca de uma hora sobre o tema: – ‘O feminismo e o destino dos seres’”.²⁶ Ainda, constatou-se o apoio e o entusiasmo recebido, além dos aplausos pelos ouvintes, obteve a inscrição de 13 “senhorinhas” e conseguiu 40 assinaturas pró-voto.

O tema da palestra deixa explícito suas intenções para além da campanha pró-voto, cuja preocupação recaía em explicar à sociedade sobre o feminismo e suas pretensões, em provável objetivo de melhor receptividade às atividades do grupo e à adesão de novas filiadas. Outro ponto a ser assinalado é a primeira menção às listas de assinaturas em apoio ao sufrágio feminino, estratégia utilizada pelas paraenses nesses anos iniciais do Departamento. Tal prática não fora desempenhada apenas pela presidente, alguns dias depois, Cloris Silva relatou sobre a situação da campanha na capital:

[...] comunico-vos o que se tem conseguido do nosso trabalho aqui, pouco frutífero, mas sem razão para desânimo.

[...] [Elmira Lima] conseguiu na visitada cidade marajoara mais assinaturas pró-voto que nós aqui.

²⁴ ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Saias, laços & ligas**: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses - 1910/1937). 1ª ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2020, p. 407.

²⁵ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 27 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

²⁶ Folha do Norte. Belém, 10 de novembro de 1931, p. 5.

Em Belém, temos lutado com as próprias colegas de classe ou repartição. O nosso meio requer ainda uma doutrina especial e de conquista.²⁷

Mais uma vez, as dificuldades de inserção e de apoio às demandas do Departamento foram ressaltadas por suas integrantes. Nessa conjuntura, o cenário de receptividade ao feminismo destaca-se na distinção entre capital e município interiorano, onde as feministas obtiveram melhor desempenho em Soure, mesmo sob o epíteto de “lugarejo sem algum sinal de vida intelectual que não sejam as escolas”; essa diferença reforça o caráter de “provinciano” a Belém, quando apresentam maior resistência do meio social intelectualizado, tanto em comparação às outras capitais, quanto às outras cidades paraenses. Reforça-se que tais queixas de dificuldades foram enfatizadas a determinados grupos, “colegas de classe ou repartição”, ou seja, considerando a profissão da maioria das feministas sendo professoras e artistas (poetisas e musicistas), conjectura-se que esperavam maior apoio dos grupos culturais e intelectuais pertencentes.

Entretanto, a dedicação e o entusiasmo das feministas ficaram evidentes, ao reconhecerem o pouco sucesso tido até então, tendo arrecadado menos de 40 assinaturas, mas com perspectivas de reverterem esse cenário, ao considerar a realização de uma “doutrina especial e de conquista” a favor do feminismo. Para isto, procuraram solucionar ou melhorar esse cenário pouco frutífero com palestras educativas pró-voto no Rádio Clube. Além disso, buscaram tornar mais pública as listas de assinatura, ao enviar para a redação da “*Folha do Norte*” uma lista, tornando-a um local “à disposição de quem se interessar pelo assunto”,²⁸ como uma forma também de alcançar outros públicos que não tinham acesso.

Afora os jornais, as responsáveis pelas listas eram Corina Pegado, Felys Benoliel, Leopoldina Borges Pereira, Cloris Silva e Maria Costa Paraense, todas pertencentes à diretoria do Departamento. Nesse panorama, infere-se a importância dessas assinaturas, ao serem designadas apenas as representantes dos principais cargos do grupo e, posteriormente, encaminhadas à Federação Brasileira como parte da campanha nacional pró-voto. Contudo, o resultado não saiu como o esperado, as únicas listas preenchidas foram as de Cloris Silva e as de Maria Paraense e tanto as das redações dos jornais quanto as de Leopoldina Pereira voltaram em branco, enquanto as de Corina Pegado e as de Felys Benoliel não se tinham respostas.²⁹ Apesar desse cenário, a Federação Brasileira encaminhou, por correio aéreo, outra lista de

²⁷ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 14 de novembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código:br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

²⁸ Folha do Norte. Belém, 20 de novembro de 1931, p. 1.

²⁹ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 12 de dezembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

assinatura para ser preenchida com urgência, mas o pouco tempo disponível resultou no envio inconcluso – como retratou Elmira Lima e Cloris Silva –, ao disporem apenas de duas horas para preenchimento, pois deveriam ser reenviadas no mesmo correio aéreo, desejo que se mostrou impossível pelo horário de funcionamento da mala postal.³⁰

Nessas primeiras mobilizações por meio das assinaturas, considerada pouco frutífera às expectativas, tornou-se difícil mensurar o grau de adesão dos paraenses e sob qual grupo estiveram seus principais adeptos ao voto feminino, devido à ausência de menção a quantidade ou quem foram as pessoas apoiadoras. Neste cenário, parece pouco provável que não tivessem conseguido um número razoável de assinaturas, até mesmo porque a temática em torno do voto feminino era uma questão bastante discutida nos impressos nas décadas anteriores e também houve a divulgação de posições favoráveis no período.

Desses últimos, destaca-se a figura favorável de Lauro Sodré, político paraense, com a publicação de uma carta endereçada a Archimimo Lima, marido de Elmira Lima. Nessa, refere-se o quanto sua opinião mudou sobre a temática sufragista, ao lembrar sua posição no senado, durante a Primeira República. Para fortalecer a mudança de opinião, ressaltou as contribuições feitas pela Liga Feminina Lauro Sodré na década de 1910, além de firmar: “mas o meu voto aí fica, em nada adverso à aspiração do sexo [feminino]”.³¹ Nesta conjuntura, apesar de rememorar seus tempos de Senado, em relação à elegibilidade das mulheres à política, Lauro Sodré ficou marcado pela sua oposição no Congresso Constituinte de 1890. Sobre essa participação, a historiadora Mônica Karawejczyk destacou a opinião do político como “o que mais exemplifica” os argumentos opositores, por defender a ideia da mulher como destinada ao ambiente doméstico – responsável pela moral familiar –, além disso, a crença da inserção feminina na política arruinaria tal providência e prejudicaria a missão da mulher.³²

Esse protagonismo antissufragista de Sodré nos anos iniciais da República retornaria a assombrá-lo, tanto que precisou se explicar publicamente no jornal “*A Batalha*”, do Rio de Janeiro. Em sua defesa, cujo trecho foi republicado na “*Folha do Norte*”, alegou:

Para que esse pregão não pareça como uma exceção odiosa, que poria uma mácula indelével no meu nome de homem público, valeria lembrar que nessas correntes em que eu entrei, entraram comigo muitos dos representantes da nova República cuja vida ainda se contava por dias, filiados as mesmas doutrinas científicas e filosóficas, que

³⁰ LIMA, Elmira; SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 28 de dezembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

³¹ Folha do Norte. Belém, 12 de novembro de 1931, p.3.

³² KARAJEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, p. 119.

professávamos, apoiados, nesse tempo, pelos votos dados repetidas vezes pela grande maioria dos membros dessa assembleia republicana.³³

O ex-governador não inicia sua defesa reconhecendo o erro ou a mudança de opinião ao longo dos anos, começa por declarar-se apenas um, entre os vários políticos da época, que teve o mesmo posicionamento, além de argumentar sobre seu anterior antissufragismo como reflexo das teorias filosóficas outrora defendidas. No texto completo do jornal “*A Batalha*”, Lauro Sodré descreveu um panorama dos ideais do positivismo e de Augusto Comte para justificar-se na defesa da permanência e da valorização das mulheres no ambiente doméstico, por terem sido obras populares entre os políticos republicanos. Após esse prelúdio, declarou: “Sem confessar que tivesse andado em erro, [...] porque o erro é essencialmente inerente à natureza, [...] entendi, de acordo com opiniões, que ouvi e calaram no meu espírito, aberto à luz da verdade, que não seria possível manter a mesma atitude que outrora eu assumira”.³⁴ Dessa forma, além de afirmar-se como homem de seu tempo do começo republicano, declarou que sempre esteve inclinado a rever seu posicionamento referente ao voto feminino.

As declarações de Lauro Sodré são significativas para visualizar a transformação da opinião pública em torno do sufrágio, se no início da República seria considerado normal e mais propício a sua negação; já na década de 1930, ser contrário poderia macular a imagem de políticos consagrados, sendo necessárias justificativas e atitudes para reverter antigas opiniões. Outro exemplo semelhante foi Joaquim Assis Brasil, ao ter sido contrário à elegibilidade feminina na Constituinte de 1890, porém, teve um papel importante na implementação do voto feminino na Subcomissão Eleitoral, em 1931, no qual, de acordo com Teresa Marques, estaria convencido de que estava na hora das mulheres votarem.³⁵

Nesta perspectiva, frente ao amplo apoio recebido para a consolidação do voto, apesar de ainda terem opositores ferrenhos à participação política institucionalizada, as feministas estavam insatisfeitas quanto às inúmeras restrições presentes no anteprojeto eleitoral. Em entrevista concedida à Branca Alves, a líder feminista Bertha Lutz relatou como conseguiram uma reunião com Getúlio Vargas para enfatizar a contrariedade ao voto qualificado, onde ficou emblemática a frase dita por Carmem Portinho a favor do sufrágio feminino universal: “Ou

³³ Folha do Norte. Belém, 23 de novembro de 1932, p. 1.

³⁴ A Batalha. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1932, p. 1.

³⁵ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019, p. 73.

tudo ou nada!”.³⁶ Desta forma, a pressão feminista nacional obteve a igualdade eleitoral, com a mudança no anteprojeto e consagrado com o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

Apesar do art. 2º afirmar ser eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”,³⁷ havia restrições no art. 4º aos que não poderiam se alistar, dentre esses os analfabetos. Tais ressalvas cerceavam os grupos sociais elegíveis, impedindo uma grande parte das classes populares de votarem, visto a baixa taxa de alfabetização no País, ainda de fácil acesso às classes médias e altas. Outra questão era a não obrigatoriedade de as mulheres votarem, tornando-se um dos principais fatores às campanhas eleitorais incentivarem o alistamento feminino, além das feministas fluminenses terem criado uma “escola de eleitoras”, destinada a uma educação política.

Como publicizou Bertha Lutz, o objetivo era o de proporcionar às mulheres “os conhecimentos necessários para orientar-se por si mesma, e exercer conscientemente o seu voto”,³⁸ ou seja, além de incentivar o alistamento, procuravam orientar, a partir de uma perspectiva feminista, o fomento à campanha para a implementação de outras reivindicações, “salvaguardar o lar, a maternidade, a infância e a mocidade, e defender o trabalho feminino e os direitos da mulher”.³⁹ Concomitantemente, contrapunham um dos principais argumentos antissufragistas quando alegavam a influência masculina no voto feminino e o afastamento dos deveres domésticos.

No Pará, apesar de o Departamento não ter se mobilizado para realizar algo similar, as feministas não deixaram de comemorar e de comentar sobre a implementação do voto feminino. Assim, recorreram aos jornais para publicizar a vitória e as mobilizações feitas:

Tivemos ontem, à tarde, a visita de uma delegação do Departamento Paraense da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que nos veio comunicar a alegria de que se acham possuídas as senhoras e senhorinhas que neste Estado se organizaram para a conquista social, que representa a recente aquisição dos direitos de cidadania da mulher brasileira.

Pela voz de sua presidente, senhora Elmira Lima, a delegação do Departamento Paraense nos deu notícia do jubilo com que a mulher patricia recebeu, no Pará, a notícia da assinatura da lei que ora festejam [...].⁴⁰

³⁶ ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 125.

³⁷ BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

³⁸ Folha do Norte. Belém, 1 de outubro de 1932, p. 5.

³⁹ Ibid., p. 5.

⁴⁰ Folha do Norte. Belém, 9 de março de 1932, p. 2.

Semelhante visita também foi realizada no “*O Estado do Pará*”.⁴¹ Em detalhes, a “*Folha do Norte*” informou terem-nas recebido no gabinete da diretoria da imprensa, além das integrantes da delegação, junto de Elmira Lima, Corina Pegado, Maria Costa Paraense, Zuleika Carvalho e Cloris Silva. Assim, torna-se evidente a intenção do jornal de transmitir a empolgação das feministas, além de firmarem a imagem de colaboradoras para a implementação do voto ao ressaltarem as campanhas realizadas no Estado, ou seja, eram protagonistas da recente aquisição. Na mesma notícia, informam sobre uma reunião de comemoração para todas as associadas da capital, a ser realizada no dia seguinte, às 21h, na residência de Maria Costa Paraense; posteriormente, remarcada para o dia 12 de março.⁴²

Por último, houve a transcrição de telegramas enviados do Departamento a Getúlio Vargas, como também da Federação para ele, além de Maurício Cardoso (Ministro da Justiça) e de Batista Luzardo (Chefe da Polícia do Distrito Federal). Nessas correspondências, enfatizou-se o caráter de agradecimento das feministas aos políticos. Apesar de se considerarem protagonistas da implementação desse direito, também agregam autoria ao Chefe do Governo Provisório por assinar o decreto. Essa mesma configuração apresentou-se no início da publicação de Dolores Nunes, filiada do Departamento, no jornal “*Crítica*”: “senti-me orgulhosa com o decreto baixado pelo ilustre e digníssimo dr. Getúlio Vargas, [...] concedendo o direito de cidadania à mulher brasileira. [...] Parabéns, pois, às dignas patricias que constituem a diretoria do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino”.⁴³ Nas declarações feministas prevalece o sentimento de pertencimento ao movimento feminista e de orgulho à conquista desse direito, ao mesmo tempo, como notado ao longo do escrito de Dolores Nunes, puderem deslegitimar as argumentações antifeministas sobre a “capacidade inferior” da mulher para atuar na política.

Além disso, apesar de o Código Eleitoral de 1932 ter sido marcado como uma vitória feminista e lembrado como um progresso às instituições democráticas, devido à implementação do voto secreto e ter criado a Justiça Eleitoral, vale destacar os interesses governamentais na nova legislação. Conforme os cientistas políticos Jaqueline Zulini e Paolo Ricci, ao analisarem o referido Código e as eleições seguintes, ressaltam os interesses do governo à legitimação do Movimento de 1930 através das urnas.⁴⁴ Nesta conjuntura, os autores evidenciaram o papel dos interventores, incentivados pelo Governo Provisório, em organizar

⁴¹ O Estado do Pará. Belém, 9 de março de 1932. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eor_cdi_rjr_91.

⁴² Folha do Norte. Belém, 12 de março de 1932, p. 1.

⁴³ Crítica. Belém, 12 de março de 1932. SIAN. Código: br_rjanrio_a0_adm_eor_cdi_rjr_73.

⁴⁴ ZULINI, Jacqueline Porto; RICCI, Paolo. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia?. *Estudos Históricos*, v. 33, n. 71, p. 600–623, 2020.

partidos estaduais visando altos desempenhos eleitorais, além da continuidade de fraudes, com o controle do eleitorado e dos agentes do processo eleitoral.

No que concerne ao Pará, os resultados eleitorais de 1933 e de 1934 atenderam a expectativa governamental, com a predominância do Partido Liberal, fundado pelo interventor Magalhães Barata, entre os eleitos. Nesta conjuntura, tornou-se importante analisar como eram as campanhas direcionadas às novas eleitoras, as participações femininas e o envolvimento das feministas paraenses nesses *tempos de política*,⁴⁵ isto é, quando suas atividades cotidianas foram marcadas e direcionadas pela política. Ademais, ressalta-se que os períodos eleitorais se apresentaram como um momento importante à história das mulheres, principalmente nessas primeiras eleições, como um resultado concreto das mobilizações feministas. Agrega-se relevância às eleições, pois, nesses momentos, carregavam uma rica fonte de “informação sobre os movimentos de opinião”, tal qual alegou o historiador francês René Remond,⁴⁶ ou seja, os períodos eleitorais são reflexos sociais, e – concernente à política paraense – pode-se perceber os posicionamentos quanto às novas eleitoras e às diferenças entre um ano eleitoral e outro.

A primeira oportunidade de integração institucionalizada pode ser considerada no processo de formulação do anteprojeto constitucional, onde foi criada uma Comissão de Elaboração a partir do decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932.⁴⁷ Apesar de a escolha dos integrantes ter ficado a cargo de Getúlio Vargas, as feministas brasileiras associadas da FBPF iniciaram uma campanha nacional para promover Bertha Lutz como candidata e tornar-se uma representante do feminismo na comissão. Incluso nesse processo esteve os esforços do Departamento Paraense, ao direcionar suas atividades para promoção da líder feminista, como o envio de correspondências a Getúlio Vargas, publicização nos jornais e arrecadação de listas de assinaturas.

Diferente da primeira campanha nacional na qual participaram, as paraenses realizaram algumas mudanças nas estratégias de mobilizações, resultando em maior autonomia e visibilidade. Uma das mudanças, consoantes os documentos remanescentes, foi a comunicação direta com o Chefe do Governo Provisório,⁴⁸ por meio de telegramas, agregando mais protagonismo ao grupo; outra variação foi publicar os nomes dos assinantes das listas,

⁴⁵ PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, v. 94, n. 1, p. 31–94, 1995.

⁴⁶ RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 42.

⁴⁷ BRASIL. Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932. Cria a Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>; Acesso em: 14 dez. 2022

⁴⁸ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Belém, 4 de julho de 1932. 1 telegrama. Arquivo Câmara dos Deputados. Código: br-dfcd-berthalutz-bl1-18.

evidenciando as personalidades influentes e importantes na sociedade belenense que apoiavam suas demandas,⁴⁹ gerando visibilidade e incentivo para o aumento de assinaturas. Apesar de Bertha Lutz ter sido uma das mulheres nomeadas, em conjunto com Natércia da Silveira, essa foi uma vitória parcial. Como assinalado anteriormente, o novo decreto, nº 22.040, de 1 de novembro de 1932,⁵⁰ ao regulamentar os trabalhos da comissão, também criou uma subcomissão, composta por 1/3 dos membros, a quem teriam, de fato, responsabilidade por formular o anteprojeto, cabendo aos demais apenas sugerir. Nesta Subcomissão, nenhuma das duas mulheres foi escolhida.

A despeito dessa reviravolta, a eleição de 3 de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte apresentou-se como uma nova oportunidade na participação política institucionalizada. Nesta conjuntura, não era apenas as feministas as interessadas no alistamento eleitoral feminino, mas outros grupos políticos também incentivaram. Desses, destaca-se a Liga Eleitoral Católica (LEC), quando na cerimônia de instalação da junta local do Pinheiro (Icoaraci), o representante estadual, Dr. Aldebaro Klautau discursou sobre o “dever de votar a participação da mulher nas próximas eleições”.⁵¹ Com o título *A mulher católica e o voto*, proclamou:

[...] Tu, católica paraense, que és o repositório sagrado das tradições da nossa terra, não te podes quedar indiferente aos destinos da L. E. C., que são os da própria religião. Não ouve o que por aí espalham os interesseiros, inimigos da Igreja, de que a mulher nada tem com a política e por consequência não deve votar. Faze-te surda a quem assim te aconselhar e pressurosa, rápida e ativa, ingressa nas fileiras da L. E. C. para, com teu esforço e dedicação cooperares na grandeza do nosso ideal, na vitória de nossas conquistas, na redenção da Pátria pela bandeira sacrossanta do Divino Mestre, o Cristo Redentor! [...].⁵²

O discurso retratou um panorama visualizado em outras regiões brasileiras, com a participação da Liga Eleitoral. Analisando esse cenário no contexto da cidade de Recife, Rita de Araújo mostra que nos anos 1930 a Igreja Católica encontrou possibilidades de recuperar os espaços de poder e de influência política, perdidos desde a instauração da República.⁵³ Nesta conjuntura, a autora sinalizou no voto feminino e na Constituinte duas áreas de reforço para tentar reaver os espaços perdidos. Assim, percebe-se o quanto a elegibilidade feminina tornou-

⁴⁹ Folha do Norte. Belém, 8 de julho de 1932, p. 2.

⁵⁰ BRASIL. Decreto nº 22.040, de 1 de novembro de 1932. Regula os trabalhos da Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

⁵¹ Folha do Norte. Belém, 21 de fevereiro de 1933, p. 2.

⁵² Folha do Norte. Belém, 21 de fevereiro de 1933, p. 5.

⁵³ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 133–150, 2003.

se importante à Liga Eleitoral, na defesa do voto e na indissociabilidade entre política e religião, as mulheres tornaram-se as suas principais representantes. Por conseguinte, seria de responsabilidade feminina a manutenção das tradições morais-religiosas em todos os âmbitos, incluso a política, justificando assim a preocupação do palestrante em negar os argumentos antissufragistas e alistar as mulheres.

Na primeira eleição com a participação do eleitorado feminino, não houve grandes campanhas de incentivo às eleitoras por meio dos jornais belenenses e nem candidatas. Além disso, infelizmente, há um vácuo na preservação das correspondências do Departamento no SIAN, entre janeiro até agosto de 1933, impossibilitando conhecer se as feministas propuseram alguma atividade não divulgada nos meios midiáticos.

Numa análise comparativa com outros estados, notam-se algumas semelhanças entre o Pará e o Maranhão, principalmente nas poucas publicações midiáticas sobre o eleitorado feminino, mas difere-se quando tiveram uma candidata, Lucilia William Coelho de Souza, com pouca visibilidade nos impressos.⁵⁴ Discrepante do que aconteceu no Rio Grande do Sul, com ampla cobertura pelo jornal “*Correio do Povo*” sobre as participações femininas na eleição, por meio de notícias, de imagens e de entrevistas sobre e com as eleitoras.⁵⁵ Enquanto na capital paraense, na data eleitoral de 3 de maio de 1933, apenas “*O Estado do Pará*” constatou a presença das mulheres, embora nas fotos das seções publicadas, selecionaram as que apresentavam apenas os homens.

Na reportagem, houve duas breves menções, a primeira constatou: “A mulher paraense, em todas as seções se fez representar, contribuindo com o seu voto para elevar os seus candidatos à investidura constitucional”.⁵⁶ A segunda apresentou uma curiosidade: “Na seção instalada no edifício da Escola Normal, o número de eleitoras foi considerável, sobrepujando vantajosamente, a todas as demais [seções eleitorais]. Cumpre notar que nessa seção não chegaram a dez o número de votantes do sexo forte”.⁵⁷ As notas foram escassas nos detalhes, mas transparecem a imagem das mulheres cumprindo o dever cidadão, por comparecer às urnas a favor de seus candidatos; além de indicar um número considerável de eleitoras, chegando a transpor a quantidade de homens em uma seção. Não foi possível localizar o total de inscrição do alistamento eleitoral feminino, apenas foi divulgado um resultado parcial durante o processo,

⁵⁴ PACHECO, Maria da Glória Costa. Gênero e política : conquista e repercussão do voto feminino no Maranhão (1900-1934). **Outros Tempos**, v. 1, p. 46–63, 2007.

⁵⁵ KARAWEJCZYK, Mônica. Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal *Correio do Povo*. **Topoi**, v. 11, n. 21, p. 204–221, 2010.

⁵⁶ *O Estado do Pará*. Belém, 4 de maio de 1933, p. 1.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 1.

contabilizando 2.989 eleitores em Belém, sendo destes 416 mulheres.⁵⁸ Apesar do percentual pequeno, aproximadamente 14%, é significativo, considerando tanto como resultado parcial, quanto ter sido a primeira participação nas eleições.

Além dessas pequenas notas, os jornais belenenses pesquisados carecem de grandes notícias sobre as eleitoras, até mesmo de outros Estados, apesar de ter tido 22 candidatas constituintes concorrendo no Brasil, conforme os Boletins Eleitorais.⁵⁹ Identificou-se apenas uma nota sobre o manifesto de incentivo ao alistamento feminino em Porto Alegre,⁶⁰ e após as eleições, a menção de Almerinda Farias Gomes como candidata à representação de classe, com a presença de uma imagem dela em atividade política:

Imagem 3 – Almerinda Farias Fama preparando “chapas” para a votação



Fonte: Folha do Norte. Belém, 14 de agosto de 1933, p. 3.

Julgou-se relevante a reprodução da imagem, devido a carência de fotojornalismo das feministas na imprensa belenense, sendo mais comum a publicação de retratos individuais (anexo A), além de apresentar Almerinda Gama em uma atividade de produção às eleições, uma

⁵⁸ Folha do Norte. Belém, 16 de fevereiro de 1933, p. 5.

⁵⁹ ARAÚJO, Clara. Mulheres e os partidos nas eleições de 1933 - entre as estabelecidas e as outsiders. In: PRESTES, Ana (org.). **Cem anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai**. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você?, 2021, p. 84-123.

⁶⁰ Folha do Norte. Belém, 16 de março de 1933, p. 5.

das poucas mulheres negras identificadas como filiadas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino com protagonismo político. Na imagem, Almerinda está utilizando uma máquina de datilografar, ao lado de um homem não identificado; na legenda, constata-se: “A senhora Almerinda Farias Gama, natural do Pará e única mulher que tomou parte, como delegada-eleitora, no Congresso das Classes, representando o Sindicato dos Datilógrafos do Rio de Janeiro. No instantâneo, está preparando ‘chapas’ para a votação”. A fotografia reflete o fazer político das feministas, quando suas atuações iam além das divulgações públicas, abrangiam o cotidiano e as atividades de produção, como na elaboração de chapas para a votação; além de representar as alianças com determinadas figuras masculinas, em práticas conjuntas a favor dos seus objetivos.

O equívoco na informação da naturalidade, tendo nascido no Alagoas, deve-se por ter se mudado aos oito anos para Belém, sob os cuidados da avó paterna após a morte do pai; conforme a pesquisa de Cibele Tenório, a feminista estudou e trabalhou na capital paraense, formando-se pela Escola Prática do Comércio de Belém e trabalhando como secretária e datilógrafa até 1929, quando se mudou para o Rio de Janeiro, insatisfeita com os baixos salários pagos e almejando melhores oportunidades.⁶¹ Antes da mudança, também colaborava e era reconhecida por suas produções aos jornais belenenses, quando em 1928, a “*Vida Doméstica*” publicou seu retrato e a projetou como “representante de grande valor” da intelectualidade feminina paraense, descrita como “poetisa delicada” e “jornalista vibrante”.⁶² Infelizmente, não foi possível confirmar o contato prévio com as integrantes do Departamento Paraense enquanto ainda residia na cidade, decerto que sim, visto compartilharem os mesmo círculos sociais. Afirma-se apenas de vínculos posteriores, quando mencionaram algumas comunicações com a conterrânea.

Ademais, a legenda retoma a participação de Almerinda como delegada-eleitora pelo Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos do Distrito Federal, entidade criada pelas feministas da FBPF, pouco tempo antes do período eleitoral, para que houvesse uma representante nas eleições classistas. Apesar dos esforços e das candidatas em vários Estados brasileiros, apenas uma conseguiu se eleger, Carlota Pereira Queiroz, por São Paulo.⁶³ Nesse cenário, torna-se

⁶¹ TENÓRIO, Cibele. Almerinda Farias Gama: a sufragista negra pioneira que a história silenciou. In: PRESTES, Ana (org.). **Cem anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai**. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você?, 2021, p. 62–83.

⁶² *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, n. 127, out. 1928, [s/p].

⁶³ Carlota Pereira Queiroz (1892-1982), nasceu em São Paulo e era formada pela Faculdade de Medicina, atuando na área pediátrica. Seu envolvimento político inicia-se durante a Revolução Constitucionalista de 1932, organizando uma seção paulista da Cruz Vermelha para prestar assistência aos feridos. Tais ações conferiram-lhe prestígio e foi incluída na relação de candidatas da Chapa Única por São Paulo Unido. Foi eleita para constituir a Assembleia Nacional Constituinte e, também, elegeu-se como deputada federal nas eleições de 1934.

imprescindível destacar a interseccionalidade nas trajetórias políticas das mulheres nesse período, configurando-se nas conquistas eleitorais de Carlota – branca, médica e pertencente a elite paulista – e na candidatura de Almerinda Gama – negra e de classe média, com forte vínculo aos movimentos sindicalistas. As relações, as oportunidades e as formas do fazer político configuraram de distintas formas.

Referente às atuações das feministas paraenses nos períodos eleitorais, pode-se destacar as eleições de 1934, para Deputados das Assembleias Constituintes Estaduais e Deputados Federais. Diferente do ano anterior, identificou-se em demasiada os incentivos e as participações partidárias das eleitoras. Nesses espaços, nota-se a presença das feministas, embora não estivesse vinculada com as atividades do Departamento Paraense, manifestaram atuações individuais partidárias, exemplo de Dolores Nunes e Maria Antonieta da Serra Freire. A primeira atuou como presidente da comissão feminina distrital do Partido Social Trabalhista, apoiando a candidatura de Magalhães Barata para o governo do Estado.⁶⁴ A segunda foi a única mulher candidata, pelo Partido Liberal, para deputada à Assembleia Constituinte; sobre ela, menciona-se seu registro de filiação ao DPPF a partir de 1934 – quando Antonina Prado a identificou como associada –, no momento em que foi empossada ao cargo de Diretora de Educação e Ensino Público.⁶⁵

Apesar da candidatura de uma de suas integrantes, não há registro remanescente de algum apoio prestado pelo Departamento nos impressos e – mais uma vez – há um vácuo na preservação das correspondências no período eleitoral, observado ao longo de agosto até dezembro de 1934. Todavia, conjectura-se que a ausência de qualquer pronunciamento por parte do grupo feminista deveu-se à divergência política entre suas integrantes. Nessa conjuntura, enquanto Dolores Nunes e Maria Antonieta eram governistas, outra matéria colocou Hilda Vieira como candidata à deputada federal pelos oposicionistas,⁶⁶ apesar de sua candidatura não ter sido concretizada.

Em reforço a esta análise, destaca-se uma declaração de Antonina Prado sobre esses momentos políticos, quando escreveu: “Muito infelizmente não conseguimos [que] fossem vitoriosos os nomes de mulheres apresentados a cadeira de Deputado. [...] Talvez mais tarde o

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000, p. 129.

⁶⁴ O Estado do Pará. Belém, 21 de julho de 1934, p. 2.

⁶⁵ PRADO, Antonina. [**Correspondência**]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 10 de dezembro de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

⁶⁶ Folha do Norte. Belém, 16 de agosto de 1934, p. 1.

Pará faça melhor figura”.⁶⁷ Tal afirmativa torna-se difícil de compreender se Antonina referia-se ao Departamento ou aos paraenses, por não conseguirem eleger uma mulher. Independentemente, confirma-se a escolha coletiva – enquanto grupo – de atuarem individualmente na política partidária, uma vez que a feminista ressaltou, na mesma carta pós-eleição: “Os membros da Diretoria não são do mesmo partido”.⁶⁸ Desta forma, percebe-se que apesar do Departamento como instituição não ter se movimentado nas eleições, as feministas não estiveram distantes das manifestações políticas.

Além disso, percebe-se um aumento das campanhas partidárias às eleitoras, principalmente da Frente Única Paraense, partido opositor, mesmo não apresentando nenhuma candidata. Desta vez, eles exortaram: “Mulher Paraense: – Tu, que tens vivido há quatro anos com as lágrimas nos olhos e a alma aflita pelo desrespeito do atual governo aos direitos, propriedade e liberdade do teu esposo, filho, irmão e pai. Vota hoje, para sossego de teu espírito [...]”.⁶⁹ Destaca-se esse fragmento como exemplo de propaganda eleitoral, na visualização da importância das campanhas eleitorais a partir das considerações de René Remond. O autor agrega relevância tanto como “manifestação das preocupações dos eleitores” e da “explicação do programa dos candidatos”, quanto como espaço de operações estratégicas, na interação entre “os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião”; outrossim, sua importância também está na possibilidade de modificar intenções e as relações de força.⁷⁰ Por conseguinte, o aumento das convocações às mulheres refletem a gradual importância do eleitorado feminino, ao direcionarem uma parte de suas estratégias a este grupo.

Na reversão do cenário político quanto às campanhas direcionadas às eleitoras, conjectura-se: em 1933, as mulheres poderiam ter sido vistas como elemento estranho nas eleições e com pouca relevância nos resultados; findo o processo, a participação feminina, como eleitoras e candidatas, podem ter sido analisadas como uma nova e significativa força política. Todavia, como notado na convocação feita pela Frente Única, o incentivo ao voto feminino não estava nas mulheres votarem em prol de seus próprios benefícios ou direitos, mas sim, no bem-estar do outro (esposo, filho e irmão). Apesar de passarem de agentes passivas/espectadoras para ativas/eleitoras, com a possibilidade de reverter o cenário político, a campanha reforçou a

⁶⁷ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 2 de maio de 1935. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanqio_q0_adm_cor_a935_25.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ Folha do Norte. Belém, 11 de novembro de 1934, p. 1.

⁷⁰ RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 49.

função doméstica das mulheres, que mesmo na área política eram responsáveis pelo melhor à família.

Por fim, mesmo com a implementação do Código Eleitoral e a participação das mulheres nas eleições, o voto feminino foi alvo de propostas legislativas na Assembleia Nacional Constituinte, e as feministas precisaram reiniciar as campanhas pró-voto. Desta vez, pela sua permanência como direito constitucional sem acréscimo de restrições. Mesmo durante a elaboração do anteprojeto, as sugestões enviadas permeavam uma reformulação na legislação eleitoral. Nos estudos dos direitos das mulheres na Constituinte de 1934, Eneida Dultra identificou nas propostas conteúdos poucos esclarecedores sobre quem poderia votar, em provável tentativa de restringir a elegibilidade; ou apresentavam restrições explícitas, como terem uma profissão.⁷¹ Todavia, o que mais gerou debates e polêmicas foi a proposta de vinculação do direito do voto com o serviço militar obrigatório.

Publicamente, o posicionamento do Departamento Paraense só fora anunciado em março de 1934, ao se pronunciarem contrário a esta emenda e exporem as comunicações com os constituintes, “especialmente ao representante do Pará”, em um apelo “para que seja efetivada a emenda que exclui, na futura Constituição, a obrigatoriedade do serviço militar, como imprescindível condição ao direito do voto”.⁷² Na mesma reportagem, apresentaram uma devolutiva do deputado Abel Chermont, em telegrama enviado à Antonina Prado, afirmando: “Tenho a satisfação de comunicar-vos que atendi ao justo apelo desse Departamento, sendo um dos signatários das emendas na comissão dos 26”.⁷³ Essa publicação mostra um histórico de mobilizações para remoção da referida emenda, além de demonstrar os resultados efetivos e os apoios na Assembleia Constituinte entre seus conterrâneos.

Essas movimentações anteriores eram desenvolvidas em conjunto com a Federação Brasileira, sendo uma das estratégias direcionar as correspondências para deputados específicos – envios em massa –, realizado pelas organizações filiadas para fortalecer as suas reivindicações. Em exemplo, um rascunho de telegrama, sem data, escrito por Maria Sabina para Cloris Silva, roga para telegrafar aos deputados Medeiros Netto, Abel Chermont e Cunha Melo, pedindo a exclusão da referida obrigatoriedade, além de pedir para contatarem Raymunda Chevalier, presidente da Federação Amazonense pelo Progresso Feminino, para realizarem os

⁷¹ DULTRA, Eneida Vinhaes Bello. **Direitos das mulheres na Constituinte de 1933-1934**: disputas, ambiguidades e omissões. 254 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

⁷² Folha do Norte. Belém, 10 de março de 1934, p. 2.

⁷³ Ibid., p. 2. A Comissão dos 26 foi uma Comissão Constitucional atuante no primeiro período dos trabalhos da Assembleia, responsável pelo estudo do anteprojeto constitucional e das emendas apresentadas, formadas por um representante de cada bancada estadual e também dos grupos profissionais, no total 26 componentes, com os trabalhos desenvolvidos de novembro de 1933 até março de 1934.

mesmos envios.⁷⁴ Tais correspondências foram encaminhadas pelas paraenses, evidenciadas nas cópias das mensagens, apesar da ausência da data dos envios, sinalizam terem sido realizadas ainda durante a Comissão de 26.⁷⁵ Vale ressaltar, dessas correspondências copiadas e na ausência de suas versões originais, há apenas a transcrição de uma nos Anais da Assembleia Constituinte, de Antonina Prado para o presidente da Assembleia, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, agradecendo a exclusão da mulher no serviço militar.⁷⁶

Sobre as realizações das feministas do Rio de Janeiro, ao acompanharem de perto os trabalhos desenvolvidos na Assembleia, é interessante assinalar as constatações de Rachel Soihet ao analisar estas mobilizações. A historiadora ressaltou as intensas oposições realizadas pelas feministas, além das estratégias comumente utilizadas (divulgação de material e contato com os políticos), elas “romperam nesse momento com o seu comportamento, usualmente moderado, e vaiaram os deputados que apoiavam a emenda”.⁷⁷ Tal comportamento demonstrou o quanto as feministas estavam indignadas com a situação, principalmente com um direito já conquistado, na tentativa de evitar retrocessos e refletido no direcionamento concentrado ao voto, em detrimento de outros direitos almejados.

Essa nova atitude refletia os anseios e os sentimentos das integrantes do Departamento Paraense. Pode-se visualizar no momento em que escreveram e publicaram um resumo sobre a sessão de rejeição ao serviço militar obrigatório na Assembleia Constituinte, destacando essa prática: “As tribunas estavam cheias de senhoras, que não tiveram dúvida em manifestarem sua desaprovação, sob a forma de ‘não apoiado’ e ‘em nome da mulher brasileira, protesto’. Várias vezes o presidente fez soar os tímpanos, pedindo que as galerias não se manifestassem”.⁷⁸ Essa retratação espelha as perspectivas das feministas paraenses, ao perceberem essas mulheres como voluntariosas e destemidas ao pronunciarem – em alto e bom som – suas opiniões nos pareceres dos deputados; concordando com tais práticas nas galerias.

Essas características refletem em outros escritos feministas, como em uma circular escrita por Maria Eugenia Celso, em nome de todas as associações filiadas, publicada no “*O Estado do Pará*”:

⁷⁴ SABINA, Maria. [Correspondência]. Destinatário: Cloris Silva. Rio de Janeiro, s/d [1934]. 1 cópia de telegrama. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_60_v01.

⁷⁵ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatários: Abel Chermont, Medeiros Netto e Cunha Melo. Belém, s/d [1934]. 1 cópia de telegrama. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42; PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Raymunda Chevalier. Belém, s/d [1934]. 1 cópia de telegrama. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

⁷⁶ BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Oficinas do Calabouço, 1937. Volume XXII.

⁷⁷ SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006, p. 51.

⁷⁸ Folha do Norte. Belém, 2 de junho de 1934, p. 3.

[...] não quero senão repetir o que aqui mesmo já tive ensejo de dizer: A função da mulher é uma função de vida.
 Não pode nem deve sair dela.
 Se por desventura, a defesa nacional se tornasse necessidade premente da pátria ameaçada, não haveria mulher nenhuma em nossa terra que se recusasse a servi-la.
 [...] O serviço de defesa nacional das mulheres sempre foi voluntariado glorioso de que a brasileira pretende conservar o privilégio.
 É impossível que assim, esclarecidamente, não o entenda os elaboradores das nossas novas leis. [...]⁷⁹

As palavras da feminista já não apresentam um caráter de pedido aos deputados, como costumeiramente era empregado nas correspondências ao reivindicarem seus direitos. Desta vez, carrega características de impaciência, por ter que se repetir, e incredulidade na reticência de alguns membros da Assembleia em querer aprovar a emenda. Em um tom bem mais direto, Maria Eugenia deixou explícito: as feministas não eram contrárias às mulheres servirem militarmente, (apesar de ressaltar o caráter pacifista do feminismo) mas sim, da obrigatoriedade. Tal posicionamento era similar ao de Antonina Prado, ao expor suas opiniões sobre a questão do serviço militar: “A mulher, na hora da Guerra, saberá defender o Brasil e morrer por Ele”.⁸⁰ Nessa perspectiva, é provável a leitura e a aprovação da paraense no escrito de Maria Eugenia, além da constatação entre os inúmeros nomes e instituições mencionados no circular, apresentasse o de Antonina Prado, pelo Pará. Em corroboração, conjectura-se o envio da mensagem ao jornal pelo Departamento, devido à mensagem ter sido expedida pelas associações femininas confederadas.

A luta pela permanência do direito ao sufrágio às mulheres, sem restrições, na Assembleia Constituinte pode ser considerada a etapa final das movimentações feministas pró-voto desde meados do século XIX, com intensas e incisivas campanhas à sua efetivação. Todavia, ressalta-se a oportunidade de implementar inúmeros outros direitos a serem conquistados com a Constituinte, apesar de terem concentrado uma boa parte da campanha feminista ao voto e ao serviço militar feminino, elas não abdicaram de seus outros objetivos e demandas.

Esses outros almejos podem ser aglomerados na ideia de direitos sociais, ou seja, direcionavam-se para a educação, para a saúde, para o trabalho e para a assistência. São esses os outros objetivos feministas analisados a seguir.

⁷⁹ O Estado do Pará. Belém, 23 de maio de 1934, p. 5.

⁸⁰ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 16 de fevereiro de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0 adm_cor_a934_42.

2.2 Atuações e defesas no âmbito educacional

A preocupação das feministas paraenses em torno da educação feminina e infantil pode ser considerada a primeira área escolhida para mobilizações, além de espelhar a configuração social das integrantes do Departamento. Em poucas semanas, após a fundação do grupo, foi anunciado o direcionamento de atividades, ou melhor, a primeira área de interesse a ser divulgada e debatida em reunião, convidando: “O Núcleo Feminista Paraense, está fazendo um apelo às senhoras, senhores e senhorinhas, que se interessam pelo problema educacional da criança, dos jovens e da mulher, em geral, bem como a toda mocidade das escolas [...]”.⁸¹ Na mesma nota, informam sobre os temas de discussões, “assuntos importantes que dizem respeito aquele problema, conforme as instruções recebidas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com os resultados práticos do 2º Congresso Feminista”.⁸²

Esse convite transparece o público-alvo – homens e mulheres da área educacional – e o grupo social de suas intervenções – crianças e mulheres –; além de agregar à sua reunião um caráter de mobilização nacional, ao informar que a discussão permearia os resultados do Congresso. Nessa perspectiva, vale relembrar, o evento feminista tinha várias seções temáticas, com suas respectivas comissões e resultados práticos, ou seja, foi de inteira escolha das paraenses discutir sobre as conclusões apresentadas pela Comissão de Educação e Instrução. Tal decisão, todavia, não foi de forma aleatória, conjecturam-se dois motivos principais: o primeiro, pela predominância entre as integrantes da atuação profissional no âmbito educacional, como professoras de distintas áreas, desde prendas domésticas até de piano; o segundo, pela presença de Orminda Bastos, sobrinha de Elmira Lima, como uma das componentes responsáveis por essa seção do Congresso.

Nesta conjuntura, em relação aos possíveis temas debatidos nesta reunião, realizada em um domingo de manhã na sede da Associação da Imprensa, recorreu-se às publicações nos jornais cariocas sobre as conclusões do evento, na ausência das atas do Departamento e de maiores detalhes nos periódicos paraenses. O “*Diário de Notícias*” publicou os 24 pontos presentes na resolução da Comissão, com destaque para os seguintes desígnios:

[...] 9º – apelar para as Associações de Educação para que organizem campanha tenaz persistente e eminentemente patriótica com determinação precisa de objetivos e métodos, em torno da educação moral e cívica da criança e do adolescente.

[...] 21º – que se promova a criação de uma liga de “Assistência Educacional às Meninas Pobres”, com o fim de socorrer com roupa e livros as crianças pobres do

⁸¹ Folha do Norte. Belém, 26 de julho de 1931, p. 2; O Estado do Pará. Belém, 26 de julho de 1931, p. 3.

⁸² O Estado do Pará. Belém, 26 de julho de 1931, p. 3.

sexo feminino para que possam fazer o curso primário das escolas e, ainda, o secundário e superior as que se mostrarem mais aptas e capazes.
[...] 23º – que a mulher deve ser educada de maneira integral e com a maior elevação moral possível, de modo a ficar verdadeiramente apta para representar seu papel de mãe de família. [...] ⁸³

A escolha desses três pontos reflete o panorama de discussão na educação, isto é, um cenário diverso de propostas e de perspectivas à área educacional nos anos 1930. Analisando essa temática no II Congresso Feminista, Náilda Bonato e Lígia Coelho mostram uma perspectiva tanto liberal quanto conservadora entre as feministas, principalmente, referente a uma educação integral para as mulheres.⁸⁴ Em corroboração, notam-se os ideais liberais na resolução 21ª, com a proposta de fornecerem os ambientes necessários para as jovens mulheres conquistarem seus espaços na sociedade; enquanto as perspectivas conservadoras podem ser observadas na 9ª e 23ª resolução, ao defenderem uma educação moral e a preservação feminina em funções maternais. Ademais, ambas as configurações se apresentaram nas demandas do Departamento Paraense ao longo dos anos, refletindo a configuração heterogênea do grupo, todavia, com a predominância de uma perspectiva liberal.

Além disso, por estarem inseridas no ambiente educacional, ressalta-se a influência do movimento da Escola Nova em suas perspectivas. No estudo sobre a educação brasileira, Diana Vidal aponta que nos anos 1920 e 1930 houve a retomada e a implementação de algumas questões advindas do século XIX, como o anseio de uma renovação escolar, ao disseminar valores e normas sociais em conjunto com as novas demandas da sociedade, iniciadas ainda na educação infantil.⁸⁵ No Pará, o pesquisador Alberto Damasceno constatou a preocupação governamental de Magalhães Barata em escolarizar a população, visto no aumento das matrículas e dos estabelecimentos escolares, não apenas no centro urbano, mas expandindo às áreas rurais; com influências do escolanovismo no processo de modernização pedagógico do Estado, intensificados no governo de Gama Malcher.⁸⁶ Outrossim, o autor destacou o gradual crescimento da presença feminina nas matrículas e na preocupação da formação técnica e científica das mulheres. Tal cenário é possível visualizar no seguinte quadro:

⁸³ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1931, p. 7.

⁸⁴ BONATO, Náilda Marinho da Costa; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. Concepções de educação integral na década de 30: as teses do II Congresso Internacional Feminista - 1931. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 15, n. 2, p. 17–23, 2009.

⁸⁵ VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHOS, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 497–517.

⁸⁶ DAMASCENO, Alberto. Notas sobre a educação paraense na Segunda República. **Revista HISTEDBR Online**, v. 15, n. 62, p. 229–241, 2015.

Quadro 3 – Comparativo do ensino primário do Estado do Pará de 1930 a 1938

Anos	Matrícula masculina	Matrícula feminina	Total	Frequência masculina	Frequência feminina	Total
1930	12.743	7.800	20.543	8.147	5.852	13.999
1931	23.246	17.863	41.109	19.240	14.832	34.072
1932	25.362	19.667	45.029	17.357	12.820	30.177
1933	26.900	21.680	48.580	17.956	15.161	33.117
1934	40.005	32.056	72.061	25.487	21.132	46.619
1935	41.021	33.561	74.582	36.165	22.942	59.107
1936	43.784	37.808	81.592	38.242	28.185	66.427
1937	53.307	43.744	97.051	46.311	29.827	76.138
1938	59.242	44.693	103.925	48.140	36.525	84.665

Fonte: PARÁ. Interventor Federal (1938-1942): J. C. Gama Malcher. *Álbum do Pará*. Belém: H. Rodrigues, 1939, p. 126.

Presente no *Álbum do Pará* de 1939, o quadro também aponta o número de Grupos Escolares e Escolas agrupadas, isoladas, auxiliares e particulares, porém, nesta pesquisa cabe apenas visualizar a presença feminina no ensino primário. É perceptível o aumento do número de matrículas femininas, com um crescimento percentual de mais de 472%, em comparação ao masculino (aproximadamente 364%), uma diferença maior do que 100%. Semelhante cenário de crescimento feminino encontra-se na frequência, apesar de apresentar um declínio em 1932, houve um aumento percentual de mais de 524%. Tais números demonstram um reflexo do interesse e do investimento na área educacional, afetando diretamente a escolarização das crianças, como parte integrante da política governamental do período varguista, refletido tanto no mandato de Magalhães Barata quanto de José Gama Malcher, numa perspectiva valorativa da educação.

Tal cenário torna-se relevante para compreender as movimentações e os ideais feministas, nacional e localmente, levando em consideração o panorama de ensino vivenciado. Desta forma, como participantes dessas transformações educacionais e espelhadas nas conclusões do II Congresso, as feministas paraenses só voltaram a propor intervenções nessa área em finais de 1933, pelo menos nas cartas remanescentes. Isso devido à priorização de outras demandas imediatas, como a campanha pró-voto (1931-1932), a nomeação de Bertha Lutz para a Comissão de Elaboração do Anteprojeto (1932), a primeira comemoração do Dia das Mães (1932) e a visita de Getúlio Vargas em Belém (1933).

Contudo, isso não significou um afastamento dos anseios educacionais, mesmo durante outras campanhas. Por exemplo, no período de Elmira Lima em Soure, constata-se a sua visita ao Grupo Escola Júlio Cezar, com recepção da diretora, das professoras e dos alunos. Apesar de ter outros interesses nessa visitação, também almejava captar “o magistério para o feminismo”⁸⁷ tanto para inserção ao Departamento, quanto no apoio ao voto feminino. Assim sendo, palestrou para os alunos da instituição, “incentivando-lhes o brio, o amor aos livros, à família, à Pátria, todas repassadas de sincero entusiasmo, altamente demonstraram quanto se acha integrada no programa feminista”.⁸⁸ Os tópicos apresentados como pertencentes ao discurso de Elmira corroboram com as características educacionais deste período: a prática da leitura, a perspectiva de serviço à Nação e a importância da contribuição familiar. Além disso, houve a preocupação em relacionar os principais valores da época com o feminismo, ressaltando que ambos os ideais não estavam desassociados.

Ademais, apesar de não ter sido uma das principais reivindicações durante a Constituinte, a questão da instrução era um dos tópicos de intervenção, anunciado por Bertha Lutz em uma entrevista para o jornal “*A Noite*”, do Rio de Janeiro, e replicada na “*Folha do Norte*”: “A Constituição não pode se descuidar da cultura que como diz a minha boa amiga Dra. Orminda Bastos, é um dos mais poderosos fatores da unidade nacional. Deve estabelecer a sua seriação desde o curso elementar até o curso universitário [...]”,⁸⁹ ou seja, apresentaram a educação como elemento essencial no desenvolvimento cultural do País. Outrossim, no livro *Treze Princípios Básicos: sugestões ao anteprojeto da Constituição*, escrito por Bertha Lutz, com colaborações de Maria Luiza Bittencourt e de Orminda Bastos, tinha o princípio de “socialização da instrução”.⁹⁰ A obra foi enviada para as instituições filiadas e era o texto-base das reivindicações do Departamento durante a Constituinte.

Nesse período, em perspectivas compartilhadas sobre os significados da educação à sociedade, Antonina Prado descreveu as principais áreas necessitadas de intervenção feminista em Belém:

No nosso meio sobressaem três problemas capitais de urgente solução, reclamada não só pelo futuro dos paraenses que a geração presente compete preparar, como também pelo presente sob o império de um desequilíbrio flagrante em todos os ramos da atividade paraense.
São eles: saúde, trabalho e educação.

⁸⁷ LIMA, Elmira. [Correspondências]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 24 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a93_98.

⁸⁸ Folha do Norte. Belém, 21 de setembro de 1931, p. 2.

⁸⁹ Folha do Norte. Belém, 12 de dezembro de 1932, p. 2.

⁹⁰ LUTZ, Bertha. **Treze Princípios Básicos: Sugestões ao Anteprojeto da Constituição**. Rio de Janeiro: Edição da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1933, p.7.

[...] Mas de todas as necessidades a mais saliente para nós é a criação duma escola feminina com programas adequados à alfabetização de operárias, empregadas domésticas e serventes múltiplas etc... com moldes a se transformar em profissional. Seria esse um dos problemas mais acertados em nosso meio:

- a) Possa ser resolvido pela mulher;
- b) Por ela resolvido demonstra a eficiência da sua ação;
- c) Venha beneficiá-la ou beneficiar as gerações futuras da mocidade as quais defendem o futuro do Brasil;
- d) Finalmente, seja um problema tão premente, que atrairá a simpatia do público para que a população e o público auxiliem a sua resolução.⁹¹

Nas demandas pontuadas pela feminista, ter como alvo principal as mulheres beneficiária – como consequência direta – toda a sociedade, para o presente e às gerações futuras. Essa perspectiva reforça a ideia de um movimento feminista contribuinte em diferentes aspectos para todo o País, em outras palavras, as mulheres passaram a ser vistas como personagens fundamentais e influentes para o progresso nacional. Além disso, das outras duas áreas de preocupação (saúde e trabalho), as paraenses classificaram a educação como a mais relevante. A partir de suas atuações profissionais, conjecturam-se as ambições na criação de uma escola feminina, direcionada à alfabetização das mulheres trabalhadoras das classes populares, com o intuito de melhorarem suas ocupações profissionais.

Para isso, as soluções apontadas por Antonina Prado colocam as mulheres como protagonistas desse processo, quando uma das intenções era justamente a resolução dessas demandas a partir da intervenção feminista, ao demonstrarem eficiência nas áreas atuantes, valorizando o trabalho feminino. Ademais, infere-se no processo de alfabetização, relacionado com os benefícios às gerações futuras, não apenas como resultado de uma crescente profissionalização feminina, mas também no âmbito político, uma vez que as alfabetizadas poderiam ser eleitoras, conforme o Código Eleitoral, aumentando a participação das mulheres nas instituições políticas. Por último, acreditavam na colaboração da população no fomento desse projeto, devido aos benefícios advindos.

Apesar dos objetivos bem direcionados, não se constatou a aplicação desse projeto, mas apresentaram os possíveis motivos na mesma carta, mencionado anteriormente: “A nossa filial é impotente para tomar a seu cargo exclusivo as providências necessárias a uma realização qualquer. Somos em número reduzidíssimo, falecemos [de] meios materiais”.⁹² Desta forma, Antonina constatou os motivos pelos quais os projetos de intervenção social das feministas não serem exequíveis: pela quantidade de integrantes e, conseqüentemente, poucos meios

⁹¹ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 5 de novembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

⁹² Ibid.

financeiros e materiais. Tal cenário era, desde o início do grupo, um dos questionamentos principais quanto à promoção de atividades, quando a pouca adesão de mulheres impossibilitou ao Departamento a execução de projetos maiores, além do caráter de propaganda a favor de alguma reivindicação.

Essa condição vivenciada pelo Departamento Paraense aparenta ter sido uma exceção dentre as filiais da Federação Brasileira. Quando comparada com a sucursal de Recife, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino realizou diferentes programas educativos, optando pela criação de “núcleos” para distintas áreas: Literatura, Línguas Estrangeiras, Economia Doméstica, dentre outros. Dessa iniciativa, conforme a pesquisa de Paula Carvalho, houve significativa procura para matrículas após sua criação; além disso, os 12 “núcleos” eram ministrados por sócias da Associação, responsáveis pelos cursos de acordo com seus interesses.⁹³ Nesse panorama, nota-se o quanto a adesão de mulheres aos grupos feministas, em números significativos, eram importantes para a exequibilidade desses projetos de intervenção, tanto em caráter financeiro, quanto em participação e em disponibilidade. Cenário distante da realidade paraense, onde não poderiam realizar tais objetivos devido ao baixo número de integrantes.

Em contrapartida, embora o Departamento encontrasse dificuldade de intervir nessa área, vale mencionar a forte atuação e protagonismo feminino na educação paraense. Por exemplo, destaca-se a participação da professora Nayde Vasconcelos como representante do Pará, nomeada pelo Governo do Estado, na V Conferência Nacional de Educação, realizada em Niterói em 1933, integrando-se sobre as principais questões nacionais nesse âmbito.⁹⁴ Em devolutiva à sociedade, realizou-se uma Conferência Pedagógica, em 4 de março de 1933, organizada pela Diretoria Geral de Educação e Ensino, tendo como principal oradora a professora Nayde, para palestrar sobre as “suas observações e as conclusões reveladas” na V Conferência. Esse evento reflete a preocupação do Estado em realizar intervenções educacionais e estar inteirado dos debates nacionais, visto a presença do interventor ao presidir a Conferência, além de convidar “o professorado, público da capital e todos os que se interessam pelas coisas do ensino”.⁹⁵

Outro exemplo, foi a atuação da Sociedade de Educação do Pará, fundada em 8 de abril de 1933. Dentro os objetivos da instituição, visavam promover a inserção de novos métodos

⁹³ CARVALHO, Paula Frassinetti Chaves de. **Vozes femininas na década de 1930**: contribuições educativas da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011, p. 51.

⁹⁴ Folha do Norte. Belém, 6 de fevereiro de 1933, p. 1.

⁹⁵ Folha do Norte. Belém, 4 de março de 1933, p. 5.

pedagógicos nas escolas públicas e organizar cursos de aperfeiçoamento.⁹⁶ Uma das características era a forte presença feminina nas mobilizações da Sociedade, com destaque para a liderança de Hilda Vieira em convocar uma reunião com os diretores e as diretoras dos grupos escolares da capital, lembrando a necessidade de fundar uma associação da classe,⁹⁷ reunião que resultaria na instalação da Sociedade de Educação. Em comunhão nos anseios de formação profissional e em moldes parecidos com os almejados pelas feministas, ressalta-se a Escola de Indústrias Químicas e Domésticas, em específico o curso “Dona de Casa”, proposto pelo professor Fernando Costa, diretor da Escola. Apesar do nome sugestivo, o professor explicou ao jornal “*Folha do Norte*” suas intenções com o referido curso: “não é destinado a ensinar as nossas patrícias a serem cozinheiras e criadas para o fogão e para copa [...]. O fim da nova instituição é preparar profissionais nos domínios da química doméstica”, cujos objetivos eram também multiplicar “por esse meio os fatores da civilização e progresso industriais”.⁹⁸ As matrículas eram abertas para todos e direcionaram à educação profissionalizante, ampliando as áreas de atuação feminina; resultado evidente em uma fotografia divulgada do grupo de alunos, com a presença predominante de mulheres.⁹⁹

Nesse protagonismo educacional, infere-se um processo histórico de pioneirismo feminino na região norte. Embasado na pesquisa de Heloísa Costa, o ingresso das mulheres no magistério teria ocorrido mais cedo do que em outras regiões, quando em 1852 era regulamentado o magistério feminino em Belém e sete anos depois em Manaus.¹⁰⁰ A autora, além disso, ressalta a equiparação salarial dos professores na capital amazonense, já em 1860; como também a criação da Universidade Livre de Manaus (1909), com a presença de 15 mulheres assinando a ata de fundação. Esses seriam apenas alguns exemplos da “vanguarda na educação entre as mulheres do Norte”.¹⁰¹

Em relação às atividades do Departamento Paraense, mesmo não conseguindo concretizar seus projetos, as feministas não deixaram de externar suas preocupações, demandas e possíveis áreas de intervenção, em uma busca contínua na melhoria da educação das mulheres e das crianças. Uma das formas era manterem-se integradas nas discussões nacionais e intervenções feministas. Nesta conjuntura, no mesmo fim de ano de 1933, Antonina Prado mencionou estarem no aguardo para receberem a cópia do Neo Plano de Ação da Campanha

⁹⁶ O Estado do Pará. Belém, 4 de abril de 1933, p. 2.

⁹⁷ Folha do Norte. Belém, 19 de fevereiro de 1933, p. 7.

⁹⁸ Folha do Norte. Belém, 14 de maio de 1931, p. 1.

⁹⁹ Folha do Norte. Belém, 24 de agosto de 1931, p. 1.

¹⁰⁰ COSTA, Heloísa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005, p. 264–265.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 267.

Feminista Brasileira,¹⁰² contudo, ainda em fevereiro do ano seguinte solicitavam o envio do manifesto.¹⁰³ Tal demora, provavelmente, deveu-se ao processo de formulação dos novos direcionamentos, uma vez que foram anunciados na II Convenção Nacional Feminista, realizada no fim de 1934, na Bahia.

Desse evento, não há informações sobre a presença das paraenses, tanto pela ausência nos jornais, quanto pelo vácuo nas correspondências de agosto até dezembro de 1934. Sabe-se apenas da representação do Departamento Paraense, por Carmen Germano Costa,¹⁰⁴ publicado no Boletim da Federação Brasileira. A referida feminista era membro da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, por conseguinte, conjectura-se uma solicitação à instituição organizadora para nomearem uma representante, frente à ausência de integrantes paraenses no evento.

Sobre os novos planejamentos da Federação Brasileira, a partir de agosto de 1935, houve a criação de departamentos para cada área de atuação feminista: a) Relações Exteriores e Paz; b) Relações Interiores; c) Expansão e Propaganda; d) Ação Pública-Legislativa; e) Estudos Jurídicos; f) Ação Cultural; g) Ação Econômico-Social; h) Finanças.¹⁰⁵ Dentre esses setores, a Ação Cultural abarcava as intervenções educacionais, seus objetivos eram “criar uma nova mentalidade feminina emancipada, intelectualmente pelo estudo, economicamente pelo trabalho, social e juridicamente pela colaboração ao governo, na vida pública e na formação e aplicação das leis”¹⁰⁶ e “procurar desenvolver na mocidade feminina a inteligência aliada ao caráter, preparando para a vida, para o lar, para o trabalho, para a cooperação eficiente na solução dos problemas econômicos, sociais e culturais”.¹⁰⁷ Tais direcionamentos são interessantes e refletem outra perspectiva educacional feminina, não mais pleiteando a igualdade no ensino básico ou a melhoria das condições educacionais às mulheres; a preocupação tornou-se direcionada a profissionalizar e a fomentar uma educação feminista, ou seja, instruir as mulheres a serem emancipadas e protagonistas em diferentes âmbitos sociais, privados e públicos, desde à juventude.

De modo semelhante, as considerações da Comissão de Educação Cívica e Ação Política da II Convenção também pretendeu um direcionamento de emergência, ao distribuir materiais sobre o “conhecimento do movimento feminista abrangendo: o que a mulher deve pretender; o

¹⁰² PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 5 de novembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

¹⁰³ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 4 de fevereiro de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

¹⁰⁴ Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Rio de Janeiro, n.1, out. 1934, p. 3.

¹⁰⁵ Boletim Mulher. Rio de Janeiro, n. 9/10, ago./set. 1935, p. 46.

¹⁰⁶ Ibid., p. 47.

¹⁰⁷ Ibid.

que tem conseguido e o que pode perder”.¹⁰⁸ Esses novos posicionamentos das feministas ligadas à Federação Brasileira retira uma antiga imagem atribuída a suas integrantes apenas como “bem comportadas” ou “tradicionais”, ao demonstrarem-se impositivas e críticas quanto aos direitos requeridos, principalmente, ao pretenderem conscientizar cada vez mais mulheres sob o panorama feminista.

Nesta perspectiva, torna-se provável o contato das paraenses com essas diretrizes, não apenas pela publicação dos resultados da II Convenção no jornal “*O Estado do Pará*”,¹⁰⁹ como também, por serem assinantes do Boletim e receberem suas publicações mensalmente. Isso não significa que tais demandas não estivessem sob o julgo paraense antes disso, pelo contrário, Antonina Prado já levantava questionamentos sobre a carência da integração feminina no ensino superior do Pará, alegando:

Como obter a mulher se faça representar entre os juízes de menores, não contando a nossa filial com uma única moça advogada?! Dra. Hilda Vieira nossa companheira de ideal que se presta sempre que a procuramos, trocou sua carta pelo exercício do magistério. A nossa Faculdade de Direito, conta uma meia dúzia de mulheres no quadro total dos alunos que por lá passaram e a maioria delas, aqui não residem. Felizmente as faculdades de Farmácia, Odontologia, Medicina e Comércio tem contribuído com um maior contingente da formação da mentalidade feminil paraense.¹¹⁰

O panorama retratado demonstra o quanto o cenário do ensino superior desagradava em relação à integração feminina, com destaque ao curso de Direito na ausência de feministas formadas, dificultando a mobilização do grupo no âmbito jurídico. Além disso, ressalta-se sobre a falta de permanência dessas mulheres na capital paraense; os possíveis motivos podem ter sido ilustrados por Almerinda Gama, quando ainda residia em Belém, era insatisfeita com os baixos salários pagos às secretárias e ao buscar empregos melhores e mais bem remunerados não obteve sucesso por ser mulher. Apesar de sua vivência marcada também pelo fator racial, um cenário geral pode ser evidenciado com as análises de Cibele Tenório, quando mostra nas trajetórias das mulheres com formação superior o impedimento de adentrar em empregos promissores.¹¹¹

Diferente do cenário das feministas formadas na Faculdade de Direito do Pará, como Orminda Bastos, a presidente do Departamento valorizou a maior presença feminina em outros

¹⁰⁸ Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Rio de Janeiro, n.1, out. 1934, p. 6.

¹⁰⁹ O Estado do Pará. Belém, 14 de novembro de 1934, p. 6.

¹¹⁰ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 5 de novembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

¹¹¹ TENÓRIO, Almerinda Farias Gama, p. 70.

cursos, principalmente na área da saúde. Sobre a predominância das mulheres nessas formações, sobretudo no ramo farmacêutico – sendo a própria Antonina Prado formada nesse campo –, Heleieth Saffioti sinalizou o processo de desvalorização sofrido nesse campo profissional, cujo desprestígio desse ofício possibilitou a inserção feminina nessa área.¹¹²

Em continuidade às mobilizações pró-educação realizadas pelo Departamento, pontuava-se novamente a ação colaborativa em conjunto com a Cruzada Nacional de Educação, em abril de 1934. Nessa, Afonso Campiglia, como representante da Cruzada, palestrou sobre os trabalhos realizados pró-alfabetização, e as feministas foram responsáveis pela parte lítero-musical, com as apresentações da violinista Carmem Sousa e da poetisa Dulcinéa Paraense.¹¹³

No mesmo ano, em dezembro, as feministas paraenses comunicavam sobre a nomeação de Maria Antonieta da Serra Freire e Pontes como Diretora de Educação e Ensino Público, caracterizada por Antonina Prado como: “uma grande vitória da mulher paraense, conquistada por uma de nossas associadas, a coroar aqui no extremo Norte, os denodados esforços seus na consecução do levantamento do nível feminino no Brasil”.¹¹⁴ A percepção da presidente sobre a nomeação, não era apenas como uma vitória restrita ao Pará, mas sim, de todo País; em outras palavras, a perspectiva de integração do movimento era tão característico, que uma conquista do feminismo no Extremo Norte influenciaria e contribuiria para todo o Brasil. Essa compreensão se reforça na mesma carta, quando Antonina escreveu à Bertha: “enviando-lhe ao mesmo tempo as nossas mais efusivas congratulações por esta vitória que é sua”, ou seja, devido a histórica contribuição e protagonismo de Bertha ao feminismo, a nomeação de Antonieta seria também um reflexo e uma vitória desse processo, numa correlação entre ambos os eixos.

Sobre a posse da feminista no cargo, descreveu:

A 3 do corrente foi empossada no alto cargo de Diretor de Educação e Ensino Público, a professora Maria Antonieta Serra Freire Ponte, a convite inesperado do Governo. [...] Tendo ele chamado a d. Serra Freire para sua auxiliar, e sendo ela então a primeira mulher no Pará, a colaborar com o Governo por um cargo público, manifestamos-lhe o nosso jubilo, salientando que desse modo o Interventor Paraense está realizando o nosso programa no que concerne ao aproveitamento das legítimas capacidades sem distinção de sexo.¹¹⁵

¹¹² SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013, p. 310.

¹¹³ Folha do Norte. Belém, 6 de abril de 1934, p. 2; Folha do Norte. Belém, 9 de abril de 1934, p. 2.

¹¹⁴ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 10 de dezembro de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

¹¹⁵ Ibid.

A respeito de ter sido um “convite inesperado” na percepção de Antonina, ao revisitar os acontecimentos do ano, não foi tão surpreendente assim. Nas eleições de 1934, sabe-se que Antonieta Serra foi a única mulher a aceitar o convite do Interventor para concorrer como deputada pelo Partido Liberal, em vista dos pedidos anteriores para Naíde Vasconcelos e Anunciada Chaves terem sido negados.¹¹⁶ No mesmo ano, houve uma série de exonerações de professoras renomadas da capital – por motivos particulares do Interventor –, como Hilda Vieira e Naíde Vasconcelos. Sobre a última, vale mencionar que um dos motivos seria justamente o declínio do convite para concorrer nas eleições.

Com esse panorama publicizado abertamente nos jornais diários, conjectura-se uma tensão existente entre Magalhães Barata e o magistério feminino. Em tentativa de minimizar esse cenário, infere-se como um dos possíveis motivos para a nomeação de Maria Antonieta, uma professora leal ao Governo. Apesar dessas possibilidades quanto à posse da feminista, as integrantes do Departamento demonstraram bastante satisfação ao terem uma delas em alto cargo governamental. Além disso, mesmo Antonina Prado não sabendo a opinião do Interventor quanto ao feminismo, percebeu a relação do seu ato com o programa feminista, podendo até mesmo ser considerado um exemplo de influência das mobilizações do Departamento no Estado.

Outra informação importante dita pela presidente foi sobre o pioneirismo de Maria Antonieta como a primeira mulher, no Pará, em um cargo governamental. Tal protagonismo foi publicizado intensamente pelo “*O Estado do Pará*”, com variadas notícias sobre as homenagens direcionadas à professora, sua posse e suas primeiras atividades no cargo. Em corroboração ao panorama em torno de sua nomeação, o jornal publicou:

Foi recebida com simpatia pelo magistério público a nomeação da provedora paraense, senhora Maria Antonieta Serra Freire Pontes para exercer o cargo de diretor geral da Educação e Ensino Público, onde certamente continuará prestando relevantes serviços à causa da instrução em nossa terra. [...]

A nomeação [...] marca em nossa terra uma conquista da mulher paraense nos domínios da alta administração estadual pois é a primeira vez que um governo da nossa terra reclama a colaboração de um elemento feminino para funções como a que foi distinguida a ilustre educadora.¹¹⁷

O entusiasmo e o contentamento por parte do professorado paraense ficaram evidentes na reportagem, ao constatarem a presença de cerca de 200 professoras da capital e do interior no Palácio do Governo, recebidas por Amazonas de Figueiredo, Secretário Geral do Estado,

¹¹⁶ ÁLVARES, *Saias, laços & ligas*, p. 425.

¹¹⁷ *O Estado do Pará*. Belém, 2 de dezembro de 1934, p. 1-4.

para elogiarem o ato do interventor e a trajetória de Maria Antonieta. Dessa forma, percebem-se nas congratulações uma perspectiva de reconhecimento, por parte do interventor, dos benefícios prestados pelo magistério feminino à educação. A nomeação seria um reflexo e uma vitória da participação das mulheres em cargos públicos, adentrando um novo espaço de atuação na alta administração estadual.

Assim, Maria Antonieta era uma representante dessas mulheres, cuja própria trajetória era ressaltada como diretora do grupo escolar José Veríssimo. Exaltada por Amazonas Figueiredo, a ponto de no dia da posse ter exclamado: “pela sua cultura, pela sua inteligência, pelo seu tirocínio brilhante, está à altura de dirigir o nosso ensino porque além de ser ela um padrão no magistério público, como professora dedicada, tem o profundo conhecimento da técnica educacional”.¹¹⁸ As características pontuadas pelo Secretário Geral reafirmaram as novas qualidades atribuídas às professoras, não mais apenas aos aspectos ressaltados no início do processo de feminização do magistério, como a “paciência, minuciosidade, afetividade, doação”, intrínseca às características normativas femininas,¹¹⁹ mas sim, na profissionalização e na qualidade de autoridades do processo educacional, cujo conhecimento técnico passou a ser valorizado.

Apesar de não haver registro detalhado nos periódicos, é provável a presença das feministas na posse, quando o jornal constatou o comparecimento de “diretoras dos grupos escolares, professorado, funcionários públicos, pessoas gradadas”. Além disso, encaminharam à Bertha Lutz uma matéria do “*O Estado do Pará*” noticiando sobre Maria Antonieta, com Cloris Silva reforçando sua opinião desse acontecimento: “nomeação resultante da escolha do próprio interventor federal, justificando ação eficiente e devota da mulher paraense pela instrução”.¹²⁰ Desse modo, em conjunto com as outras manifestações, pontua-se mais uma vez a nomeação como uma consequência da participação e da contribuição das mulheres na educação.

Assim, além do contentamento das integrantes do Departamento, outra organização belenense prestou suas homenagens à feminista: a Sociedade Paraense de Educação, onde Maria Antonieta era filiada e ocupou o cargo de vice-presidente. A celebração, programada para ter diversos números de recitais e de músicas, era aberto para todas as pessoas que desejassem “se associar a essa significativa homenagem”,¹²¹ comparecendo “numerosas professoras,

¹¹⁸ O Estado do Pará. Belém, 4 de dezembro de 1934, p. 2.

¹¹⁹ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla Beozzo (orgs.). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 443–481.

¹²⁰ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Luiza Bittencourt. Belém, 13 de dezembro de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

¹²¹ O Estado do Pará. Belém, 7 de dezembro de 1934, p. 2.

associados e pessoas gradas”,¹²² configurando mais uma possibilidade na presença das feministas do Departamento. Tal participação é provável devido às relações estabelecidas entre as instituições no mesmo ano, como na recepção à Anna Amelia, no mês de junho. Ademais, Cloris Silva relatou outros vínculos: “A Sociedade Paraense de Educação pediu ao Departamento extensão de prazo porque reunirá sábado, conseguindo das suas associadas alguma coisa que nos satisfaça”.¹²³ Tal informação, apesar de não haver detalhes sobre qual tema ou objetivo estavam tratando, há uma evidente relação entre os grupos e planos para organizarem alguma atividade em conjunto, devido à espera pelas feministas de algo da Sociedade que as satisfizessem.

Nessa conjuntura, apesar das várias possibilidades de participação das feministas nas homenagens prestadas à Maria Antonieta, o Departamento realizou seu próprio evento, mesmo não tendo sido divulgado nos jornais, Antonina Prado relatou:

O Departamento Paraense comemorou o evento da nomeação da professora Maria Antonieta Serra Freire Pontes para o cargo de Diretor de Educação e Ensino Público em sessão festiva, na qual a homenageada declarou depositar aos pés de Bertha Lutz, a quem como pioneira do feminismo no Brasil a prosecta educadora deve a ascensão ao alto posto que desempenha, todas as glórias colhidas por seu novo papel no seio da sociedade belenense.¹²⁴

A festividade, pela ausência de notas nos jornais, aparenta ter sido apenas entre as integrantes do grupo, mas não diminui o caráter de festejo, visto a prática de realizar sessões lítero-musicais com apresentações das próprias feministas. Ademais, o mais interessante dessa homenagem foi a forma resumida do discurso de Maria Antonieta, centrando seus agradecimentos na figura de Bertha Lutz, diferente dos discursos anteriores. Se as outras opiniões destacadas frisavam a nomeação e a posse como resultados das práticas femininas na área educacional, desta vez, o protagonismo concentrava-se apenas em Bertha Lutz. A ela caberia todas as conquistas femininas e o epíteto de “pioneira do feminismo no Brasil”, tangenciando todas as outras mulheres e suas trajetórias.

Em correlação, percebe-se uma adequação dos discursos de Maria Antonieta ao ambiente. No dia de sua posse, os personagens destacados foram o interventor Magalhães Barata e o secretário-geral Amazonas Figueiredo; no evento da Sociedade Paraense, agradeceu ao apreço dos seus colegas. Todavia, deve-se destacar que não houve nenhuma transcrição de

¹²² O Estado do Pará. Belém, 9 de dezembro de 1934, p. 2.

¹²³ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Luiza Bittencourt. Belém, 13 de dezembro de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

¹²⁴ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Belém, 14 de março de 1935. 1 relatório. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a935_25.

algum discurso seu, têm-se apenas resumos elaborados por terceiros. Nesse sentido, ressaltam-se as intenções de Antonina Prado ao destacar apenas essa parte do enunciado e a natureza do seu escrito: era um resumo das atividades desenvolvidas pelo Departamento, a partir de 1933, solicitado pela Diretoria da Federação Brasileira para cooperarem no *Boletim Mulher*, publicado por ocasião da participação da instituição fluminense no Congresso em Istambul.

Em outras palavras, a presidente do DPPF destacou atividades que atribuíssem relevância e importância ao grupo paraense, mostrando-se como uma instituição de fortes ligações políticas-sociais e atuação na sociedade belenense, como também, com fortes vínculos com a FBPF. Por conseguinte, o resumo das movimentações centrou-se na recepção a Getúlio Vargas, a Miss Shuler e a Cruzada Nacional de Educação, além das atividades em comemoração do Dia do Trabalho, do Dia das Mães, na Constituinte de 1933/1934 e, finalizando, com a posse de Maria Antonieta. Tais mobilizações ressaltam a atuação das feministas paraenses nas áreas políticas, trabalhistas e educacionais.

Em relação à atuação de Maria Antonieta como Diretora de Educação e Ensino Público pouco se sabe, houve apenas pequenas notas nos jornais no início do mandato e em relação aos documentos oficiais presentes no Arquivo Público, o fundo da Diretoria apresenta pouquíssimas documentações, com predominância de ofícios dos municípios interioranos. Apesar da escassez, fica registrado na história da educação paraense a presença de Maria Antonieta, onde mesmo nos poucos documentos é possível identificá-la, até mesmo nos detalhes como a denominação de “Exma. Sra. Diretora Geral de Educação e Ensino Público” ou sua assinatura confirmando o encaminhamento de ofícios à Interventoria.¹²⁵

Outrossim, reforça-se a continuidade de seus vínculos com o movimento feminista e educacional ao participar do VII Congresso Nacional de Educação, no Rio de Janeiro, e visitar a sede da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Sobre o Congresso, realizado em junho de 1935 e organizado pela Associação Brasileira de Educação, contou com a presença de Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, Ministro da Educação. No evento, a delegação paraense era composta por Oswaldo Orico, Miguel Pernambuco Filho, Maria Antonieta Serra e Predicanda Amorim.¹²⁶ Vale mencionar, os três primeiros apresentaram em suas trajetórias a ocupação de cargos públicos na secretaria de educação paraense.

¹²⁵ GUERREIRO, Helvecio Imbiriba. [Correspondência]. Destinatário: Diretora Geral de Educação e Ensino Público. Oriximiná, 18 de janeiro de 1935. 1 ofício. Arquivo Público do Estado do Pará. Diretoria Geral de Educação e Ensino Público. Série: Ofícios. Cx. 06.

¹²⁶ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1935, p. 3.

A presença deles no Congresso foi publicada no periódico “*Escola – revista do professorado paraense*”, em conjunto com a nomeação do novo Diretor de Educação e Instrução Pública, Oswaldo Orico.¹²⁷ Tal revista merece um adendo, por ser um impresso da produção intelectual dos professores paraenses, com a presença marcante de escritos femininos. Sobre o impresso, a pesquisa de Maricilde Coelho mostra a colaboração das mulheres em 98% dos textos do periódico,¹²⁸ dentre essas, sinaliza-se a contribuição de Maria Antonieta e de outras educadoras, por suas posições e práticas educacionais, contribuindo para afirmar a teoria da escola nova a favor de uma educação moderna e compromisso com um ensino de qualidade.

A permanência da feminista na então capital do País estendeu-se ao mês seguinte, tendo realizado na sede da Associação Brasileira de Educação uma conferência sobre “A Educação no Pará”.¹²⁹ Aliás, sua presença também foi publicizada no Boletim da Federação Brasileira, sob o título *A primeira diretora de Instrução Pública no Brasil*:

A sra. Maria Antonieta de Serra Freire Pontes foi a primeira brasileira a exercer o cargo de diretora de Instrução Pública, cabendo-lhe esse posto elevado no extremo norte, isto é, no Estado do Pará.

Vindo mais tarde ao Rio, foi justamente homenageada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e suas dirigentes.

De regresso ao Norte, enviou-nos gentil mensagem que agradecemos através “MULHER”.¹³⁰

A nota reflete as informações anteriormente encaminhadas pelo Departamento Paraense sobre a posse da feminista, ao ser a primeira mulher a exercer um cargo na administração pública paraense. Além disso, também é a única informação da Federação Brasileira a prestar homenagem à alguma feminista belenense, provavelmente, em celebração ao cargo exercido. Em outras palavras, era um reconhecimento das atividades e das conquistas das mulheres no Estado do Pará.

Em relação à mensagem encaminhada por Maria Antonieta, segue-se um retrato seu com uma dedicatória:

¹²⁷ Escola. Belém, v. 1 n. 5, set. 1935, p. 46.

¹²⁸ COELHO, Maricilde Oliveira. **A escola primária no Estado do Pará (1920-1940)**. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 140.

¹²⁹ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1935, p. 6.

¹³⁰ Boletim Mulher. Rio de Janeiro, n. 11/12, out./dez. 1935, p. 53.

Imagem 4 – Retrato de Maria Antonieta Serra Freire Pontes



Fonte: SIAN. Código: br_rjanrio_q0.adm_cpa.edu_fot.14.

A dedicatória diz: “À Federação Brasileira do Progresso Feminino, a minha solidariedade e admiração”, datado “Rio, 20/7/935”, com sua assinatura logo depois. A partir da imagem, apesar de não ter localizado nenhum tipo de (auto)identificação racial de Maria Antonieta nos documentos remanescentes, é possível identificá-la aparentemente como uma mulher negra. Essa ausência documental acaba por reforçar um apagamento da história da população negra ou mais especificamente, das mulheres negras no movimento feminista. Por conseguinte, questiona-se sobre a possível presença de outras mulheres negras entre as integrantes do Departamento Paraense, as quais não foi possível traçar suas trajetórias.

Destaca-se uma relação com a pesquisa de Bianca Oliveira sobre a presença da população negra paraense na área educacional.¹³¹ A autora mantém seus estudos ao Colégio Paes de Carvalho, quando no registro histórico de funcionários, no período de 1931 até 1942, apenas cinco trabalhadores foram registrados como negros (inclusos pardos e morenos), ocupando cargos de menor prestígio social ou temporários. Todavia, a pesquisadora identificou a presença de outros funcionários aparentemente negros por meio das fotografias nas fichas,

¹³¹ OLIVEIRA, Bianca Ferreira de. Colégio Estadual Paes de Carvalho: registros sobre a presença negra na educação escolar paraense (1931-1942). *Revista HISTEDBR On-line*, v. 62, p. 198–209, 2015.

tendo como exemplo máximo o prof. Domingos Sylvio Nascimento, de História do Brasil, sem a classificação racial anotada.

De semelhante forma, em busca de reverter esse cenário e se considerá-la a partir de um viés racializado, deixa-se registrado o pioneirismo de Maria Antonieta, feminista, professora normalista, candidata à deputada da Assembleia Estadual Constituinte e primeira diretora de Educação e Ensino Público do Estado do Pará. Nessa ressalva, tornou-se imprescindível os escritos de bell hooks sobre as intelectuais negras, onde apesar dos indícios históricos do papel importante desempenhado pelas professoras como pensadoras críticas e teóricas, pouco se escreveu sobre elas e suas produções.¹³² Em correlação, considera-se o processo de esquecimento dos escritos e da trajetória de Maria Antonieta, enquanto intelectual da área educacional e atuante política.

Em prosseguimento, sinaliza-se na prática do envio de retrato com dedicatórias algumas características expressivas na dinâmica das relações femininas, segundo Jéssica Geraldo, a popularização dos retratos reflete um sentimento de individualidade e um sinal de distinção compartilhados com determinados círculos que, em conjunto com as dedicatórias, era uma forma de correspondência.¹³³ A autora agrega para tal ato dois signos principais das dinâmicas femininas: a demonstração de sentimentos, na caligrafia caprichada ou nas palavras escritas; e suas redes sociais, identificado no envio para os familiares, às amigas, ou “tecendo sociabilidades úteis para a vida pública”. Isso posto, o envio de Maria Antonieta demonstra um possível anseio em distinção – frente às feministas fluminenses – por sua trajetória na capital paraense, como integrante de uma das filiais e como representação da conquista feminina na área educacional, alcançando os principais cargos nesse âmbito. O retrato com a dedicatória reforça o almejo de visibilidade e de relevância em caráter nacional.

Sobre esse acontecimento, algumas questões carecem de maiores detalhes, por exemplo, em uma carta de Antonina Prado sobre a visita de Maria Antonieta à sede da FBPF, expressou a surpresa quanto a ausência de uma carta sua apresentando a professora como integrante do DPPF: “Quanto à visitação das senhoras paraenses que aí estiveram, [...] muito nos surpreendeu o que nos diz D. Bertha. Por D. Maria Antonieta [...] seguiu uma carta minha apresentando-a à Federação; não esqueci de frisar ser ela nossa consocia”. Quanto a esta situação, questionou: “D. Bertha pergunta se ela é nossa amiga e que nada levou da filial. D. M^a Antonieta não

¹³² HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 464–478, 1995.

¹³³ GERALDO, Jéssica Camargo. Lendo imagens e palavras: sociabilidades e afetos nas dedicatórias de retratos do acervo José Boiteux (Florianópolis 1890–1930). In: 17 CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Anais Eletrônicos*. Campinas: ALB, 2009.

entregou essa carta?”.¹³⁴ Informou, ainda, ter conversado com a professora e ela comentou sobre seu encontro com Bertha Lutz e ter assistido uma das reuniões da Federação.

Assim sendo, questiona-se sobre a incoerência das informações: teria Maria Antonieta não entregue a carta ou nem comentado sobre sua relação com o Departamento em uma ação individualista? Ou as missivas anteriores sobre a nomeação e o vínculo de Antonieta não eram repassadas à diretoria da FBPF ou à Bertha Lutz? O provável recai no repasse entre as integrantes da Federação Brasileira, ao receberem cartas de todas as filiais, deixarem passar algumas informações específicas, onde a própria Antonina Prado reclamou, na mesma carta, do “silêncio por parte da Federação”. Tal panorama demonstrou que as feministas não estavam apenas reivindicando melhorias na educação às mulheres, mas também atuavam em vários espaços educacionais, tornando intrínseco suas vidas pessoais/profissionais com suas mobilizações feministas.

Outro ponto a ser enfatizado recai nos outros espaços de interesse de integração, tanto em um caráter de atuação, quanto de aprimoramento das discussões acerca da educação, manifestando um anseio em estarem atualizadas. Além dos eventos anteriormente mencionados, as feministas almejavam participar do Congresso Nacional de Educação de 1936, como parte da delegação paraense, todavia, a escolha da representação caberia às autoridades governamentais, com quem tinham dificuldades de comunicação. Sobre esse cenário, Cloris Silva relatou:

Antonina pede que eu comunique já ter feito ao governador a solicitação para ser recebida, e tem subsequentemente insistido. Aguarda apenas sua resolução [...]. Parece-nos: a representação paraense no Congresso Nacional de Educação será feita pelo Diretor Geral de Educação e Cultura daqui, sendo assim e como talvez seja impossível uma representação nossa [...]. A comissão que irá ao governo se desobrigará de solicitar a oficialização.¹³⁵

Sobressai mais uma adversidade enfrentada pelo Departamento Paraense na atuação de suas demandas: a ausência de prestígio frente ao governador – ou o ato de ignorá-las –, em sucessivos pedidos de audiência, negando-as por estar ocupado, “entretido com a mensagem ao Congresso que vai reabrir”. Apesar do cenário, perseveraram na tentativa de terem uma relação ou, minimamente, um encontro com Gama Malcher. Como resultado, tendo em visto a ausência

¹³⁴ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 9 de setembro de 1935. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a935_25.

¹³⁵ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Georgina Barbosa Vianna. Belém, 4 de julho de 1936. 1 carta e 1 cópia de telegrama. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a_936_38.

de uma representante feminista, recorreram a uma prática comum de solicitarem para algum membro residente na cidade do evento para lhes representar.

Essas vivências não eram restritas às feministas paraenses, principalmente na busca para serem nomeadas representantes nos Congressos. Em exemplo, a Federação Brasileira requereu o apoio do Departamento Paraense no fomento para a Federação Brasileira participar do referido Congresso de Educação, quando Cloris Silva informou sobre o envio de um telegrama ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a pedido de Bertha Lutz solicitando: “Filial Paraense solicita encarecidamente vossência apoiar representação feminina no Congresso Nacional Educação, indicada pela Federação Brasileira Progresso Feminino, esperando gentil aquiescência”.¹³⁶ Tal missiva encaminhada no dia 2 de julho de 1936, por Antonina Prado, reflete a mesma necessidade de terem seus pedidos aceitos por autoridades, além da importância à presença de alguma feminista em um evento relevante no âmbito educacional.

Nessa perspectiva, vale ressaltar a notoriedade dessa área à sociedade, quando era enfatizada por diferentes grupos sociais à defesa da modernização e da qualidade de educação a todos, em específico, às mulheres. Os periódicos paraenses constantemente publicavam artigos e matérias nessa área, com articulistas defendendo e enaltecendo a presença feminina no âmbito educacional/intelectual, sem necessariamente ter vínculos com o feminismo. Os escritos variam desde linguagens mais fervorosas e incisivas até as mais tranquilas e constatativas sobre a participação das mulheres; com argumentos de injustiças, de desigualdades, até do reconhecimento ou da carência feminina nos espaços intelectuais. Desses, destaca-se um exemplo na longa opinião de Carlos Leão sobre o panorama intelectual feminino:

Não nos faltam espíritos femininos para iniciar uma nova cruzada na propaganda das boas letras e das ciências a exemplo dos grandes centros de cultura onde a mulher dá mostras da sua capacidade intelectual e proporciona às classes letradas horas de enlevo e as menos letradas, horas de ensinamentos e de realizações práticas na luta pela vida. [...]

Em nossa capital, é triste confessá-lo, embora centro intelectual culto, a mulher paraense se tem mantido quase num mitismo. Raramente faz literatura, não escreve para jornais e revistas, quando poderia sair desse marasmo em que se abroquela, pois não falando no magistério onde ela pontifica bem ou mal, se já ingressou na burocracia, no comércio, nos escritórios, por que não distrai um pouco da sua atividade, escrevendo alguma coisa útil para os jornais de Belém, ou publicando trabalhos literários que possam recomendá-la à opinião?¹³⁷

¹³⁶ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Gustavo Capanema. Belém, 2 de julho de 1936. 1 cópia de telegrama. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_38.

¹³⁷ Folha do Norte. Belém, 5 de fevereiro de 1931, p. 7.

A reflexão do articulista advém após as palestras realizadas pela escritora lusa Maria O’Nelly na capital paraense e embasa-se numa perspectiva comparativa, relacionando a situação intelectual feminina paraense com a trajetória da escritora portuguesa e com as literaturas produzidas pelas fluminenses, – para ele – lugar símbolo do protagonismo intelectual feminino brasileiro. O autor eleva as produções e os saberes das mulheres, caracterizando-as como “nova cruzada” às áreas acadêmicas e como “ensinamentos” às mulheres “menos letradas”, ressaltando suas experiências de vida. Apesar desses “espíritos femininos” encontrarem-se nas capitais dos estados, grandes centros culturais, a produção intelectual feminina encontrava-se rarefeita em Belém.

Assim, o articulista agregou somente às belenenses suas ausências literárias nos jornais e nas revistas. Se considerar os dois principais diários, apenas “*O Estado do Pará*” reservou um dia na semana para uma seção específica às mulheres, com variados artigos de autoria feminina; enquanto na “*Folha do Norte*” era pouquíssima a presença de escritos livres feitos por mulheres. Além disso, é curioso o autor considerar a ausência nas revistas, quando a presença de produções femininas era marcante nesses periódicos, como nas revistas “*A Semana*” e “*Gujarina*”, com destaque para os escritos das feministas Elmira Lima,¹³⁸ Ermelinda de Almeida¹³⁹ e Adalcinda Camarão.¹⁴⁰ Ademais, não se deixa de notar a ressalva de Carlos Leão à integração feminina no magistério, “bem ou mal”, em um período onde a mulher já era consolidada e respeitada nesta área.

Nesse adendo referente à produção intelectual feminina paraense, recorre-se à historiadora Gerda Lerner sobre os três primeiros estágios da consciência feminista: “a autorização para falar, o discurso inspirado e o direito a aprender e a ensinar”.¹⁴¹ Embora se refira às mulheres europeias do século XVIII, notam-se as semelhanças e as repercussões, o quanto a educação tornou-se uma área de tamanha relevância ao feminismo. Mesmo que nos anos 1930 já estivessem inseridas nas escolas, do básico ao ensino superior, ainda era uma área de constantes intervenções e participações. Ainda que a “consciência feminista” estivesse presente e consolidada nas integrantes do Departamento Paraense, os seus discursos, as suas produções e as suas reivindicações pelo direito a aprender e a ensinar permaneciam e espelhavam uma prática feminista.

¹³⁸ Gujarina. Belém, v. 2 n. 48, 1931, [s/p.].

¹³⁹ A Semana. Belém, v. 15 n. 775, 1933, [s/p.].

¹⁴⁰ A Semana. Belém, v. 15 n. 767, 1933, [s/p.].

¹⁴¹ LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal.** 1ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2022, p. 261.

Por fim, ressalta-se a última demanda do DPPF em torno da educação presente nas correspondências do período estudado, relacionada ao direito educacional dos empregados no comércio. Esse caso foi exposto por Antonina Prado, cuja perspectiva sobre o feminismo apresentou-se de modo ampliado: “ao feminismo, não são estranhas todas as causas justas, momento o que diz respeito à instrução dos que [querem] trabalhar”,¹⁴² em outras palavras, sua ideia de movimento feminista ia além das demandas femininas.

Com essa premissa, apresentou à Bertha Lutz a situação dos estudantes do Curso de Habilitação, no qual apresentou o decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932, que versa sobre a organização do ensino secundário. Em específico, a presidente do DPPF deteve-se ao art. 100, no qual facultava aos maiores de 18 anos prestarem os exames de habilitação da 3ª a 5ª série, enquanto não houvesse os estudos noturnos. Também não estariam sujeitos ao Curso Complementar de dois anos, por ser diurno, possibilitando às turmas se matricularem nas Faculdades desejadas. Todavia, enquanto a turma de 1936 ainda foi contemplada pelo referido artigo, o mesmo não aconteceu com a de 1937, devido uma circular da Diretoria Geral do Ensino Secundário, prejudicando os que estavam com os estudos em andamento. Assim, solicitou à líder feminista seu apoio aos estudantes paraenses, “grandemente prejudicados, influenciando para que a sua turma possa seguir a jornada empreendida”.¹⁴³

Tal demanda torna-se interessante por destoar das mobilizações a favor da educação anteriormente mencionadas, com um caso específico. Isso se deve a um caráter pessoal, pois, em outra carta, a presidente ressaltou, “a turma que comigo estuda”.¹⁴⁴ Além desse aspecto particular, a feminista não deixou de apelar para o direito de estudar aos trabalhadores: “são todos empregados no comércio e fatalmente terão de dar por finda a sua instrução, sem conseguirem um título que os habilite à vida prática, depois de 3 anos de sacrifício, pois somente as horas da noite tinham eles disponíveis ao estudo”.¹⁴⁵ Em suma, percebe-se tanto as condições desse grupo social que trabalha e almeja uma profissionalização educacional, tendo apenas o turno da noite para estudo e acabou sendo prejudicado pela mudança legislativa; quanto, a interseção entre as reivindicações feministas, na área educacional e trabalhista.

¹⁴² PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 8 de agosto de 1937. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_18.

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 14 de outubro de 1937. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanqio_q0_adm_cor_a937_18.

¹⁴⁵ PRADO, op. cit.

Assim, é justamente sobre as demandas do Departamento Paraense aos direitos trabalhistas e suas interseções com outras áreas reivindicatórias que recai a análise contida na seção seguinte.

2.3 Direitos trabalhistas e políticas assistencialistas

No processo de conclusão da campanha pró-voto de 1931/1932 e as preocupações com a educação divulgadas, as reivindicações por direitos trabalhistas começaram a ocupar e a dividir espaços nas demandas feministas do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino. Houve uma mobilização mais direcionada ao trabalho a partir de 1933, com a visita de Getúlio Vargas e as relações com a Concentração Feminina do Trabalho. Todavia, vale mencionar, os direitos ao trabalho feminino estavam inclusos nos seus objetivos desde a fundação, porém, não há indícios de atividades nessa área até o referido ano.

Sobre a participação do DPPF no festejo de recepção ao Chefe do Governo Provisório, analisado no capítulo anterior, ressalta-se a demanda feita pelas feministas em um memorial encaminhado posteriormente à sua visita. Esse documento refere-se ao decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932, que regulou as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, especificamente ao art. 2º: “o trabalho da mulher nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares, é vedado desde 22 horas até 5 horas”. Enquanto o art. 3º determinou as exceções ao artigo anterior, nesse caso, para as trabalhadoras em estabelecimentos familiares ou em serviços de hospitais, de clínicas, de sanatórios, de manicômios e de serviços de telefonia.¹⁴⁶ Pela riqueza do memorial, analisam-se em detalhes os dois principais argumentos das feministas. Sobre os referidos artigos do decreto, interpelaram:

Por uma análise superficial, encarando tão somente o que de teoria encerra este decreto, mui simplesmente foi ele referenciado pelas mentalidades voltadas ao amparo do trabalho feminino em nosso país.

[...]

Em face, porém, de um exame mais aprofundado da questão em apreço, apoiado em dados oriundos da prática, ressalta o inverso do que se visou pela instituição desse decreto.

É que vem ele implicando, notadamente nos grandes Estados da Federação Brasileira, em prejuízo das promoções de direito, na demissão e absoluta recusa específica à mulher, pela impossibilidade de terem sido ressalvadas nas [linhas] a, b, c, d, e e.

¹⁴⁶ BRASIL. Decreto nº21.417-A, de 17 de maio de 1932. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. **Coleção Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 16 jan. 2023.

acrescentadas sabiamente ao artigo desse decreto, todas as modalidades do trabalho feminino imprescindível durante o horário noturno.¹⁴⁷

Essa primeira argumentação central apresentou as características abstratas e teóricas referentes ao decreto e seus efeitos às trabalhadoras. Em outras palavras, defenderam a superficialidade na regulamentação implementada, onde apresentou disparidade entre o almejado e a concretude do decreto, pois, se objetivavam salvaguardar os direitos trabalhistas femininos o que acontecia era a restrição das possibilidades empregatícias. Assim, as feministas destacaram essa contrariedade – o inverso do pretendido –, alegando estarem embasadas em dados empíricos. A partir disso, suas argumentações estariam respaldadas, ao demonstrarem estar familiarizadas com as “realidades” do trabalho feminino, não apenas no Pará, mas em outros Estados brasileiros. Ao desenvolver essa primeira linha argumentativa elencaram as consequências do decreto com demissões e impedimentos nos empregos fornecidos noturnamente, excetos naqueles do art. 3º. Outro modo de fundamentar esse primeiro argumento foi recorrer à narrativa do operariado:

O operário que é forçado a apresentar ao patrão, restrições em relação a um determinado serviço, sujeito à concorrência de inúmeros outros colegas livres para se submeterem a todas as condições exigidas, restrições essas peculiares à sua pessoa e por conseguinte inalienáveis pela vontade própria, fatalmente será posto à margem, pagando tributo à hegemonia dos mais aptos.¹⁴⁸

Em corroboração ao caráter prático do decreto, as feministas ilustraram a legislação a partir da perspectiva dos operários homens, em uma comparação com os direitos trabalhistas masculinos para demonstrar a desigualdade em meio aos avanços legais. Assim, se tal situação aparentou injusta quando colocada aos homens, uma vez que o operário seria rejeitado devido às restrições externas às suas vontades em benefício a outros “colegas livres” de qualquer limitação, perguntaram implicitamente: por que sujeitar as mulheres a esse mesmo cenário? Ou seja, ao invés de valorizar e de beneficiar o trabalho feminino, o decreto estaria colocando-as às margens em prol de uma hegemonia masculina.

A partir desse cenário, as feministas recorreram à sua segunda argumentação, ao apresentarem as condições femininas e os malefícios causados pelo artigo. Explanando:

A mulher, ao abandonar os labores do âmbito familiar para ir lá fora a procura de trabalho e mormente a que se propõe empregar a sua atividade pela noite a dentro, não

¹⁴⁷ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Memorial]. Destinatário: Getúlio Vargas. Belém, 29 de agosto de 1933. 1 cópia de memorial. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

¹⁴⁸ Ibid.

tem outro móvel qual o de prover a subsistência individual ou a de alguém que com ela conta como arrimo a enfrentar as necessidades prementes da manutenção fisiológica e existência social de cada um, devido à escassez dos recursos adquiridos por outros meios.

Cercear a liberdade da mulher que precisa laborar fora de casa, pelas imposições da lei proibitiva de seu trabalho além das horas do dia, é fechar-lhe as portas de uma vida honesta e digna e apontar-lhe os caminhos tortuosos da sociedade humana, os quais, não obstante, tem certa feição rendosa.¹⁴⁹

Nesse segundo argumento abordaram os possíveis motivos das mulheres optarem pelo trabalho noturno, sejam por razões de subsistência individual ou por serem provedoras familiares. Como resultado, as feministas explicitaram qual o grupo social atingido pela restrição dos decretos: as mulheres das classes populares, prejudicadas ao serem cerceadas de áreas empregatícias. Na “escassez dos recursos adquiridos por outros meios”, também elencaram outras dificuldades trabalhistas vivenciadas pelas mulheres, com subempregos mal remunerados. Assim sendo, as consequências estariam muito além de restringir oportunidades de empregos, afetaria a liberdade e o modo de vida dessas trabalhadoras, “vida honesta e digna”. Em outras palavras, uma vez cerceadas essas opções de trabalho, poderiam recorrer a outras práticas ditas “tortuosas”, provavelmente em referência à prostituição, para poderem sobreviver.

A argumentação feminista apresentou semelhanças e diferenças quando comparada aos argumentos por direitos trabalhistas de algumas organizações operárias, principalmente, referente a prostituição como uma possibilidade na vida das trabalhadoras noturnas. Sobre essa linha argumentativa, Gisele Venancio mostra como a proibição do trabalho noturno em conjunto com as leis maternais foram “pontos consensualmente aceitos” entre os diversos grupos envolvidos na regulamentação no Brasil, seja pelo empresário, sejam pelos operários, ao recorrerem à ideia de proteção familiar.¹⁵⁰

Em corroboração, esse cenário também foi visualizado em Belém, por exemplo, em um memorial elaborado pela Liga Nacionalista do Pará sobre a questão social operária. Nesse documento, havia um tópico específico ao operariado feminino, com três medidas essenciais às operárias. A segunda refere-se: “abolição completa dos serões, porque é a primeira porta de entrada para a prostituição das moças pobres que procuram nas oficinas meios de subsistência”.¹⁵¹ Apesar dos movimentos feminista e operário pleitearem pelos direitos

¹⁴⁹ DEPARTAMENTO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO. [Memorial]. Destinatário: Getúlio Vargas. Belém, 29 de agosto de 1933. 1 cópia de memorial. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

¹⁵⁰ VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de mulher é... na fábrica: Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). *História: Questões & Debates*, n. 34, p. 175–201, 2001.

¹⁵¹ LIGA NACIONALISTA DO PARÁ. [Memorial]. Destinatário: Magalhães Barata. Belém, 10 de janeiro de 1931. APEP. Gabinete do Interventor. Ofícios, 1931, cx. 29.

trabalhistas femininos, o trabalho noturno era um ponto de discordância. Para as feministas, a proibição dos empregos à noite poderia acarretar na prostituição; enquanto para os operários, era sua permanência noturna que motivava ao meretrício.

Cabe enfatizar, ainda, as movimentações contrárias a essa questão era “mais uma das aspirações do programa feminista no Brasil”, como o próprio memorial do Departamento Paraense definiu. Todavia, à medida que a Federação Brasileira elencou e concentrou no caso das garçonetes como um dos grupos prejudicados em seus protestos,¹⁵² em Belém, as integrantes do DPPF optaram por uma abordagem mais geral. Essa perspectiva partiu do cenário estadual, uma vez que a proibição do trabalho noturno às mulheres foi determinada pelo interventor desde o início de 1931.¹⁵³ Mesmo com a ordem de Magalhães Barata, houve uma continuidade dessa prática, conforme analisou José Rodrigues nas constantes queixas encaminhadas ao governo e à imprensa local, em concomitância com a presença de alegações contrárias à determinação, com as trabalhadoras alegando temer perder seus empregos,¹⁵⁴ corroborando com o memorial feminista.

Conjectura-se, à vista disso, ser justamente essa vivência do panorama belenense um dos motivos para as integrantes do Departamento terem protestado contra essa restrição, dentre as diversas demandas referentes ao trabalho feminino. Além do mais, consoante à informação manuscrita no memorial, as feministas não eram as únicas insatisfeitas, ao alegarem terem obtido 127 assinaturas, anexadas ao documento original encaminhado a Getúlio Vargas.

A quantidade significativa pode ser um reflexo das medidas governamentais crescentes na capital paraense, com o prefeito Leandro Pinheiro elaborando uma portaria, em 23 de março de 1932, proibindo a Fiscalização Municipal de conceder licença às fábricas, usinas ou estabelecimentos que funcionassem à noite com o trabalho feminino, “cujo serviço somente poderá ser realizado, por operários”.¹⁵⁵ Outro exemplo, a partir de uma demanda da Federação Brasileira do Trabalho, a Interventoria do Estado reiterou e ampliou a determinação anterior sobre o trabalho noturno, com a abolição completa dos serões: “A extinção dos serões, sendo uma medida de moralidade, [...] traz também, para a mulher operária, a vantagem de lhe evitar o cansaço, porque tendo ela de fazer o serão deixa, na maioria das vezes, de almoçar e jantar em casa pela falta de tempo [...]”.¹⁵⁶

¹⁵² FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 194.

¹⁵³ Folha do Norte. Belém, 14 de agosto de 1932, p. 2.

¹⁵⁴ RODRIGUES, José Ivanilson. **O labor feminino do lar à fábrica: lutas, práticas e representação social** (Belém, 1930-1935). 149 f. Mestrado (Dissertação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015, p. 117.

¹⁵⁵ O Estado do Pará. Belém, 24 de março de 1932, p. 6.

¹⁵⁶ Folha do Norte. Belém, 2 de abril de 1932, p. 2.

Os casos citados refletem os argumentos feministas do memorial, o primeiro pelo impedimento das mulheres trabalharem nesse turno, em benefício ao homem sem restrição; enquanto o segundo, carrega o aspecto da moralidade da situação e possíveis benesses às mulheres, com o discurso masculino alegando a melhoria do bem-estar. Em contraposição, as feministas defenderam que a diminuição da oferta empregatícia noturna acarretaria prejuízos à subsistência, podendo recorrer a meios “desviantes”. Tal panorama reafirmou a argumentação de estarem familiarizadas com as condições femininas na área trabalhista, demonstrando-se atentas às demandas locais.

Apesar da discordância quanto ao trabalho noturno, ressalta-se o envolvimento do Departamento Paraense com o movimento operário, em específico com a Federação do Trabalho, a partir da estreita relação com Martins e Silva, presidente da instituição e deputado, refletindo diretamente nas suas mobilizações a favor de direitos trabalhistas femininos. Um dos indícios dessa parceria foi a solicitação de cooperação das feministas nas festividades de 1º de maio de 1934, patrocinadas pelo Interventor Federal e organizada pela Federação do Trabalho, onde Antonina Prado realizou uma “conferência cívica sobre A Mulher Operária”.¹⁵⁷ Outrossim, ressaltam-se os vínculos e as atuações em conjunto entre as feministas e o deputado classista na Constituinte, referente aos direitos trabalhistas. O desempenho do sindicalista durante a Assembleia era noticiado nos jornais belenenses, com destaque para “*O Estado do Pará*” e suas publicações sobre as emendas constitucionais defendidas pelo deputado, exemplo da regulação do horário de trabalho, sem distinção de sexo (emenda nº 372).¹⁵⁸

Todavia, destaca-se a emenda nº 563 na fixação do salário mínimo, sem distinção de sexo, cuja justificativa apresentada pelo deputado paraense recaía no cenário das operárias belenenses. Em seu discurso de apresentação e defesa à emenda, retratou: “Em Belém, Estado do Pará, uma moça ganha nos estabelecimentos comerciais, na média, 60\$ a 90\$000, no máximo; a grande maioria, isto é, a grande minoria, pôde alcançar de 150\$ a 200\$000!”.¹⁵⁹ Esse panorama era diferente nas áreas fabris, com o salário variando entre \$500, \$800 e 1\$800, sem alimentação. Entretanto, esse cenário “melhorou um pouco, com a instalação de usinas de beneficiamento de castanha, durante a safra, com uma média de 3\$ a 4\$000, sendo uma minoria insignificante alcança de 5\$ a 6\$000”, até mesmo na maior fábrica paraense, Perseverança, o salário das operárias não iria além de 2\$400, sem alimentação. A disparidade salarial e a baixa

¹⁵⁷ O Estado do Pará. Belém, 1 de maio de 1934, p. 4.

¹⁵⁸ O Estado do Pará. Belém, 10 de janeiro de 1934, p. 2.

¹⁵⁹ BRASIL. **Anais da Assembleia Nacional Constituinte**. Volume IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 151.

remuneração refletem o custo de vida em Belém, cuja instabilidade empregatícia, variação crescente dos preços alimentícios e os valores altos dos alugueis foram constatados por Ipojucan Campos nas primeiras décadas do século XX.¹⁶⁰ Em comparação entre os salários fabris, antes das usinas de castanha, e os preços dos alimentos básicos apontados pelo autor, as trabalhadoras teriam dificuldade de comprar carne, peixe e feijão, onde recorreriam à uma alimentação à base de farinha e arroz.

Percebe-se a importância da demanda salarial entre as trabalhadoras belenenses, com a baixa remuneração em diferentes categorias profissionais e sendo responsáveis pela própria alimentação durante o dia trabalhado. As reivindicações na área da remuneração não era uma demanda recente na capital paraense, Edilza Fontes identifica e analisa a exigência por aumento salarial em inúmeras greves na cidade, desde os finais do século XIX, entre os estivadores (1894), os magarefes [açougueiros] do matadouro público (1894), os cigarreiros (1912) e os sapateiros (1914).¹⁶¹

Visto as necessidades e o apoio prestado a Martins e Silva em sua emenda, as integrantes do Departamento Paraenses proclamaram-se favoráveis ao aumento e à equiparação salarial feminino. Assim, encaminharam ao deputado suas perspectivas:

[...] tem sido especialmente agradável o conhecimento da atuação do nosso ilustre amigo no cenário da Constituinte quanto ao que diz respeito ao trabalho feminino. A estabilidade dum limite mínimo para remuneração dessas modestas abelhas da grande colmeia do operariado que esgota as energias todas no vai-e-vem diários da labuta para obter o pão cotidiano [...]. Nem um outro fator seria mais depressa responsável pela desordem anárquica no trabalho, em geral, do que a inferioridade de salário e a função do sexo. [...] atirando o homem às garras da ociosidade de fartas consequências nefastas e às mulheres aos tentáculos da peste branca que é a ponta aberta aonde vão ter os esfalfados desprovidos de recursos; e, uns e outros, assim destroçados, destroçariam a seu turno a sua descendência, a sociedade e o porvir da Pátria. A obrigatoriedade da remuneração mínima de acordo com as mais prementes exigências da vida e a igualdade de compensação a um mesmo esforço produtivo [...], a uma legislação compatível com os ditames da experiência como da sabedoria quanto à questão do trabalho.¹⁶²

Nas estreitas relações com o deputado, nomeando-o como “ilustre amigo”, tornou a missiva menos formal face aos pronomes de tratamento, além de sinalizar o acompanhamento das atividades e dos debates desempenhados na Assembleia. Por conseguinte, pela diferença de

¹⁶⁰ CAMPOS, Ipojucan Dias. **Para além da tradição**: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916-1940). 344 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 292.

¹⁶¹ FONTES, Edilza. **Preferem-se português(as)**: Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). Belém: EditAed, 2016.

¹⁶² DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatário: Luís Martins e Silva. Belém, [s.d] 1934. 1 cópia de carta. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

vínculo, as feministas não pleiteavam ou apresentavam alguma reivindicação quanto aos direitos das mulheres, mas compartilharam suas percepções da equiparação, do aumento salarial e da importância aos trabalhadores. Essa relevância foi destacada tanto em caráter individual, para cada operário, em uma concepção de pagamento justo aos desafios diários enfrentados para subsistência, quanto em caráter comunitário, nas possíveis consequências à sociedade.

A perspectiva feminista era de que a má remuneração poderia degenerar homens e mulheres. Para eles, viria através da desvalorização da mão de obra, ocasionando desemprego e ociosidade, por conseguinte, conjectura-se estarem referindo-se às práticas imorais e viciosas. Para elas, a permanência em lugares insalubres para trabalho acabaria por torná-las vítimas da “peste branca” [tuberculose], devido estarem “esfalfadas” [exaustas] e sem alternativas, assim sendo, esse cenário se perpetuaria com seus descendentes e refletiria na imagem do País. Assim, as feministas defendiam que a justa remuneração traria benefícios individuais, em dignidade e bem-estar, conseqüentemente, beneficiaria o País com cidadãos íntegros e saudáveis.

Nesse período, elenca-se, de modo geral, dois direcionamentos para suas intervenções nessa área: uma às classes populares e em benefício às mulheres operárias e a outra aos seus próprios interesses trabalhistas, em específico, a ocupação de cargos públicos. Outrossim, destaca-se a interrelação com outro âmbito de mobilização: a saúde, direcionada à maternidade e à infância.

Essa divisão configurou a principal mobilização feminista nesse aspecto trabalhista, durante a Assembleia Constituinte de 1934. Todavia, é possível visualizar esses interesses antes desse período de atuação, mesmo de modo esparso. Exemplo da carta de Antonina Prado à Bertha Lutz, em novembro de 1933, sobre os ramos de atividade os quais as paraenses propuseram-se mobilizar: saúde, trabalho e educação.¹⁶³ Em relação aos dois primeiros, destacaram suas preocupações com a Creche Sta. Terezinha, “abrigo para os filhos dos leprosos isolados dos pais ao nascerem”, sob a responsabilidade da Liga Contra a Lepra e – segundo a feminista – encontrava-se em dificuldades de manutenção, subsistindo apenas com auxílio governamental. Além da Colônia de Cotijuba, inaugurada recentemente, “para os membros delinquentes e abandonados, quanto ao trabalho”. As instituições de interesse para intervenção feminista encontraram-se mais no aspecto das ideias do que prático, ao não conseguirem firmar uma relação com a Liga Contra a Lepra e em relação à Colônia, devido sua recente fundação,

¹⁶³ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 5 de novembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

“há ainda projetos mais do que realidade”, onde estariam interessadas em um possível pavilhão dedicado a uma “escola modelo feminina”, no qual poderiam atuar.

Assim, as demandas introduziram os pleitos feministas durante a Constituinte. Apesar da Assembleia ter iniciado em 15 de novembro de 1933, as correspondências remanescentes do Departamento Paraense datam suas mobilizações somente em 1934. Dessa documentação, vale ressaltar novamente algumas características, como serem cópias transcritas encaminhadas à Federação Brasileira e muitas delas sem data, impossibilitando uma ordem nas demandas; por conseguinte, organiza-se a análise em áreas temáticas.

Antes de adentrar nessas mobilizações, sinaliza-se a influência da obra *Treze Princípios Básicos*, onde as paraenses tinham acesso desde setembro de 1933, quando lhes foi enviado uma edição pela Federação Brasileira, além de Cloris Silva solicitar a compra de mais duas unidades, tendo sido encaminhadas ainda no mesmo mês.¹⁶⁴ Nesse livreto, com recomendações ao anteprojeto da Constituição, percebe-se a escolha pelas integrantes do Departamento dos princípios “III – Dignificação do Trabalho”, “IV – Nacionalização da saúde” e “VIII – Equiparação dos sexos”. Em exemplo, o princípio VIII ilustra bem os pleitos do DPPF, com as seguintes sugestões de artigo:

Art. – É garantido a todo cidadão, sem distinção de sexo, ou estado civil, o exercício de qualquer profissão ou ocupação com objetivo não ilícito.

A trabalho igual, salário igual, sem distinção do sexo do trabalhador.

[...]

Art. – O Estado prestigiará a maternidade, que confere a plenitude do pátrio poder. À mãe assiste o direito de transmitir o seu nome ao filho.

Art. – Serão instituídos o seguro maternal, o Código da infância, maternidade e lar.¹⁶⁵

Ao primeiro artigo, as paraenses abordaram tanto esse caráter geral de igualdade entre os sexos em todos os âmbitos, quanto de modo mais específico. Sobre o segundo e o terceiro, apresentaram-se na forma de valorização da maternidade, sobretudo em relação aos direitos maternais às trabalhadoras, pleiteando por políticas públicas de assistência e amparo. Tais características estiveram nas bases de seus pleitos, feitos de diferentes formas através das correspondências, por vezes mais sucintas e apenas elencando suas reivindicações, outras vezes selecionando algum direito para defender e argumentar.

¹⁶⁴ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Ignez Matthiesen. Belém, 17 de setembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

¹⁶⁵ LUTZ, Bertha. *Treze Princípios Básicos*: Sugestões ao Anteprojeto da Constituição. Rio de Janeiro: Edição da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1933, p. 40-41.

Por exemplo, em um telegrama destinado aos deputados Carlos Maximiliano, Levi Carneiro e Raul Fernandes, quando ainda compunham a Comissão dos 26,¹⁶⁶ sintetizou as principais demandas feministas durante a Constituinte, por elencarem:

Departamento Paraense Progresso Feminino agradece esclarecida atuação vossência junto Assembleia Constituinte benefício igualdade cidadãos confiando critério vossência solicita defesa medidas [...] função maternal mulher, exclusão serviço militar, seguro maternal, manutenção licença fins maternidade, princípio igualdade vencimento para funções públicas iguais independente sexo, igualdade nacionalidade voto trabalho atendendo critério capacidade.¹⁶⁷

Apesar da ausência de data, elenca-se a importância do período de envio, até março de 1934, devido à permanência da comissão e da possibilidade de terem suas demandas presentes no anteprojeto e discutido na Assembleia. Concernente ao momento, conjectura-se um caráter de urgência nas mobilizações feministas, na oportunidade de terem seus direitos consagrados na Carta Magna. Em relação aos temas tratados, a exclusão do serviço militar e a igualdade ao voto foram analisados anteriormente, assim sendo, inicia-se a análise pela igualdade nas funções públicas e no trabalho, seguindo à interrelação com o seguro maternal e a licença maternidade, por continuarem essa reivindicação nos anos subsequentes com os projetos-lei de Bertha Lutz, enquanto deputada federal, com o apoio do Departamento Paraense pela sua aprovação na Câmara.

Sobre a igualdade na aquisição de cargos públicos, houve um caráter identitário em suas correspondências, uma vez que, entre suas integrantes, algumas eram funcionárias públicas, ou seja, também estavam pleiteando por sua categoria profissional. Nessa perspectiva, torna-se interessante notar tais aspectos na carta destinada aos deputados Nogueira Penido e Fernando Abreu:

Nós, [...] no momento solene em que se soluciona o Estatuto Nacional, daqui do extremo norte do país, levamos a V.Sas. ilustres membros da Assembleia Nacional, o apelo da mulher paraense, funcionária.
[...] solicitamos junto a V.Sas., a quem for conferido o mister de legislar sobre a mesma, que se faça justiça à mulher, permitindo-se a ambos os sexos o direito do exercício funcional sem restrições quanto ao estado civil.
[...] Confiamos ao alto critério de V. Sas. o amparo e a defesa da nossa opinião – a da mulher brasileira que trabalha e espera da douta Assembleia Constituinte justiça ao valor do esforço que vem dando e dará ainda à sua Pátria.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Sobre a Comissão dos 26, ver nota de rodapé 73 do capítulo 2.

¹⁶⁷ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatários: Carlos Maximiliano, Levi Carneiro e Raul Fernandes. Belém, [s/d.] 1934. 1 cópia de telegrama. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

¹⁶⁸ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatário: Nogueira Penido e Fernando Abreu. Belém, [s/d.] 1934. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

A carta foi assinada pela diretoria do Departamento: Antonina Prado (presidente), Cloris Silva (1ª secretária), Daria Reis (2ª secretária) e Maria Paraense (tesoureira), demonstrando a relevância e o comum acordo dessa demanda pelas feministas paraenses. Além disso, identificam-se não apenas como integrantes do Departamento, mas também como interlocutoras das funcionárias paraenses, ou melhor, estariam levando aos deputados da Assembleia as demandas como porta-vozes das mulheres do Extremo Norte. Outrossim, é interessante notar o caráter dado à implementação de direitos igualitários, como sinônimos de justiça, carregando uma perspectiva de impunidade à desigualdade legislativa sofrida pelas mulheres, principalmente às restrições à ocupação funcional e ao estado civil.

Em relação ao último critério, provavelmente referem-se ao Código Civil de 1916, em específico ao art. 247 sobre as áreas necessárias de autorização marital, cujo parágrafo único detinha-se: “considerar-se-á sempre autorizada pelo marido a mulher que ocupa cargo público”,¹⁶⁹ isto é, as feministas do DPPF estavam preocupadas com as restrições impostas às mulheres casadas e como isso influenciava nas suas atuações profissionais. Ademais, tais questões estavam atreladas com as demandas da Federação Brasileira, conforme analisou Rachel Soihet sobre as reivindicações da instituição, destacou “a supressão das limitações impostas às mulheres casadas”, quanto à cidadania negada e a total dependência ao marido, determinada pelo Código Civil.¹⁷⁰

A partir disso, elencaram sugestões de artigos, embasadas no *Treze Princípios Básicos*, para impedir injustiças quanto à admissão de mulheres nos cargos públicos. Por exemplo, exigiam a obrigatoriedade de prova de capacidade à admissão ao cargo, à incompatibilidade devido ao parentesco no exercício de função no mesmo departamento ou repartição e à proibição aos membros do Congresso de pleitear favores e defender interesses pessoais. Tais medidas, ao serem implementadas, cerceariam as práticas de benefício masculino em detrimento à admissão feminina.

Em relação à publicização dessas demandas, dos dois jornais disponíveis, não se identificou a divulgação em periódicos por parte do Departamento Paraense, o que não significa uma ausência completa nos diários dessas reivindicações na área do funcionalismo público. A “*Folha do Norte*” chegou a publicar uma nota sobre a garantia de direitos aos funcionários

¹⁶⁹ BRASIL. *Código Civil*. Quadro Comparativo 1916/2002. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003, p. 436.

¹⁷⁰ SOIHET, *O feminismo tático de Bertha Lutz*, p. 69.

públicos, pelo deputado Pedro Vergara da bancada liberal do Rio Grande do Sul.¹⁷¹ O constituinte iria sustentar dois princípios fundamentais: a proibição de exoneração enquanto o funcionário bem servir e, para ser exonerado, precisaria passar por um inquérito regular, em um ambiente de garantia para seus direitos. Além dele, os deputados Moraes Paiva e Nogueira Penido também apresentaram emendas a favor dos funcionários públicos.

A matéria, além de sinalizar o destinatário da carta como um dos deputados favoráveis a essas reivindicações, auxiliando na compreensão da escolha dos constituintes pelas feministas, também se torna passível de correlacionar os direitos pleiteados. De tal modo, ao advogarem pela equiparação na ocupação desses cargos, a diretoria do DPPF defendeu o estabelecimento do Estatuto do Funcionalismo Público/Funcionário Público, em específico, “manterá os dispositivos anteriores referentes a férias e licença e lhe tornará extensivas as garantias dadas aos outros trabalhadores”,¹⁷² assim, com a possibilidade de incluir outros direitos, como os dos deputados mencionados na matéria.

Nessa perspectiva, a reivindicação por direitos trabalhistas em outras áreas profissionais também esteve presente em mais de uma carta, destinado aos deputados Carlos Maximiliano, Levi Carneiro, Raul Fernandes e Abel Chermont, no qual se conjectura a tentativa de firmar uma comunicação com deputados favoráveis e/ou com aqueles com cargos de liderança na Assembleia. A referida missiva pleiteava sobre o serviço militar feminino, o voto e a representação igualitária. Em relação ao trabalho feminino, defenderam:

Toda a mulher tem o direito do trabalho.

Só o exerce remunerado em qualquer ramo da atividade comercial, industrial, de serviço público ou profissional, aquela que é tangida pelas circunstâncias presentes ou futuras.

Não seria injusto e mesmo prejudicial impedir à mulher casada de trabalhar, de ser mesmo professora e a que trabalha de construir um lar? Essa atitude de diferenciação dos sexos vai certamente criar um terceiro desnecessário, impedindo as que se sentirem premidas pela lei, a construírem família legítima.

Rogamos a V.Exa. ponderação aos nossos pedidos; e, é de esperar que V.Exa. tomará o interesse devido para que o encarregado do capítulo referente ao trabalho e ao funcionalismo, faça uma declaração liberal sem a diferença de sexos.¹⁷³

Houve uma diferença nos argumentos apresentados pelas feministas entre os direitos aos funcionários públicos e ao trabalho às mulheres casadas. Se na carta anterior detinham-se

¹⁷¹ Folha do Norte. Belém, 5 de março de 1934, p. 3.

¹⁷² DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatário: Nogueira Penido e Fernando Abreu. Belém, [s/d.] 1934. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

¹⁷³ DEPARTAMENTO Paraense pelo Progresso Feminino. [Correspondência]. Destinatários: Carlos Maximiliano, Levi Carneiro, Raul Fernandes e Abel Chermont. Belém, [s/d.] 1934. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

em propostas para estabelecer um processo mais justo ao ingresso nos cargos públicos, outro aspecto aparece nessa última missiva, ao aprofundarem um ponto apenas mencionado anteriormente: as restrições às mulheres casadas. A argumentação feminista não se restringe em um caráter trabalhista, sobre as injustiças e as desigualdades nos direitos, mas abordam valores morais e familiares. Ao mencionarem o trabalho feminino apenas como uma necessidade, por exemplo, para “construir um lar” ou uma “família legítima”, apelavam para as normativas sociais, a fim de, possivelmente, sensibilizarem os deputados, reafirmando os papéis sociais das mulheres como responsáveis pelo lar e pela família, incluso à necessidade do trabalho para consagrarem o seu pleito. Em outras palavras, as restrições às mulheres casadas estariam impedindo, até mesmo, de realizarem suas funções sociais domésticas, além de exercerem atividades consagradas e socialmente aceitas, tal qual o magistério.

A presença da expressão “sem distinção de sexo ou estado civil”, presente na maioria das sugestões de artigos, era um reflexo da ampliação das ambições feministas, conforme sinalizou Teresa Cristina Marques, pois introduziam as pretensões futuras para a reforma do Código Civil, concernente à igualdade jurídica dos cônjuges.¹⁷⁴ A pesquisadora constatou a inserção da expressão em partes da Constituição, por exemplo, no acesso a carreiras públicas, mas também sinalizou outras conquistas do movimento feminista, como a proibição de diferença salarial, a derrubada da restrição ao trabalho noturno feminino, a inserção da licença-maternidade e o amparo à maternidade.

Em relação ao envolvimento das paraenses nessas duas últimas áreas, há apenas uma cópia remanescente, além da mencionada, pleiteando a favor da licença-maternidade: um telegrama de Antonina Prado para os deputados Pedro Vergara e Prado Kelly.¹⁷⁵ Uma movimentação mais intensa a favor do amparo e assistência à maternidade aconteceu apenas em 1937, com os projetos-leis de Bertha Lutz, enquanto deputada federal.

Antes disso, vale ressaltar, a participação das integrantes do Departamento Paraense e suas movimentações no período da Constituinte foram em conjunto com outros grupos feministas, configurando uma grande mobilização nacional a favor dos direitos das mulheres, sendo reconhecidas e se reconhecerem como colaboradoras no processo de construção da Constituição de 1934. Essa integração ficou explícita em uma carta encaminhada a Getúlio Vargas, por Bertha Lutz (presidente da Federação Brasileira), Maria Eugenia Celso (presidente da Liga Eleitoral Feminina), Maria Sabina (representante das federações estaduais) e Carmem

¹⁷⁴ MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **Bertha Lutz**. 2ª ed. Brasília: Edições Câmara, 2020, p. 81.

¹⁷⁵ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Pedro Vergara e Prado Kelly. Belém, [s/d] 1934. 1 cópia de telegrama. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_0042.

Portinho (presidente da União Universitária Feminina), agradecendo ao apoio ofertado pelo Chefe do Governo Provisório e elencando os direitos conquistados; além da presença dos nomes de uma representante de cada instituição associada, pelo Pará, Antonina Prado.¹⁷⁶

Outro exemplo marcante refere-se a um autorreconhecimento das integrantes do Departamento, quando em uma de suas correspondências aos deputados paraenses enfatizaram: “[...] dirigimos à Vv.Ss., em síntese, o pensamento da mulher brasileira, hoje chamada a colaborar com os homens na feitura de nossa carta magna, *past* período revolucionário, no que concerne à solução de tão alto assunto”.¹⁷⁷ Assim, não era apenas uma ação feminista de decidirem participar desse momento pelas suas reivindicações, eram também convidadas para integrarem-se, como colaboradoras, do processo de construção da Constituição, ou seja, como partes importantes em conjunto com os parlamentares no fazer político.

Apesar da grande mobilização, os jornais paraenses pouco noticiaram sobre as movimentações do Departamento na Constituinte e diferente de quando foi instituído o voto feminino pelo Código Eleitoral, com publicações atribuindo às feministas paraenses a vitória por essa conquista, houve apenas uma notícia relacionando o grupo com os direitos adquiridos na Constituição, sobre especificamente o serviço militar feminino.¹⁷⁸ Todavia, isso não significou uma ausência de matérias sobre as mulheres na nova Carta Magna, com publicações em ambos os jornais pesquisados, porém, esses faziam referência às feministas do Rio de Janeiro.¹⁷⁹

Em relação à comunicação com os deputados nos anos posteriores, as paraenses repetiram a mesma prática da Constituinte: frequente envio de correspondências a partir de alguma reivindicação específica, por exemplo, em 1937, em apoio aos projetos-leis de Bertha Lutz. Das diversas ações empreendidas pela líder feminista na Câmara dos Deputados, no pouco tempo permanecido, a partir de 28 de julho de 1936, como suplente do falecido deputado titular Cândido Pessoa, ressaltam-se dois: o nº 623/1937, que cria o Departamento Nacional e o Conselho Geral do Lar, Trabalho Feminino, Previdência e Seguro Maternal; e o nº 736/1937, que cria o Estatuto da Mulher. Neles havia demandas referentes aos direitos trabalhistas às mães e às parturientes.

¹⁷⁶ LUTZ, Bertha; CELSO, Maria Eugenia; ALBUQUERQUE, Maria Sabina de; LUTZ, Carmem Portinho. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 30 de maio 1934. 1 carta. FGV CPDOC. Classificação: GV c 1934.05.30/2.

¹⁷⁷ DEPARTAMENTO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO. [Correspondência]. Destinatários: Deputados Paraenses. Belém, 3 de fevereiro de 1934. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_0042.

¹⁷⁸ Folha do Norte. Belém, 2 de junho de 1934, p. 3.

¹⁷⁹ Folha do Norte. Belém, 14 de março de 1934, p. 5; O Estado do Pará. Belém, 11 de julho de 1934, p. 6.

Sobre o primeiro projeto, ficaria subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e seria responsável pelo amparo econômico-social à maternidade, nas investigações das condições da vida doméstica e em cooperação com a população feminina, para elevar o padrão de vida no lar urbano e rural. Além de fiscalizar o trabalho feminino, inclusive o domiciliar, e organizar um sistema de Previdência e Seguro Maternal e os serviços de Previdência e Vigilância Social. Para tais realizações, o Departamento Nacional seria dividido em cinco seções: 1) Lar, 2) Trabalho Feminino, 3) Seguro Maternal e Previdência, 4) Pesquisas e Difusão, e 5) Expediente e Contabilidade.¹⁸⁰

Acerca do segundo projeto, o título II refere-se ao “Estatuto Econômico”, com o capítulo I, “dos direitos econômicos fundamentais”, instituindo a liberdade de exercício de qualquer profissão ou atividade econômica, independente de outorga; o capítulo II, “dos outros direitos econômicos da mulher”; o capítulo III, “da remuneração e condições de trabalho”; o capítulo IV, “das garantias econômico-sociais à maternidade”; e o capítulo V, “da participação feminina na ordem social”. Concernente ao capítulo IV, apresentaram a licença maternidade, a organização e administração de um sistema de Seguro Maternal, o amparo médico-sanitário, o horário para amamentação do filho, a organização de creches e dois dias de folga mensal remunerado para as trabalhadoras braçais e de balcão.¹⁸¹

Tais prerrogativas sinalizam um discurso maternalista, fator importante para a concessão de políticas estatais, destacadas por Ismael Castro nas manifestações feministas de valorização das mulheres e de uma experiência materna, ao proporem mecanismos para melhorar as condições das mães.¹⁸² O autor, além disso, sinaliza no Estatuto novidades tanto na escrita para o benefício político às mulheres, quanto em vantagens ao designá-las para os cargos diretivos e participação igualitária nos quadros governamentais, quando capacitada; com destaque para, pela primeira vez, prever a remuneração para as donas de casa.

Contudo, é importante sinalizar que apesar dos benefícios e das novidades quanto aos direitos das mulheres, o Estatuto refletia normatizações sociais que, por vezes, prejudicavam alguns grupos. Conforme as considerações de Heleieth Saffioti, as medidas de proteção à maternidade eram prejudiciais a certos tipos de trabalhadoras, enfraquecendo “o poder de

¹⁸⁰ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 623, de 1937**. Cria o Departamento Nacional e o Conselho Geral do Lar, Trabalho Feminino, Previdência e Seguro Maternal. Brasília: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, 1937. Código: BR DFCD BERTHALUTZ-BL2-11-161.

¹⁸¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 736, de 1937**. Cria o Estatuto da Mulher. Brasília: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, 1937. Código: BR DFCD BERTHALUTZ-BL2-12-162.

¹⁸² ALVES, Ismael Gonçalves. **(Re)construindo a maternidade** : as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na região Carbonífera Catarinense (1920-1960). 294 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, p. 173.

barganha” ao “protegê-la em excesso”, aumentando as diferenças que as separam do trabalhador homem.¹⁸³ Outrossim, acabavam por deixá-las vulneráveis, na concepção da autora, revelando uma incompreensão quanto aos princípios e mecanismos das sociedades de classes, ou seja, suas perspectivas refletiam seus privilégios, ao pertencerem às elites e às camadas médias brasileiras, reafirmando práticas paternalistas. Em complemento às análises citadas, compreendem-se de tais formulações serem o início de uma experiência legislativa formal, onde tinham como ponto de referência suas vivências e expectativas quanto às leis e seguridade trabalhista. Apesar da histórica movimentação de reivindicações, as formulações legislativas eram empreendidas por terceiros, por meio de deputados aliados.

Isto posto, a opinião da feminista Bertha Lutz quanto às normas instituídas no Estatuto não fora concretizada no projeto final sem intensos debates pela Comissão componente. De acordo com Teresa Marques, a insistência da deputada em determinadas cláusulas, como a criação do Seguro Maternal – administrado pelo Estado e custeado pelos empregadores e empregados –, ou que profissionais – a partir da criação de escolas de serviço social – conduzissem as políticas de assistência, deixando os médicos em papéis complementares, foram pontos de discordância com os deputados Prado Kelly e Carlota Queiroz, chegando a abandonar a Comissão, devido à dissidência com Bertha Lutz.¹⁸⁴

Nesse cenário, as feministas do Departamento Paraense estiveram intervindo, favoráveis nas ações da líder do movimento, face à discussão dos projetos na Câmara dos Deputados. As movimentações só podem ser analisadas a partir das cópias de correspondências, por não haver nenhuma matéria ou publicação do DPPF na “*Folha do Norte*”, único jornal disponível para consulta de 1937 na hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna. Encontrou-se apenas uma nota telegráfica referente ao Estatuto da Mulher, apresentando os componentes da Comissão responsável e as áreas abarcadas (político, econômico, cultural, civil, comercial e penal).¹⁸⁵

Em semelhança às outras campanhas reivindicatórias, esta também iniciou a partir de um apelo da Federação Brasileira às paraenses prestarem solidariedade à Bertha Lutz, além do encaminhamento pelo Departamento de uma “lista de nomes femininos que aderiram”. Entretanto, diferente das outras movimentações em campanhas nacionais, esta aparenta não ter tido o mesmo entusiasmo ou empenho imediato, mesmo com o envio da lista, Cloris Silva sinalizou a ausência da assinatura de algumas associadas, por motivos de estarem em “estação

¹⁸³ SAFFIOTI, **A mulher na sociedade de classes**, p. 369.

¹⁸⁴ MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**, v. 29, p. 667-686, 2016.

¹⁸⁵ Folha do Norte. Belém, 21 de setembro de 1937, p. 3.

de veraneio fora da capital”.¹⁸⁶ Demonstraram, além disso, não terem atendido logo ao pedido, devido à demora de receberem a correspondência, ao serem enviadas ao endereço da sede, residência de Maria Costa Paraense, mas essa não se encontrava em Belém, por estar em “serviço da profissão” como parteira diplomada.

Nesses momentos, é possível notar o cotidiano das integrantes do Departamento e as formas de conciliação entre suas diferentes atividades: particulares, profissionais e feministas. Ademais, apresentaram diferenças, ao longo dos anos, da prontidão em realizarem os pedidos da Federação, ao aparentar neste ano em específico que essas atividades da matriz foram relegadas a segundo plano. Todavia, tais conjecturas são difíceis de delimitar, principalmente ao ano de 1937, com a carência de cartas remanescentes. Nas missivas preservadas é possível notar a referência a outras correspondências, com possíveis informações sobre os movimentos do Departamento a favor dos projetos.

Os detalhes das mobilizações restringem-se ao mês de outubro, com a menção a uma resposta de Carlos Luz (deputado federal pelo Partido Progressista de Minas Gerais) à Antonina Prado: “dizendo do apreço com que examinará o seu projeto sobre o Departamento do Lar e Seguro Maternal”.¹⁸⁷ Dias depois, Cloris Silva enviou cópias de vários pedidos encaminhados por Antonina Prado aos deputados João Simplício e Jayme Vasconcelos, novamente ao Carlos Luz, ao Agamenon Magalhães (Ministro do Trabalho), à Bancada Paraense e a Getúlio Vargas, além de informar que a presidente telegrafou ao deputado Amaral Peixoto e ao relator da Comissão de Finanças e Orçamento.¹⁸⁸

Das cinco cartas, quatro pleiteavam pela mesma causa: a manutenção de metade da verba do amparo à maternidade para assistência socioeconômica, podendo variar ao estar associada ou com o Estatuto da Mulher, ou com o Departamento do Lar. A única diferente, aos deputados João Simplício e Jayme Vasconcelos, é por não pleitearem por nenhuma causa, mas sim, agradecerem o apoio prestado à Bertha Lutz “no Amparo à Maternidade, no Ministério do Trabalho para assistência social econômica”,¹⁸⁹ assim, apesar de não reivindicar por nenhum projeto, a temática permaneceu a mesma.

¹⁸⁶ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Beatriz Cavalcanti Pontes de Miranda. Belém, [s/d] 1937. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_0018.

¹⁸⁷ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 14 de outubro de 1937. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_0018.

¹⁸⁸ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 21 de outubro de 1937. 5 cópias de cartas. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_0018.

¹⁸⁹ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatários: João Simplício e Jayme Vasconcelos. Belém, [s/d] 1937. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_0018.

Todavia, essa não foi a única carta contendo agradecimentos, também direcionados a Carlos Luz, “credor de merecida gratidão”,¹⁹⁰ e a Getúlio Vargas, alegando: “Mui certa da atenção que V.Exa. tem dispensado às causas esclarecidas e de utilidade coletiva [...]. Confiante de que V.Exa. dispensará o apoio que de merecimento julgar ao humilde apelo da nossa filial, antecipo agradecimento”.¹⁹¹ Assim, percebe-se uma das estratégias utilizadas pela feminista em seus escritos, quando realizam certo equilíbrio entre requerer apoio e agradecê-lo, justamente aqueles que prestaram alguma colaboração ou aparentaram ser favoráveis às demandas, em uma prática de manutenção dessa rede.

Quanto aos outros destinatários, apresentou uma abordagem mais direta de sua reivindicação, contendo variados elogios:

Como representante da Filial Paraense pelo Progresso Feminino e mui certa da esclarecida boa vontade, que anima V.Sa. em bem servir o Brasil nessa magna assembleia legislativa, solicito a V.Sa. o valioso apoio para o projeto do Departamento do Lar, Trabalho, Previdência e Seguro Maternal, apresentado pelo dr.^a Bertha Lutz, e aprovação semelhante para a manutenção no Ministério do Trabalho, da [metade da] verba de Amparo à Maternidade para assistência social econômica. Na expectativa de que V.Sa. dispensará atenção [...] dispondo-se a ampará-los antecipadamente agradeço.¹⁹²

Para os deputados da bancada paraense e para Agamenon Magalhães, as abordagens foram semelhantes, quando iniciaram com louvores às atuações desses políticos, “esclarecida boa vontade”, “bem servir o Brasil”, ressaltando sua atuação no ministério, “com largo discernimento”.¹⁹³ Dessa forma, ao enfatizarem essas qualidades estavam, também, associando tais boas práticas políticas com o apoio às reivindicações feministas, em um contínuo de boa atuação e esclarecimento, haveriam de ser favoráveis aos projetos. Não somente sua aprovação, requereram a destinação de verbas para os serviços pretendidos na área de assistência, independente do projeto, ao solicitarem o apoio dos paraenses ao Departamento do Lar, e para o ministro referiram-se ao Estatuto da Mulher. Assim, as feministas paraenses atuavam em duas frentes de intervenção, mas ambas visavam o amparo à maternidade.

Nessa conjuntura, as mobilizações do Departamento estavam intrínsecas a uma perspectiva maternalista. Na conceituação definida por Maria Lúcia Mott, o maternalismo era

¹⁹⁰ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Luz. Belém, [s/d] 1937. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_0018.

¹⁹¹ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Belém, [s/d] 1937. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_0018.

¹⁹² PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bancada Paraense. Belém, [s/d] 1937. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_0018.

¹⁹³ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Agamenon Magalhães. Belém, [s/d] 1937. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_0018.

uma “postura ideológica” em defesa da “preponderância do sexo feminino” em nome da maternidade, abarcando as atividades relacionadas ao bem-estar das mulheres e das crianças.¹⁹⁴ Por conseguinte, a autora circundou nas práticas de benemerência de grupos femininos outras formas de participação social e política das mulheres das classes médias e altas, onde a maternidade “deixava de ser uma função individual, restrita à família, para ser uma função social”,¹⁹⁵ ou seja, redefiniram os limites do público e do privado, ao intervirem a favor de direitos, de assistência e de amparo governamentais às mães.

Vale pontuar, o campo legislativo não foi o único que as feministas intervieram a favor da maternidade, um adendo importante cabe ser feito à celebração do Dia das Mães, iniciada em 1932 e comemorada nos anos seguintes. No II Congresso Internacional Feminista, as congressistas deliberaram para encaminhar uma moção a Getúlio Vargas, requerendo a oficialização do Dia das Mães.¹⁹⁶ Assim, concretizou-se pelo decreto nº 21.366, de 5 de maio de 1932, instituindo o segundo domingo de maio à consagração das mães. Esse movimento promoveu a articulação nacional entre as instituições filiadas para ser comemorada a data em homenagem, onde o Departamento Paraense organizou um grande evento lítero-musical no Theatro da Paz. Contando com o apoio da imprensa, com sucessivas publicações mostrando os adeptos do festejo;¹⁹⁷ além do apoio prestado pelas autoridades paraenses, como o prefeito da cidade, Leandro Pinheiro, o interventor do estado, Magalhães Barata e o secretário da Educação e Instrução Pública, Mario Chermont.¹⁹⁸ O Departamento Paraense concretizou a maior celebração e participação já feita em uma atividade feminista em Belém, até então.

Além de conseguirem gratuitamente a locação e a decoração do espaço, os jornais noticiaram o grande êxito do evento, onde “não havia uma localidade vazia”, pois “o Theatro da Paz regurgitava de famílias que aderiram”.¹⁹⁹ Nesse momento, empreenderam duas frentes de atuação: 1. Em benefício à imagem materna, exaltada como “anjo do lar”; 2. Em favorecimento ao feminismo, quando realizavam com as atualizações da celebração algumas explicações sobre o grupo e o feminismo, aproveitando-se do momento de visibilidade e da aceitabilidade social para propagarem o movimento. Essas estratégias empregadas configuraram como maternalismo político, ao utilizarem da figura materna para conseguir

¹⁹⁴ MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 199–234, 2001, p. 202.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 228.

¹⁹⁶ Folha do Norte. Belém, 15 de abril de 1932, p. 3; O Estado do Pará. Belém, 15 de abril de 1932, p. 1.

¹⁹⁷ O Estado do Pará. Belém, 24 de abril de 1932, p. 1; O Estado do Pará. Belém, 29 de abril de 1932, p. 1; O Estado do Pará. Belém, 30 de abril de 1932, p. 1

¹⁹⁸ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 17 de abril de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cpa_dma_01.

¹⁹⁹ Folha do Norte. Belém, 10 de maio de 1932, p. 2.

algum objetivo, nesse caso, propagandear o feminismo. Embora, seja importante frisar a valorização e a importância dada à maternidade pelas feministas, como atributo feminino e fator de engrandecimento social, em reflexo das normativas de gênero e de classe que estavam inseridas. Dessa forma, elas não se desvincilhavam completamente dos papéis tradicionais, mas agregavam outros interesses nessas conjunturas.

Ademais, outros âmbitos e momentos sustentavam suas práticas maternalistas, como a perspectiva de família, ao defenderem uma “igualdade de direitos do homem e da mulher na instituição da Família”, em 1934. Alegavam a importância de ambos à formação familiar, em uma valorização crescente e equiparada entre o casal: “[...] perante a Família, o homem como a mulher são parcelas semelhantes, mantendo em si mesmos qualidades intrínsecas, capazes de vitalizarem ou *defeituarem*, a soma total. Impor-se, pois, a igualdade dos direitos de ambos para com a Família [...]”.²⁰⁰ A defesa igualitária era, também, uma compreensão de estabilidade e de vitalização familiar, onde a desigualdade poderia acarretar prejuízos, “defeitar” uma instituição considerada tão sagrada e louvada.

Outrossim, refletiam uma nova configuração familiar, ou, como considerou Antoine Prost, “uma nova distribuição dos poderes na vida privada”.²⁰¹ Na perspectiva do autor, as mulheres instruídas, trabalhando, reivindicando iguais direitos e intervindo na esfera pública, redefiniam os espaços sociais. Tais reconfigurações podem ser visualizadas nas mobilizações reivindicatórias feministas, pleiteando por igualdade no público e no privado, em que os âmbitos não estariam mais desassociados.

Essas dicotomias não estavam presentes apenas nos discursos feministas, apesar do caráter combativo predominante. Também podem ser visualizadas nas opiniões antifeministas, ao defenderem a separação entre os espaços, além de designar mulheres e homens para cada um deles, embasaram-se em uma perspectiva normativa. Ademais, é importante ressaltar a presença desses valores, em alguma medida, refletida nos escritos feministas, sinalizando complexidades e heterogeneidades entre as integrantes do Departamento Paraense.

Essa diversidade de opinião é o foco de análise do próximo capítulo, tanto entre as associadas, com suas trajetórias individuais e perspectivas político-ideológicas, quanto na relação das feministas com outros grupos sociais, em divergências teóricas e práticas.

²⁰⁰ DEPARTAMENTO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO. [Correspondência]. Destinatário: Adolfo Soares. Belém, 16 de fevereiro de 1934. 1 cópia de carta. SIAN. Código: br_rjanrioi_q0_adm_cor_a934_0042.

²⁰¹ PROST, Antoine. A família e o indivíduo. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (orgs.). **História da vida privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, p. 66.

CAPÍTULO 3

DIVERSIDADE E DIVERGÊNCIAS NO FEMINISMO

3.1 Trajetórias das feministas amazônidas

Nos sete primeiros anos do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino é possível notar uma intensa mobilidade na participação das integrantes, porém com a atuação consistente de poucas mulheres desde a fundação. Identificá-las e mapeá-las constituiu a principal dificuldade do processo de pesquisa, seja para determinar suas atividades e permanências no grupo, seja para investigar suas histórias para além do movimento. Assim, apesar das raras fontes nomeando as integrantes, identificou-se 49 nomes com algum tipo de vínculo com o DPPF, fato que não significa a continuidade dessas mulheres ao longo dos anos. A partir disso, torna-se relevante sinalizar a primeira e a última menção sobre elas nas documentações pesquisadas, numa tentativa de rastrear a permanência no movimento.

Quadro 4 – Mapeamento das integrantes do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino, 1931-1937

Nome	Primeira menção	Última menção	Nome	Primeira menção	Última menção
Adalcinda Camarão	1931	1931	Genoveva Déa Silva	1933	1933
Alegria Ponte e Sousa	1933	1933	Helena Souza	1931	1931
Alice Luiz Pinto	1933	1933	Hermínia Flávia Miranda	1931	1931
Alzira Cruz	1931	1931	Hilda Paraense Lopes de Souza	1933	1933
Anna Leopoldina Borges Pereira	1931	1933	Idalia Burlamaqui	1933	1933
Antonia Bahia	1936	1936	Idelvina de Melo Costa	1933	1933
Anna Fonseca	1931	1931	Juanita Machado	1931	1931
Antonia Rodrigues de Souza	1931	1933	Juracy Andrade	1933	1933
Antonina Prado	1931	1937	Laura Lima	1933	1933
Carmem Palmeira	1933	1933	Magdalena Loureiro	1934	1934
Carmem Rodrigues de Sousa	1931	1934	Maria Antonieta Serra Freire Pontes	1934	1935
Catita Gomes	1933	1933	Maria da Costa Paraense	1931	1937
Clara Martins	1931	1931	Maria Izaura de Moraes	1931	1931
Cloris Silva	1931	1937	Maria de Jesus Marques Alves	1931	1933

Corina Martins Pegado	1931	1932	Marieta Campos	1931	1931
Daria Reis	1932	1935	Odette Paraense Lobato	1933	1933
Dolores Nunes	1931	1931	Olga Paes de Andrade	1931	1932
Dulcinéa Lobato Paraense	1933	1934	Olympia Martins	1931	1931
Edith Barriga Cavalcante	1931	1931	Pétala Fender	1931	1931
Elmira Ribeiro Lima	1931	1932	Raymunda Lima	1933	1933
Ermelinda Amazonas de Almeida	1931	1931	Rachel Levy	1931	1931
Estela Lobato Paraense	1933	1933	Vidinha Ponte e Souza	1933	1933
Ester Nunes Bibas	1931	1932	Zenith Silva	1934	1934
Eucimar Caldas	1933	1933	Zuleika de Carvalho Nobre	1931	1932
Felys Benoliel Cavaco	1931	1931	Total: 49 nomes feministas		

Fonte: Elaborado pela autora.

Sem intenção de determinar o ingresso e a saída dessas mulheres no DPPF, até mesmo devido à ausência das atas que confirmariam tais deslocamentos, sinaliza-se a permanência e o protagonismo de determinadas integrantes. Por conseguinte, para unir esses dados levou-se em consideração os jornais e as cartas; em relação ao primeiro, destaca-se a matéria sobre a fundação do grupo,¹ integrando mesmo aquelas ausentes no dia da instalação, porém, indicadas como colaboradoras (apesar da ausência de menções posteriores). Outra importante matéria foi a da comissão de recepção à visita de Getúlio Vargas,² em 1933, com a presença de novos nomes e a confirmação da continuidade de algumas feministas desde a fundação; e as publicações referentes às sessões lítero-musicais de 1934,³ com apresentações das próprias integrantes. Diferente dos jornais, onde apresentam a maior nomeação possível, as cartas destacaram as líderes do Departamento, principalmente, as responsáveis pela organização e manutenção do grupo, onde é possível identificar as integrantes da diretoria, com poucas alterações nos anos de 1931 até 1936.

Apesar da quantia significativa, apenas 15 nomes encontram-se em mais de um ano no grupo, e apenas quatro com ampla frequência, justamente aquelas com maior tempo na

¹ Folha do Norte. Belém, 25 de junho de 1931, p. 1.

² O Estado do Pará. Belém, 26 de setembro de 1933, p. 5.

³ Folha do Norte. Belém, 30 de janeiro de 1934, p. 2; Folha do Norte. Belém, 4 de abril de 1934, p. 2. Nos eventos notou-se a participação de duas mulheres nas apresentações, ao lado de outras integrantes: Magdalena Loureiro e Zenith Silva.

diretoria: Antonina Prado (presidente), Cloris Silva (1ª secretária), Daria Reis (2ª secretária) e Maria Paraense (tesoureira). Tal panorama refletiu nos constantes comentários das missivistas quanto ao baixo número de associadas, todavia, nas correspondências remanescentes não há indicativo numérico, identificou-se apenas uma possível breve menção de quantas estariam ativas. Em 7 de agosto de 1932, Cloris Silva relatou à Alice Coimbra sobre o encaminhamento a Getúlio Vargas e aos “compatriotas paulistas” de um “apelo em prol da paz”, frente aos conflitos do Movimento Constitucionalista em São Paulo, cuja iniciativa partiu de Maria Paraense, deliberada em reunião e assinada pelos membros do DPPF. A apelação recebeu “a assinatura de 50 senhoras além das 8 do departamento”,⁴ essas eram: Anna Leopoldina Pereira, Antonina Prado, Maria da Costa Paraense, Cloris Silva, Olga Paes de Andrade, Maria de Jesus Marques Alves, Daria Reis e Elmira Lima. Assim, a frase apresentou duas situações possíveis: se eram apenas essas oito mulheres integrando o grupo ou se eram somente as que estavam presentes na reunião de deliberação.

Mesmo se tivesse apenas oito integrantes, as articulações desenvolvidas pelas feministas e a visibilidade alcançada na participação das homenagens ao Chefe do Governo Provisório, garantiram em pouco mais de um ano a seguinte afirmação de Antonina Prado: “[...] contamos com um número suficiente de moças e senhoras para o êxito de qualquer empreendimento dentro das nossas aspirações, na lista de inscrições [...]”.⁵ Assim, as feministas apresentaram tanto uma continuidade nas mobilizações, ao conseguirem bons números de assinantes em suas listas, quanto uma mobilidade no Departamento referente às associadas, identificada no aumento e na diminuição de integrantes ativas.

Esse panorama otimista de Antonina Prado, que também deve ser considerado por sua recém-posse como presidente – oficialmente em setembro de 1933 –, apresentou-se de outra forma dois anos depois: “[...] nós estamos vivendo congregadas em pequeno número, porém em harmonia de vistas e invencíveis na nossa fé de reivindicações feministas”.⁶ Em 1935, Antonina Prado relatou um cenário difícil para as atuações do movimento local, com os conflitos políticos regendo a maioria das intenções da população, afetando as mobilizações do grupo. Apesar de indicar um esvaziamento considerável de filiadas em quase dois anos,

⁴ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 7 de agosto de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjnario_q0_adm_cor_a932_49.

⁵ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Edith Frankel. Belém, 6 de dezembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjnario_q0_adm_cor_a933_57.

⁶ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: [minha amiga]. Belém, 4 de novembro de 1935. 1 carta. SIAN. Código: br_rjnario_q0_adm_cor_a935_25.

continuava a apresentar um sentimento de perseverança e de confiança nos seus objetivos feministas.

Afora as dificuldades provenientes da instabilidade na frequência de filiadas, analisa-se outra justificativa apresentada pelas paraenses referente aos períodos de pouca mobilização: suas trajetórias pessoais laborais. De acordo com Antonina Prado, sobre a vida corriqueira de suas companheiras, relatou: “A nossa diretoria se compõe de pessoas ocupadas todos os dias, respondendo pelo expediente dos respectivos lugares que lhes cabem na luta pelo pão. Cada qual vive do ordenado a que faz jus, sem que nenhuma conte com a franqueza própria de quem não sabe o preço da vida”.⁷ Essa não seria a primeira vez que as paraenses justificaram o atraso em alguma devolutiva à Federação Brasileira devido às suas ocupações profissionais ou questões pessoais (saúde ou viagem de veraneio), principalmente referentes às integrantes da diretoria. Sobre a caracterização ocupacional, Antonina Prado era farmacêutica e proprietária da Farmácia Oriental, Cloris Silva era professora, Daria Reis era auxiliar nos Armazéns Monteiro da Silva e Maria Paraense era parteira diplomada, ou seja, ocupavam ofícios das classes médias, reconhecidos por serem adequados às mulheres e, por conseguinte, tinham uma baixa remuneração. Assim, a perspectiva de saberem o “preço da vida” poderia estar relacionado ao trabalho diário e ao parco salário.

Todavia, torna-se difícil considerar a “luta pelo pão” à Antonina Prado, por ter sido filha de um rico comerciante e ter adquirido um estabelecimento renomado, num momento de crescente demanda por medicamentos, regularização e importância das farmácias no início do século XX. A Farmácia Oriental, localizada na Avenida Independência (atual Av. Magalhães Barata), era um espaço de atendimento às vítimas da Gripe Espanhola, em 1918, pelos Drs. Joaquim Magalhães e Ophir Loyola, tendo como farmacêutico responsável anterior Pedro Claudino Duarte.⁸

O mesmo pode-se supor de Maria Paraense, embora sem grandes indícios de suas condições financeiras, ela e seu marido Raymundo Hormínio Paraense foram os responsáveis pela criação dos cinco filhos da prima dele, Ormindia Paraense Lopes, devido ao seu falecimento.⁹ Dentre os dependentes, destacam-se Dulcinéa e Wladimir Lobato Paraense, cuja formação na Faculdade de Direito e na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, respectivamente, refletem algum grau de condições financeiras estáveis para sustento do casal

⁷ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Diva Moura. Belém, 20 de fevereiro de 1936. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_38.

⁸ MESQUITA, Luan Nascimento; ANIJAR, Herika dos Santos; SOLER, Orenzio. A história da farmácia em Belém, Pará. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 14, p. 1–23, 2021.

⁹ PARAENSE, Dulcinéa. *Dulcinéa Paraense a flor da pele*. Belém: SECULT, 2011, p. 15.

e das crianças. Nessa conjuntura familiar um adendo torna-se importante, apesar da ausência sobre o ano ou a idade que as crianças tinham quando passaram a ser criadas por Raymundo e Maria Paraense, Dulcinéa – a mais nova – considerava-a como sua “segunda mãe”.¹⁰ Ademais, nota-se a presença de todas as filhas – Hilda, Odette, Estela e Dulcinéa – com algum tipo de participação no Departamento Paraense. Essa composição de parentesco entre as integrantes pode sinalizar uma das características do grupo, num tipo de feminismo familiar.

Por conseguinte, a “luta pelo pão” pode-se referir à Daria Reis com seu ofício de auxiliar de armazém, onde a escassez completa de informações sobre sua vida e família são também indícios de uma “vida comum”, no sentido de não fazer parte de importantes círculos e redes sociais belenenses. Semelhante conjuntura familiar cabe à Cloris Silva, porém, partes de sua trajetória social e política foram possíveis de rastrear. Referente ao pessoal, desconhecesse se casou ou se teve filhos, apenas há uma breve autodescrição, em 1931: “o meu viver não é modesto; é pobre – entre uma função federal e reduzidas aulas particulares que mal equilibram as minhas responsabilidades de família”.¹¹ Nesse momento, Cloris Silva morava na Rua Padre Prudêncio, nº 218, continuando a morar na mesma rua nos anos seguintes, todavia em numeração diferente, nº 666.

No mesmo ano de 1931, Genoveva Déa Silva encaminhou a Magalhães Barata uma carta com solicitação para pagamento de serviços prestados aos governos anteriores (1925-1929) no exercício do magistério, ao apresentar como motivo: “[...] por encontrar-me numa situação premente, com a casa de minha residência que é própria, em estado precaríssimo, ameaçante de ruína [...]”¹² e o endereço: Rua Padre Prudêncio, nº 218. A ocorrência no mesmo ano, o endereço, a similaridade dos sobrenomes e de condições financeiras fortalecem a perspectiva de algum grau de parentesco entre as duas feministas, provavelmente, como irmãs. Assim, apesar de ambas serem professoras e funcionárias públicas, o salário impossibilitava condições estáveis de manutenção própria e familiar, sendo necessário para Cloris Silva realizar aulas particulares extras e para Genoveva Silva recorrer ao interventor.

A prática de encaminhar cartas a Magalhães Barata durante sua primeira interventoria (1930-1935), tornou-se uma das principais características de sua gestão, quando legitimou e oficializou essa forma de comunicação. De acordo com Michele Silva, a prática epistolar constituiu-se como estratégia de poder, pois configurava a relação entre o interventor e a

¹⁰ Ibid., p. 133.

¹¹ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz, Orminda Bastos e Alice Coimbra. Belém, 21 de maio de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txt_10_v_08.

¹² SILVA, Genoveva Dea. [Correspondência]. Destinatário: Magalhães Barata. Belém, 31 de dezembro de 1931. 1 carta. APEP. Gabinete do Interventor. Cartas, 1931-1932, cx. 6.

população, consolidando a imagem popular do político e legitimando suas ações de governo, além disso, ressalta-se o exercício de política por parte dos missivistas, ao solicitarem, ao reivindicarem e ao denunciarem situações vividas.¹³ Por conseguinte, a autora sinalizou os dois meios oficiais que os requerentes tinham para estabelecer a comunicação com o Gabinete: por meio de bilhetes, solicitavam uma audiência pública com o interventor; e por meio de cartas-petições, narravam seus motivos para escrever.

A partir das análises dessas missivas, presentes no Arquivo Público do Estado do Pará, percebe-se a frequência por demandas particulares. Nas duas formas de comunicação foram possíveis notar a realização dessa prática por duas feministas: Genoveva Silva com sua carta-petição e Ester Nunes Bibas solicitando uma audiência particular com o interventor. Referente à segunda, encaminhada em 5 de janeiro de 1933, há apenas um pedido: “[...] conceder-me uns minutos de atenção, em palácio ou em sua residência [...]”,¹⁴ sem apresentar o motivo, apenas dizendo que o assunto “não pode ser tratado em audiência pública”. Apesar da possibilidade de se referir a alguma demanda política vinda do Departamento Paraense, o provável era ter sido por questões pessoais, principalmente quando sinalizou o endereço de sua residência como local de envio para a resposta, uma vez que os endereços das atividades do grupo concentraram-se nos domicílios da diretoria. Além disso, nesses primeiros anos do DPPF, as feministas demonstraram uma comunicação mais direta com o interventor ao tratar das demandas do movimento, por meio de Felys Benoliel e Elmira Lima.

Tais panoramas apresentam duas questões intrínsecas em torno das feministas: classe social e a participação política. Das 49 mulheres, 15 nomes se encontram em situação semelhante à de Daria Reis, sem nenhuma informação encontrada sobre suas trajetórias pessoais, mesmo nas que foram informadas o nome completo. Em acréscimo, a dificuldade também se refere à impossibilidade de confirmar a identificação das feministas em determinadas fontes, devido à presença de apenas um sobrenome. Por exemplo, uma dessas mulheres era Raymunda Lima, que poderia ser Raymunda Lima de Oliveira, filha de Sebastião de Oliveira e Clara Selma de Oliveira, nascida em 11 de outubro de 1911, solteira e costureira;¹⁵ ou poderia ser Raymunda Lima Aleixo, filha de Quirino de Lima e Silvina de Lima, nascida em 5 de agosto de 1902, casada e operária.¹⁶ As possibilidades são inúmeras na ausência de outras

¹³ SILVA, Michele Rocha da. **Para serem atendidas**: cartas ao interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935). 178 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁴ BIBAS, Ester Nunes. [Correspondência]. Destinatário: Magalhães Barata. Belém, 5 de janeiro de 1933. 1 carta. APEP. Gabinete do Interventor. Cartas. 1933. Cx. 7.

¹⁵ Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, 10 de setembro de 1934, p. 11.

¹⁶ Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, 14 de setembro de 1934, p. 11.

informações disponíveis, o que acaba por reforçar a concepção de uma vida corrente, contudo, fica registrada a presença dessas mulheres no movimento feminista paraense.

Em concomitância, atrelado ao cenário de invisibilidade pública individual, de Cloris Silva reconhecer-se como pobre, de Genoveva Silva declarar as péssimas condições de sua residência e de Daria Reis ter sido auxiliar de armazém, pode-se afirmar que o movimento feminista praticado pelas paraenses não era restrito às classes elitizadas, o que também não significa ser completamente aberto às camadas populares. Nesse momento, torna-se de suma importância o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, ao promover entendimentos amplos das identidades coletivas e da ação política.¹⁷ Assim sendo, o Departamento era, por maioria, um feminismo das classes médias, variando entre as mais baixas e as mais altas; isso devido aos critérios implícitos e oportunidades presentes no modo de atuação, ou seja, era necessário serem mulheres alfabetizadas, letradas politicamente – por reivindicarem direitos específicos às suas demandas –, com redes de sociabilidade extensas o suficiente para comunicarem-se com as operárias da Concentração Feminina do Trabalho, com os proprietários dos jornais e com o Interventor Federal.

Por conseguinte, onde foi possível identificar os pais, os cônjuges e as profissões respectivas, reforça-se a concepção de um feminismo das classes médias. Em relação à família, detectaram-se 15 integrantes, mas apenas oito com o nome da mãe e o do pai; concernente ao matrimônio, identificaram-se sete maridos.

Quadro 5 – Famílias e maridos das integrantes do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino

Feminista	Pai	Profissão paterna	Mãe	Marido	Profissão marital
Adalcinda Camarão	João Camarão	Militar	Camila de Brito Camarão	Líbero Luxardo	Cineasta
Alegria Ponte Sousa	Izidoro Ponte Sousa	Comerciante	–	–	–
Alzira Cruz	João Pinho da Cruz	Comerciante	–	–	–
Anna Fonseca	José Batista Fonseca	Funcionário Público	–	–	–
Anna Leopoldina	–	–	–	João Borges Pereira	Desembargador
Antonina Prado	Euripedes Prado	Comerciante	Anna Prado	–	–
Clara Martins	Albano Martins	Comerciante	Judith Martins	–	–
Corina Pegado	–	–	–	Austriclinio Pegado	Funcionário Público

¹⁷ COLLINS; BILGE, *Interseccionalidade*, p. 187.

Elmira Lima	Francisco Ribeiro	–	Angélica Ribeiro	Archimimo Lima	Engenheiro
Ermelinda de Almeida	Floripes Almeida	–	–	–	–
Ester Bibas	Gratuliano Nunes	Intendente	Constantina Nunes	David Jaime Bibas	Jornalista
Felys Benoliel	–	–	–	Carlos Cavaco	Jornalista
Maria Antonieta Serra Freire	Carlos Serra Freire	Diretor Escolar	Cezaria Godoes Freire	Godofredo Pontes	Funcionário Público
Olga Paes de Andrade	Barjona de Andrade	Magistrado	Anna Maia	–	–
Rachel Levy	Leon Levy	Comerciante	Lime Levy	–	–

Fonte: Elaborado pela autora.

Na produção desse quadro, com dados de diferentes épocas e jornais, teve-se em perspectiva a valorização dos sujeitos históricos, na reconstrução das redes de relações e das famílias das feministas.¹⁸ Em complemento, identificou-se a profissão de apenas uma mãe, Constantina da Costa Nunes como professora; mas vale a pena mencionar a célebre trajetória de Anna Prado, reconhecida nacionalmente como médium espírita.¹⁹ Outrossim, alguns sujeitos possuíam mais de uma profissão ou tinham atuação política em cargos públicos, como Archimimo Lima, Líbero Luxardo e João Camarão. Assim, notam-se nas redes familiares a presença majoritária de profissionais liberais, com poucos podendo ser classificados em classes mais abastadas, o que refletia também nas feministas.

Em paralelo, a conjuntura socioeconômica das integrantes do Departamento Paraense também foi retratada por Maria Sabina, ao visitar a filial em 1936: “Aqui está tudo mais morto. São moças inteligentes mas tímidas e sem grande prestígio social. A minha vinda pareceu entusiasamá-las mais. Vou fazer a conferência no sentido de interessar à causa as mulheres de classe mais elegante e prestigiosa [...]”.²⁰ A perspectiva da feminista apresentou-se caracterizada por um viés elitizado, quando distanciou as paraenses da classe dita “mais elegante e prestigiosa”, em que apesar de serem inteligentes e líderes do feminismo local, não correspondiam nem com os anseios e nem se equiparavam com a FBPF e suas outras filiais.

¹⁸ LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 77–102.

¹⁹ Apesar da mãe, Anna Prado, ter tido uma trajetória mais famosa e publicizada, Antonina Prado era identificada por Nogueira de Faria como médium psicográfica. Ver: FARIA, Raymundo Nogueira de. **O Trabalho dos Mortos**. (Livro do João). FEB: São Paulo, [1921] 2016; EVANGELISTA, Sheila Izoete Mendes. **O arraial do Espiritismo: a médium Anna Prado, positivistas, espíritas e católicos em Belém (1918-1923)**. 105 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

²⁰ SABINA, Maria. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 14 de março de 1936. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a936_54_v01.

Seu descontentamento era evidente em face ao perfil das associadas do DPPF. Por exemplo, na mesma carta, resumia suas atividades nas outras instituições filiadas da região Norte, onde nem as conterrâneas amazônidas da Federação Amazonense receberam tais caracterizações, mesmo precisando de “uma intensa propaganda da Federação que era o mais necessário”.²¹ Embora tenha auxiliado as belenenses em relações políticas, não deixou de ter suas expectativas.

Nesse panorama, é de suma importância considerar o grau de mobilidade social dessas mulheres. Para isso, realiza-se uma prosopografia das feministas paraenses, definido por Lawrence Stone como uma investigação das características em comum por meio de um estudo coletivo de suas vidas.²² Para tal, o autor elenca duas ferramentas necessárias: as origens da ação política (interesses, aflições sociais e econômicas, máquina política) e estrutura e mobilidade social (papel na sociedade e suas mudanças, grau de mobilidade, movimentos intelectuais ou religiosos). A primeira ferramenta se relaciona tanto com a integração dessas mulheres com feminismo, analisado no primeiro capítulo, quanto com outras organizações políticas presentes no tópico seguinte. Em contrapartida, a segunda ferramenta foi o alvo central desta seção, apesar de determinados elementos, como rede de sociabilidade e papel na sociedade, terem sido explorados nos capítulos anteriores. Embasando-se na perspectiva de Lawrence Stone, procurou-se “dar sentido à ação política” das feministas, ao longo da dissertação, a partir de suas trajetórias e as estruturas sociais vivenciadas.

Todavia, ao investigar o coletivo de suas experiências, elencam-se as dificuldades e as limitações da pesquisa prosopográfica, destacadas pelo mesmo autor,²³ e os meios utilizados para contorná-los. Em principal, recai na deficiência de dados e nas evidências fragmentárias. A fim de evitar possíveis exageros e distorções sobre determinados aspectos, buscou-se identificar quantitativamente e nomeá-las, para ter em perspectiva os subgrupos no Departamento e conjecturar a partir da maioria; quando não houve tais possibilidades, apresentam-se alternativas individuais. Relacionada a essa limitação, há os erros na interpretação de dados, tendo em perspectiva a negligência entre a parte e o todo; além dos erros na classificação de dados, com os múltiplos papéis desempenhados por cada indivíduo, por vezes, conflitantes entre si. Para isso, fora os métodos referentes à questão anterior, também passíveis nessas duas dificuldades, atentou-se para o recurso de exemplificação, na identificação pormenorizada das experiências feministas.

²¹ Ibid.

²² STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 115–137, 2011.

²³ Ibid., p. 123.

Em adendo, nesse processo prosopográfico e nas limitações de dados encontradas, além da incompatibilidade de algumas informações, determinadas escolhas de ausências e de presenças foram feitas na escrita desta dissertação. Na carência de fontes sobre a maioria das feministas, algumas lacunas destacam-se, como a impossibilidade de determinar o nascimento e o falecimento delas; essa insuficiência, dificulta a identificação etária no momento de composição do Departamento Paraense. Pode-se apenas conjecturar a partir das missivistas: Elmira Lima, por sua extensa atuação pública de liderança desde a primeira década do século XX, era provável ter na faixa dos 40 anos quando na presidência do DPPF e ser uma das mais velhas entre as integrantes; seguida de Cloris Silva, embora poucos indícios apresentem, caracterizava Antonina Prado como “jovem”, o que pode ser tanto em comparação à sua própria idade, quanto frente à juventude da terceira presidente. Ademais, outra lacuna sobressai quanto a naturalidade das feministas, onde apesar de identificá-las como “paraenses” ou “belenenses” ao longo da escrita, foi usado mais como um recurso narrativo. Reconhece-se a diversidade de localidades, interioranas ou da capital, no Pará ou no Amazonas, onde a ausência de maiores detalhes impossibilita compreender essa característica migratória.

Assim, sobre os aspectos sociais e econômicos das integrantes do Departamento Paraense, as redes familiares são bons indicadores em complemento com as vivências e as relações conduzidas pelas próprias mulheres. Por exemplo, a partir dos inventários presentes no Centro de Memória da Amazônia, destaca-se a presença de duas feministas como inventariantes. A primeira foi Maria Antonieta da Serra Freire e Pontes, destacada no capítulo anterior como a primeira Diretora de Educação e Ensino Público do Pará, com dois autos civis: o primeiro em 1963, inventário do marido Godofredo de Souza Pontes,²⁴ e o segundo em 1964, inventário da irmã Alzira Nicolina de Serra Freire.²⁵ É interessante notar as semelhanças nos dois processos: ambos os falecidos não deixaram testamento, não possuíam herdeiros ascendentes ou descendentes, os falecimentos ocorreram nas primeiras décadas do século XX (em 1922, o marido e em 1939, a irmã) e tinham lotes de terras agrícolas, situados nos fundos da antiga Fazenda Val-de-Cans.

É intrigante a diferença de anos entre o falecimento de Godofredo e Alzira e o requerimento de inventariante, por ser a única herdeira. Independente dos motivos, algumas informações dos dois inventários são interessantes quanto à vida de Maria Antonieta, por tornar-se proprietária de dois lotes de terra agrícolas vizinhos (n.º 79 e n.º 77) de 49.400 m², no valor

²⁴ Inventário de Godofredo de Souza Ponte. CMA, 14º vara, cx.52.

²⁵ Inventário de Alzira Nicolina de Serra Freire. CMA, 14º vara, cx. 49.

de cem mil cruzeiros cada,²⁶ o que sugere ter sido uma área de propriedade familiar. Entretanto, os inventariados residiam no centro de Belém: em 1922, Godofredo e, por consequência, Maria Antonieta moravam à Av. 16 de novembro, nº 46; enquanto, em 1939, Alzira Freire residia à Av. Conselheiro Furtado, nº 126, por ser solteira, doméstica e falecida com 48 anos, conjectura-se a possibilidade de Maria Antonieta ter morado com a irmã após o falecimento do marido. Inclusive, é relevante destacar que com o óbito de Godofredo ainda nos primeiros anos da década de 1920, aos 34 anos, vítima de meningoencefalite,²⁷ a feminista não teve filhos e não se casou novamente, além disso, nos anos de 1930 era comumente referenciada e reconhecida com o seu sobrenome de solteira nos jornais, apesar de manter o sobrenome do marido.

A partir disso, consideram-se as possibilidades vivenciadas por Maria Antonieta na condição de viúva e de herdeira, ao envolver-se ativamente na política, como integrante do Departamento Paraense, da Legião Feminina Magalhães Barata e do Partido Liberal, como candidata à Deputada Estadual. Além do protagonismo no sistema educacional, como diretora do Grupo Escolar José Veríssimo, integrante da Sociedade Paraense de Educação, Diretora de Educação e Ensino Público e colaboradora da “*Revista Escola*”.

A outra feminista identificada nos inventários foi Olga Paes de Andrade, como inventariante de Angela Guimarães de Lima, em 1964.²⁸ As informações contidas afirmam não ter se casado e permanecido atuante como médica, além disso, aparenta uma amizade próxima com Angela de Lima, ao ter sido responsável pelo pagamento de uma série de serviços (funeral, materiais de construção, recuperação e pintura, honorários médicos, entre outros) ressarcidos no testamento. Ademais, a amiga também deixou para Olga um de seus imóveis, o único localizado na Vila de Mosqueiro, avaliado em quinhentos mil cruzeiros. Em complemento com outras informações, nota-se a permanência da feminista nas classes mais abastadas, vindas de um histórico familiar: o pai, Romualdo Barjona Paes de Andrade, falecido com 47 anos em 1917, era aposentado como juiz substituto da comarca de Curuçá, no Pará; o avô, Romualdo de Souza Paes de Andrade, era juiz da comarca de Parintins e atuou como vice-presidente na administração da Província do Amazonas; os tios, Arnaldo de Souza era engenheiro militar e Geraldo de Souza era advogado e redator-chefe do periódico “*Epocha*”, do Amazonas.²⁹ Apesar

²⁶ Em documento anexo ao processo de inventário, datado de fevereiro de 1965, um laudo de avaliação do terreno de Alzira Freire, em cumprimento ao mandado expedido pelo Juiz de Direito da 5ª Vara, avaliou em trezentos mil cruzeiros.

²⁷ A meningoencefalite é uma inflamação nas meninges (membranas que revestem o sistema nervoso central) do encéfalo e da medula espinhal, pode ser causada por vírus, fungos, bactérias, entre outros. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/meningoencefalites-bacterianas-colunistas>. Acesso em: 22 mai. 2023.

²⁸ Inventário de Angela Guimarães de Lima. CMA, 11º vara cível, cx. 121.

²⁹ A Capital. Manaus, 16 de setembro de 1917, p. 2.

da intensa presença familiar na área do direito, é possível ter escolhido a área médica devido aos problemas de saúde do pai, descrito pelo jornal no momento do seu falecimento, “depois de doze anos de sofrimento”, quando Olga era quartanista do Ginásio Paes de Carvalho, ingressando poucos anos depois na Faculdade de Medicina.

A atuação da feminista na área médica estendeu-se por longos anos, iniciada na década de 1920 com a formação na Faculdade de Medicina do Pará. Nos anos seguintes, atuou como professora na Faculdade Livre de Odontologia, na disciplina de Higiene em 1930,³⁰ e como Diretora de Saúde Pública do Pará, em 1934.³¹ Sobre a especialidade escolhida, Clóvis Meira destacou sua trajetória como parteira na capital paraense:

A mais antiga e que adquiriu grande notoriedade, principalmente por ter sido a primeira ou uma das primeiras mulheres a receber o título de Médica pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, dedicando-se, na Medicina, quase que exclusivamente à Obstetrícia, foi a dra. Olga Paes de Andrade. Paraense, nasceu com a República, no dia 29 de julho de 1889. Integrando a Turma de 1926, chegou a completar mais de meio século de atividade profissional. Fazia partos em domicílios e em todas as maternidades de seu tempo, como as da Santa Casa, da Ordem Terceira e da Beneficente. Mesmo em idade provectora, jamais deixou de atender a um chamado, sempre alegre, solícita e irradiando confiança às suas clientes. Faleceu no dia 2 de setembro de 1978, vítima de acidente fatal.³²

Embora haja algumas inconsistências de informações quando comparadas com as fontes hemerográficas, ressalta-se a longevidade de atuação na área médica e de ter sido uma das primeiras mulheres formadas pela Faculdade de Medicina do Pará. Dentre as controvérsias, há o ano de sua formação, quando Clóvis Meira indicou o ano de 1926, mas o “*Diário de Pernambuco*” noticiou em 1929,³³ independentemente, o processo de formação merece destaque. A Faculdade de Medicina do Pará, fundada em 1919, teve em sua primeira turma 58 alunos matriculados, apesar da ausência dos nomes, em uma fotografia publicada no jornal “*O Estado do Pará*” é possível notar a presença de mulheres;³⁴ todavia, conforme a pesquisa de

³⁰ Almanak Laemmert. Vol. III. Rio de Janeiro, 1930, p. 604.

³¹ Diário da Manhã. Recife, 28 de janeiro de 1934, p. 2.

³² O Jornal. Rio Branco, ano VIII, n. 232, 1982, p. 3.

³³ Diário de Pernambuco. Recife, 19 de março de 1929, p. 1. Outras incompatibilidades de informação seriam sobre o ano de nascimento e de morte. Considerando a data de nascimento fornecida (29/07/1889), Olga teria 33 anos quando estivesse cursando o 3º ano da Faculdade (1922), todavia, seria quartanista no Ginásio Paes de Carvalho (Estado do Pará, 29/07/1917, p. 2), em 1917, com 28 anos. Além disso, o ano de falecimento consta como em 1978, no entanto, em 1989 houve uma matéria sinalizando seu nome como suplente na Sociedade de Medicina (Diário do Pará, 23/11/1989, p. 12). Infelizmente, não se obteve alternativas de anos para o nascimento e a morte de Olga Paes.

³⁴ Estado do Pará. Belém, 4 de maio de 1919, p. 1.

José Abreu Júnior,³⁵ o ensino era rigoroso e apresentou uma alta taxa de reprovação, formando a primeira turma com apenas quatro alunos.

Em conformidade, a revista “*Pará Médico*” identificava, ainda em 1922,³⁶ a presença de oito estudantes cursando o 4º ano; referente a presença das mulheres matriculadas nos outros três anos seguintes da primeira turma, constatou-se: Sulamitha da Costa Campos no 1º ano; Eloya Ferreira de Paiva Hollanda no 2º ano; Edith Olympia da Silva Castro, Eugenia Ferreira de Paiva Hollanda, Estrella Zagury Benayon, Anna Ismael Nunes e Olga Paes de Andrade no 3º ano. Em contrapartida, enquanto houve uma evidente carência de mulheres na Faculdade de Medicina nos primeiros anos, outro cenário apresentou-se no Curso de Obstetrícia fornecido pela Faculdade, com a presença apenas de estudantes mulheres. Tal disparidade reafirma as segregações espaciais nesse período e a masculinização de determinadas profissões.

Analisando os cursos elitizados e masculinizados, tais mulheres apresentaram determinação e audácia em ousarem cursar essas formações. No entanto, deve-se considerar as possibilidades de acesso mediante as configurações sociais vivenciadas. Em similar perspectiva, o estudo de Fúlvia Rosemberg traça as diferenças de acesso ao ensino superior nos cursos brasileiros mais prestigiados – Medicina e Direito – entre homens/mulheres e mulheres brancas/negras.³⁷ Como exemplo desse cenário, a autora destacou que somente em 1887 houve a primeira mulher (branca) a se formar na Faculdade de Medicina da Bahia, Rita Lobato, mas apenas em 1926, uma mulher negra graduou-se na Faculdade de Direito da Bahia, Maria Rita de Andrade.³⁸ Assim, considera-se simultaneamente o pioneirismo dessas mulheres, ao lado das conjunturas sociais-raciais-econômicas, quando junto de Olga Paes de Andrade formaram-se Cândida Augusta de Jesus e Silva e Estrella Zagury Benayoa.³⁹

Em continuidade, outro escrito de Clóvis Meira apresentou maiores detalhes em relação à prática médica da feminista, onde também atuava no tratamento de crianças, exercendo chefia no Serviço de Proteção à Infância do Estado, além de manter uma clínica domiciliar para atender às classes populares.⁴⁰ Ademais, sua atuação na área obstétrica foi lembrada por realizar partos em domicílios e nas principais maternidades belenenses. Concomitantemente, é possível

³⁵ ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. A Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará: da fundação à federalização 1919-1950. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, v. 1, n. 4, p. 11–16, 2010.

³⁶ *Pará Médico*. Belém, n. 10 v. 2, 1922, p. 363 – 364.

³⁷ ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: BASSANEZI, Carla Beozzo; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 333–359.

³⁸ *Ibid.*, p. 337.

³⁹ *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 de março de 1929, p. 1.

⁴⁰ MEIRA, Clóvis. *Medicina de outrora no Pará*. Belém: Grafisa, 1986.

que no mesmo período, a cidade de Belém tenha tido duas feministas atuantes como parteiras, Olga Paes de Andrade e Maria Costa Paraense.

Contudo, a terceira tesoureira⁴¹ do Departamento Paraense foi descrita por Elmira Lima como: “parteira diplomada, vivendo da profissão, ao lado do marido, que lhe deixa a liberdade de ação. [...] de convicções e de trabalho é padrão de honestidade em Belém, que a simpatiza e acata”.⁴² Assim, ao invés de ter cursado a Faculdade de Medicina, Maria Paraense era habilitada legalmente para exercer a profissão, constatado também como seu meio de subsistência. Infelizmente, não foi possível determinar o ofício do marido, Raymundo Paraense, mas pela carta de Elmira Lima, conjectura-se ser também na área da saúde.

Sobre as duas feministas, em suas profissões semelhantes, é instigante refletir sobre as descrições em torno delas. Em específico, nas duas trajetórias, se solteira ou casada, tinham liberdade de exercer suas atividades profissionais. Todavia, é evidente a permissividade do marido para que Maria Paraense atuasse livremente; enquanto à Olga Paes, sem a regência do pai ou a do marido, possuía mais independência. Ademais, o exercício profissional refletia nas percepções em torno delas, descritas com características típicas femininas, “sempre alegre, solícita e irradiando confiança” ou “padrão de honestidade”. Em outras palavras, mesmo atuando na área da saúde (masculinizada), atendiam demandas específicas às mulheres, o parto (feminilizado).

A partir dessas trajetórias é importante não generalizar quanto às vivências de outras feministas do Departamento, referente às atuações profissionais, sociais e políticas. Por exemplo, dos 49 nomes, identificou-se a profissão de apenas 22 delas.

Quadro 6 – Profissões das integrantes do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino

Nome	Profissão	Nome	Profissão
Adalcinda Camarão	Poetisa/ Professora	Genoveva Dea Silva	Professora
Antonina Prado	Farmacêutica	Helena Souza	Pianista/ Professora
Carmem Sousa	Violinista	Juanita Machado	Poetisa
Cloris Silva	Professora	Magdalena Loureiro	Musicista/ Professora
Daria Reis	Auxiliar de armazém	Maria Antonieta Freire	Professora
Dolores Nunes	Professora	Maria Costa Paraense	Parteira

⁴¹ A primeira tesoureira, ainda no Conselho Diretor Provisório, foi Olga Paes de Andrade. A segunda, Corina Martins Pegado, deixou o cargo nos primeiros meses de 1932, devido ao seu afastamento da capital para o tratamento de saúde do marido.

⁴² LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 2 de abril de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_0049.

Dulcinéa Paraense	Poetisa/ Bacharel em Direito	Olga Paes de Andrade	Médica
Elmira Lima	Poetisa/ Jornalista	Olympia Martins	Pianista
Ermelinda Amazonas	Poetisa	Rachel Levy	Bacharel em Direito
Ester Nunes Bibas	Poetisa/ Professora	Vidinha Ponte e Sousa	Professora
Felys Benoliel Cavaco	Jornalista/ Escritora	Zuleika Carvalho Nobre	Professora

Fonte: Elaborado pela autora.

A similaridade de profissões contribui na perspectiva de pertencerem aos mesmos círculos sociais, além disso, algumas delas possuíram mais de uma ocupação. Essa mobilidade e a ocupação em mais de um cargo devem ser consideradas como práticas simultâneas, ou quando identificadas ao longo de suas trajetórias, mas optou-se por limitar esse quadro em no máximo duas atuações. Assim, sabe-se, por exemplo, que Adalcinda Camarão chegou a trabalhar na Embaixada do Brasil em Washington, nos Estados Unidos, além de lecionar Língua Portuguesa na Casa Branca para os assistentes do Presidente Nixon e Ford.⁴³ Dulcinéa Paraense era também jornalista e professora de música e canto no Colégio Progresso Paraense.⁴⁴ Helena Souza chegou ao cargo de Diretora do Instituto Carlos Gomes, atuou como tradutora de várias línguas e ingressou na Comissão Brasileira de Demarcadores de Limites.⁴⁵ Em contrapartida, questiona-se sobre as atividades da maioria das mulheres que passaram pelo Departamento Paraense e não se descarta a possibilidade de terem sido domésticas, a exemplo de Anna Leopoldina.

A referida feminista era casada com João Borges Pereira, desembargador do Tribunal Superior de Justiça do Pará, em 1927, e tiveram uma filha, Aurea da Silva Borges Pereira. Integrou-se no Departamento Paraense desde o processo de formação como vice-presidente, cujas motivações foram explanadas por Elmira Lima nos dias finais de 1931, quando Anna ficou responsável de angariar assinaturas pró-voto, mas retornou com a lista em branco: “nem uma assinatura arranhou, tendo aceitado a vice-presidência para me satisfazer, de nada entendendo e nem podendo, creio eu, fazer nada”.⁴⁶ Apesar de especificar quanto ao cargo de vice, questiona-se se também teria adentrado ao grupo devido à amizade com Elmira Lima, por

⁴³ BARBOSA, Iris de Fátima Lima. **Versos Modernos... A paisagem amazônica no imaginário poético de Adalcinda Camarão**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012, p. 104.

⁴⁴ AZEVEDO, Eustachio. **Literatura Paraense**. 3ª ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 178.

⁴⁵ ILDONE, José; MEIRA, Clóvis; CASTRO, Acyr (orgs.). **Introdução à Literatura Paraense: Volume V**. Belém: CEJUP, 1995, p. 402.

⁴⁶ LIMA, Elmira. [**Correspondência**]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 12 de dezembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_0098.

ser pontuada a falta de aptidão, “de nada entendendo”; assim sendo, conjectura-se a possibilidade de ter sido sua primeira função em cargo de liderança dentro de alguma instituição. Ao contrário de Elmira Lima, com uma extensa atuação em organizações sociopolíticas.

Outrossim, a despeito do incentivo partir da amizade com a presidente do Departamento, Anna Leopoldina permaneceu no grupo quando Elmira Lima abdicou do cargo em meados de 1932, inclusive a substituiu na função de presidente, sinalizando anseio próprio em participar do movimento feminista. No entanto, passava por um momento familiar bastante difícil, conforme sinalizou brevemente Cloris Silva e Antonina Prado para justificar a ausência da nova presidente, “perdeu, há poucos dias, uma filha estremecida [muito amada]”.⁴⁷ Meses depois ainda não havia retornado suas atividades ao grupo: “A nossa presidente ainda não escreveu porque efetivamente tem estado sempre atribulada: perdeu uma filha, uma neta e atualmente o seu esposo tem estado bastante doente; logo que melhorar a sua situação moral cumprirá o seu dever”.⁴⁸

Passado mais de um ano como presidente, em 24 de setembro de 1933, Anna Leopoldina ainda se encontrava “impossibilitada por motivos assaz justificados de atuar com a eficiência exigida no momento”⁴⁹ e as sócias do Departamento foram convocadas para empossar a nova diretoria: Antonina Prado, presidente; Anna Leopoldina, vice; Cloris Silva, 1ª secretária; Daria Reis, 2ª secretária; Maria Paraense, tesoureira. Por fim, a última informação quanto à vida da feminista foi em 10 de outubro de 1933, por Cloris Silva, reafirmando as justificativas:

D. Anna Leopoldina sente-se impossibilitada de levar a efeito qualquer trabalho fora do lar. A aposentadoria do seu esposo da desembargadoria do Estado, motivou nesse senhor um nervosismo extra, que reclama imperiosamente a sua atenção mais próxima ao doente. Não podendo nos auxiliar, foi conveniente fazer-se uma convocação das sócias e elegemos então uma presidente, voltando a mesma senhora ao cargo de vice. Tudo deliberado em harmonia.⁵⁰

Esses relatos em torno da feminista podem ser indicativos das responsabilidades e das atribuições dadas às mulheres domésticas. Um desses é a impossibilidade de vivenciar o luto frente às necessidades de terceiros, em outras palavras, mesmo perdendo a filha e a neta em um

⁴⁷ SILVA, Cloris; PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 4 de agosto de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_0049.

⁴⁸ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 17 de dezembro de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_0049.

⁴⁹ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 7 de outubro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_0057.

⁵⁰ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 10 de outubro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_0057.

curto espaço de tempo, com seu cotidiano recente sendo descrito como atribulado [doloroso], precisava cuidar do marido doente, em uma atenção prolongada, visto que um ano depois ainda se encontrava debilitado e tal estado foi intensificado com a aposentadoria; impossibilitando-a de participar de outras atividades. Assim, apesar de ser motivações extraordinárias como o luto e a doença, pondera-se sobre a abdicação de Anna Leopoldina, em prol de seu envolvimento total às demandas do espaço privado. Além disso, é possível que as feministas tenham sido uma rede de apoio nesse momento de dificuldades, ao estarem atualizadas sobre sua situação e a terem mantido em cargos da Diretoria, mesmo com a explícita ausência.

Embora Anna Leopoldina seja caracterizada sem o exercício de alguma profissão, isso não significou a sua ausência dos espaços públicos antes de fazer parte do Departamento Paraense. Na pesquisa de Maria Luzia Álvares é possível identificar a atuação de algumas feministas para além do período estudado, como os artigos de Anna Leopoldina publicados na “*Folha do Norte*” e no “*O Estado do Pará*” sobre os papéis sociais atribuídos às mulheres.⁵¹ Nesses escritos, presentes desde a década de 1920, a pesquisadora pontua que a feminista argumentava sobre a maternidade em uma perspectiva mais dinâmica, sob orientações religiosas, onde atribuía um caráter divino à missão materna, ao mesmo tempo, em que alargava a influência e a importância feminina na sociedade.

Por exemplo, um dos seus escritos foram republicados na “*Folha do Norte*”, em 1º de janeiro de 1934, originalmente divulgado no “*O Estado do Pará*”, em 11 de novembro de 1924, sob o título *A Nobre Missão da Mulher*. Na ocasião, defendeu:

[...] Sim, à mulher cabe dar o combate de morte à dissolução dos costumes e regenerar a sociedade. Mas, para isso tem que operar, em si própria, profundas transformações. [...] Desapareça, pois, a mulher com as suas culposas fragilidades que a desagradam e aviltam, e surja a mulher forte, consciente da grande responsabilidade que Deus lhe conferiu como mãe, esposa e educadora; e tendo por escudo o Evangelho, inicie a augusta tarefa de regenerar a sociedade. Que mais bela missão pode existir?⁵²

Supondo que Anna Leopoldina tenha reencaminhado o mesmo texto à imprensa, uma década depois, significaria a continuidade e a reafirmação de suas perspectivas em torno dos papéis às mulheres, conseqüentemente, questiona-se: qual seria a real influência do feminismo e dos seus ideais como potencial transformador em suas integrantes? Ou teriam elas entrado e saído do movimento com perspectivas anteriores similares, em outras palavras, adentravam em

⁵¹ ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Saias, laços & ligas**: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses - 1910/1937). 1ª ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2020, p. 261.

⁵² Folha do Norte. Belém, 1 de janeiro de 1934, p. 9.

um grupo cujas perspectivas refletiam seu repertório e assim continuavam sem grandes transformações? É difícil responder a tais perguntas e, talvez, nem cabem respondê-las. Todavia, em reflexão e em comparação com os escritos de suas companheiras de grupo, apresentaram um teor bem mais transformador quanto aos desígnios femininos e bem menos religioso. Mas isso não indica seu isolamento do Departamento Paraense, pelo contrário, nos capítulos anteriores pôde-se analisar a utilização de argumentos conservadores como recurso estratégico quando quisessem; além disso, o artigo de Anna Leopoldina correspondia com uma das celebrações feministas: o Dia das Mães.

Sob as mesmas perspectivas de moral, de processo dignificante e de transformação na sociedade, há uma semelhança entre os deveres maternos na perspectiva de Anna Leopoldina e as atividades do Departamento Paraense na celebração das mães. Ao anunciarem as primeiras informações sobre a festividade e o apoio recebido, proclamaram: “[...] a fim de que a mulher dê cumprimento ao magnífico programa feminista, assente sobre bases da moral mais sã e sob o protetorado dos ideais mais dignificantes que podem orientar as sociedades modernas à sua nobre finalidade”.⁵³ Destaca-se tanto uma equiparação em torno da maternidade e do feminismo, quanto a valorização das mães na sociedade, em seu papel educador dos filhos e da família. Além disso, como mencionado anteriormente, a maternidade era um dos focos de ação do Departamento Paraense, seja nessa perspectiva mais social, seja direcionada à aquisição de políticas públicas e de direitos às mães.

Outro ponto presente no artigo da feminista, reflexo da configuração de uma parcela das integrantes do DPPF, era o caráter religioso, em específico do Espiritismo. Em estudo sobre a relação da Doutrina Espírita com as feministas paraenses, Maria Luzia Álvares analisa a influência espírita no feminismo, quando algumas integrantes professaram a Doutrina e orientaram suas perspectivas sobre a “condição feminina” a partir desse caráter religioso.⁵⁴ Nessa conjuntura, o espiritismo apresentou certa paridade entre homens e mulheres, quando acreditam em uma “figura espiritual assexuada (essência), assumindo (encarnando) um corpo sexuado (aparência)”,⁵⁵ por conseguinte, ambos teriam responsabilidades na evangelização, sem hierarquias nas associações espíritas entre homens e mulheres. Além disso, a pesquisadora pontua a influência dos escritos de Allan Kardec ao defender a igualdade natural entre os sexos, com ressalvas em torno das reafirmações culturais da época sobre as caracterizações ditas

⁵³ O Estado do Pará. Belém, 16 de abril de 1932, p. 1.

⁵⁴ ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. A influência espírita no feminismo paraense. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira (orgs.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Tomo II. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001, p. 407–427.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 420.

femininas e masculinas; mesmo assim, suas argumentações ajustaram-se ao movimento feminista na defesa pelos direitos das mulheres.

Um exemplo máximo dessa relação entre feminismo e espiritismo encontram-se nos escritos de Elmira Lima, cuja trajetória no movimento espírita apresenta-se desde o início do século XX, sendo uma das principais propagadoras em Belém. Sua trajetória como oradora religiosa iniciou com o Grupo Espírita Deus, Amor e Caridade, passando para o Centro Espírita Eduardo Siqueira, União Espírita Paraense e, por último, na Confederação Espírita Caminheiros do Bem, fundada em 1926. Nesse último grupo, participou outras feministas: Cloris Silva, integrando o Conselho Coordenador e Deliberativo (1940-1943)⁵⁶ e Antonina Prado, como secretária de Elmira Lima enquanto era dirigente.⁵⁷

Nessas primeiras décadas do século, a primeira presidente do Departamento Paraense era constantemente anunciada nos jornais por suas palestras educativas em prol do espiritismo, descrita com prestígios por suas orações e demonstrando experiência em discursos públicos e domínio sobre os temas tratados. Como exemplo, destaca-se uma série de conferências realizadas na Escola Mont'Alverne, em 1912, com caráter introdutório referente ao espiritismo para um público geral, com temáticas sobre a existência de Deus e do espírito, a imortalidade, a reencarnação e a mediunidade, para destacar alguns tópicos. Vale mencionar a expansão de sua atuação para além de Belém, seus escritos chegaram a ser publicados em jornais de outros Estados, como Maranhão, Pernambuco e Paraná; ademais, nos anos de 1936 e 1937 realizou duas viagens ao Rio de Janeiro para propagar o espiritismo, chegando a palestrar na Federação Espírita Brasileira.⁵⁸

Sobre sua trajetória pública, destacam-se as próprias palavras de Elmira Lima, em uma escrita de si:

Sou filha do Amazonas, criada no Ceará por mãe cearense. Perdi pai aos 3 anos, amazonense também; casei com paraense; e desta mistura de três Estados, muito manhosamente, procuro firmar simpatias para a defesa das nobres causas que me tem tido por pioneira humilde e devotada: Fundação da Assistência à Infância do Pará; propagação e difusão dos altos ideais espíritas – que equiparam, igualizam e defendem os direitos dos sexos, unidos, irmanados e iguais aos olhos de Deus; propaganda

⁵⁶ CONFEDERAÇÃO ESPÍRITA CAMINHEIROS DO BEM. **Estatutos da Confederação Espírita “Caminheiros do Bem”**. Belém, 1940, p. 21. CMA. Acervo Digital.

⁵⁷ SANTANA, Verônica Neuma Ferreira. **O Espiritismo no Pará: 100 anos de União Espírita Paraense**. Belém: UEP, 2006, p. 248.

⁵⁸ RODRIGUES, Bárbara Leal. Elmira Lima - na imprensa e na literatura pela propagação do espiritismo (Belém-PA, 1912-1937). In: XXVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP. **Anais Eletrônicos**. Evento Virtual: ANPUH-SP, 2022.

política pela imprensa diária em prol da candidatura Sodré; trabalhos na Cruz Vermelha Brasileira e Inglesa; bandos em benefício dos Flagelados do Meio Norte.⁵⁹

Apesar de ter saído ainda criança do Amazonas, possivelmente pelo falecimento do pai e a decisão da mãe de retornar às terras naturais com seus três filhos (Elmira, Pedro e Antônia), possuía um sentimento de pertencimento ao Estado de origem, presente em seus escritos poéticos: “[...] Encantamento do Amazonas, tenho nos seios d’alma em porfiado empenho de me lembrar os tempos de criança [...]”,⁶⁰ além de ser relembrado de maneira idílica, com suas “fecundas florestas”, um “borbulhante” Rio Negro e os “encantos que Manaus desata”. Sobre seu período no Ceará e o estabelecimento no Pará, sem maiores detalhes, conjectura-se ser devido ao casamento com Archimimo Lima. Em similaridade, também oriunda de terras amazonenses, Antonina Prado migrou do Amazonas ainda na infância, ao ser possível identificar sua formação escolar em Belém, cursando o primário e o ginásio no Colégio Progresso Paraense.⁶¹

Em continuidade à breve autobiografia de Elmira Lima, analisa-se sua trajetória na “defesa das nobres causas”, identificado como ações assistencialistas, políticas e religiosas. Referente à primeira, destacou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), quando integrou a instituição no início de sua fundação, 6 de outubro de 1912, ocupando o cargo de diretora na Seção de Propaganda, responsável por realizar atividades públicas para aumentar o quadro social,⁶² demonstrando sua experiência com os meios de comunicação e na organização de atividades sociais. A partir disso, torna-se inegável realizar um paralelo entre a IPAI e o DPPF, onde a preocupação de Elmira Lima seria semelhante nos primeiros meses das instituições: estabelecer redes de apoio e novas adesões, fundamentais na efetivação dos grupos.

Não por acaso, as primeiras ações da feminista no Instituto agregou o apoio de personalidades influentes que poderiam contribuir na execução das programações, no financiamento e na manutenção, como a visita bem sucedida ao desembargador Augusto Borborema e do Intendente de Belém, Virgílio Mendonça, pois ambos integraram-se ao quadro social do IPAI e doaram a quantia de 100 mil réis cada.⁶³ As adesões de tais figuras públicas trouxeram benefícios ao IPAI e consolidaram a imagem de Elmira Lima como uma mulher influente, envolta em uma rede de sociabilidade com personalidades de prestígio local. Por

⁵⁹ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 24 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_0098.

⁶⁰ LIMA, Elmira. Minha terra. In: **Amazônia Brasileira**, n. 4, v. 1, 1930, p. 17.

⁶¹ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Lima Hish e Mariana Gurjão. Belém, 14 de março de 1935. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a935_0025.

⁶² Estado do Pará. Belém, 7 de outubro de 1912, p. 1.

⁶³ Estado do Pará. Belém, 18 de outubro de 1912, p. 2.

consequente, também participou da Cruz Vermelha Inglesa, em 1917,⁶⁴ e da Assistência aos Flagelados pela Seca, em 1915, na organização de atividades sociais e de lazer.⁶⁵

Referente à participação política, a feminista integrou a Liga Feminina Lauro Sodré. Fundada em 1º de agosto de 1912, tinha por objetivo propagar a imagem do patrono em sua candidatura ao governo do Estado. Além das suas ações de propaganda, Maria Luzia Álvares destaca as mobilizações da Liga como realizações de ações patrióticas, comprometidas com o bem social; por conseguinte, refletiam a insatisfação de um grupo de mulheres frente ao contexto político local e seus interesses em mudar esse cenário, atuando politicamente na eleição de um candidato em que acreditavam ser a melhor opção.⁶⁶ Embora sem indicativos de ter tido um cargo na diretoria da Liga, Elmira Lima atuava frequentemente nas festividades e nos cortejos ao Lauro Sodré, realizando discursos.

Por exemplo, durante a organização à recepção do patrono em Belém, ocorrido no dia 25 de agosto de 1912, era anunciada a realização de um cortejo cívico, onde a Liga espalharia flores e a poetisa falaria na ocasião em nome do grupo:⁶⁷ “Orou a poetisa Elmira Lima, que pronunciou um emocionante discurso, bastas vezes interrompido, com palmas e vivas”.⁶⁸ Assim, destacaram a relevância e a habilidade oratória de Elmira Lima ao ser escolhida dentre as integrantes para realizar um discurso público e representar a Liga Feminina. Além disso, houve outras participações político-partidária da feminista, com destaque para a campanha baratista, onde seria oradora em uma homenagem a Magalhães Barata, após a passeata de automóveis programada para finalizar na residência do então interventor, em abril de 1935.⁶⁹

Tais atividades demonstram atenção e práticas atuantes quanto ao contexto político local, ao mobilizar-se justamente em momentos de maior tensão. Atributo identificado em outras feministas: Genoveva Déa Silva fez parte da Liga Feminina Lauro Sodré (1912)⁷⁰ e possuía vínculos com a Legião Feminina Magalhães Barata (1947), com sua irmã Cloris Silva tinham comunicações por telegramas com a presidente da Legião, Rosa Pereira⁷¹ e com Magalhães Barata, enquanto senador.⁷² Outras feministas também integraram a Legião

⁶⁴ Estado do Pará. Belém, 27 de novembro de 1917, p. 3.

⁶⁵ MARTINS JÚNIOR, Rui Jorge Moraes. **Visto, logo existo**: moda, sociabilidade, corpo e consumo em Belém no limiar do século XX. 1ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2022, p. 49.

⁶⁶ ÁLVARES, **Saias, laços & ligas**, p. 130.

⁶⁷ Estado do Pará. Belém, 15 de agosto de 1912, p. 2.

⁶⁸ Pacotilha. São Luís, 26 de agosto de 1912, p. 1.

⁶⁹ O Estado do Pará. Belém, 4 de abril de 1935, p. 2.

⁷⁰ Estado do Pará. Belém, 2 de agosto de 1912, p. 1.

⁷¹ O Liberal. Vespertino. Belém, 1 de abril de 1947, p. 3.

⁷² O Liberal. Vespertino. Belém, 11 de abril de 1947, p. 4.

Feminina, como Maria Antonieta da Serra e Dolores Nunes, chegando a ser presidente de um dos postos, o São João do Bruno (atual bairro do Telégrafo).⁷³

Por último, retoma-se a relação entre feminismo e espiritismo e sua influência nos escritos de Elmira Lima, justificado pela primeira presidente, quando: “equiparam, igualizam e defendem os direitos dos sexos, unidos, irmanados e iguais aos olhos de Deus”,⁷⁴ tal perspectiva baseou-se nos escritos de Allan Kardec e na crença da evolução espiritual, visto que os espíritos não teriam sexo. Outrossim, em vários momentos de suas cartas relacionou as mobilizações feministas para conquista de direitos com a vontade divina: “Tenhamos fé; o trabalho vai avante. Deus e as entidades benéficas do Além Luminoso e bendito, que protegem a Mulher e querem que seja feita a igualdade dos direitos dos sexos [...]”.⁷⁵ Dessa forma, a poetisa aparentou acreditar veementemente na proteção divina ao feminismo e suas reivindicações, onde os quereres do grupo seriam os mesmos pretendidos por Deus às mulheres. Em comparação, apesar de Cloris Silva e Antonina Prado, outras assíduas correspondentes, serem também espíritas, suas missivas careciam desse caráter religioso; assim, conjectura-se que no papel de líder espírita e líder feminista, Elmira Lima tentava unir ambos os movimentos.

Em suas produções literárias, o espiritismo constituiu uma das principais temáticas retratadas, como nas obras *Alma em rythmos*, de 1914, com diversas poesias sobre sua religiosidade, ou *Na Seara de Jesus*, de 1912, contendo algumas de suas conferências realizadas sobre teosofia e espiritismo. Além disso, permeou questões da natureza e dos sentimentos vivenciados: de alegria e de dor. Sobre tais produções chegou a caracterizá-las: “Livros de versos, páginas literárias, romancetes, artiguinhos e falas em público, todo o meu trabalho nasceu e fuzilou-se no isolamento, só eu, desde bem nova ainda, ao fogo barbarizante da Dor!”.⁷⁶ Ao resumir seus trabalhos, caracterizou como inspiração os próprios anseios, sentimentos e vivências, o que tornou Elmira Lima escritora e protagonista de suas obras. Além disso, a ênfase no sentimento de dor pode ser atribuída tanto à perda dos pais, principalmente a da mãe, falecida em 1925, mas ainda lembrada em 1931 sob o sentimento de intensa saudade,⁷⁷ quanto a seu estado de saúde, diagnosticado no mesmo período com polineurite –

⁷³ O Liberal. Belém, 2 de junho de 1947, p. 32.

⁷⁴ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 24 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_0098.

⁷⁵ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 27 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_0098.

⁷⁶ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Soure, 2 de julho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_0098.

⁷⁷ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 17 de abril de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cpa_dma_0001.

disfunção simultânea de vários nervos periféricos –, deixando-a “muito fatigada e sem saúde”,⁷⁸ tendo que se mudar temporariamente para cidade de Soure, na Ilha do Marajó, por recomendação médica como parte de seu tratamento.

Nessa mesma perspectiva, pode-se notar entre as feministas poetisas paraenses, os seus versos inspirados nas próprias experiências, com temáticas cotidianas, memorialistas e sentimentais. Por exemplo, Ester Nunes Bibas e Dulcinéa Paraense relembram as suas cidades de origem e infância. A primeira, nascida em Vigia, município do Pará, descreve-a em seu livro *Rimas do Coração*: “Minha cidade é a cidade dos poetas, / onde minhas acácias prediletas/ são lindas – um primor! / Na minha terra, tudo, tudo inspira/ desde o luar, o céu cor de safira, / até o orvalho a tremular na flor [...]”.⁷⁹ Enquanto Dulcinéa, natural de Belém, descreve-a:

[...]
 Ai Belém,
 ai, Belém!
 de luars filtrados através das folhagens,
 lançando nas cortinas das janelas
 a festiva emoção das sombras bailarinas!

Sempre que os sons de bronze dos teus sinos
 despertam o ardor sol, nas manhãs domingueiras,
 vejo flutuar, no palco dos meus sonhos,
 a saudade da infância.
 E na febre octã sem causa e pena,
 te recordo aclarada, feliz, passarineira,
 e a lembrança me queima o pensamento.⁸⁰

As duas poesias foram publicadas quando as feministas eram idosas: Ester com 70 anos, cujo livro foi organizado por sua filha Thereza, em 1958, como homenagem ao aniversário da mãe; e Dulcinéa aos 93 anos, em seu primeiro livro de poesia, em 2011, quando foi homenageada na XV Feira Pan-Amazônica do Livro. Assim, independente do ano das produções, visto a impossibilidade de datar quando foram escritos, remontam um Pará dos finais do século XIX e início dos XX, em que mesmo na diferença de cidades, interiorana e capital, destacou-se uma similaridade entre elas: a proximidade com a natureza. As feministas a relembram por suas características naturais, presente em outras poesias, o que pode significar uma valorização de suas cidades conterrâneas e da Amazônia no seu aspecto natural. Em concomitância, outra poetisa feminista, Ermelinda de Almeida também apresentou essa

⁷⁸ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Soure, 2 de julho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_0098.

⁷⁹ BIBAS, Ester Nunes. *Rimas do coração*. Belém: H. Barra, 1958, p. 9. Obras Raras. Acervo Digital. Biblioteca Pública Arthur Vianna.

⁸⁰ PARAENSE, Dulcinéa. *Dulcinéa Paraense a flor da pele*. Belém: SECULT, 2011, p. 135. Biblioteca Pública Arthur Vianna.

perspectiva: “[...] Grandes palmeiras/ Balouçando-se ligeiras/ E o roncar das cachoeiras/ Derramadas pelo chão./ Linda e deserta,/ De vegetação coberta/ A Amazônia está desperta/ Para a civilização”.⁸¹ Ao longo da poesia intitulada *Voz da Amazônia*, expôs outras características da fauna e flora amazônica de maneira idílica, ao mesmo tempo, nos últimos versos deixou explícito que tais aspectos não eram impeditivos da “civilização”. Em outras palavras, contradiz estereótipos da Amazônia, por suas grandes áreas verdes, estaria longe do “progresso” e da “civilização”, onde faz questão de destacar seus aspectos naturais como atributos positivos.

A poesia foi publicada no livro *Páginas brasileiras: quinto ano primário*, organizado por Ester Nunes Bibas, em 1957, como parte da Coleção Didática de Minas Gerais, cuja seleção foi descrita como: “Trechos, parte de trechos escolhidos, poesias e pensamentos de notáveis escritores brasileiros, para os alunos da 5ª série primária”.⁸² Na diversidade de autores, Ermelinda é uma das poucas paraenses e mulheres selecionadas, assim se conjectura a possibilidade de uma estreita relação entre Ester e Ermelinda, para além de integrarem o mesmo grupo feminista. Em paralelo, as relações de afeto comumente apresentaram-se em produções literárias, visto à prática comum dos autores de dedicar poesias aos amigos e familiares. Em exemplo, Dulcinéa Paraense dedicou versos à Adalcinda Camarão, “amiga, irmã”,⁸³ e à Maria Paraense, “minha segunda mãe”.⁸⁴

Dentre a diversidade de temáticas abordadas pelas escritoras, destaca-se outra característica comum entre as produções literárias das feministas, onde pode-se correlacionar com suas participações no Departamento Paraense: suas trajetórias como mulheres. De Ester Bibas, a poesia *Rebelde* exprime:

Eu sempre fui rebelde! A rebeldia
transborda no meu sangue e, dominante,
torna-o forte e forte o contagia
a prosseguir na luta, – triunfante!

Não curvo minha frente à fantasia
de adular, sem razão, meu semelhante!
Eu sempre fui rebelde! A rebeldia
impele-me a vencer e ir avante!

Opiniões contrárias não aceito
tenho na vida o que desejo e quero

⁸¹ ALMEIDA, Ermelinda de. *Voz da Amazônia*. In: BIBAS, Ester Nunes (org.). **Páginas brasileiras: quinto ano primário**. São Paulo: Editora do Brasil, 1957, p. 90. Obras Raras. Acervo Digital. Biblioteca Pública Arthur Vianna.

⁸² BIBAS, Ester Nunes (org.). **Páginas brasileiras: quinto ano primário**. São Paulo: Editora do Brasil, 1957. 142 p. Obras Raras. Acervo Digital. Biblioteca Pública Arthur Vianna.

⁸³ PARAENSE, Dulcinéa. **Dulcinéa Paraense a flor da pele**. Belém: SECULT, 2011, p. 115. Biblioteca Pública Arthur Vianna.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 133.

todo o supérfluo, com desdém, rejeito

Sou rebelde à mentira e à traição!
Pra defender o BEM, heroica, impero,
com a rebeldia em LUZ no coração!⁸⁵

As informações sobre Ester Nunes Bibas rondam, principalmente, sua trajetória na educação, como professora e intelectual. Formada como normalista, em 1908, lecionou no Colégio Progresso Paraense e atuou na educação pública até os 70 anos. Referente às outras vivências da feminista, Ana Corrêa analisou as experiências que se entrecruzam como poetisa, religiosa, política, professora e escritora.⁸⁶ Por exemplo, ao integrar a Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto, ambiente cultural e literário de Vigia, cujos familiares compuseram a liderança no grupo; ou, quando se torna uma “baratista”, sem necessariamente fazer parte de um grupo político-partidário, mas apoiando publicamente o governo de Magalhães Barata e dos “revolucionário de 30”. Por conseguinte, a rebeldia descrita em seus versos pode sinalizar essa trajetória múltipla, ao não se contentar com os espaços privados e defender suas posições políticas publicamente.

Assim, a poetisa enfatizou que a defesa de suas convicções não era fácil. Recebeu e identificou-se com a alcunha de “rebelde”, por ir de encontro às normativas tradicionais da figura feminina, sinalizada em palavras de resistências, como “prosseguir na luta”, “não curvo minha frente”, “impele-me a vencer e ir avante”, ou até mesmo ignorar os opositoristas, “opiniões contrárias eu não aceito”. Por tais ações, percebe-se como heroína da própria história. Apesar da temporalidade distante entre a participação no Departamento e a publicação desses versos, Ester anunciava “sempre fui rebelde”, onde pode estar relacionado com suas experiências antecedentes, em específico, suas mobilizações no movimento feminista, cujas memórias de Jaime Bibas, neto de Ester, confirmam sua participação no feminismo, na manifestação em defesa do voto às mulheres e da participação política.⁸⁷

Além do caráter político nas produções feministas, outros temas refletem suas experiências, diferenciando do tipo de feminismo praticado por elas na década de 1930, quando retrataram a sexualidade feminina. Essa questão pode ser uma das interpretações ao poema *Incompreendida*, de Dulcinéa Paraense:

⁸⁵ BIBAS, Ester Nunes. **Rimas do coração**. Belém: H. Barra, 1958, p 29. Obras Raras. Acervo Digital. Biblioteca Pública Arthur Vianna.

⁸⁶ CORRÊA, Ana Maria Maciel. **A trajetória de uma educadora e sua produção didático-pedagógica: Ester Nunes Bibas e a educação do Pará**. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 113.

No meu recolhimento,
quando a noite sensual me acarinha e beija,
como parece infinda
a minha sobre-excitação!
Sinto que, a cada sopro e a cada vibração
mil e uma centelha de minh'alma
sobem, e esgueiram pelo espaço
e mergulham, afinal, exaustas de cansaço
no oceano celestial, encarnando as estrelas.

Como as vitórias-régias destas plagas
ficam boiando nesse mar constelado,
– faíscas agrupadas – por amor de mim!

Si eu pudesse embargar-lhes a descida!

Alma incompreendida,
si eu pudesse fazer de ti, com as múltiplas e altaneira
sobre o meu peito arfante, a humanidade inteira
para fazer vibrar de inveja e de desejos
aqueles que fecharam as bocas aos teus beijos,
aqueles que te viram e não te compreenderam,
aquele que te possuíram e não souberam te amar.⁸⁸

Apesar das inúmeras temáticas em torno das mulheres tratadas pelo Departamento Paraense, a sexualidade feminina era uma questão ausente, o mais próximo que as feministas chegarem a mencionar concernente a esse assunto foi quando Antonina Prado e Cloris Silva encaminharam uma sugestão à Federação Brasileira, para a criação de uma Delegação permanente no amparo de meninas defloradas.⁸⁹ A proposta era marcada pelo valor moral, quando alegaram a “deturpação” da maternidade, “a função mais nobilitante da mulher”, no corpo de uma jovem fora do casamento, sendo publicizadas nos jornais seu processo criminal. Assim, a sugestão era tanto preventiva, na tentativa de coibir esses casos a partir de uma “educação familiar”, quanto assistencialista, na tentativa de poupar das vergonhas das “exibições atentatórias à moral feminina que é a verdadeira moral social”. A partir disso, há uma evidente caracterização do tipo de feminismo praticado pelo Departamento Paraense, aproximada, em certa medida, das normatizações sociais, perpetuadas pelas classes médias, onde a sexualidade feminina constituía-se como prioridade na preservação do seu status moral, cuja exemplificação máxima apresenta-se na maternidade.

Todavia, destaca-se a possibilidade de algumas integrantes terem outras perspectivas sobre a temática, como a própria poesia de Dulcinéa. Na impossibilidade de afirmar se a poetisa continuava ou não no Departamento Paraense, visto seu ingresso ainda muito nova; aos 20 anos,

⁸⁸ Terra Imatura. Belém, n. 2 v. 1, 1938, p. 9.

⁸⁹ PRADO, Antonina; SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Belém, [s/d] 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_co_a933_0057.

teria autonomia para decidir sua permanência.⁹⁰ Independentemente, pode-se interpretar de seus versos carregados de erotismo, onde haveria uma metáfora da “noite sensual” como o corpo de uma mulher, caracterizada como “alma incompreendida” por aqueles que não sabem apreciar ou entender os seus desejos. Assim, a feminista estaria retratando as intimidades e as relações amorosas de uma mulher, o êxtase e as possibilidades afetivas para além de um único relacionamento, incompreendido pela sociedade.

Poucos anos depois, em 1941, Dulcinéa Paraense retrataria novamente as multiplicidades das experiências femininas: “Eu existi como a mulher que tinha a carne como um grito. / Como a mulher que, sem saber, foi alguém para/ inúmeros destinos. // Pelas noites brancas eu me erguia/ e ia beijar todas as sombras [...]”.⁹¹ Assim, a feminista apresentou em seus versos um caráter de sensualidade, ao retratar sentimentos e vivências, além de ampliar o significado de ser mulher na primeira metade do século XX, onde aparenta estar insatisfeita com os desígnios sociais e, ousa-se dizer, defendeu a ideia de corpo-território como resistência, “carne como um grito” frente às prisões simbólicas normativas.

A importância de registrar alguns desses versos e de apresentar a produção literária dessas mulheres amazônidas, apresenta-se como parte da missão da crítica feminista, caracterizada por Eurídice Figueiredo, como uma de suas tarefas de “retirar do esquecimento as autoras do passado”.⁹² Apesar da impossibilidade de reeditar esses livros, pontuados pela autora como um dos mecanismos necessários para a missão crítica feminista, têm-se similares objetivos de promover a leitura, ao apresentar os poemas fragmentados ou completos e a referência de suas obras, visto a viabilidade de consulta na Biblioteca Pública Arthur Vianna, alguns já digitalizados e disponibilizados online.

Assim, na multiplicidade de experiências nas trajetórias das feministas, outras áreas complementam-se e entrecruzam-se com as temáticas analisadas, onde para além de características em comum, vivenciaram divergências pessoais e políticas entre si e com outros grupos sociais, tema central da próxima seção.

⁹⁰ Apesar da incerteza quanto a continuidade como integrante no Departamento Paraense, Eustachio de Azevedo quando caracterizou a trajetória de Dulcinéa Paraense, mencionou sua participação como sócia cooperadora da Sociedade Paraense de Educação e como secretária no Departamento Paraense pelo Progresso Feminino. Assim, é provável que tenha continuado no grupo e ocupado o referido cargo, anteriormente empenhado por Cloris Silva e Darias Reis. Ver: AZEVEDO, Eustachio de. **Literatura Paraense**. 3ª ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 178.

⁹¹ PARAENSE, Dulcinéa. **Dulcinéa Paraense a flor da pele**. Belém: SECULT, 2011, p. 29. Publicado originalmente na revista *A Semana* (ano XX, n. 1016, Belém, 22 jan. 1938).

⁹² FIGUEIREDO, Eurídice. **Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras**. 1ª edição. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020, p. 90.

3.2 Conflitos feministas, sobre desavenças pessoais e políticas

A diversidade dos movimentos feministas pode ser visualizada de inúmeras formas, seja por suas perspectivas teóricas, seja por suas demandas reivindicatórias, definindo as vertentes dos feminismos e explicitando sua pluralidade, presente desde o início das mobilizações. Todavia, apesar da ciência entre os contemporâneos e os estudos sobre os múltiplos feminismos, pouco há sobre as tensões em uma vertente ou grupo feminista, ou melhor, sobre as divergências entre suas integrantes, comum a todas as instituições e movimentos sociais. Tais características estavam presentes no Departamento Paraense, porém, a dificuldade de identificá-las reflete um almejo das belenenses de abafar o máximo possível e não deixar transparecer nem para o público, nem para a matriz, transformando-a em questões essencialmente privadas.

Referente às possíveis repercussões de transparecer os conflitos internos à sociedade paraense, conjectura-se na publicização de instabilidade na manutenção do grupo e de tornarem-se alvos do rechaço público, principalmente de seus opositores antifeministas, prejudicando a imagem e as atividades do DPPF. Enquanto sobre a matriz, infere-se tanto o almejo de não quererem a intervenção da Federação Brasileira em seus assuntos internos, minimizando os relatos sobre as desavenças, quanto quererem manter a imagem de uma representante sólida da organização fluminense no Estado do Pará, correspondendo com os padrões da FBPF. Assim, muitas das ocorrências analisadas apresentam-se como indícios dos desacordos feministas, tanto entre as integrantes, quanto relacionado com outras organizações. Em paralelo, ressaltam-se esses acontecimentos como indicativos da diversidade feminista.

Os conflitos e os desentendimentos apresentam-se sob a perspectiva analítica das relações estabelecidas entre mulheres. Segundo Nikelen Witter,⁹³ nesses relacionamentos há duas linhas de interpretações intrínsecas: o primeiro, na prática de permuta de favores, das redes de solidariedade e de como serviam como estratégia para amenizar a existência em um mundo masculinizado, permitindo se locomoverem. Enquanto o segundo, referiam-se aos momentos de conflitos, serviam para dar o tom das disputas, dos antagonismos e das diferenças. Por conseguinte, notam-se as experiências dessas mulheres, seus objetivos, as possibilidades, os afetos e os desafetos.

Assim, antes mesmo da fundação do Departamento Paraense, analisou-se anteriormente algumas dificuldades enfrentadas para nomearem uma representante para o II Congresso

⁹³ WITTER, Nikelen Acosta. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: VENDRAME, Máira Ines *et al* (orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 53–66.

Internacional Feminista e para instalarem o grupo com um quórum suficiente de integrantes. Nos detalhes de tais percalços, identificaram-se pequenos conflitos entre as belenenses: enquanto Delegação Paraense para participarem do congresso, o problema recaiu na escolha de Orminda Bastos para representar o Estado do Pará. Porém, havia a impossibilidade de tal nomeação, visto a escolhida ser integrante da comissão organizadora do evento; tal inviabilidade desagradou algumas das associadas.

Elmira Lima relatou o início de suas comunicações com Bertha Lutz a partir dessa situação, numa tentativa de resolver o problema: “[...] o caso delegação me pôs em correspondência com V. Ex.; caso que se ia tornando desagradável aqui, não fora a perícia com que precisei andar até chegar o telegrama de V. Ex. [...]”.⁹⁴ Nas sucessivas indisponibilidades e negativas para conseguirem nomear uma representante, conjectura-se uma saturação e impaciência das paraenses para resolverem essa questão, recorrendo à escolha de uma notória conterrânea moradora no Rio de Janeiro. Além disso, Elmira Lima demonstrou liderança ao mediar tais desentendimentos, em reflexo de sua experiência nas diretorias de grupos religiosos e filantrópicos, onde possivelmente era o principal motivo para ser escolhida como presidente do Departamento Paraense.

Por conseguinte, até mesmo a contestação de Bertha Lutz quanto à escolha da representante foi mediada por Elmira, ao narrar: “Essa resposta, que procurei tornar a menos conhecida possível do burburinho de rua, ficaram sabendo, de minha boca, apenas aqueles que não ignorando o caso, queriam saber a solução. Assim, salvou-se de comentários o vulto da Orminda [...]. Os ódios e as queixas se têm de amortecer com o tempo [...]”.⁹⁵ A ideia de uma formação institucional sem desentendimentos entre as integrantes se desfaz quando esses pequenos comentários aparecem. Todavia, ressalta-se que muitos desses conflitos apresentam-se apenas sob a perspectiva de uma interlocutora, comprometendo outras percepções em torno do mesmo acontecimento. Assim, há a compreensão de que a narrativa de Elmira Lima esteve afetada por sentimentos familiares, visto que Orminda era sua sobrinha, onde sempre a descreveu com muitos elogios, “a quem muito amo e dou verdadeiro merecimento”, “de incontestável valor e merecido realce”.⁹⁶

A relação familiar influenciou as ações da presidente feminista, primeiro ao objetar quanto à nomeação de Orminda, por saber da inelegibilidade ao cargo, mas parou sua oposição

⁹⁴ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 2 de julho de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a931_98.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ Ibid.

frente à insistência das companheiras em homenageá-la; segundo, em mediar esse desentendimento para que o nome de sua sobrinha não fosse afetado publicamente. Esses receios justificam-se pela publicidade recebida referente aos preparativos feitos pela Delegação Paraense, principalmente ao reter uma carta de Bertha Lutz sobre a decisão de representante. Seus motivos seriam para proteger contra o “burburinho de rua” e informar apenas aqueles realmente interessados em resolver o problema, escondendo a carta do conhecimento de algumas companheiras de grupo. O desagrado de Elmira Lima era tanto com belenenses externos ao grupo e seus opositores declarados, quando poderiam fomentar imagens depreciativas a partir desse desentendimento; quanto com as feministas de sua própria instituição, provavelmente na insistência em escolhas indevidas ou causas pessoais improváveis de determinar, mas possíveis devido à convivência anterior e por pertencerem aos mesmos círculos sociais.

Em retrospecto, na mesma carta, a presidente narrou outro momento de tensão na escolha da representante: dias após fundado o grupo, quando foi em comissão saudar o interventor Magalhães Barata pelo seu regresso de viagem do Rio de Janeiro, informou sobre as atividades do Núcleo Paraense. Ao saber sobre a nomeação de Orminda Bastos, o interventor exigiu o seu afastamento da representação e Elmira comprometeu-se para esse fim, identificado nas sucessivas trocas de telegramas com a Federação Brasileira. Os motivos para Magalhães Barata ter sido veementemente contrário à Orminda para representar o Pará encontram-se apenas no campo das possibilidades. Uma delas é que a imagem da feminista e suas opiniões desagradavam o interventor, pois não correspondia aos desejos a serem repassados em um congresso internacional, mesmo que pertencente ao feminismo. Antes de mudar-se de Belém, suas publicações na imprensa e atividades demonstravam opiniões ferrenhas à participação política feminina nos anos 1920 e intensificou-se com sua integração na Federação Brasileira.

Outro motivo mais específico seria a discordância de Orminda quanto aos projetos desenvolvimentistas na Amazônia, desde 1923, com o artigo *O Governo Federal e o empréstimo do Amazonas* publicado na “*Folha do Norte*”. A feminista criticava a permissividade dos poderes públicos e o investimento de capital americano na exploração da região, a partir de discursos progressistas, cujo beneficiamento era apenas às empresas estadunidenses e as oligarquias amazônicas.⁹⁷

Em continuidade com sua perspectiva, opôs-se ao Projeto Ford com seus empreendimentos extrativistas de seringais no Pará. Sobre sua atuação contestatória, a pesquisa

⁹⁷ COSTA, Francisco de Assis. **Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajó**. Belém: NAEA, 2012, p. 59.

de Aluizio Leal apresentou um breve relato de suas mobilizações, cuja presença nos debates relativos ao Projeto eram notáveis, onde defendia suas perspectivas críticas e manifestou-se contrariamente à implementação do empreendimento.⁹⁸ Apesar de ambos os casos serem anteriores à interventoria de Magalhães Barata, os projetos desenvolvimentistas continuaram em seu mandato, com a manutenção de Fordlândia – desde 1927, no vale do Rio Tapajós – e a transferência da Companhia Ford para Belterra, localizado no município de Santarém, em 1934. Assim, Ormindá Bastos tinha um histórico opositor aos projetos que interessavam o Governo do Estado, onde entrava em conflitos com os poderes públicos paraenses; por conseguinte, a divergência ideológica entre a feminista e o interventor justificaria a exigência do seu afastamento como representante.

A solução desse caso se resolveu com a impossibilidade de Ormindá Bastos, a nomeação de Marina Cardoso pelo interventor e a participação de outras feministas paraenses no congresso, como Cloris Silva e Maria Aurora Pegado. Enquanto os primeiros conflitos locais encerravam-se com a realização do evento, a imprensa iniciava a repercussão de divergências entre as congressistas. A explanação de tais casos torna-se relevante para destacar que a Federação Brasileira estava sujeita aos mesmos desacordos, apesar da tentativa de manter-se como uma organização homogênea e coesa, seus desentendimentos foram publicizados na imprensa. Em exemplo, uma das maiores desavenças publicadas ocorreu no II Congresso Internacional Feminista, cujas paraenses presentes no evento podem ter participado ou apenas assistidos às ocorrências.

Sobre o caso, vale lembrar a grandiosidade do Congresso, tanto pelos inúmeros temas debatidos, quanto pela presença de diversas personalidades influentes nacional e internacionalmente. Devido tais características, a ocorrência de divergências atraiu matérias e manchetes, com cobertura por vários periódicos brasileiros. A “*Folha do Norte*” publicou um desses casos, com a manchete “Decorreu algo tumultuoso, mas com sucesso, o 2º Congresso Feminista realizado no Rio de Janeiro” e o subtítulo “Qual a causa da divergência entre as congressistas e uma questão que interessa a imprensa”.⁹⁹ Iniciou sua reportagem relatando o recebimento de jornais e de correspondentes telegráficos sobre o ocorrido, demonstrando a relevância do assunto pela quantidade de repercussão e por semanas depois do acontecimento estarem informando sobre, além de republicar uma parte da matéria do jornal “*O Globo*”.

⁹⁸ LEAL, Aluizio Lins. A(s) resistência(s) ao grande projeto na Amazônia. **Revista de Políticas Públicas**, Número Especial, p. 85–103, 2016, p. 88.

⁹⁹ Folha do Norte. Belém, 19 de julho de 1931, p. 7.

Em continuidade, apresentou como motivo do conflito: “Verificamos que a causa principal foi a demanda da secretária do Congresso, senhora Conceição Andrade de Arroxellas Galvão, que se dirigiu à [...] Dra. Bertha Lutz, em termos considerados destoantes das boas normas daquele certâmen”.¹⁰⁰ A razão da repercussão apresenta-se quando Conceição Andrade enviou para a imprensa suas cartas de desistência do Congresso e de abandono das suas funções de secretária na Federação Brasileira, ao mesmo tempo, em que encaminhou para as destinatárias, Bertha Lutz e Ilka Labarthe (representante congressista do Rio Grande do Sul). Sem tempo ou prioridade para as correspondentes lerem sua missiva e responderem, publicizou seus descontentamentos para todos os leitores do periódico.

Na carta para Bertha Lutz, apresentou como justificativa a discordância com a atual campanha feminista, “por uma questão de temperamento e de coerência” com suas ideias, complementando com “saudades, dos momentos de idealismo sadio, de algumas das componentes dessa agremiação”.¹⁰¹ Tais afirmações demonstram um desagrado contínuo com a instituição, em possível desvio de seus objetivos políticos por parte de algumas integrantes. Nessa perspectiva, conjectura-se que a visibilidade da Federação Brasileira com o congresso e a participação de personalidades influentes podem ter atraído públicos diversos, independentes de estarem interessados por suas reivindicações e mais pelo valor social e midiático ofertado.

Em contrapartida, diferente da missiva à líder feminista, numerou seus motivos de desistência da Federação Brasileira para Ilka Labarthe, explanou seu “sentimento de revolta” e afirmou ausentar-se da Assembleia, “por uma questão de princípios”.¹⁰² Suas razões eram: 1º por discordar com luxos e divertimentos, em um momento de penúria vivido no país; 2º pela ausência de líderes da classe operária para representarem suas próprias demandas no Congresso; 3º pela negação de fala às congressistas, em valorização de representantes da imprensa. Tais motivos apresentaram-se como críticas diretas ao tipo de mobilização praticado pela Federação Brasileira, uma das poucas divergências explanadas publicamente. Em análise sobre as possibilidades a que se refere, o primeiro motivo relaciona-se com as frequentes atividades lítero-musicais e de entretenimento realizadas, num provável custo excessivo de gastos. O segundo, com a formação das Comissões do Congresso, especificamente das demandas trabalhistas, apesar da presença de instituições como a União dos Empregados do Comércio no evento. Por fim, o terceiro, um provável anseio de Conceição por mais espaços para as

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ O Globo. 2ª edição. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1931, p. 2.

¹⁰² Ibid.

congressistas e atuantes diretas do feminismo, do que para representantes midiáticos desvinculados do movimento.

Como resposta, a carta da Federação Brasileira para Conceição Andrade também foi publicada na imprensa, confirmando o desagrado da instituição pela exposição ao aceitarem a renúncia “em caráter irrevogável, em consequência da extensa publicidade dada ao referido ato”.¹⁰³ Além disso, defenderam-se das alegações: “O 2º Congresso Internacional Feminista não teve, nem tem preocupações de luxo; não deixou de convidar [...] representantes das operárias [...]. Por fim, o Congresso não criou qualquer situação de privilégio para a delegação da Associação Brasileira de Imprensa [...]”.¹⁰⁴ A resposta para cada ponto assinalado por Conceição Andrade, além da republicação em outros jornais cariocas sobre o caso,¹⁰⁵ são indícios de uma grande repercussão do assunto, principalmente por ser realizado durante o desenvolvimento do evento, com a presença de inúmeros convidados na capital do País. Nessa perspectiva, para não prejudicar a continuidade do Congresso e a imagem da Federação Brasileira, as integrantes precisaram reafirmar-se como uma instituição política e longe de convenções sociais luxuosas, de articulações com organizações operárias sobre as demandas desse grupo, além de negarem beneficiar determinadas instituições e espaços de oratória, em detrimento de suas congressistas.

Apesar desse acontecimento ter sido o de maior impacto, onde a “*Folha do Norte*” fez questão de republicar a matéria do “*O Globo*” quase um mês depois, revivendo os conflitos feministas, houve outros desentendimentos. Destaca-se o desacordo entre as congressistas no penúltimo dia de evento, Martha da Silva Gomes (representante do Paraná) expôs o seu estranhamento sobre a ausência do divórcio nas temáticas do Congresso, por acreditar que era um tema essencial para a “libertação da mulher”.¹⁰⁶ A inexistência dessa temática reflete o tipo de feminismo praticado, onde apesar de defenderem inúmeras reformas emancipatórias às mulheres, existiam limites intransponíveis, fronteiras conservadoras para manter a estrutura básica familiar. Todavia, a contestação de Martha Gomes demonstra a heterogeneidade do movimento, mesmo fazendo parte do mesmo grupo e Congresso, as divergências sobre determinadas temáticas refletem a diversidade do feminismo e de suas integrantes.

Em continuidade, a paranaense alegou na ausência a procedência de ceder às “conveniências bem conhecidas”; seu discurso gerou grandes repercussões no salão, cujos

¹⁰³ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1931, p. 6.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1931, p. 1; Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1931, p. 1.

¹⁰⁶ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1931, p. 3.

detalhes foram publicados na matéria: “Há, então, viva troca de aplausos, estabelecendo-se, entre as congressistas, grande confusão. Todas falam ao mesmo tempo e os grupos, isto é, as opiniões se dividem. [...] A balbúrdia esmorece, para depois recrudesce. Parecia uma sessão do famoso Conselho Municipal ou da Câmara [...]”.¹⁰⁷ Assim, reafirma-se a complexidade do movimento feminista e a distinção de opiniões, afloradas com temas ditos “delicados” à época, onde nem mesmo a intervenção das líderes feministas poderiam esmorecer as convicções individuais. Além disso, a alegoria com o plenário expôs o caráter político desses debates, ressaltou a importância do Congresso nas discussões sobre esses temas e evidenciou outros comportamentos femininos, longe de serem calmas e permissivas quanto às suas opiniões. Nesse conflito, pode-se apenas imaginar qual teria sido o posicionamento das paraenses nesta plenária, provavelmente, pela completa ausência do divórcio em suas correspondências e reivindicações, tenham sido contrárias à fala de Martha Gomes.

Paralelamente, houve a divergência de opiniões para além de assuntos referentes às reivindicações feministas, ou seja, a distinção entre as integrantes do feminismo também gerou discordâncias em outras áreas, como a organização de eventos, formas de conduzir o grupo e até mesmo questões pessoais. A importância de analisar esses conflitos embasa-se na desmistificação do movimento feminista de maneira idealizada, principalmente quanto às suas integrantes, retratadas muitas vezes apenas de forma idônea. Assim, compreender esses conflitos entre elas, ou envolvendo outros grupos e personagens, reflete a complexidade dessas mulheres feministas.

Dessa forma, um dos maiores desentendimentos entre as paraenses ocorreu menos de um ano de fundação do Departamento, em maio de 1932, com consequências identificadas nos anos seguintes. O acontecimento motriz ocorreu durante a celebração do Dia das Mães, conforme o relato de Elmira Lima, sendo a única correspondente remanescente a detalhar as origens e o desenrolar do conflito; em relação às outras envolvidas e suas perspectivas, quase nada há sobre. Todavia, conjectura-se que as consequências desses conflitos prejudicaram as movimentações do Departamento Paraense, onde a saída de Elmira da presidência e do grupo ocasionou também a perda de algumas redes de apoio, por ser a integrante com mais experiência em lideranças de associações e contato com personalidades influentes da capital.

Em sua extensa carta de 26 de junho de 1932 para Alice Coimbra, marcada como “confidencial”, iniciou informando sobre as mobilizações em apoio a nomeação de Bertha Lutz para compor a Comissão de Anteprojeto da Constituição. Contudo, as tentativas de iniciar as

¹⁰⁷ Ibid.

atividades para ajudar a líder feminista estavam sendo prejudicadas pelo desentendimento entre Elmira Lima e duas outras integrantes da diretoria, Cloris Silva e Maria Paraense.¹⁰⁸ Assim, ao tentar se reunir com elas para tratar das mobilizações, recebeu apenas respostas negativas. Sobre Maria Paraense, disse: “vive fora de casa, dias e dias na enfermagem de parentes, não me respondeu”; enquanto sobre Cloris Silva, a quem aparentou maior desgosto, narrou: “depois de três chamados, respondeu uma carta desatenciosa, ‘que não vinha em minha residência’ e outras frases de ofensa”. Apesar de estar brigada com as duas feministas, houve a tentativa de justificar as ações de Maria, visto que seu trabalho como parteira diplomada oferecia maiores conhecimentos na área médica para cuidar dos familiares. Em contrapartida, o tratamento diferiu com Cloris, ao retratá-la com um possível comportamento agressivo com as “frases de ofensa” e insensível, por se negar a comparecer na casa de Elmira, mesmo ela tendo falado de suas restrições médicas devido seu estado de saúde, “disse tudo às minhas companheiras, não me deram a menor acolhida às razões que apresentei”.¹⁰⁹

Tais implicações demonstram a continuidade do desentendimento mesmo após um mês do evento, com agravamentos e prejuízos na realização das atividades do grupo. Esses motivos podem ter incentivado Elmira Lima, como presidente da instituição, a compartilhar com a feminista fluminense. Nessa perspectiva, trouxe na carta o fato de ter escrito mais de uma vez para relatar o ocorrido, principalmente voltado aos seus sentimentos, “narrando-lhe o que de desilusão me esperou nesse trabalho associativo logo após a festa das Mães”.¹¹⁰ Além disso, confidenciou o ocorrido à Isabel Chermont que lhe aconselhou comunicar o caso, marcado como “confidencial”, devido ao “estado de inimizade” das referidas integrantes com ela.

Nessas primeiras informações, conjectura-se o anseio da feminista de justificar seu pedido de renúncia do cargo da presidência – informado na mesma missiva –, sem prejudicar a sua imagem às líderes da Federação Brasileira. Demonstra-se no papel de vítima frente às inimizades praticadas por suas companheiras, antes mesmo de narrar em detalhes as origens do conflito. Ademais, a cautela em marcar a carta como confidencial, a ausência de outras narrativas referentes ao caso e à inexistência de qualquer menção nos periódicos sugerem um desejo máximo de todas as envolvidas de manterem as desavenças em caráter privado, sem que houvesse a possibilidade do público saber e prejudicar o grupo.

¹⁰⁸ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 26 de junho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ Ibid.

Essa postura era comum entre as associações, conforme as análises de Alcileide Nascimento sobre os conflitos entre as feministas nas primeiras décadas do século XX. A autora destaca em Bertha Lutz a “estratégia de silenciar as dissidências internas, as oposições e as opiniões divergentes das suas”, revelando um comportamento controlador quanto à organização, onde permaneceu no cargo de presidente por sucessivos anos.¹¹¹ Assim, para além de fatores externos que fugiam ao domínio da FBPF – como o Congresso Feminista –, poucas dissidências internas foram e são conhecidas. Em complementaridade, a pesquisa de Tereza Marques sobre a biografia política de Bertha Lutz apresenta um exemplo: na disputa pela liderança da organização, Natércia da Silveira divergia de Bertha Lutz sobre posicionamentos políticos, quando se movimentou abertamente a favor de Getúlio Vargas, enquanto candidato presidencial nas eleições de 1930.¹¹² Sua movimentação política partidária, proibida pelas diretrizes da instituição, ocasionou em sua saída da Federação Brasileira e a fundação de um novo grupo feminista, a Aliança Nacional das Mulheres.

Um padrão aparenta se formar quando os conflitos entre as feministas se intensificam, resultando na ausência de resolução do embate e na saída de uma das partes. Outro exemplo, cuja repercussão chegou em Belém e levado à justiça, foi o caso de Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira, em Recife. Na mesma pesquisa de Alcileide Nascimento, a autora apresentou esse caso extremo, alegando ser a primeira vez em que era noticiada a judicialização de um conflito entre feministas.¹¹³ O início da discórdia aconteceu durante a participação de Martha de Hollanda na programação da Rádio Club de Pernambuco, em 29 de maio de 1932, com a presença de algumas companheiras da Cruzada no local. Apesar do discurso pouco usual feito pela feminista, nada se sabe sobre o que ocorreu após a palestra, apenas que Martha abriu uma queixa-crime por infâmia e injúria contra as companheiras de grupo.

Em análise dos relatos consecutivos, a autora depreende que, “em assembleia extraordinária, a palestrante foi destituída do cargo da presidência da associação, cuja decisão ela não aceitou”.¹¹⁴ Essa configuração noticiada em Belém, com uma pequena nota publicada pela “*Folha do Norte*”, informou o início do processo de queixa-crime, com a primeira audiência sendo “muito concorrida de senhoras e senhorinhas, magistrados, advogados, intelectuais e representantes da imprensa”.¹¹⁵ Dessa forma, além das notícias negativas à

¹¹¹ NASCIMENTO, Alcileide Cabral. A Cruzada Feminista Brasileira e a Cultura Política em Pernambuco (1927-1932). *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 2, p. 1–16, 2018, p. 10.

¹¹² MARQUES, Teresa Cristina Novaes. *Bertha Lutz*. 2 ed. Brasília: Edições Câmara, 2020, p. 40.

¹¹³ Op. cit.

¹¹⁴ NASCIMENTO, A Cruzada Feminista Brasileira e a Cultura Política em Pernambuco (1927-1932), p. 12.

¹¹⁵ Folha do Norte. Belém, 17 de setembro de 1932, p. 3.

imagem da Cruzada e as possíveis rejeições sofridas pelas feministas, o processo tornou-se um caso de entretenimento, identificado tanto na constância midiática, quanto na disputa por local na audiência.

Esses correlatos, em Recife e em Belém no mesmo período, apesar de discrepantes entre si em graus de publicização e de gravidade, coincidem em exemplificar os desafetos no movimento feminista, onde as presidentes das instituições foram afrontadas por suas companheiras. Longe de querer comparar ambos os casos e sim analisá-los conjuntamente devido à simultaneidade, ressalta-se a individualidade de cada feminista e seus modos agir perante os acontecimentos: Elmira Lima, com idade na faixa dos 40 anos, encontrava-se debilitada por seu estado de saúde, mas perseverou na presidência, tentou lidar com as desavenças e preferiu abdicar. Enquanto Martha de Hollanda com seus 29 anos, era um dos principais rostos feministas propagado na mídia pernambucana, com grande visibilidade enquanto líder do movimento, reagiu imediatamente e foi retirada da função. Por último, infere-se o quanto a situação da Cruzada Feminista tornou-se um exemplo e confirmação do temor das integrantes de outras organizações, se e quando algum conflito viesse ao público.

A partir desse panorama, retoma-se ao relato de Elmira Lima sobre a dissidência com Cloris Silva e Maria Paraense. Em retrospecto, a presidente lembrou da festividade ao Dia das Mães onde teve a “infelicidade de desagradar” as duas companheiras e o desejo imediato de deixar o cargo. Todavia, justificou sua permanência ao lembrar das associadas que confiavam nela e esperavam o seu auxílio, inclusive as duas feministas envolvidas no conflito, conforme a afirmação da presidente: “diziam e repetiam que só aceitavam cargos porque era eu a presidente; que eram minhas auxiliares apenas, e porque gostavam de mim é que trabalhavam como associadas”.¹¹⁶ Tal discurso pode ser coerente quanto à Maria Paraense, cuja primeira aparição ocorreu na fundação do grupo e há a possibilidade de sua inserção ter ocorrido a partir de Elmira Lima, embora não se possa confirmar. Porém, torna-se mais difícil de relacionar essa afirmativa com Cloris Silva, devido sua atuação preceder a instalação do Departamento, sendo uma das principais articuladoras e foi quem sugeriu o nome de Elmira Lima para ingressar na Delegação Paraense como representante; assim, apesar dos vínculos de amizade, o provável era a autonomia da 1ª secretária na aquisição de cargos e permanência na instituição.

Outrossim, conjectura-se a possibilidade de Elmira Lima se supervalorizar e reafirmar seu papel de inocente. Essa perspectiva fundamenta-se com a continuação do relato, quando diz

¹¹⁶ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 26 de junho de 1932. 1 carta. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

ter sido surpreendida pela forma como foi tratada por Maria Paraense no dia seguinte à celebração e, finalmente, informou o cerne do problema:

[...] fui recebida muito mal pela tesoureira Mme. Maria Costa Paraense que se mostrou agressiva em sua casa, por eu lhe ter demonstrado estar mal satisfeita (e fiz com acrimônia e veemência) com o senhor dr. Ribamar de Moura, que havia insistido em ler 5 páginas dum livro, sendo pateado a palmas pelo Theatro da Paz, à cunha! Esse rapazinho, formado de pouco, era, disse-me ela, tão querido como um filho seu, e enaltecendo o seu amigo, depreciou-me e me fez chorar em sua sala, de onde me retirei; ofendida.¹¹⁷

Conforme a programação anunciada, a apresentação de Ribamar de Moura seria realizada na Segunda Parte da festividade, após a entrada da banda do 26º BC (Batalhão de Caçadores), descrita apenas como “Uma página de Celso Vieira, Ribamar de Moura”.¹¹⁸ Assim, a mudança na leitura de uma para cinco páginas, sem prévia comunicação com as organizadoras, resultou em consequências prejudiciais ao grupo. Primeiro, com o pateado (vaiado) do público, depreciando inicialmente o interlocutor, mas também o Departamento Paraense por sua organização do evento; segundo, sendo o pivô da desavença entre as feministas. Devido à repercussão do público, Elmira Lima deixou evidente o seu desagrado com a situação, seja com o próprio Ribamar e com a companheira Maria, seja em sua carta à Alice Coimbra. Sua indignação persistiu no relato:

[...] O Theatro cheio foi um esplendor, mas o tal *rapajulo*, pequeno, feinho, sem voz alguma, de livro na mão, a ler, quase estraga todo o festival, pondo por terra esse edifício moral de simpatia que eu conseguira levantar, indo, com sacrifício de saúde, quase de vida, convidar pessoalmente, em repartição de escadarias várias, essa enorme assistência [...]. Quase que a pateada soa aos meus ouvidos, no lugar de destaque em que me achava, representando a Federação, sentada no palco, ao lado do Intendente, do juiz de foro federal e do major comte. da Região Militar do Estado. Essas autoridades demonstraram o seu desagrado pela longanimidade do programa [...]. O número do “aluno” da Cloris desagradou e perturbou o resto da festa. Fez-se o rumor no recinto, estragando os outros números [...].¹¹⁹

Após o festejo, as matérias sobre o evento demoraram a serem publicadas e foram sucintas quanto aos detalhes dos acontecimentos, corroborando com a perspectiva da feminista. Em análise sobre a repercussão nos jornais “*Folha do Norte*” e “*O Estado do Pará*”, cujas publicações eram constantes antes da celebração, o cenário reverteu-se após a realização, ao noticiarem apenas uma matéria cada, com a “*Folha do Norte*” divulgando dois dias depois

¹¹⁷ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 26 de junho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

¹¹⁸ O Estado do Pará. Belém, 8 de maio de 1932, p. 3.

¹¹⁹ Op. cit.

(10/05)¹²⁰ e “*O Estado do Pará*” três dias depois (11/05).¹²¹ Essa foi uma ação diferente por parte dos diários, se considerar a frequência das publicações, por exemplo, desde a primeira notícia no dia 15 de abril até 8 de maio, o “*Estado*” publicou 11 matérias, enquanto a “*Folha*” publicou nove, contabilizando uma frequência de três notas semanais. Esta discrepância contribui na perspectiva de um possível transtorno e incômodo durante a festividade, onde os jornais optaram por apenas uma publicação posterior para evitar mencionar o acontecimento. Além disso, pondera-se sobre a possibilidade das feministas, principalmente Elmira Lima, terem intervindo junto aos proprietários dos diários, sendo o nome de Ribamar de Moura mencionado rapidamente apenas na “*Folha do Norte*”.

Ademais, ressalta-se o protagonismo da presidente durante a realização da homenagem: como oradora do grupo, cujo discurso logo após a abertura feita pelo prefeito Leandro Pinheiro¹²² apresentou o Departamento Paraense ao público, além de ter feito parte da programação, com a declamação de seu poema “Sonhos de Mãe”, ao lado de Esther Nunes Bibas como as únicas feministas a se apresentar.¹²³ Infelizmente, pela escassez de repercussões e detalhamentos, desconhecesse a organização das integrantes no teatro e se era a única feminista no palco ao lado de personalidades de poder local. Se sim, demonstrou mais uma vez sua liderança e desenvoltura nesse tipo de evento, como também ao frisar suas mobilizações individuais por convidar pessoalmente essas figuras. Essa afirmação é bem provável de ser verídica, devido ao histórico de empregar tal prática em outras organizações e pela ausência dessas autoridades em outras atividades posteriores do Departamento, exceto se houvesse a presença de alguma personalidade externa a Belém. Ademais, ressaltam-se as caracterizações feitas de suas próprias movimentações, tidas quase como messiânicas, onde no “sacrifício de saúde, quase de vida” perseverou em suas obrigações, para o melhor do festejo.

Quando Elmira Lima citou o desagrado do público e das autoridades ao seu lado, justificou-se por sua atitude perante Ribamar de Moura e reafirmou sua incompreensão das reações agressivas de Maria Paraense. Assim, a ausência de outros relatos ocasionou em inúmeros questionamentos quanto aos acontecimentos narrados após a celebração: quais seriam as palavras tão ofensivas de Maria Paraense a ponto de fazer Elmira chorar? Teriam tido alguma desavença anterior para a reação extrema da tesoureira? Ou as ações de Elmira Lima a Ribamar

¹²⁰ Folha do Norte. Belém, 10 de maio de 1932, p. 2.

¹²¹ O Estado do Pará. Belém, 11 de maio de 1932, p. 2.

¹²² Ibid.

¹²³ O Estado do Pará. Belém, 8 de maio de 1932, p. 3.

de Moura foram mais incisivas e vexatórias do que o narrado e por isso negou-se a detalhar? Tais perguntas encontram-se sem respostas.

Em continuidade, o que poderia ser um conflito apenas entre as duas, envolveu outras integrantes. Na mesma carta, a presidente afirmou ter acontecido uma reunião na sede do Departamento, onde vale lembrar era a casa de Maria Paraense, no dia seguinte ao Dia das Mães. Suas companheiras teriam agido de maneira “prevenidas e desatenciosas”, quando recusaram em ir até a casa dela e alegaram ter sido Elmira que as ofendeu e foi grosseira. Dessa forma, as outras integrantes estariam a par da situação entre a presidente e a tesoureira, mas sabe-se apenas do envolvimento de Cloris Silva. A justificativa seria por ter sido professora de Ribamar nos tempos de escola, além disso, vale lembrar o auxílio prestado por ele na propagação do feminismo na mídia, por meio do jornal “*O Imparcial*”, antes da fundação do grupo. Assim, quando Elmira tentou recorrer ao amparo da amiga, descrita pela presidente como “confidente de muitos desgostos de minha vida”, não encontrou ajuda, pois Cloris Silva ficou ao lado de Ribamar e Maria, mesmo ela narrando as ofensas ditas pela tesoureira.

A partir disso, Elmira Lima demonstrou-se chateada e surpreendida com as ações de suas amigas e raivosa quanto a Ribamar de Moura: “Nunca pensei que [...] se lançassem contra mim, a defender esse doutorzinho, menino, que tivera a vaidade astuta de se meter e nos prejudicar”.¹²⁴ Os relatos sob a perspectiva da presidente ao longo da carta demonstram a desestabilização do Departamento Paraense frente ao conflito na Diretoria, seja no desempenho das atividades do grupo, seja na amizade entre as envolvidas; sugerindo ser as três as protagonistas nas mobilizações, além do fato de nenhuma outra integrante ter sido citada, em apoio ou não.

Contudo, Elmira ainda se via como a única força motriz do DPPF, ao narrar suas designações: “Eu escrevia nos jornais, eu mantinha o engano de que éramos muitas e assim íamos indo a conseguir assinaturas e adesões no meio [...]. Desta vez, é o remate da obra iniciada. O fim duma etapa e o primeiro marco fincado no futuro para a Mulher, no Brasil. Fecha-se o ciclo [...]”.¹²⁵ Na impossibilidade de confirmar o grau de atividades desempenhadas por cada uma das feministas ou se o engodo da presidente era o que mantinha o grupo funcionando e atuante publicamente, decerto houve a diminuição de espaço nos meios de comunicação após sua saída. Em contrapartida, sem a atuação e a interferência de Elmira Lima, as remanescentes precisaram de outras estratégias de atuações, iniciar um novo ciclo, com as

¹²⁴ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 26 de junho de 1932. 1 carta. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

¹²⁵ Ibid.

tentativas de articulações com outras associações belenenses e a bem-sucedida troca de correspondências com os políticos locais e nacionais.

Pelos poucos dias após a data dessa carta, Elmira não esperou uma resposta ou solução de Alice Coimbra e no dia 30 de junho escreveu sua renúncia ao cargo de presidente do Departamento Paraense, alegando motivos de enfermidade e encaminhou cópia manuscrita à Federação Brasileira.¹²⁶ Esse anúncio foi feito em reunião da diretoria, no mesmo dia da missiva, após outras tentativas para conseguirem se encontrar. Sobre esse dia, a primeira presidente relatou: “Ali fui novamente tratada com desamor e, como eu não tenho a escolher substitutas, e nem queria e poderia fazê-lo, renunciei eu, dizendo, de viva voz, sentidamente de quanto as estimei e contei com elas. O núcleo continuará se elas o quiseres”.¹²⁷ Mais uma vez, Elmira representou-se abnegada frente às atitudes de suas companheiras e ao anunciar seu afastamento, demonstrou ainda afeto por suas amigas.

Enquanto a líder feminista detalhava os acontecimentos, as outras envolvidas realizaram o caminho oposto. Em comunicação oficial representando o grupo, Cloris Silva informou brevemente a saída da primeira presidente à Alice Coimbra, três dias depois, em meio às outras atividades de campanha pró-Bertha Lutz para Comissão do Anteprojeto.¹²⁸ Outra comunicação, datada em 9 de julho, trouxe novamente a informação, transcrevendo a carta de renúncia e informando a posse de Anna Leopoldina no cargo de presidente.¹²⁹ No entanto, o cenário mudou ao longo do mês de julho, com Elmira Lima voltando a se defender, pois além de encaminhar uma das missivas trocadas com Cloris Silva, para mostrar como estava sendo tratada, mudou de atitude. Sem ser permissiva às atitudes das companheiras, retomou os acontecimentos anteriormente narrados, afirmando ter mandado três recados para a secretária, pedindo para conversarem sobre os trabalhos em prol de Bertha Lutz. Além de afirmar: “Não tratei de finanças, nada disse sobre retirada de pertences; são criações [...] para me por mal com o meio feminista”.¹³⁰

Provavelmente, a primeira presidente estava se referindo a uma carta da secretária encaminhada, em 11 de julho, à Alice Coimbra, pedindo desculpas pela demora em

¹²⁶ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Diretoria do Departamento Paraense. Belém, 30 de junho de 1932. 1 cópia manuscrita. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

¹²⁷ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz e Alice Coimbra. Belém, 1 de julho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

¹²⁸ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 3 de julho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_49.

¹²⁹ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Carmem Portinho. Belém, 9 de julho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_49.

¹³⁰ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, [s/d] 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

mobilizarem-se na campanha, alegando terem tido acesso às demandas nacionais apenas na reunião de 30 de junho.¹³¹ Por conseguinte, em sua defesa, Elmira afirmou ter comunicado muito antes sobre a Comissão de Anteprojeto, mas foi recusado o comparecimento em sua casa. Antes de adentrar na referida missiva escrita por Cloris Silva à presidente, ressalta-se a troca de informações entre Alice Coimbra e Elmira Lima, onde a fluminense transmitiu os relatos da secretária. Esse compartilhamento pode ter sido motivado pelos detalhes fornecidos pela ex-presidente e um relacionamento mais próximo com ela, em solidariedade. Ademais, aparenta um anseio de querer saber todos os detalhes possíveis e confrontando-a com a divergência de informações, onde reflete a manutenção de controle da Federação Brasileira com suas organizações filiadas.

Em continuidade à narrativa, segue-se o bilhete de Cloris Silva à Elmira Lima, datado de 25 de junho de 1932:

Volto a responder o seu recado.

A reunião não poderá ser lugar em sua residência, porque o Departamento tem sede. Se a senhora não quiser comparecer à casa de D. Maria Paraense deve mudar a sede do mesmo, publicando-a pelo jornal [...]. Eu não poderei comparecer – a senhora se for um pouquinho justa, deve compreender que eu tenho razões sobejas para isso. Estamos no fim por isso deveremos ser concordes; já o fomos da primeira vez, e só recebemos “muita delicadeza” da senhora.

Em todo caso também lhe faço lembrar que os pertences da sociedade podem lhe ser entregue em juízo; e de lei. [...] Eu não quero mais formar parte na diretoria já disse mais de uma vez. Não afastarei a minha atuação como simples associada, se o grêmio continuar a viver [...].¹³²

A maioria dos comentários da secretária estiveram marcados por ironia e afronta, ao questionar e ao desafiar as atitudes de Elmira Lima. Também apresentou demarcações pessoais, reflexos da amizade vindoura, onde é possível apenas conjecturar sobre quais questões estavam tratando. Por exemplo, ao dizer para mudar a sede e publicar no jornal, pensa-se na frequente ênfase da ex-presidente quanto às suas relações com os meios midiáticos, em provável deboche das referências consecutivas. Outro caso, sobre Elmira ser “um pouquinho justa”, pondera-se sobre o caso de Ribamar de Moura, um jovem recém-formado, onde é provável ter tido uma das primeiras oportunidades para apresentar-se no campo literário, frente a um grande público e personalidades influentes da capital, pode ter se empolgado mais do que o devido em sua apresentação no Dia das Mães e recebeu revés da plateia e de Elmira. Por último, nas

¹³¹ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 11 de julho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_49.

¹³² SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Elmira Lima. Belém, 25 de junho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

ponderações de Cloris Silva sobre sua situação no grupo, questiona-se se o conflito também quase resultou em sua saída, ou se estava insatisfeita com sua posição no Departamento; por ser a única referência à sua situação e cargo, pouco se sabe.

A intensidade do conflito pode ser notada na longevidade de tempo com que ainda era mencionado, quatro meses após o ocorrido, Cloris Silva comentava sobre o conflito, porém com bem menos detalhes do que Elmira. Sob sua perspectiva dos acontecimentos, narrou:

A atual situação do país, a esquivança de D. Elmira, nos trouxeram sérios embaraços, mas penso que isso está na vida intensa das agremiações.

Há de passar ...

“Se houve algum estremecimento?”

Sim, houve; mas não que se relacionasse com o trabalho do departamento nem tão pouco com o apoio integral que ela dá ao trabalho feminista [...]. Penso eu, que foi a influência do lar que a indispos conosco. As nossas relações estão equilibradas [...]. Certamente dir-vos-á melhor que eu a razão do seu afastamento, pois não o compreendi ainda.

Efetivamente ela tem estado doente mas não de maneira que a motive a uma retirada definitiva. A reunião, em que ela apresentou a renúncia do cargo, foi suspensa ao meu alvitre, não lavramos ata, esperando a retificação do gesto, e ainda esperamos a sua volta ... No entanto, ela ordenou à tesoureira que suspendesse a cobrança.¹³³

Decerto Cloris Silva suspeitava da troca de correspondências entre Elmira e a Federação Brasileira, embora sem a riqueza de detalhes e na imagem negativa retratada dela e de Maria Paraense, principalmente por afirmar-se desentendida quanto aos motivos para renúncia, ou talvez, encarou o caso sem tanta gravidade quanto a ex-presidente e expôs a justificativa do afastamento como mera desculpa, ao invalidar a gravidade de sua doença como impedimento de atuação. Além disso, das poucas coisas em comum em ambos os relatos, como o prejuízo ao desempenho do grupo, ressalta-se a distinção nas histórias, onde Elmira Lima apresenta-se como vítima da situação, Cloris Silva retrata-se de maneira benevolente, ao oferecer uma oportunidade da líder feminista de retirar sua renúncia, deixando a ata em suspenso e aguardando o seu retorno, apesar dos desentendimentos.

A decisão da primeira presidente foi definitiva e não retornou ao grupo, apesar de ainda cooperar com listas de assinaturas e comparecer em determinados eventos, assim, sua saída era lastimada por Antonina Prado mais de um ano depois: “[...] tivemos de lamentar em primeiro lugar a retirada de nossa primeira presidente, D. Elmira Lima, de quem não se deveria esperar jamais tal gesto, pois conosco está para os demais movimentos de propaganda”.¹³⁴

¹³³ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 25 de setembro de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_49.

¹³⁴ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Edith Frankel. Belém, 6 de dezembro de 1933. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a933_57.

Compactuando com a perspectiva de Cloris Silva na surpresa da renúncia, mas distanciando ao lamentar sua saída, demonstrou um provável apoio à Elmira, frente aos dois lados do embate.

A partir da perspectiva das duas feministas envolvidas, algumas afirmações podem ser feitas: os dois lados do conflito foram abalados com a desavença e sentiram-se ultrajadas com o comportamento alheio, afetando a amizade delas e comprometeu as atividades do grupo, a ponto de questionarem se o Departamento iria continuar. Porém, o fim do DPPF não era o que ambas as partes desejavam, uma vez que até mesmo após sua saída, Elmira Lima participou de algumas atividades e Cloris Silva precisou assegurar para as feministas da Federação que apesar das adversidades, o Departamento continuaria.

Na impossibilidade de maiores detalhes sobre a discussão e as palavras trocadas em desavença, as feministas não estavam isentas de possíveis comportamentos e falas agressivas, onde apenas no campo imagético pode-se ponderar se houve alterações em momentos de intensa discussão. Em exemplo, para retratar casos extremos de conflitos feministas, cujas expressões utilizadas pelas mulheres estavam longe do idealizado por seus conterrâneos, Bertha Lutz protagonizou um desses momentos na Conferência Interamericana de Montevideú, em 1933, ao se confrontar com Doris Stevens, delegada pelos Estados Unidos. Ao analisar essa conferência, Teresa Marques trouxe com detalhes as divergências protagonizadas pelas feministas, seja em caráter público de oposição a determinadas pautas da Conferência, seja em caráter privado com ofensas pessoais.¹³⁵ Sobre os conflitos não publicizados, a autora ressaltou o uso de insultos entre elas: para a norte-americana, Bertha era como um “animal desprezível”; enquanto, por sua vez, a brasileira considerava Doris uma “pervertida sexual”. Além de outras injúrias trocadas, como caracterizar de “psicopata sexual louca”, em carta de Bertha sobre a inimiga, ou ser chamada de “assexual” por ela.

Tais ofensas não chegaram aos meios midiáticos, reforçando a perspectiva das feministas de zero exposição dos seus conflitos, uma política empregada ao máximo. O mesmo procedeu com as integrantes do Departamento, onde apenas uma nota, meses depois, comunicou a saída de Elmira, quando recebeu uma missiva de Bertha Lutz agradecendo pelos serviços prestados e esperando que voltasse aos trabalhos feministas.¹³⁶ Assim, o suposto afastamento por motivos de saúde foi o que chegou ao público e era justamente o almejado por Elmira Lima.

¹³⁵ MARQUES, Teresa Cristina Novaes. Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevideú, 1933. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 3, p. 927–944, 2013.

¹³⁶ Folha do Norte. Belém, 27 de setembro de 1932, p. 5.

Além desse principal conflito pormenorizado, há poucos indícios de divergências entre as integrantes e foram sinalizados em outros tópicos, como a diferença partidária durante as eleições ou a atuação precária de algumas feministas em determinadas atividades do grupo. Todavia, enquanto as desavenças internas eram cada vez mais abafadas ao conhecimento da Federação Brasileira, apresentaram discordâncias envolvendo o Departamento Paraense com outras associações e posicionamentos políticos. Por exemplo, apesar dos poucos detalhes identificados, ressalta-se uma tentativa de aproximação entre os integralistas e as feministas. Em fevereiro de 1934, Cloris Silva descreveu à Maria Sabina o seguinte cenário:

[...] que faça o obséquio de comunicar à dr.^a Bertha Lutz, que o secretário da “Folha do Norte”, dr. Paulo Eleutério, chefe integralista, solicitou permissão para fazer conferências sobre a doutrina cívica que abraçou na sede do Departamento. E que ela espera a sua opinião segura sobre esse movimento novíssimo aqui, e portanto meio desconhecido. Há entusiastas sobre o mesmo entre as nossas consócias. A tesoureira indica-se; e o Departamento tem sede em sua residência e aquele senhor e família têm relações amistosas com ela. Razão porque a presidente solicita um conselho e uma opinião que acatará com especial distinção.¹³⁷

Devido aos poucos meses na presidência, Antonina Prado ainda buscava os conselhos das feministas fluminenses, principalmente sobre questões que poderiam gerar consequências negativas ao Departamento. Devido ao possível receio da presidente em aprovar essas conferências, conjectura-se ter sido ela contrária ou, no mínimo, desconfiada quanto aos preceitos integralistas. Todavia, se negasse a realização das conferências, poderia desagradar tanto a companheira Maria Paraense, perdendo a sede do grupo e uma de suas principais atuantes, quanto um dos importantes funcionários da “*Folha do Norte*” e deixar de ter o apoio e o espaço para publicação em um grande periódico. Por conseguinte, ao acatar a opinião de Bertha Lutz, independente de qual fosse, estaria respaldada e minimizaria as consequências e as responsabilidades.

Em Belém, a instalação de uma seção regional da Ação Integralista Brasileira (AIB) era recente, anunciada em finais de dezembro de 1933 com a chegada de uma comitiva carioca na cidade. A comissão, liderada por Gustavo Barroso, instalaria em poucos dias um Núcleo Paraense e a nomeação de Paulo Eleutério como Chefe Provincial. A presença do integralismo no Pará e a sua atuação local é alvo de pouquíssimas pesquisas, assim, destaca-se o estudo de Magaiver Rodrigues no detalhamento sobre os primeiros anos do grupo integralista belenense. O autor enfatiza o processo de propaganda realizado desde a chegada da comitiva, com amplo

¹³⁷ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 4 de fevereiro de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

espaço nos meios midiáticos (imprensa e rádio), realização de palestras e encontro com as autoridades, como Magalhães Barata.¹³⁸ Enquanto movimento, a AIB foi a principal organização fascista brasileira e o primeiro partido com implementação nacional, conforme a pesquisa de Marcos Maio e Roney Cytrynowicz, o integralismo aproximava-se do conservadorismo sob a perspectiva de ordem social, mas com uma abordagem totalitária, contrário ao liberalismo e ao comunismo, teve milhares de adeptos e atraiu inúmeros intelectuais.¹³⁹

Referente à atuação feminina, as mulheres participavam ativamente das manifestações políticas da AIB, compunham comissões femininas nas organizações e chegaram a se candidatar sob a bandeira integralista em alguns Estados. O reconhecimento e a oficialização da presença feminina viria com a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina, em agosto de 1936, no controle da participação das mulheres.¹⁴⁰ As perspectivas delas, em comunhão com os ideais da AIB, eram de caráter tradicional às normas sociais dos papéis de gênero, na “defesa e manutenção dos fundamentos da família cristã brasileira”.¹⁴¹ Visualizam-se essas características nas divulgações do Núcleo Integralista Paraense sobre as movimentações femininas integralistas no Brasil. Em exemplo, divulgaram as atuações realizadas pelo Núcleo Feminino do Ceará e o discurso da professora integrante Letícia Ferreira Lima, em Fortaleza, defendendo a necessidade de uma formação ao casamento, para serem preparadas com uma “atitude nova da mulher no lar, na Igreja, na vida política da nação”.¹⁴² Tal publicação, feita poucos dias após o contato com as feministas, complementa a tentativa de angariar filiadas e de criar uma comissão feminina paraense, porém, só conseguiram efetivar uma organização em 11 novembro de 1934, nomeada Departamento Feminino da AIB.¹⁴³

Noticiavam na “*Folha do Norte*” a crescente inscrição de “senhorinhas e senhoras”, sendo “várias as jovens que já se comprometeram a vestir a camisa verde do Integralismo”.¹⁴⁴ Infelizmente, apenas o nome de uma integrante foi publicado, a professora Nair Sampaio, no cargo de secretária. A ausência de informações subsequentes sobre a comissão feminina

¹³⁸ RODRIGUES, Magaiver Luiz Pinheiro. **Pelo Integralismo no Pará (1934-1937)**. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Escola Superior Madre Celeste, Ananindeua, 2009.

¹³⁹ MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 39–65.

¹⁴⁰ POSSAS, Lidia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932–38). In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 257–277.

¹⁴¹ Ibid., p. 267.

¹⁴² Folha do Norte. Belém, 14 de fevereiro de 1934, p. 2.

¹⁴³ Folha do Norte. Belém, 11 de novembro de 1934, p. 6.

¹⁴⁴ Folha do Norte. Belém, 13 de novembro de 1934, p. 2.

integralista faz-se questionar sobre a durabilidade e a movimentação das mulheres no Núcleo Paraense, sobretudo, apresenta-se como uma área a ser investigada e retirada do apagamento histórico.

Decerto, afirma-se a recusa de algumas feministas em participarem do integralismo, pois um mês após solicitarem os conselhos de Bertha Lutz, Cloris Silva respondeu: “Quanto ao integralismo tivemos o cuidado devido; assistimos uma conferência do padre Helder Câmara, em visita missionária aqui. Nada interessante; não logramos nenhuma finalidade. Só a mulher cega aceita de bom grado. As nossas recusaram”.¹⁴⁵ Helder Câmara realizou na capital paraense diversas palestras, pregando a favor do integralismo; onde na ausência de divulgação midiática, ressalta-se o caráter privado da conferência. A declaração reforçou a antipatia da secretária e confirmou o receio de parte das feministas sobre o integralismo. Apresentou, além disso, a mudança de perspectiva das entusiastas iniciais, provavelmente devido à divergência de perspectiva em torno das mulheres, mas não se pode descartar completamente a ojeriza por todas as integrantes.

Em continuidade, outros movimentos políticos desagradaram as feministas paraenses. Novamente, cabe assinalar os momentos de tensões políticas no Pará na Interventoria de Magalhães Barata, em que a “*Folha do Norte*” tornou-se o principal periódico de oposição ao governo após as eleições de 1933. Com a ameaça de punição governamental para os funcionários públicos que não votassem, as relações entre o interventor e Paulo Maranhão, proprietário do jornal, romperam-se. Conforme a pesquisa de Alessandra Oliveira, Luíz Silva e Jetur Castro sobre as censuras sofridas ao referido diário durante a primeira metade da década de 1930, Paulo Maranhão sob a perspectiva de “livre expressão” foi veementemente contrário a ação do interventor nas eleições e publicizou sua perspectiva nas páginas de seu jornal.¹⁴⁶ Como resposta, Magalhães Barata impôs repressão à “*Folha*”, com diversas punições subsequentes devido à continuidade de publicações de oposição.

Esse conflito entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata perdurou nos anos seguintes, até a morte do interventor nos anos de 1950. Referente a essa desavença, Cloris Silva posicionou-se: “Esse jornal por motivos que não posso julgar, inimizou-se com o Governo e nós não poderemos assumir atitudes partidárias. Somos gratas à Folha, mas não participamos

¹⁴⁵ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 11 de março de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; CASTRO, Jetur Lima de. Narrativas da repressão durante a intervenção militar no estado do Pará: memórias da censura ao jornal Folha do Norte (1930 – 1935). *Intexto*, n. 47, p. 208–225, 2019.

das lutas que ela vem sustentando”.¹⁴⁷ Mantendo a mesma política de isenção, o posicionamento partidário poderia prejudicar os vínculos construídos e era uma posição política mais confortável e benéfica para movimentarem-se. Em contrapartida, individualmente tiveram seus posicionamentos políticos definidos. Essa perspectiva reafirma-se durante as polêmicas envolvendo o Decreto n.º 1.353, de 31 de julho de 1934, que determinou um prazo para que as datilógrafas das repartições e departamentos do Estado quando contraíssem matrimônio, solicitassem exoneração ao Governo. Em meio às publicações de crítica ao decreto, a professora mostrou-se surpresa com uma das matérias oposicionistas publicadas e questionou sobre a veracidade da mesma.

Provavelmente, refere-se a uma notícia do “*Correio da Manhã*” informando sobre as atitudes tomadas pela Federação Brasileira frente ao Decreto, ao telegrafar para o interventor informando que “os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou estado civil, sendo inexecutável a medida ordenada”.¹⁴⁸ Complementando o telegrama, ao ser interrogada sobre o assunto, Bertha Lutz teria declarado: “Não me surpreende a iniciativa, pois anteriormente o interventor Barata já negara licença às funcionárias na ocasião do parto, alegando, segundo disseram os jornais que ter filho não é doença”.¹⁴⁹ Tal declaração chegou à Cloris Silva e questionou se a líder feminista teria algum desentendimento com o interventor, se aconteceu algo que a desgostasse ou se só obtiveram a informação por meio dos jornais. Em seguida, afirmou a inconsistência da notícia sobre Magalhães Barata ter negado licença à alguma funcionária gestante.

Na mesma missiva, a professora justificou várias vezes as ações do interventor e deixou explícito que o pronunciamento de Bertha Lutz prejudicaria o grupo frente ao governo, principalmente quando estavam em processo de negociação para serem beneficiadas no quadro de funcionárias, onde o despacho do requerimento já havia sido realizado e estavam esperando uma resposta orçamentária. Em suas palavras, disse: “Pela notícia transcrita ficamos numa situação equívoca, principalmente no momento, quando precisamos mais da sua simpatia para atender a lei que nos favorece agora. Sem o calor do Governo nada faremos [...]”.¹⁵⁰ Assim, pela primeira vez nota-se uma divergência escancarada entre a filial paraense e a matriz fluminense, onde as integrantes da Federação Brasileira sem saber das condições e dos acordos

¹⁴⁷ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 9 de agosto de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

¹⁴⁸ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1934, p. 4.

¹⁴⁹ Ibid.

¹⁵⁰ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 9 de agosto de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

do Departamento Paraense e agindo sem consultá-las, acabou por prejudicar um possível benefício ao movimento feminista local.

A FBPF demonstrou-se indignada quanto ao Decreto e, além do telegrama, Bertha Lutz encaminhou um ofício transcrevendo os artigos da Constituição de 1934, referente aos funcionários públicos, sem distinção de sexo (art. 168).¹⁵¹ No escrito, os argumentos permearam o caráter legislativo, na incompatibilidade com as leis constituintes, e social, ao alegar os prejuízos dessa atitude às mulheres, retratando a intrínseca relação entre vida econômica, social e individual, onde seria impertinente fazer as mulheres escolherem entre o trabalho e as relações pessoais. Esse documento, escrito um dia após a carta de Cloris Silva, prejudicou provavelmente a situação das feministas paraenses frente ao interventor. Em resposta ao ofício, Nogueira de Faria, Secretário Geral do Estado, afirmou pretenderem tornar o Decreto uma disposição constitucional estadual, além de justificar a cláusula como uma medida de “amparo às moças pobres” pelo Estado, ao considerar o casamento como substitutivo do amparo público, como um meio seguro e de subsistência a essas mulheres.¹⁵²

Correspondente ao posicionamento governamental, Cloris Silva informou que entrevistou uma datilógrafa em atividade na Secretaria Geral do Estado, onde ela teria dito: “Nós não somos funcionárias, e sim contratadas do Governo Revolucionário, que criou esses lugares para atender a presteza do serviço de secretária, auxiliando, ao mesmo tempo, moças pobres de comprovada competência para o encargo referido”.¹⁵³ Apesar das notícias locais e a repercussão nacional majoritariamente contrária ao Decreto,¹⁵⁴ onde a interpretação era de que as datilógrafas não poderiam casar, Cloris Silva manteve-se favorável ao Interventor, quando transcreveu a fala de uma possível funcionária ciente de seus direitos, visto a distinção entre ser funcionária concursada (abrangida pela Constituição) e contratada pelo governo para atuar em determinado cargo. Além disso, declarou-se concordar com a política de beneficiamento às classes populares, dizendo: “As senhoras estão longe do Pará, que é pobre, apesar de ser fonte de riqueza em si. Pode ser que seja otimismo da minha parte, mas penso que o Interventor ouvindo atentamente as pretensões feministas ficará conosco”.¹⁵⁵

¹⁵¹ LUTZ, Bertha. [Correspondência]. Destinatário: Magalhães Barata. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1934. 1 ofício. APEP. Secretaria do Governo. Ofícios. Cx. 218.

¹⁵² FÁRIA, Nogueira de. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 20 de agosto de 1934. 1 ofício. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_60_v02.

¹⁵³ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Maria Sabina. Belém, 9 de agosto de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

¹⁵⁴ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1934, p. 2; O Paiz. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1934, p. 3.

¹⁵⁵ Ibid.

Mais uma vez, houve a discordância do posicionamento com a Federação Brasileira, onde elas desconheciam as condições locais e em quais projetos seriam mais benéficos às mulheres paraenses, invertendo a configuração do saber de Norte ao Sul e especificando uma demanda do Extremo Norte, em sua perspectiva. Além disso, apresentou uma tática de barganha, quando cedeu em uma questão para ganhar maiores vantagens ao grupo. Em outras palavras, é inegável reconhecer a dicotomia presente no Decreto, formulado sob uma perspectiva tradicional das funções sociais, onde as mulheres após se casarem deveriam retirar-se do espaço de trabalho, tornando o marido o único provedor familiar, e as feministas paraenses estavam cientes desse aspecto devido às suas recentes reivindicações na Constituinte de 1933/34. Todavia, conjectura-se uma escolha deliberada de não contradizer o interventor, ao buscarem novos espaços de atuação e maiores investimentos às suas causas, onde o apoio governamental seria essencial.

Esse campo de barganha e a tensão quando souberam do posicionamento de Bertha Lutz reflete na declaração de acharam que Magalhães Barata não era favorável ao feminismo nacional, porém nunca havia se manifestado contrário; ou que se ouvisse suas pretensões, ficariam ao lado delas. Assim, na ausência de outros detalhes sobre o assunto, tanto sobre as datilógrafas, quanto ao projeto com o interventor, provavelmente fracassaram em alcançar o almejado. Outros indícios contribuem ao prejuízo empregado pela Federação Brasileira, quando meses depois Antonita Prado relatou: “[...] tem sido difícilima uma aproximação com o Major Magalhães Barata. Ultimamente escrevi a ele [...]. [Em resposta] enviou-nos ele, despachando publicamente pelo jornal oficial a minha carta, ao secretário geral do Estado [...]”.¹⁵⁶ Infelizmente, não se localizou a referida missiva, mas confirma-se a publicação no “*Diário Oficial do Estado*”, recebida em 10 de setembro de 1934, onde registrou: “De Antonina Prado, presidente do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino. – ‘Ao dr. Amazonas’”.¹⁵⁷ O assunto referia-se às emendas da Constituição Estadual e, embora fosse pertinente a Amazonas Figueiredo, por ser membro da Comissão Organizadora do Anteprojeto, demonstrou a recusa e o embargo do interventor em atender as demandas do grupo. Conjectura-se nessa atitude como uma punição às tensões com a organização feminista fluminense, refletidas em sua instituição filial.

Essa não foi a única alteração percebida nas relações do Departamento Paraense, nota-se uma mudança de comportamento pelas integrantes da Federação no ano seguinte. Ao invés

¹⁵⁶ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 10 de dezembro de 1934. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a934_42.

¹⁵⁷ Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, 15 de setembro de 1934, p. 7.

de agirem antes de se comunicarem, optaram por verificar antecipadamente as ações de suas filiadas nortistas quanto aos acontecimentos políticos no Pará, se estavam envolvidas ou não na disputa entre baratistas e frenteunistas. Esse conflito intensificou-se com as eleições indiretas ao governo do Estado, a serem realizadas no dia 4 de abril de 1935, e com a maioria de parlamentares do Partido Liberal, a reeleição de Magalhães Barata era dada como certa. Porém, na madrugada do dia da eleição, nove deputados aliaram-se à Frente Única Paraense e organizaram outra chapa, com Mario Chermont para Governador. Tal dissidência ocasionou conflitos violentos e uma bipolarização na cidade, principalmente em torno da figura de Magalhães Barata.¹⁵⁸

Nessa configuração, houve a presença marcante das mulheres em ambos os lados da disputa, com destaque para as denominadas “baratistas”, cuja trajetória a favor do interventor precedeu o conflito. As mobilizações praticadas por elas eram alvos da imprensa oposicionistas, sofrendo revés constante e humilhações públicas, intensificadas após os acontecimentos de abril de 1935. Além disso, com o afastamento de Magalhães Barata do Governo do Estado e o seu retorno às funções militares, em Goiás, um grupo de mulheres organizou-se para formar a Legião Feminina Magalhães Barata, com atividades iniciadas em maio de 1935, compostas por esposas de políticos do Partido Liberal e professoras do ensino público.

As caracterizações da Legião apresentam-se na pesquisa de Maria Luzia Álvares, ao deter-se sobre suas formas de mobilizações e a longevidade do grupo, caracterizou como um movimento cíclico conforme os acontecimentos políticos do momento e como forma de sobreviverem frente a repressão sofrida, rastreadas até a década de 1960.¹⁵⁹ Referente aos anos de 1930, os objetivos do grupo eram prestar apoio político ao patrono e atuar como força de pressão durante as eleições, por conseguinte, arregimentavam eleitores e novos adeptos ao Partido Liberal, além de criarem sucursais nos bairros da capital e no interior paraense.

Nesse cenário, as atuações constantes das baratistas eram inflamadas e ridicularizadas pela “*Folha do Norte*”, como imprensa opositora. Em exemplo, um ano após a saída de Magalhães Barata, publicaram: “Uma terrível mulherzinha [...] andava ontem de bonde a berrar uma possessa de todos os entusiasmos disponíveis: ‘viva o major Barata!’ [...]. Pobre criatura! A cara de autêntica megera aposentada pelos anos que passaram sobre sua cabeça sem lhe deixar na mioleira nenhum vestígio de bom senso”.¹⁶⁰ Nesses casos, retoma-se o caráter político da

¹⁵⁸ ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata**: o homem, a lenda, o político. Belém: SECULT, 1999, p. 281–282.

¹⁵⁹ ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. As legionárias de Magalhães Barata: partido, voto e eleições. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira; D’INCAO, Maria Ângela (orgs.). **A mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 1997, v. 1, p. 295–316.

¹⁶⁰ Folha do Norte. Belém, 3 de junho de 1936, p. 1.

imprensa, como um espaço de disputa de poder, onde apesar das diversas publicações favoráveis à participação política feminina e divulgarem convocações eleitorais da FUP no incentivo de alistamento às mulheres, o cenário transformava-se ao retratar as baratistas. Por conseguinte, o interesse e o apoio prestados aos grupos políticos femininos só cabiam quando lhes convinham, ou melhor, quando era de acordo com os seus posicionamentos; senão, retomava-se aos antigos estereótipos sobre a presença das mulheres nesses espaços, como uma pessoa de pouca inteligência, “megera” e “terrível”. Ademais, essas alegorias visavam prejudicar Magalhães Barata, ao retratar qual seria o tipo de apoiadora que ele tinha.

Apesar das caracterizações negativas, consideram-se outras perspectivas sobre essas imagens: as baratistas eram representadas como destemidas, por declararem-se publicamente e a plenos pulmões sobre seus posicionamentos, defendendo-os ferozmente. A partir dessa interpretação, justifica-se um possível porquê de as feministas serem contrárias a elas, por divergirem das suas formas de mobilizações. A disparidade entre as perspectivas de ação era tamanha que Antonina Prado precisou acalmar as integrantes da Federação Brasileira quanto ao distanciamento do Departamento Paraense desses acontecimentos:

[...] a notícia da manifestação das senhoras paraense ao major Barata, tem a Federação todo fundamento em confiar plenamente na sua filial sob nossa direção. [...] É verídica essa notícia dada pelo “Globo”. As mulheres se tem exaltado, mostrando coragem e desprendimento, porém seus gestos são todos espontâneos e em caráter individual ou reunidas em classes pelas profissões. A mulher feminista se tem conservado com toda discrição pugnando pelos postulados da Federação dentro de um campo silencioso, afastado de toda e qualquer facção.¹⁶¹

Tal como as discordâncias envolvendo as datilógrafas, os conflitos políticos paraenses repercutiram na então capital do País, com ênfase para as atuações das mulheres em apoio a Magalhães Barata, sinalizando a preocupação da Federação Brasileira em saber se suas filiadas estavam envolvidas. Por conseguinte, além de Antonina acalmar quanto ao não envolvimento do Departamento, conservando a política de isenção partidária, também demonstrou uma perspectiva mais positiva das baratistas do que estava sendo publicizada e, apesar de preferir uma atuação mais “silenciosa”, as caracterizou como corajosas e destemidas. Todavia, poucos dias depois, esse cenário mudou:

[...] Provoquei uma reunião para discutir o assunto com melhor clareza e da troca de ideias havida possa lhe garantir a nossa prudência máxima no assunto dentro da liberdade de cada uma no que lhe diz pessoalmente. [...] A mulher paraense que se tem

¹⁶¹ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 2 de maio de 1935. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a935_25.

reunido espalhafatosamente em torno do ex-interventor em banquete, discussões de rua e ameaças de fazer justiça por mãos dela, etc., etc., tem apenas como opressão de ordem política o seu título, sendo que conheço algumas entre as promotoras de manifestações ruidosas que não se qualificaram, como nossa ex-presidente D. Elmira Lima.¹⁶²

A mudança de perspectiva de Antonina Prado sobre as baratistas, em tão pouco tempo, resultou em alguns questionamentos, aparentemente a reunião com as outras integrantes influenciou a presidente. Entretanto, considera-se a intensificação das movimentações e os ânimos na cidade, em que as mulheres pró-Magalhães Barata eram empenhadas na realização de diversas atividades; além disso, como dito anteriormente, existia entre as próprias integrantes apoiadoras do ex-interventor, como Cloris Silva. A professora foi a única mencionada na carta, quando a presidente explicou o seu caso, por ser funcionária do governo, mas confirmava a “pureza do seu ideal feminista”. Em outras palavras, é possível que estivesse envolvida pessoalmente, até mesmo na confirmação da individualidade das integrantes, mas separava seu envolvimento feminista com os conflitos políticos. Por último, destaca-se a atuação da primeira presidente nesse momento e a confirmação de que mesmo distante do feminismo continuou a participar da política paraense.

Enquanto grupo feminista, as integrantes do Departamento Paraense optaram por manterem-se ausentes dos conflitos políticos governamentais, sem nenhum tipo de pronunciamento público ao ocorrido. Contudo, como se analisou, essa postura não significou a ausência de participações em embates ou a carência de divergências entre elas, ou com outros grupos, apenas reafirmou a força da política de abafamento dos casos e a tentativa máxima de transparecer um grupo homogêneo e coeso. Essa prerrogativa manteve-se ao longo dos anos, mantendo uma “vida apagada”, nas palavras de Antonina Prado anos depois,¹⁶³ cientes das dificuldades enfrentadas pelas mulheres que ousaram posicionar-se publicamente e lembrou do “desfecho da Legião Feminina Magalhães Barata”, em provável alusão aos ataques pelos opositores e as consequências sofridas.

Apesar das diferenças entre as duas instituições belenenses, as semelhanças sobressaíam ao serem organizações de mobilizações políticas femininas e por tal audácia vivenciaram inúmeros ataques de seus adversários. É sobre esse movimento antifeminista, propagado nas mídias em uma disputa pela delimitação do público e do privado, o foco de análise do último tópico.

¹⁶² PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 10 de maio de 1935. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a935_25.

¹⁶³ PRADO, Antonina. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 14 de outubro de 1937. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a937_18.

3.3 Antifeministas e disputas simbólicas: público e privado

A presença de artigos antifeministas na imprensa belenense constatam-se décadas antes do Departamento Paraense, antes de qualquer grupo organizado na capital, articulistas condenavam o movimento, defendiam a preservação dos papéis sociais rígidos e entravam em embates com escritoras feministas. Apesar da presença do feminismo difuso na capital paraense – nas inúmeras temáticas relativas às mulheres –, foi apenas com a fundação de um grupo feminista que se pôde notar a concretude das consequências dos opositores. Em outras palavras, analisam-se os prejuízos engendrados pelos antifeministas, com seus discursos conservadores, e de que forma os meios de comunicação transformaram-se em uma arena pelo parecer favorável do público.

Sobre o uso massivo da imprensa nessa disputa, torna-se imprescindível analisar os meios de comunicação como tecnologias de gênero. Conceito formulado por Teresa de Lauretis, sua perspectiva contribui na compreensão desses veículos como construtores das representações de gênero e de que forma elas foram subjetivamente absorvidas pelos leitores; nessa perspectiva, assinala-se aqueles com poder de através dessas tecnologias controlar, produzir, promover e implantar os significados sociais.¹⁶⁴ A importância dos periódicos e a sua pluralidade refere-se à identificação das propagandas feministas e antifeministas, atreladas à linha editorial e à perspectiva de seus proprietários ao enquadrarem-se no campo da grande imprensa.

Poucos dias após a fundação do DPPF e da realização do II Congresso Feminista, a coluna *Repinçadas* da “*Folha do Norte*”, sob autoria de Picolet, publicou pequenas anedotas sobre o feminismo, com a premissa: “Variações ‘masculinas’ sobre o ‘feminismo’ a serem apresentadas ‘futuramente’ ao ‘ másculo’ Congresso Feminista encerrado ontem”.¹⁶⁵ As três primeiras diziam: “O feminismo é uma boa política para certos homens se imporem... às mulheres”; “Os homens ‘inventaram’ o feminismo para destruir a força que existia na fraqueza poderosa das mulheres”; “A feminista é, paradoxalmente, uma mulher que se masculinizou”. São poucos os escritos que atacam diretamente o grupo, comumente mantém-se um discurso geral contra o feminismo ou publicam a favor da mulher doméstica poucos dias após alguma matéria do Departamento, em uma referência indireta ao propagado pelas feministas. Assim, as

¹⁶⁴ LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206–242.

¹⁶⁵ Folha do Norte. Belém, 2 de julho de 1931, p. 2.

sutilezas se distanciam dessas opiniões incisivas e retomam uma das principais alegorias oposicionistas: a feminista masculinizada. A ideia de mulher-máscula refere-se à participação pública e política feminina, ao ingressarem em espaços marcados pela presença masculina, ou seja, por ser um movimento político, a única forma de quererem participar era se masculinizando. Em outro aspecto, atribuiu a “invenção” do feminismo aos homens, seja por ser apenas eles passíveis de formular ideias políticas, seja ambicionando interesses ocultos.

A diversidade de interpretações nessas pequenas frases deve-se ao teor de trocadilho, comumente utilizado para provocar as feministas e descredibilizá-las. Por outro lado, nem todos os antifeministas optaram pelo humor, outros preferiam uma mensagem direta e incisiva, como na escrita de Mario Sousa: “Daí o fracasso quase completo do feminismo, que só será um triunfo quando as suas adeptas [...] se dispuserem a seguir o homem nas suas minúcias essencialmente masculinas [...]. Mas, se isso é impossível de conseguir, é lógico que impossível será também o resultado apreciável da obra que imaginaram realizar [...]”.¹⁶⁶ Sobre a proximidade entre as duas publicações, conjectura-se ser uma resposta direta às movimentações do Departamento – frequente na imprensa durante esses primeiros meses – e à ideia propagada de expansão do feminismo no Pará. Por conseguinte, concorda-se com a perspectiva de Maria Luzia Álvares sobre o escrito de Mario Sousa, como se ele estivesse estabelecendo os motivos do fracasso do movimento para as mulheres desistirem das ideias propagadas.¹⁶⁷ Ao apresentar os critérios de sucesso como impossíveis, desestimularia as feministas de suas intenções e agregava um caráter utópico em suas ambições.

Em outro escrito de Mario Sousa, utilizou de palavras agressivas para ofendê-las:

Não acredito na aptidão da mulher para a política, especialmente no Brasil [...]. Para questões dessa natureza, a mentalidade feminina nacional ainda não atingiu a sua perfeita organização. Evita-se, assim, com muita prudência, o espetáculo da intromissão das saias em assuntos que dão para suar as calças... E o sr. Assis Brasil presta mais um serviço à nossa pátria deixando as feministas no lugar em que estão e no qual nada de extraordinário souberam ainda fazer do que uns escandalozinhos idiotas.¹⁶⁸

Com a proximidade da finalização do Código Eleitoral e a crescente atuação do DPPF, infere-se o anseio do articulista de reafirmar sua perspectiva antifeminista e retomou um argumento pouco utilizado na década de 1930, a inferioridade mental/intelectual feminina. O

¹⁶⁶ Folha do Norte. Belém, 5 de julho de 1931, p. 7.

¹⁶⁷ ÁLVARES, *Saias, laços & ligas*, p. 401.

¹⁶⁸ Folha do Norte. Belém, 30 de agosto de 1931, p. 7.

aumento da escolarização, a crescente inserção nas universidades e a ocupação em diversas áreas de trabalho contribuiu para o enfraquecimento desse argumento ao longo dos anos, o que não significou sua ausência completa nos discursos dos opositores mais fervorosos na tentativa de frear o avanço das mulheres na política, tornando-o essencialmente pertencente aos homens. A partir disso, deve-se imaginar a frustração de Mario Sousa com a mudança de pensamento de Assis Brasil sobre o voto feminino, ao estar convicto de que o político manteria sua contrariedade, tal como na Constituinte de 1890/91. Por último, ofende as mobilizações das feministas ao caracterizá-las como “escandalozinhos idiotas”, ao desmerecer suas atividades e seus pleitos, prejudicando a imagem do movimento e de suas integrantes, com consequências negativas ao Departamento, em um momento de consolidação do grupo na cidade.

Em concomitância, além desses escritos ofensivos, as publicações com caráter ameno e que tentavam dialogar com o conceito de feminismo também eram prejudiciais, uma vez que distorcia os ideais feministas. Em exemplo, nesse mesmo período, Gastão D’Arve publicou um artigo sob o título *O verdadeiro feminismo*, onde apesar de iniciar elogiando o movimento, ao dizer serem “belos os ideais defendidos pelos arautos da igualdade dos sexos”, logo após afirmou serem esses inexecutáveis pelas diferenças “naturais” entre homens e mulheres. Tal prelúdio em elencar as distinções entre os sexos e relatar as funções femininas, servem apenas para poder conceituar sobre o que deveria ser o feminismo. O articulista definiu:

[...] O verdadeiro feminismo, feminismo que os homens apreciam e que devia ser cultivado com muito amor, é aquele que conserva e apura todas as qualidades inatas à mulher, tais como a beleza, a graça, a bondade, a garridice, o carinho e a dedicação; são essas as armas com que ela tem vencido através de todos os tempos. Bem poucas são as profissões compatíveis com o verdadeiro feminismo e que possam ser exercidas sem atritos ou inconveniências, sem ódios ou paixões; destacam-se a do magistério primário e a de odontologia, pois aquela é uma continuação do lar [...]. Que deixem aos homens o anfiteatro da política [...].¹⁶⁹

Nas publicações ressaltadas, embora diferentes entre si, apresentaram uma semelhança: a ideia de o feminismo estar mais relacionado ao homem do que à mulher, ora a ele atribuído sua criação, ora necessitando da aprovação dele. Assim, apesar de apresentarem-se como um movimento de mulheres, os articulistas expuseram um caráter de responsabilidade masculina relacionado com a perspectiva tradicional dos papéis de gênero, onde o poder e a tutela feminina deveriam repousar sob o julgo masculino. Não é por acaso a ideia de aprovação que as feministas deveriam obter, mas apenas se elas se mobilizarem conforme as normativas sociais. Dessa forma, ao invés de ser um grupo político, deveriam ser um grupo filantrópico/social,

¹⁶⁹ Folha do Norte. Belém, 6 de setembro de 1931, p. 1.

destinado a preservar as qualidades ditas naturais. Mesmo com uma abordagem amena e inicialmente conciliatória, caracteriza-se como um escrito antifeminista, ao utilizar-se do termo “feminismo” indevidamente, revertendo-o sob uma concepção distante das propagadas pelo movimento, ou melhor, que combatia a principal base de atuação dos grupos feministas: a política. Contudo, diferente das outras publicações, apresentou-se favorável à inserção pública das mulheres, mas em profissões específicas, extensão das suas funções, atreladas à característica inata do cuidado. É irônico que a profissão de professora apontada por Gastão D’Arve, em seu ideal de feminismo, seja a mesma profissão majoritária entre as integrantes do Departamento Paraense, praticantes de um tipo de feminismo combatido por ele.

As consequências desses ataques são notadas nas correspondências, com as integrantes da Diretoria relatando as dificuldades enfrentadas, principalmente na adesão de novas associadas e, por conseguinte, no direcionamento de determinadas atividades. Logo após essas sucessivas publicações, Cloris Silva relatou: “[...] os entraves à aquisição de sócias são vários, causados certas vezes pelas mesmas feministas que se tomaram de entusiasmo no primeiro momento e que agora recuam semi-amedrontadas [...]”.¹⁷⁰ Em semelhante toada, semanas depois Elmira Lima escreveu: “[...] a aquisição de prosélitos é difícil, pela ingerência masculina quase absoluta, em todo o viver da mulher do Norte, mesmo nas mulheres ricas, ou empregadas”.¹⁷¹ Durante os dois primeiros anos do Departamento, as referidas feministas procuravam justificar a carência no número de adeptas com o que achavam serem os motivos para recusa ou afastamento de associadas, tais razões recaíam em dois porquês: o receio feminino e o embargo da família (caracterizado na figura do homem – pai ou marido).

As duas principais justificativas encontram-se sintetizadas na mesma carta de Elmira Lima, quando retratou:

O Feminismo, porém, encontra o óbice dentro da própria família. É um desespero convencer e educar os bárbaros ...
Vê-se uns olhinhos de menina brilhando de entusiasmo ao desdobrar dos planos, mas... um relâmpago, um raio vulcânico de alguns dos “senhores”, um risinho dúbio nasce ao canto da boca gentil e, adeus, feminista futura.¹⁷²

Os motivos, embora ressaltados às vezes separadamente, estavam entrelaçados. Questiona-se sobre o recuo de algumas mulheres em participar do Departamento, poucos meses

¹⁷⁰ SILVA, Cloris. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 17 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_a0_adm_cor_a931_98.

¹⁷¹ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Soure, 24 de setembro de 1931. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_a0_adm_cor_a931_98.

¹⁷² Ibid.

após declararem-se entusiasmadas. As respostas podem estar tanto na frequência das publicações antifeministas, condenando as reivindicações e as movimentações praticadas pelo grupo, passível de ser lido e absorvido por essas mulheres, receosas desses ataques, e por seus familiares; conseqüentemente, quanto no domínio masculino sobre essas mulheres. O poder e o controle masculino foram retratados de modo evidente e indistinto de classe social, ainda mais como uma característica geral da região Norte, que impediria as mulheres nortistas de atuarem no feminismo.

Assim, conjectura-se que a mudança de opinião feminina, frente ao cerceio familiar, poderia estar relacionada à forma de sobrevivência dessas mulheres, às possíveis ameaças ou reprimendas cometidas pela família. Em um meio social bombardeado com escritos a valorizar os papéis tradicionais, onde a conservação de uma “boa imagem” prevalecia, ter uma filha ou noiva associada ao feminismo não era o almejado. Além disso, o cerceio masculino apresentou-se de inúmeras formas, com atitudes diretas ou indiretas para impedir as mulheres de participarem, onde era necessário apenas um “risinho dúbio”, uma mera expressão de contrariedade e de deboche para fazer elas desistirem. Todavia, para além desses comportamentos públicos, desconhecesse as relações privadas que tais jovens estavam submetidas e se um risinho poderia significar maiores conseqüências no espaço doméstico, onde essas mulheres eram dependentes.

Essa apreensão em torno da possibilidade de serem mencionadas negativamente nos meios de comunicação intensificaram-se meses depois, no final de 1931. Nesse momento, vale a pena retomar em detalhes do caso da Rádio Clube do Pará, envolvendo o locutor tenente-coronel Theodoro da Fontoura, mencionado no primeiro capítulo. A conferência intitulada *O que pretendem as feministas* foi descrita como tendo alcançado “franco êxito”, além de ter sido uma “resposta às [palavras] que foram ditas, no mesmo local, por duas feministas”. Em continuidade, relataram: “Esteve, de fato, feliz na sua excelente palestra o brioso militar, que soube provocar boas gargalhadas do grande auditório da PRAF, pela verve sadia que repontava em cada frase, alfinetando, às vezes, com malícia, mas delicadamente, as propagandistas do feminismo”. Por último, sobre a reação do público ouvinte, afirmaram: “Muitos cumprimentos de solidariedade recebeu [...] pela sua palestra e os ouvintes da estação do Rádio Club do Pará ficaram muito satisfeitos pelos agradáveis momentos que lhes proporcionou o bravo militar que, apesar de coco velho, por isso mesmo dá bom azeite”.¹⁷³

¹⁷³ Folha do Norte. Belém, 20 de dezembro de 1931, p. 7.

Escrito por Gastão Vieira e Roberto Camelier, na seção *Radiotelephonia* da “*Folha do Norte*”, confirma-se como uma resposta direta às palestras realizadas pelo Departamento Paraense e a perspectiva positiva dada à conferência de Fontoura em detrimento das feministas, cujas palestras não foram mencionadas pelos colunistas e, muito menos, a recepção do público. Dos adjetivos utilizados para caracterizar as palavras do conferencista, infere-se o contentamento dos fundadores da PRAF ao pronunciado e concordância com o discurso. Apesar da ausência de transcrição e de publicação da palestra nos jornais, indica-se um caráter humorístico e antifeminista. Tal perspectiva embasa-se tanto na reação do público, “boas gargalhadas”, quanto na característica comum aos discursos contrários ao feminismo, que tinham como principal estratégia o humor. Zombar e ridicularizar as mulheres eram frequentemente utilizados como “freio para os possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos”,¹⁷⁴ assim sendo, a comicidade era um meio de descredibilizá-las e restaurar as normas e papéis sociais que estavam sendo desviados, assim “alfinetou com malícia” as propagandas feministas por defenderem a emancipação feminina.

Poucos dias depois, uma nova palestra de quinze minutos foi realizada por Fontoura, com o título *Coisas de velho*,¹⁷⁵ sem indícios prévios de ter continuado com a mesma temática sobre o feminismo. Entretanto, os comentários de G&R sobre ela, confirmou o prosseguimento nesse assunto:

A segunda palestra que pronunciou na quarta-feira última, o que fez da casa de um vizinho por estar enfermo, esteve ótima, cheia de excelentes pilhérias e provocou tamanhas crises de risos, que ainda hoje há quem esteja com a barriga doendo, em consequência das gargalhadas. [...]

Ao que nos consta, tendo em vista os poderosos argumentos do tenente-coronel Fontoura, muitas das poucas feministas desertaram a causa...

Isso é uma bela vitória, mas não é justo que um militar provoque deserções...¹⁷⁶

Percebe-se a continuidade de estratégia utilizada na primeira conferência – o humor – para conquistar o público ouvinte e consolidar seus argumentos, mesmo que não se saiba quais, os articulistas indicam a permanência de temática sobre as feministas e decorrente dos seus discursos, elas teriam abandonado o movimento. Ao considerar a notícia de deserção, mesmo sob uma conotação exagerada, considera-se a possibilidade de abandono pelas filiadas, uma vez relatado por Cloris Silva, cujos motivos poderiam ser desde vergonha, ao serem alvo de risadas,

¹⁷⁴ SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 166.

¹⁷⁵ Folha do Norte. Belém, 23 de dezembro de 1931, p. 2.

¹⁷⁶ Folha do Norte. Belém, 27 de dezembro de 1931, p. 7.

até com a pressão familiar ao lerem e ouvirem as propagandas antifeministas. As considerações sobre a palestra feita pelos autores da seção *Radiotelephonia* foram similares à anterior, com relatos sobre as reações do público e as consequências. Configuraram uma aceitabilidade por parte dos ouvintes, quando solicitaram “ao menos duas vezes por mês” para Fontoura ter um espaço para palestrar. Ademais, opinaram sobre o feminismo quando acreditaram ser uma vitória o esvaziamento do movimento, inferindo um viés antifeminista a favor do seu enfraquecimento na cidade.

Essa perspectiva, em relação aos articulistas do jornal, foi confirmado dias depois quando publicaram a resposta de uma feminista frente às palestras realizadas pelo tenente. Contudo, antes há a opinião deles em relação à carta:

Temos sobre a nossa mesa duas tiras que nos enviou uma feminista – como diremos? – toda tremeliques...
São contra v.s. [tenente-coronel Fontoura]. Pela ortografia, pelo estilo e pela caligrafia, têm-se a impressão que se trata de uma senhorinha dos seus 42 anos, pouca instrução, meio careca, ceguêta, buço avantajado, muitos pelos no queixo, corcunda e capenga...¹⁷⁷

Esse prelúdio marca a leitura seguinte, permanece essa visualização imagética da escritora, da mesma forma que torna o leitor atento para os erros gramaticais, desvalidando automaticamente o argumento dela por ter “pouca instrução”. Além disso, reutilizam uma ferramenta antifeminista frequente: a caracterização física negativa. Sobre essa prática comum, a pesquisadora Mônica Karawejczyk em seus estudos acerca das sufragistas na transição dos séculos XIX para o XX, afirma que as retratações como mulheres agressivas, sem atributos físicos, velhas e feias, contribuiu na desvalorização do movimento e desencorajou simpatia a elas,¹⁷⁸ pois quem concordaria com a opinião da feminista com características tão pouco atraentes, discordando de um tenente-coronel?

Ademais, tais questões eram frutos da perspectiva antifeminista dos autores e podem ter sido motivadas como uma resposta à carta da feminista, quando a autora escreveu tanto contra Fontoura, quanto a PRAF: “Sinto muito o Radio Club do Pará, aceitar malucos para fazer palestras. Uma sociedade que até considerava tão distinta. Penso ser uma desmoralização”.¹⁷⁹ Assim, por serem ambos fundadores, uma ofensa à emissora pode ser percebida como um insulto contra eles, principalmente se considerar que a imagem de Roberto Camelier, visto como

¹⁷⁷ Folha do Norte. Belém, 3 de janeiro de 1932, p. 7.

¹⁷⁸ KARAWEJCZYK, Mônica. As sufragettes e a luta pelo voto feminino. *História, imagem e narrativas*, n. 17, p. 1–24, 2013.

¹⁷⁹ Op. cit.

o principal fundador, estava atrelado ao rádio, sendo comumente ressaltada pelos cronistas do período o seu conhecimento sobre a tecnologia em radiodifusão,¹⁸⁰ ou como escreveu Ulysses Nobre, musicista paraense, “Roberto Camelier, vive pelo Rádio Club e o Rádio vive por ele”.¹⁸¹ Por conseguinte, não aceitariam críticas tão contundentes contra a emissora e suas programações.

Continuando a carta, a autora argumentou sobre o orador da palestra e a questão do feminismo:

Não pense o sr. Fontoura que as suas palestras pilhéricas me faz afastar do Feminismo. Pelo contrário, me sinto cada vez mais forte, e encorajada para trabalhar em favor da causa. É que o sr. Fontoura compreende muito bem o feminismo, sabe que a ideia é fina, e que as mulheres que se filiarem ao feminismo ficarão com a ideia um pouco mais iluminada e será mais difícil ser vencida. Eis o motivo porque pretendem nos derrotar mas será inútil, é perder tempo. Não tenho por costume, me envolver na vida de cada um. Mas sou obrigada a procurar saber quem é este sr. Fontoura e descobrir suas manhas.

No meu pensar: se é casado não é bom marido. Se é viúvo, a sua mulher faleceu em consequência de seus maus-tratos. Se é solteiro, e ainda tem mãe e irmãs, é mau filho, é mau irmão.

Enfim se assim é, Deus nos livre. Confesso mesmo que para mim, o sr. Fontoura não vale nada, até considero demente. Mesmo assim: folgo em dizer, que depois de sua primeira palestra, consegui muito facilmente alistar no meu livro de assinaturas mais 10 sócias.¹⁸²

No primeiro momento, percebe-se a necessidade de defesa ao feminismo, frente às opiniões contrárias e possivelmente ofensivas de que foram alvos. Todavia, se a pretensão do locutor era afastar as mulheres do movimento, o efeito teria sido reverso, com a aquisição de novas associadas, refutando a informação dada por G&R em nota anterior. Os motivos estariam relacionados com as consequências positivas adquiridas pelas mulheres graças ao feminismo e à configuração de uma ameaça à norma social vigente, preocupando consequentemente os homens com as mudanças, na figura do tenente Fontoura. Assim, percebe-se na década de 1930 a crescente do movimento feminista e a difusão dos seus ideais, como também a força que os grupos organizados tinham em suas mobilizações, capaz de fortalecer as reivindicações femininas e criar uma base de proteção e de solidariedade entre elas frente às adversidades. Em decorrência, na perspectiva da autora da carta, seria justamente por conhecer tais qualidades do feminismo que o articulista optou por zombarias e provocar risadas, menosprezando o movimento.

¹⁸⁰ OLIVEIRA, Érito Vânio. Um monge medieval ou um gênio renascentista? Práticas e imagens de um desbravador do rádio na Amazônia. *Revista Sonora*, v. 4, n. 7, p. 1–8, 2012.

¹⁸¹ A Crítica. Belém, 27 de janeiro de 1933, p. 2. Coleção Vicente Salles. Museu da UFPA.

¹⁸² Folha do Norte. Belém, 3 de janeiro de 1932, p. 7.

No segundo momento, da mesma forma que as feministas sofriam com caracterizações negativas que pudessem desmoralizá-las, a autora utilizou-se de similar estratégia discursiva, com alegorias ofensivas à imagem do tenente. Essas foram voltadas principalmente ao meio familiar, no seu papel como marido, filho e irmão, demonstrando a importância dada a esse núcleo e à função cabível a desempenhar como bom marido, que deveria tratar bem sua esposa, mãe e irmã. Assim, a feminista construiu uma péssima imagem acerca de Fontoura, como um homem capaz de maus-tratos; desse modo, infere-se a perspectiva de que somente os homens agressivos e de pouca inteligência, “demente”, poderiam ser antifeministas.

Por último, cabe ressaltar que a carta estava assinada apenas com as iniciais P.M.C e os articulistas fizeram um último comentário: “Eis aí, sr. tenente-coronel, as pauladas da feminista. Com tais adeptas, adeus feminismo... Quem será? O P pode encobrir qualquer nome bonito. O M e o C querem dizer – Muito conhecida...”.¹⁸³ Se considerar sendo as iniciais do seu próprio nome, nenhuma das mulheres divulgadas como filiadas do grupo apresentaram essa sequência, apenas Maria da Costa Paraense, consta com as iniciais, mas em diferente ordem e esteve presente desde o início no Departamento, mas nada confirma sua identidade. Ademais, nessa última consideração dos colunistas, aparentam o desagrado final em relação à opinião da feminista e com suas apoiadoras, deixando subentendido mais de uma interpretação ao dizer sobre a escritora ser “muito conhecida”, seja por ser uma personalidade reconhecida em diversos meios sociais, seja com o caráter de uma mulher de “vida pública”. De qualquer forma, apesar da ausência de registros subsequentes mencionando o caso, a mensagem estava dada: seria alvo de tamanhos ataques às mulheres feministas, aquelas com atitudes incisivas, que respondessem na mesma medida seus opositores, partindo para a questão da imagem pessoal e utilizando-se da mesma estratégia.

Esse cenário apresentou-se consoante às análises de Christine Bard na impossibilidade de prever o resultado do combate político entre feminismo e antifeminismo, quanto ao questionamento da virilidade e sua defesa.¹⁸⁴ Quando P.M.C respondeu às provocações de Fontoura, o embate se expande aos direitos das mulheres, defendidos pelo feminismo, e ressalta as fronteiras da masculinidade, na perda de espaços e na reconfiguração de papéis. Conforme Christine Bard, o processo de aquisição desses direitos pode ser “pensado como uma brecha no

¹⁸³ Op. Cit.

¹⁸⁴ BARD, Christine. A virilidade no espelho das mulheres. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). **História da virilidade: a virilidade em crise?**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 116–153.

muro na virilidade”, por compreender sua composição como um conjunto de privilégios.¹⁸⁵ Essa perspectiva elucida o revés praticado pelos antifeministas.

Tamanha repercussão nos dois principais meios de comunicação do período abalou o Departamento Paraense, nos meses subsequentes de 1932 apresentaram em suas cartas vários relatos de dificuldades de aceitação do feminismo na sociedade belenense. Nesse cenário, Elmira Lima deixou de responsabilizar o controle familiar e passou a culpabilizar as mulheres por seu medo de integrarem-se ao movimento:

[...] Não temos mulher, no Norte. Nestas sociedades de domésticas, o hábito fez as monjas... Não vão além do círculo das [...] índias; só temos senhoras e senhoritas. A mulher que se ergue em prol dum ideal, que se levanta, nobre e livre, na defesa de um direito, não conheço aqui; a não ser, as que se veem forçadas a defender os direitos de mulher-esposa. Tudo mais, para elas, é questão nula, da qual se ocupam, se abordamos o assunto, muito frivolamente, muito desinteressadamente, por saberem que isso as desvaloriza no conceito masculino, [...] que as ridiculariza e proíbe, se já esposas.¹⁸⁶

A perspectiva sobre a resistência feminina ao feminismo trouxe outras abordagens ao significado de ser mulher, quando fez a distinção entre as categorias “mulheres” e “senhoras/senhoritas”. Por fazer referência ao estado conjugal, ser senhora/senhorita diz respeito àquelas submetidas ao controle familiar, mantedoras dos papéis tradicionais e interessadas apenas nos seus direitos enquanto mulher-esposa; para Elmira Lima, era essa categoria que prevalecia no Norte. Em contrapartida, ser mulher era agregado àquelas subversivas, atuantes em movimentos sociais em prol de direitos, livre das amarras familiares e destemidas contra a ojeriza masculina. Apesar da presidente ter sido casada, apresentou o casamento como fator cerceador da liberdade feminina às nortistas. Em paralelo, essa compreensão complementa-se com as análises de Carole Pateman sobre os teóricos liberais e a dicotomia entre o público e o privado, onde as mulheres-esposas eram excluídas de participar do espaço público em igualdade, por não serem consideradas “indivíduos” frente a autoridade do marido.¹⁸⁷

Outro ponto, a divisão em categorias trouxe uma concepção de normalidade ao antifeminismo, como um fato consumado de que eram/seriam alvos de ataques opositores e caberiam às mulheres manterem-se firmes e continuar suas mobilizações. Assim, relatou suas

¹⁸⁵ Ibid., p. 139.

¹⁸⁶ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, [s/d] março de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_49.

¹⁸⁷ PATEMAN, Carole. Crítica feminista à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 55–79.

observações do feminismo ter sido mal recebido pela coletividade,¹⁸⁸ de serem elas ojerizadas e ridicularizadas,¹⁸⁹ considerar Belém como um campo de cardo [plantas espinhosas] por ser difícil de incrementar a causa feminista¹⁹⁰ e, por fim, alegar com convicção: “o feminismo é pouco simpático ainda nesta cidade provinciana”.¹⁹¹ Mais uma vez retoma-se a ideia de “provinciano” como caracterização da capital paraense, visando descrevê-lo como um local atrasado às ideias mais modernizantes e progressistas, tal qual os ideais feministas, além de distingui-lo das cidades vistas como exemplo de progresso nas regiões Sul e Sudeste.

A ciência das integrantes do Departamento Paraense quanto às dificuldades e à disputa que estavam inseridas eram evidentes em suas missivas, expunham abertamente – embora com poucos detalhes – sobre os ataques antifeministas. Contudo, o acontecimento da Rádio Clube onde uma das feministas respondeu às ofensas publicamente mostrou-se um caso isolado, provavelmente pela interferência dos articulistas e no prejuízo à sua imagem, não houve comportamentos similares. Nesse sentido, infere-se a adoção de uma política de não-confronto público com seus adversários no meio impresso ou radialista, onde se restringiram em publicações apenas de divulgação de suas atividades ou pleiteando por determinada reivindicação.

Esse método de ação feminista não ocasionou na ausência de publicações antifeministas, os artigos opositoristas continuaram com a diferença de, às vezes, não utilizarem as palavras “feminismo/feminista” e se opuserem apenas a ideia de emancipação feminina. Em exemplo, um dos principais articulistas e colaboradores da “*Folha do Norte*” que utilizava esse formato era Theodoro Brazão e Silva, a maioria de seus escritos pregava a preservação das normas sociais, defendia a diferença entre os sexos e ressaltava as características “naturais femininas”. Além disso, muitos de seus textos direcionaram-se às leitoras, com o destinatário descrito como “Minha Adorável Amiga”; o uso desse recurso, em conjunto com as sentenças vocativas ou imperativas, remonta-se à imprensa feminina. Sobre as características desse tipo de imprensa, a pesquisa de Dulcília Buitoni analisa suas configurações e representações femininas nos séculos XIX e XX, pontuando suas similaridades, os textos procuram orientar o destinatário e

¹⁸⁸ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 26 de junho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

¹⁸⁹ Op. cit.

¹⁹⁰ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 1 de julho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

¹⁹¹ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Alice Coimbra. Belém, 25 de julho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

estabelecer uma conversa com a leitora; nesse processo de formar uma proximidade com a “amiga”, passavam-se conceitos e opiniões.¹⁹²

Nessa perspectiva, o articulista utilizava-se de estratégias de convencimento para a manutenção das estruturas de gênero, a partir de determinada temática abordada. Em momentos de intensa atividade do feminismo, como em 1932, Theodoro Brazão exaltava um comportamento dócil das mulheres para a consolidação ou manutenção do casamento, em contrapartida, afirmava: “[...] A mulher de atitudes viris apavora e afugenta. Ela deve parecer conformada com a época em que nasceu. Para que ser revoltada? [...]”.¹⁹³ Em outro momento, desencorajava a participação feminina nos conflitos bélicos, após o início do Movimento Constitucionalista: “Seja, pois, minha encantadora amiga, antes que tudo mulher. Deixe o papel de herói para os homens, que é esse o seu destino, mesmo na paz, a pelear com a adversidade”.¹⁹⁴ Apesar de não se referir a nenhum movimento em específico, era evidente a oposição do articulista para determinados ideais propagados e mobilizações empregadas. Para aquelas caracterizadas como “mulheres modernas” ou “a frente do seu tempo” por seus comportamentos, ele defendia a conformação com o período vivido para não afugentar os pretendentes matrimoniais. Essa atitude garantiria a ausência de atribuições negativas, como “viris” e “revoltada”. Outro ponto, diante das atuações femininas durante o conflito paulista, seja as feministas do Departamento Paraense apelando em prol da paz,¹⁹⁵ seja as atuações da Aliança Nacional das Mulheres no acampamento dos soldados,¹⁹⁶ o escritor alegou que a única atuação condizente seria despedir-se e chorar pelos combatentes.

Na diversidade de seus escritos ao longo da década de 1930, localizou-se dois textos com referência ao feminismo: o primeiro apenas mencionou brevemente, como argumento de oposição à entrada das mulheres no mundo do trabalho; o segundo, e único com uma perspectiva mais favorável, discorreu sobre a palestra realizada por Anna Amélia em Belém, cuja temática era em prol da educação. Sobre o segundo, a menção refere-se à transcrição de uma fala da feminista, ao declarar: “O feminismo brasileiro é bom. Não tivemos que lamentar uma ‘miss’ Prankhurst”.¹⁹⁷ A divisão entre feminismo bom e mau era uma das formas utilizadas para distinguir-se das práticas e das reivindicações mais radicais e desviantes, como realizar mobilizações violentas – em alusão as sufragistas inglesas e seus métodos de ação, sendo uma

¹⁹² BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. 2ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009, p. 191.

¹⁹³ Folha do Norte. Belém, 27 de junho de 1932, p. 2.

¹⁹⁴ Folha do Norte. Belém, 7 de agosto de 1932, p. 7.

¹⁹⁵ Folha do Norte. Belém, 6 de agosto de 1932, p. 2.

¹⁹⁶ Folha do Norte. Belém, 1 de setembro de 1932, p. 1.

¹⁹⁷ Folha do Norte. Belém, 13 de junho de 1934, p. 5.

de suas líderes Emmeline Pankhurst – ou tratar sobre o divórcio e a sexualidade feminina, tal qual os escritos de Maria Lacerda de Moura, caracterizada como feminista anarquista. Ademais, infere-se a correlação de um “feminismo bom” com os ideais católicos de orientação às movimentações femininas, direcionados para as práticas filantrópicas e de preservação das características essenciais ditas femininas.¹⁹⁸

Em contrapartida, o primeiro texto apresentava uma perspectiva negativa. Tal mudança, sendo o primeiro de 1933 e o segundo de 1934, pode sugerir inicialmente que o articulista teria mudado de opinião com a palestra de Anna Amelia e a defesa do tipo de feminismo praticado pelas associações da Federação Brasileira. Contudo, a permanência de temática e de posicionamento contrário à participação política/pública das mulheres nos anos subsequentes demonstram apenas a valorização que tinha por Anna Amelia e não pelo movimento a qual estava integrada. Ressalta-se, ademais, o detalhamento apenas da campanha e defesa pró-educação feita pela feminista e a ausência de suas outras atividades, como a participação e a integração com as associadas do Departamento Paraense.

Assim, retoma-se a ideia de Theodoro Brazão como um dos mais assíduos antifeministas na imprensa, cujas opiniões proclamava abertamente: “A mulher escolheu o caminho desgraçado da vida, de trabalhar para comer, e deu-lhe o nome de feminismo. É a eterna inquietude do desejo, a vontade de obter o que não se possui [...]”.¹⁹⁹ No texto intitulado *O caminho que a mulher escolheu*, o autor traçou uma narrativa histórica das atribuições masculinas, suportando todas as atividades difíceis, e das femininas na monotonia do lar, cujo cenário foi deturpado com a Grande Guerra, onde as mulheres precisaram substituir os homens em diversas atividades de produção. Com o fim da Guerra, o articulista ponderou: “a mulher não se habituou mais ao obscurantismo confortável da morada” e nesse novo caminho trilhado perdeu muito na área da sedução e da graça, uma vez que os novos comportamentos trouxeram desleixo ao cuidado pessoal e doméstico.

Nos artigos antifeministas é possível visualizar determinados marcadores sociais referente às mulheres: as retratadas na maioria desses escritos faziam parte de um grupo seletivo, abastadas o suficiente para nem precisar trabalhar e sustentar a família e a si mesma, ou melhor, as que fizeram a escolha de ter um ofício, sem necessariamente precisar por motivos

¹⁹⁸ RODRIGUES, Bárbara Leal. **Vale a pena ser feminista?** Debates sobre o feminismo em Belém/PA (1922-1937). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2021, p. 80. Em 1923, Padre Florencio Dubois apresentava um longo artigo conceituando o “bom feminismo”, retratado na imagem da Escola Comercial Feminina que procuravam proteger as moças de um meio corrupto (político) e educava-as para serem “moralmente superior, capaz de dominar pelo prestígio do seu valor no bem” (Folha do Norte. Belém, 14 de janeiro de 1931, p. 1).

¹⁹⁹ Folha do Norte. Belém, 24 de setembro de 1933, p. 8.

financeiros. Nessa perspectiva, há uma invisibilidade das mulheres populares, movidas pela necessidade de sobrevivência e nas particularidades de outras experiências no espaço público. Em conformidade, a pesquisa de Cristina Cancela evidencia as situações singulares vivenciadas por essas mulheres das camadas populares de Belém, nos anos finais do século XIX e nas primeiras décadas do XX.²⁰⁰ Nessas vivências, a partir da flexibilidade do controle parental ao comportamento de suas filhas e tuteladas, a autora ressaltou a facilidade com que transitavam em vários espaços públicos e privados.

Dessa forma, falar de invisibilidade refere-se ao desinteresse em retratar essa parcela feminina que se encontrava no mercado de trabalho antes mesmo da Primeira Guerra. Os antifeministas não estavam interessados em julgar e condenar todas as mulheres trabalhadoras, os seus alvos eram as que faziam parte dos mesmos círculos sociais, mulheres de suas convivências que optaram por ter ocupações iguais a deles. Torna-se condizente a ojeriza ao feminismo, protagonizado por essas mesmas integrantes das classes médias e altas.

Na diversidade de temáticas abordadas pelos antifeministas, a questão trabalhista era um dos assuntos mais frequentes, o “sair de casa” acabava por atribuir prejuízos para a sociedade e os argumentos eram variados, desde uma questão estética, como a masculinização das mulheres, até tornarem-se as únicas provedoras familiares, em uma troca de papéis sociais. Nesse entremeio, motivos correlacionados eram destacados:

A mulher fora do lar adquire uma psicologia toda especial – a de desrespeitar o Homem. É essa, sem dúvida, a maior causa da degeneração dos costumes em nossos dias.

[...] Mas, um fato é que muitas mulheres deixam de ser verdadeiramente felizes, deixam de contrair um feliz matrimônio, deixam de ser de fato úteis à sociedade, por causa dessa visão louca do que elas chamam emancipação ou liberdade [...].²⁰¹

Escrito por Hermogenes de Oliveira, apresentou um exemplo clássico da substituição da mão de obra masculina pela feminina nas fábricas, devido ao salário mais baixo pago para elas, atrelado com as mudanças nas mulheres antes e após adentrarem o espaço público. A origem desses prejuízos foi apontada no momento em que se tornaram independentes financeiramente, essa nova condição estaria relacionada com um novo comportamento: começaram a desrespeitar os homens. Essa atitude pode ser interpretada como a perda de autoridade masculina no espaço doméstico, onde deixam de ser o único provedor familiar. A

²⁰⁰ CANCELA, Cristina Donza. **Adoráveis e dissimuladas**: as relações amorosas e sexuais de mulheres pobres na Belém do final do século XIX e início do XX. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

²⁰¹ A Semana. Belém, n. 756, ano 15, 1933, s/p.

autonomia e a independência, ou melhor, a emancipação e a liberdade feminina foram apresentadas como um perigo para a hegemonia do homem e para a instituição do casamento.

Longe de ser o único preocupado com esse cenário, chegou a ser tema de discussão em artigo intitulado *As mulheres podem ter o direito de sustentar os maridos?*.²⁰² Publicado na *Seção Feminina* do “*O Estado do Pará*”, sem autoria identificada, informou sobre uma matéria publicada em uma revista norte-americana, com um dado estatístico indicando na cidade de Nova York mais de cem mil mulheres que trabalhavam para manter seus maridos. Sem maiores detalhes sobre o tipo de profissão, nem quanto recebiam, complementou com os dados do “*Boletim*” da União dos Trabalhadores Femininos, ao apontar seis milhões de trabalhadoras no Estado de Nova York, enquanto na cidade indicava quatrocentas mil como solteiras, cem mil eram viúvas ou divorciadas e mais cem mil eram casadas e sustentavam seus cônjuges, trabalhando nos campos, nas oficinas e nos escritórios.

Em continuidade, afirmava ser esse panorama motivo de preocupação entre os especialistas (estadistas, sociólogos e professores), onde apesar de existir maridos impossibilitados de trabalhar eram o menor percentual, a maioria “passeiam a sua ociosidade à custa das mulheres que para eles trabalham”. Contra esses casos, algumas medidas já estavam sendo tomadas, como uma agência de colocações negar arranjar trabalho para aquelas “que se deem ao luxo de sustentar os maridos”. Em contrapartida, as mulheres protestaram contra essa atitude e retiraram suas cotas da agência, além de alegarem, como a escritora Francisca Pilsen: “Porque é que uma mulher não há de ter o direito de sustentar o marido, se isso lhe agrada, já que o marido tem o direito de sustentar a mulher?”.²⁰³ Apesar da ausência de autoria, o escritor deixa evidente seu posicionamento contrário a essa temática, ao caracterizar como um “aspecto triste, verdadeiramente antissocial”, ou de finalizar afirmando: “Como veem, a América está cada vez mais disposta a não perder os seus créditos de Pátria de todos os bizantinismos [futilidades]”.²⁰⁴

Nesse artigo, dois problemas centrais foram levantados: homens ociosos e mulheres provedoras. A problemática apresenta-se no momento que subvertem os papéis e funções tradicionais a serem desempenhadas. O absurdo era os homens optarem por não trabalharem e nem sustentarem a família, conseqüentemente, estava subentendido à perda de autoridade no lar e a sua ocupação em trabalhos domésticos, uma vez que as mulheres estariam trabalhando. Além disso, mesmo o autor sendo contrário a esse cenário, apresentou um dos principais

²⁰² O Estado do Pará. Belém, 28 de fevereiro de 1934, p. 2.

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ Ibid.

argumentos desenvolvidos a favor dessa prática e da emancipação feminina no geral: o direito de igualdade entre homens e mulheres. O cerne da questão para essas provedoras era a possibilidade de escolha, se queriam ou não sustentar seus maridos.

Essa preocupação – em distinguir os papéis sociais – era tamanha que precisavam reafirmar constantemente o que é ser homem e o que é ser mulher. A maleabilidade ou a fissura entre essas fronteiras eram vistas tendo como único responsável: o feminismo. Nessa perspectiva, o articulista Cerqueira Leite questionava: “Aonde se irá parar, com essa avalanche feminista que está abarcando tudo? A mulher precisa ser Mulher para que o homem seja Homem!”.²⁰⁵ Mesmo compreendendo a necessidade de ocuparem outros espaços, os limites estavam sendo extrapolados: “Mas é demais o que se dá, em todo mundo: bandos femininos invadem todos os setores da vida em sociedade, como bárbaros escalando um castelo feudal”.²⁰⁶ E as consequências serão sofridas por toda a sociedade, com a precarização da vida das mulheres, por não possuírem biologicamente “a base física do homem, a base *cimentadora* das grandes realizações”, e as famílias sofrerão com a ausência materna nos lares. As duas questões foram tratadas como causa e consequência, quando o escritor assinalou como motivo da inquietação hodierna a “dissolução da família, pela masculinização alargadora da mulher”.

Se o feminismo ocasionava mudanças na feminilidade, na mesma medida provocava alterações na masculinidade. Assim sendo, as reações apresentadas nesses artigos, variadas nos usos linguísticos e argumentativos, tinham a mesma base comum: o medo. Sobre esse temor das subversões das funções hegemônicas, a pesquisa de Melina Marson apresentou as inúmeras reações apresentadas pelos antifeministas, da misoginia à sátira, com a constatação evidente do medo na imprensa nesse período: “medo da mulher não mais procriar, medo da mulher-feminista virar homem, medo da mulher substituir o homem no trabalho, em suma, medo de o homem não mais conseguir se mostrar superior à mulher”.²⁰⁷ A superioridade era uma das características essenciais da masculinidade, seja física, seja intelectual; assim, no momento em que as mulheres passam a desempenhar as mesmas ocupações e a diferença intelectual tornou-se inválida, os opositores agarram-se na distinção física e tornaram-na um aspecto essencial do “ser Homem” e “ser Mulher”. Por último, destaca-se a alegoria da masculinização atrelada à perspectiva de “mulheres bárbaras”, configuradas como insensatas e incivilizadas na tentativa de impor seus desejos, “escalando um castelo feudal”.

²⁰⁵ O Estado do Pará. Belém, 14 de maio de 1935, p. 6.

²⁰⁶ Ibid.

²⁰⁷ MARSON, Melina Izar. Da feminista “macha” aos homens sensíveis: o feminismo no Brasil e as (des)construções das identidades sexuais. **Cadernos AEL**, n. 3/4, p. 69–110, 1995, p. 83.

Tais caracterizações físicas estavam relacionadas também à estética, à aparência visual desses sujeitos. Em continuidade na pesquisa de Melina Marson, defendeu o feminismo como provocador de uma desestabilização das fronteiras simbólicas entre os sexos e conseqüentemente na busca de definição de novas imagens. Assim, compreendem-se as inúmeras tentativas de enquadrar as feministas como não-mulher, ou seja, como masculinizadas. Segundo a autora, retirar essas mulheres da categoria “feminina” restitui as fronteiras de gênero, no momento que passam a ser mulher-feminista-masculina não seriam mais consideradas “verdadeiras mulheres”. Paralelamente, considera-se um cenário similar aos homens, ao apresentarem também o medo da perda da masculinidade hegemônica, retratado nos homens domésticos. Descrito no artigo de Cerqueira Leite, a saída das mulheres de seus espaços provocava a retirada dos homens e sua inserção no espaço privado, esse medo pode ser não somente na perda de seus espaços de profissão, mas também na troca de funções, tornando-os responsáveis pela casa e pelos filhos, no sentido do cuidado.

Outro ponto a ser considerado sobre os escritos antifeministas é que os homens não eram os únicos a defender a preservação tradicional das estruturas de gênero, havia algumas mulheres ao lado deles na disputa entre o público e o privado. Com as mesmas temáticas discursivas, apresentaram diferenças na abordagem argumentativa, sem agressividade nas palavras, sem menções ao feminismo. Apela para o fortalecimento das características dóceis e de cuidado das mulheres, por exemplo, o artigo de Odette Coqueiro Danin, intitulado *Carta íntima à mulher brasileira*, defendeu:

[...] É bem pesada a cruz que alçamos sobre os ombros ao recebermos o santo sacramento do matrimônio. É uma das mais belas missões a de ser esposa e mãe extremosa. Bela sim, mas bem espinhosa é, tanto que nem todas têm a coragem necessária para prosseguir até o fim, na sua grande jornada conjugal. Muitas deixam-se despenhar no profundo abismo e lá vão subindo o seu Calvário pelas ruas da amargura. [...]
É esse sentimento, queridas amigas, que devemos desde a mais tenra idade fazer compreender a nossos filhos, para que eles possam ser mais tarde verdadeiros cristãos, verdadeiros cidadãos.²⁰⁸

Embora os objetivos dos escritos sejam os mesmos, há diferenças argumentativas entre os articulistas e o texto de Odette. Em primeiro, era difícil encontrar nos antifeministas embasamentos religiosos relacionados às funções femininas como missões divinas, ou melhor, comparar as trajetórias das mulheres com a crucificação de Jesus. Nota-se o uso da mesma estratégia pelas feministas, em específico na palestra de Elmira Lima pró-voto na Rádio Clube

²⁰⁸ Folha do Norte. Belém, 1 de janeiro de 1932, p. 7.

analisada no primeiro capítulo, ambas com a tentativa de santificar suas experiências e caracterizá-las como provações frente às adversidades. No mais, distinguem-se completamente quando Odette enalteceu o papel de esposa e mãe dedicada como únicas funções apropriadas às mulheres. Mesmo sendo um texto diferente do almejado pelas feministas, a autora reconheceu as dificuldades e o trabalho de exercer ambas as funções, ao descrever como uma cruz pesada ou alegar serem apenas as corajosas a chegarem no fim da “jornada conjugal”. Desse modo, critica os casos de desquites ou de anulação, além de repreender as mulheres solteiras e sem filhos ou quando almejavam ser cidadãs.

Essa perspectiva de uma das funções femininas como educadora dos filhos prevalece em outros escritos, tratada como uma das prioridades das mulheres. Na *Seção Feminina* do “*O Estado do Pará*” variados eram os conselhos publicizados, desde culinária para preparar o almoço ao marido, até constantes informações ao benefício dos filhos, de caráter médico à vestimenta, assim, encontram-se constantemente matérias como *Código Social: saber educar a filha*, com a autoria identificada apenas como Monica.²⁰⁹ Nesses preceitos, orientava às mães a semear nas filhas “a bondade e a concórdia, a generosidade e a honestidade”, para isso, precisavam afastar-se dos salões de sociedade, “onde as conversas são vãs e vulgares” e ter no lar a “salvação para todos os instantes”.

Embora sem referências ao feminismo ou às suas reivindicações, decerto muitas feministas concordariam em partes com esses pressupostos, mas reafirma-se que a intensa divulgação desse conteúdo e sua massificação nos principais diários belenenses prejudicaram as mobilizações do Departamento. O que significaria afastar as mulheres e as jovens dos salões de sociedade, sendo esse o principal espaço de propagação feminista, com suas sessões lítero-musicais? Por conseguinte, em suas oposições implícitas, esses escritos configuram-se nas características de um movimento antifeminista e contribuem para o afastamento das mulheres do feminismo.

Em consonância, a similaridade entre as argumentações pode aferir o apoio em ideólogos, conforme os estudos de Christine Bard. A pesquisadora conceitua a prática de política de feminização necessária para restaurar a “ordem viril”, onde entre tais ideólogos destacou a figura da italiana Gina Lombroso, por sua influência no mundo católico, distinguiu dois tipos de mulheres: a esposa-mãe-dona de casa e a “feminista destinada à infelicidade, perigosa para as outras mulheres”.²¹⁰ Sua influência e expressão internacional evidencia-se na tradução de um de seus artigos no “*O Estado do Pará*”, com o título *A trágica situação da*

²⁰⁹ O Estado do Pará. Belém, 17 de outubro de 1934, p. 6.

²¹⁰ BARD, A virilidade no espelho das mulheres, p. 125.

mulher.²¹¹ Nesse escrito retoma justamente essa dicotomia, onde haveria aquelas de “temperamento viril” e as “mulheres realmente mulheres”, símbolo de altruísmo.

Por último, seguindo a perspectiva em observar os escritos com a ausência das palavras feminismo/feminista, encontra-se essa mesma prática entre os textos favoráveis à emancipação feminina, sem nenhum tipo de ligação com o movimento. Tais articulistas fomentaram o espaço de disputa na imprensa entre aqueles sem autodeclaração de serem feministas ou antifeministas. Embora a semelhança de discurso, a recusa das escritoras em embasarem ou mencionar meramente o feminismo sugere dois motivos correlacionados: primeiro, querer que seus textos fossem mais bem aceitos ao não demonstrar nenhum tipo de vínculo, uma vez que o movimento carregava consigo imagens adversas e uma oposição ferrenha; segundo, eram frutos de uma difusão dos ideais feministas, cujas percepções disseminaram-se em vários âmbitos e grupos sociais, onde sofreram adaptações conforme a perspectiva de cada autor.²¹²

Sob o pseudônimo de Mme. L. de Scotland, a autora do artigo *A emancipação da mulher* apresentou um texto com referências de mulheres estadistas ao redor do mundo e frases consagradas de Maria Lacerda de Moura e Maria Eugênia Celso. Com ironia e indignação, defendeu:

Infelizmente, neste século de luz, ainda existem pessoas de ambos os sexos, que não admitem a mulher na labuta diária pela sua manutenção.

[...] Mas, são também os próprios homens, em grande parte, que, cegos pela presunção de que pertencem ao sexo “forte”, ao sexo que tudo pode, inclusive matar a mulher que o não quer amar...

[...] E justamente contra esse absurdo, é que já se levanta a mulher moderna. [...] E não sabe ele, esse mocinho bonito, que a inteligência não tem sexo e que nenhuma qualidade intelectual é atributo exclusivo de um sexo? [...]

Dizer que a mulher deixa de ser mulher, quando deixa de “ser coisa”, “bibelot”, Lulu da Pomerânia, para reivindicar o seu direito de indivíduo na escala social, é erro crasso porque “a mentalidade nada tem que ver com o sexo” – Mme. Curie, deixou acaso de ser mulher por ser cientista?²¹³

A utilização de pseudônimos infere inúmeras possibilidades ao processo de produção e de publicação, esconder sua autoria apresentava maiores liberdades de escrita às mulheres, onde sua imagem pública estaria salva de prejuízos, o que viabilizaria recursos mais incisivos e tratar de temas mais polêmicos. Nesse ínterim, não se descarta a probabilidade de ser um homem o autor e usar um pseudônimo para aproximar-se do público feminino, prática usada entre os

²¹¹ O Estado do Pará. Belém, 17 de outubro de 1934, p. 6.

²¹² RODRIGUES, Bárbara Leal. Difusão do feminismo? A presença dos ideais feministas nos periódicos belenenses (PA, 1931-1937). In: XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS. **Anais Eletrônicos**. Evento Virtual: ANPUH-RS 2022.

²¹³ O Estado do Pará. Belém, 25 de outubro de 1933, p. 6.

articulistas, mesmo caso do artigo *Código Social* de Monica, sobre a educação feminina. Contudo, pelas características do texto, acredita-se ser uma mulher e, quem sabe, uma feminista. Um dos motivos seria a contra-argumentação dos principais temas debatidos pelos antifeministas: a possibilidade de trabalhar, as diferenças consideradas biológicas e o que significa ser homem e ser mulher. Para desacreditar essas opiniões, utilizou de variadas estratégias contra os articulistas, desde deboche (“mocinho bonito”), até ofensas (“cegos pela presunção”). Além disso, adentrou em um tema pouquíssimo abordado nos textos sobre a emancipação feminina: os casos de violência contra as mulheres.

Ao extremar a perspectiva de que o “homem tudo pode”, inclusive matar, a autora reviveu o caso de inúmeras mulheres assassinadas motivado “pelo amor”. Tais acontecimentos de violência eram comumente noticiados nas páginas da imprensa belenense, chegando a ter casos emblemáticos, como o da Severa Romana, em 1900, morta a navalhadas por recusar as investidas do seu agressor e manter-se fiel ao casamento, posteriormente alvo de devoção popular. Em estudo sobre violência e poder na capital paraense, as pesquisadoras Franciane Lacerda e Maria de Nazaré Sarges ressaltam que esses casos privados quando chegam ao público expressam as “variadas relações de poder experimentadas por muitas mulheres dos grupos populares”, além de dizer a respeito às experiências sociais,²¹⁴ muitas vezes as vítimas eram colocadas como culpadas de suas agressões, seja por seus comportamentos, seja por corresponderem ou recusarem os sentimentos alheios. Decerto, pouco prejuízo ou responsabilidade era atribuída ao homem-agressor, quando a ele cabia o poder sobre essas mulheres. A partir disso, a articulista demonstrou uma perspectiva ampla sobre o significado de emancipação feminina, sem ficar restringida à tríade de reivindicação feminista e abarcando outras experiências e demandas.

Atrelado a esse movimento, alguns homens também se pronunciaram favoráveis à ampliação da participação feminina nos espaços públicos e defenderam esse posicionamento. Apesar da ausência de autoria, ao longo do texto adota a linguagem no masculino e apresentou suas contribuições sobre a palestra de Hebib Stefano, filósofo libanês, sobre *A mulher na atualidade*. Em concordância com o conferencista sobre as novas ocupações femininas, comentou: “Está a mulher preparada para a atividade pública? Eis a pergunta que, nós homens, ridiculamente, costumamos fazer”, prosseguindo sobre a participação das mulheres na política, afirmou: “A mulher sente necessidade de tomar parte na vida pública, para sacrificar-se. Não para alcançar um prazer, mas, simplesmente, para cumprir um dever. Fracassou a civilização

²¹⁴ LACERDA, Franciane Gama; SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. **Projeto História**, n. 38, p. 165–182, 2009.

masculina completamente [...]”.²¹⁵ Para o autor, a mulher era visualizada como salvação para o futuro da sociedade, frente ao fracasso masculino, onde apenas elas poderiam “imprimir ao mundo outra diretriz”.

Dentre vários com perspectivas similares, tais apoiadores acreditavam que as qualidades atreladas ao feminino, como o cuidado, o sacrifício e a abnegação trariam novos direcionamentos à sociedade degradada. Dessa forma, perpetuaram algumas estruturas de gênero, onde as mulheres seriam representadas como mães, responsáveis por cuidar de seu filho – o País – e orientá-lo no caminho a ser trilhado. Apesar de manter a representação simbólica, contribuía para o processo de inserção feminina na política no seu primeiro ano como eleitora, pois quem melhor para cuidar de um filho do que a mãe? Quando atuaria pensando no bem em comum.

A colaboração desses articulistas nesses anos de grandes mobilizações infere-se estar atrelada com outras ambições além de expor sua opinião, mas também acalmar os leitores e retirar as dúvidas das consequências de terem as mulheres como eleitoras e candidatas. Nesses momentos, a autoridade e a credibilidade masculina contribuía ao movimento feminista, exemplo de Jacob Netto e suas afirmações das benesses do voto feminino, visto como um condão de “estabelecer entre nós [homens] e as mulheres uma aproximação política benfazeja, e uma igualdade de deveres”,²¹⁶ dividindo a responsabilidade na governabilidade do País. Além disso, finalizou o texto afirmando que se um dia surgir uma candidatura feminina à presidência do Brasil, ele iria “abdicar do seu sexo” e votar nela, acreditando estar cumprindo o seu dever pela Nação, quando teriam progredido a ponto de ficar sobre todos os outros países.

Após inúmeras publicações antifeministas sucessivas, os escritos de autoria masculina pró-emancipação feminina, esse último em específico, parecem exagerados. Todavia, fica evidente a confiança desses articulistas nos arquétipos de gênero, a credibilidade na bonança feminina, para além de serem argumentos de seus opositores, trouxeram defensores fervorosos. Além disso, como pôde-se notar na trajetória do Departamento Paraense, as feministas não estiveram sozinhas em suas mobilizações e campanhas reivindicatórias, pelo contrário, viam nos homens de poder público figuras valiosas para a causa feminista, sejam por serem políticos, sejam por serem detentores dos meios de comunicação, alguns chegarem a ser compreendidos como aliados do feminismo por suas atitudes. Nessa participação masculina, corrobora-se com o escrito de bell hooks sobre os homens como companheiros de luta, onde suas ações contra a

²¹⁵ O Estado do Pará. Belém, 2 de agosto de 1933, p. 6.

²¹⁶ O Estado do Pará. Belém, 24 de abril de 1933, p. 1 e 4.

desigualdade deveriam ser reconhecidas e apoiadas por se fazerem responsáveis pelo combate aos sistemas de dominação de gênero.²¹⁷ Dessa forma, as atitudes de Jacob Netto na imprensa ou de Martins e Silva no Congresso são visualizadas como realizações benéficas e de apoio ao feminismo, em seus espaços privilegiados de atuação e de aceitação pública estavam atuando em prol das reivindicações feministas.

Nesse cenário, os meios de comunicação constituíram apenas um dos espaços de disputa entre as fronteiras do público e do privado. Para além do que as fontes possibilitaram analisar, questiona-se e imagina-se sobre os enfrentamentos diários das integrantes do Departamento Paraense, em suas vizinhanças, nos espaços de trabalho e de lazer.

Afinal, autodeclarar-se publicamente como feminista era sinal de audácia e de coragem.

²¹⁷ HOOKS, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 128.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1º de julho de 1932, Elmira Lima questionava-se: “Quem sabe, eu mesma, não terei a alegria de ver o meu pequenino nome firmando uma homenagem feminista?”.¹ Embora se concretize postumamente, esta dissertação carregou a intenção de configurar-se, também, como uma homenagem às feministas amazônidas. Retomar à História dos Feminismos Brasileiros a memória de um grupo de mulheres extremo-nortistas, atuantes em prol da ampliação dos direitos sociopolíticos femininos e na propagação do feminismo.

No que se propôs a denominar como Feminismo do Extremo Norte, introduzido a partir da (auto)identificação marcada pelo caráter socioespacial, algumas especificidades sobressaem. Nas leituras sobre distintos grupos filiados da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, pertencentes aos estados da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba e do Mato Grosso do Sul, ressaltam as similaridades na composição de associadas (classes médias e altas), no acesso fixo ao meio impresso (seções feministas nos periódicos) e no amplo apoio social às mobilizações (intensas participações do público em atividades). Em comparação, o Departamento Paraense pelo Progresso Feminino apresentou-se na contracorrente das outras instituições, em determinadas características; apesar de apresentarem inúmeras semelhanças, como as estratégias e as reivindicações, por integrarem o mesmo movimento.

Assim, na constituição do grupo paraense, conclui-se a formação de um feminismo extremo-nortista, com as singularidades referentes à composição das integrantes e as vivências como instituição feminista belenense. As distinções abarcam as classes econômicas e o lugar de protagonismo e de liderança no Departamento, marcado por seus relatos sobre as condições financeiras individuais. Por tal configuração, infere-se um aumento de dificuldades na consolidação de articulações com associações filantrópicas elitizadas, na diminuição progressiva de publicações nos periódicos, sem seções fixas de divulgação, e na carência de filiações de novas associadas (atrelada a outros fatores). Essas adversidades e o pouco apoio local demarcado pelas missivistas refletem nas autorrepresentações do grupo, tidas como um oásis na sociedade belenense, onde seriam o único grupo de mulheres preocupadas com a emancipação feminina.

Outro aspecto recai na configuração familiar entre as integrantes, com os mesmos sobrenomes indicando grau de parentescos, irmãs, tias e sobrinhas, mãe e filhas; ou até mesmo a presença de familiares homens nas atividades desempenhadas. Além disso, relacionado às

¹ LIMA, Elmira. [Correspondência]. Destinatário: Bertha Lutz e Alice Coimbra. Belém, 1 de julho de 1932. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_cor_a932_48.

individualidades das feministas, ressalta-se a religiosidade espírita entre as integrantes da Diretoria, com a presença de líderes do espiritismo e atuantes nas associações espíritas. A distinção religiosa do DPPF, comparada com a predominância católica nas outras organizações, espelha-se na ausência de apoio da Igreja ao grupo feminista, na atenção dada à abertura de suas atividades a todos os credos e no cruzamento das perspectivas religiosas com o feminismo.

Essas compreendem algumas especificidades do Departamento Paraense, marcado pela complexidade e multiplicidade, característico de um Feminismo do Extremo Norte. Os itinerários percorridos nesses sete anos de mobilizações, no entrelaçamento entre o público e o privado, demonstraram uma iniciação vagarosa na tentativa de criarem um grupo feminista belenense, na busca por maiores filiações e para se integrarem ao movimento feminista nacional. Para a instalação, foram necessárias práticas de convencimento e de propaganda, confiando nas relações de amizade para participarem do feminismo. Apesar dos esforços, as frustrações apareceram nos primeiros relatos, seja na insuficiência de quórum para configurarem-se na categoria de Federação, sejam nos empecilhos familiares para adesão feminina.

Na intenção de reverter esses cenários de dificuldades e, ao mesmo tempo, colocar em prática suas atividades reivindicatórias, conclui-se duas bases estratégicas: os meios de comunicação e as articulações sociopolíticas. As mídias foram utilizadas para divulgar as atividades e por quais temas pleiteavam, com a intenção intrínseca de propagar o feminismo; todavia, os jornais e o rádio transformaram-se em campos de disputas e de barganhas, tanto com os proprietários e os funcionários desses veículos, quanto com os colaboradores, articulistas e radialistas. Por conseguinte, inferiram-se adversidades para conseguir espaços de divulgação e para contra-atacar as palavras antifeministas, além de observar os prejuízos ao Departamento Paraense. De modo correlacionado, as redes de sociabilidades carregaram ambiguidades, quando inicialmente supunha maiores relações localmente e no meio intelectual, identificou-se sua rede de apoio na instituição matriz e nos políticos, ao transformarem as correspondências em artifício feminista.

A partir dessas considerações, na simultaneidade de acontecimentos, infere-se a dinamicidade das integrantes e das suas mobilizações: quando primeiro optaram por atuar a favor da educação feminina e infantil, a campanha nacional pró-voto intensificava-se e decidiram por juntar-se às companheiras de movimento. Logo, após a promulgação do Código Eleitoral de 1932, iniciaram a organização para a primeira comemoração do Dia das Mães, onde tiveram o maior público e cooperação dos belenenses em alguma de suas atividades, além de gerar o pior conflito entre as feministas, com resultados prejudiciais. No meio de suas

divergências, a matriz requeria o apoio à líder feminista na Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição, pedido quase obrigatório pela oportunidade de contribuir na elaboração da Carta Magna. Assim, iniciava a ampla movimentação feminista em torno da Constituinte e da implementação dos direitos às mulheres, onde também continuavam com suas demandas locais, ressaltados por seus vínculos com o movimento operário feminino.

Nos anos seguintes, a crescente polarização da política paraense refletiu na ausência do grupo nas eleições, com a divergência partidária entre as feministas e na ausência de indícios para o favorecimento eleitoral de uma associada como candidata. Ademais, o crescente apagamento midiático reestruturou as estratégias, ao adequarem suas práticas reivindicatórias com a visibilidade recebida nas recepções aos visitantes em Belém. No campo dos direitos trabalhistas, educacionais e das políticas internacionais em prol da Paz, favoreceram-se do reconhecimento público dessas personalidades, onde simultaneamente tentavam consolidar vínculos com os interventores e enfrentar os opositores.

Desse modo, afirma-se que suas reivindicações e objetivos apresentaram uma continuidade e adaptação aos acontecimentos locais e nacionais, atrelado com suas experiências e interesses nesses momentos de propagação. Em destaque para a área educacional, quando atuavam profissionalmente nesse âmbito, além de serem atualizadas nas novidades pedagógicas e integradas às demandas regionais; embora não pudessem realizar práticas de intervenção, os anseios e as perspectivas de melhorias eram expressadas.

Em similar perspectiva, no campo dos direitos trabalhistas e assistencialistas explanavam as demandas operárias visualizadas nos periódicos e nas relações com o movimento operário, mas não deixavam de inquirir sobre demandas as quais pudessem ser beneficiadas, como no processo de inserção ao serviço público igualitário. Tais atividades advogam para uma movimentação emancipacionista, demarcada pelas categorias sociais das integrantes e funções normativas que estavam integradas, a partir de uma perspectiva das classes médias e valorização de determinados papéis sociais.

Esse percurso intensifica-se ao compreender as identidades das feministas, a diversidade entre elas e as adversidades enfrentadas. A prosopografia, mediante ao fator comum de pertencerem ao mesmo grupo, apresentou não somente suas semelhanças na classe socioeconômica e religiosidade, mas também suas individualidades, nos percursos profissionais ou nos versos de suas obras, ao transparecer que, embora findo a instituição ou a participação, continuavam com perspectivas emancipadoras e indo além das temáticas debatidas em coletivo, demonstrando uma multiplicidade de facetas.

Essa diversidade refletiu na ocorrência de conflitos pessoais e de divergências políticas-ideológicas, onde são atributos das dinâmicas privadas do movimento feminista. Tais acontecimentos pouco publicizados constituem outras características das integrantes e das relações entre elas, cujas disputas e antagonismos demarcam a heterogeneidade e as experiências dessas mulheres, nos afetos e na quebra de vínculos. Além de demonstrar outros interesses, por vezes contraditórios ao feminismo, mas constitutivos de suas subjetividades.

Assim, em meio aos próprios desentendimentos, precisavam lidar com as propagações antifeministas e suas consequências prejudiciais ao grupo, ainda que não estivessem sozinhas na difusão do feminismo ou de seus ideais. Nas disputas entre as fronteiras simbólicas, do público e do privado, afirma-se a multiplicidade de artifícios utilizados e meios empregados pelos opositores, no alcance de suas perspectivas e as dificuldades sofridas pelo DPPF. Nos impressos ou na rádio, os meios de comunicação como tecnologias de gênero transformaram-se em arenas, onde a propagação de normativas e de ideais divergentes, feministas e antifeministas, difundiram-se.

Por conseguinte, analisar a trajetória do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino resultou na compreensão de complexidade e de multiplicidade, nas integrantes e nas atividades coletivas. No cruzamento de fontes, tornou-se possível identificar suas motivações, relações e os mecanismos disponíveis, o que não seria possível sem o acesso aos arquivos digitais, com a presença de documentações inexistentes em arquivos locais. A digitalização das correspondências do DPPF possibilitou uma análise mais detalhada das atividades, para além das fontes hemerográficas, seus anseios e frustrações trouxeram entendimentos pormenorizados de suas atividades e do cotidiano. Em complemento com as outras documentações, propiciou um entendimento do que significou criar e manter um grupo feminista, em Belém, na década de 1930.

Dessa forma, a escolha narrativa e analítica indicou as feministas como estratégicas, ao utilizarem de momentos oportunos e dos signos sociais para empreender suas reivindicações. Essa perspectiva não exime as integrantes do DPPF de acreditar e de perpetuar as normativas, principalmente quanto à figura de mulher-mãe, mas complementa e apresenta outras interpretações e finalidades nas suas concepções.

Esta dissertação está longe de esgotar as possibilidades de análise sobre as feministas paraenses, quando no processo de desenvolvimento optou-se por determinadas temáticas. Em destaque, outras possibilidades apresentam-se na divisão do Departamento Paraense em fases e a continuidade de funcionamento durante o Estado Novo. Nesse período, outros estudos seriam necessários para identificar possíveis reestruturações, emprego de novas estratégias e

pleitos, para poderem adequar-se com as novas estruturas políticas, sem arriscar interromper suas atividades. A periodicidade estadonovista carece de pesquisas maiores sobre as práticas e outros grupos feministas, além das movimentações políticas das mulheres paraenses, mesmo no arrefecimento do feminismo, outras táticas e alvos teriam sido constituídos.

As alternativas somam-se quando pensadas na multiplicidade do Departamento, onde algumas questões foram apenas mencionadas, como as opiniões em torno do Movimento Constitucionalistas e a pacificação como tema reivindicatório; além da participação ou representação das paraenses nos Congressos Bienais Feministas e a atenção dada aos eventos feministas internacionais. As próprias integrantes carregam maiores possibilidades, em que a prosopografia realizada apresenta-se como prelúdio para as produções literárias feministas paraenses ou sobre as mulheres intelectuais na formação cultural do Pará do século XX, além do espiritismo como religiosidade motivadora às mobilizações em prol da emancipação feminina e a presença massiva das professoras na política, sejam nos movimentos feministas, sejam nas organizações partidárias.

Destarte, acredita-se na potencialidade de outros caminhos sobre as mobilizações femininas na década de 1930, em Belém: na criação de grupos religiosos, na participação do movimento integralista, em associações filantrópicas, nos partidos políticos, em grupos operários e nos períodos eleitorais. A diversidade de movimentações organizadas transparece na multiplicidade de mulheres, cuja perspectiva interseccional torna-se essencial.

Entre conquistas e derrotas, oportunidades e empecilhos, elogios e zombarias, as amazônidas constituíram o feminismo que acreditavam, iniciaram um movimento geracional e, nas alterações político-ideológicas ao longo dos anos, os feminismos ampliaram-se e adaptaram-se.

REFERÊNCIAS

FONTES

1. Arquivo Histórico da Câmara do Deputados

a. Correspondências

DEPARTAMENTO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO: 1932.

b. Legislação e Projetos de Lei

BRASIL. **Código Civil**. Quadro Comparativo 1916/2002. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 736, de 1937**. Cria o Estatuto da Mulher. Brasília: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, 1937. Código: BR DFCD BERTHALUTZ-BL2-12-162.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 623, de 1937**. Cria o Departamento Nacional e o Conselho Geral do Lar, Trabalho Feminino, Previdência e Seguro Maternal. Brasília: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, 1937. Código: BR DFCD BERTHALUTZ-BL2-11-161.

BRASIL. Decreto nº 22.040, de 1 de novembro de 1932. Regula os trabalhos da Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. **Coleção Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932. Cria a Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 dez. 2022.

2. Arquivo Público do Estado do Pará

a. Correspondências

BIBAS, Ester Nunes: 1933.

FREIRE, Edgar Serra: 1933.

GUERREIRO, Helvecio Imbiriba: 1935.

LIGA NACIONALISTA DO PARÁ: 1931.

LUTZ, Bertha: 1934.
 PORTINHO, Carmem: 1931.
 PORTINHO, Carmem; MATHIESEN, Ignez: 1931.
 SILVA, Genoveva Dea: 1931.

3. Biblioteca Pública Arthur Vianna

a. Obras Raras

BIBAS, Ester Nunes. **Rimas do coração**. Belém: H. Barra, 1958.

BIBAS, Ester Nunes (Org.). **Páginas brasileiras**: quinto ano primário. São Paulo: Editora do Brasil, 1957.

LIMA, Elmira. **Alma em Rythmos**. Pará: Typ. Delta, 1914.

PARÁ. Interventor Federal (1938-1942): J. C. Gama Malcher. **Álbum do Pará**. Belém: H. Rodrigues, 1939.

PARAENSE, Dulcinéa. **Dulcinéa Paraense a flor da pele**. Belém: SECULT, 2011.

b. Periódicos

A Palavra. Belém: 1921.

A Semana. Belém: v. 13 n. 659, 1931; v. 15 n. 756, 1933; v. 15 n. 767, 1933; v. 15 n. 775, 1933.

Amazônia Brasileira. Belém: n. 4 v.1, 1930.

Diário Oficial do Estado do Pará. Belém: 1934.

Escola. Belém: v. 1 n. 5, 1935.

Folha do Norte. Belém: 1923, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937.

Guajarina. Belém: v. 2 n. 48, 1931.

O Estado do Pará. Belém: 1912, 1913, 1917, 1919, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935.

O Liberal: 11 abr. 1947; 2 jun. 1947.

Pará Médico. Belém: n. 10 v. 2, 1922.

Terra Imatura. Belém: n. 2 v. 1, 1938.

4. Centro de Memória da Amazônia

a. Estatutos

CONFEDERAÇÃO ESPÍRITA CAMINHEIROS DO BEM. **Estatutos da Confederação Espírita “Caminheiros do Bem”**. Belém, 1940.

b. Inventários

Inventário de Alzira Nicolina de Serra Freire. CMA, 14º vara, cx. 49.

Inventário de Angela Guimarães de Lima. CMA, 11º vara cível, cx. 121

Inventário de Godofredo de Souza Ponte. CMA, 14º vara, cx.52.

5. Centro de Memória da Unicamp

a. Estatutos

FEDERAÇÃO BRASILEIRO PELO PROGRESSO FEMININO. **Estatutos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. Rio de Janeiro: Pap.Americana – Assembleia, 1927. Centro de Memória da Unicamp. Código: BR SPCMU AG-3-2-14-40.

6. Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

a. Correspondências

LUTZ, Bertha; CELSO, Maria Eugenia; ALBUQUERQUE, Maria Sabina de; LUTZ, Carmem Portinho: 1934.

7. Hemeroteca Digital Brasileira

a. Periódicos

A Batalha. Rio de Janeiro: 22 nov. 1932.

A Capital. Manaus: 16 set. 1917.

A Esquerda. Rio de Janeiro: 11 jul. 1931; 15 set. 1931.

A Noite. Rio de Janeiro: 16 nov. 1931.

A Notícia. Recife: 6 out. 1931.

Brasil Feminino. Rio de Janeiro: n. 11, abr. 1933; n. 12, mai. 1933.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 26 jun. 1931; 27 jun. 1931; 30 jun. 1931; 12 set. 1931; 5 mai. 1934; 3 ago. 1934; 7 ago. 1934; 23 jun. 1935; 18 jul. 1935.

Diário Carioca. Rio de Janeiro: 20 jun. 1931.

Diário da Manhã. Recife: 28 jan. 1934.

Diário de Notícias. Rio de Janeiro: 30 jun. 1931; 26 jun. 1931; 13 jan. 1934; 14 jan.1934; 8 mai. 1934.

Diário de Pernambuco. Recife: 19 mar. 1929.

Diário do Pará. Belém: 23 nov. 1989.

O Jornal. Rio Branco: ano VIII, n. 232, 1982.

O Paiz. Rio de Janeiro: 3 ago. 1934.

Pacotilha. São Luís: 26 ago. 1912.

Vanguarda. Rio de Janeiro: 23 out. 1931.

Vida Doméstica. Rio de Janeiro: n. 127, out. 1928; n. 150, set. 1930; n. 218, mai. 1936.

b. Impressos

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro: vol. III, 1930.

BRASIL. Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro: 1934 (vol. I); 1935 (vol. IV); 1937 (vol. XXII)

8. Sistema de Informação do Arquivo Nacional

a. Correspondências

AMBRUST, Gustavo: 1934.

BELTRÃO, Maria Aurora Pegado: 1929.

CAVACO, Felys Benoliel: 1931.

CHEVALIER, Raymunda: 1934.

COIMBRA, Alice Pinheiro: 1931.

DELEGAÇÃO PARAENSE: 1931.
 DEPARTAMENTO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO: 1932, 1933, 1934.
 FARIA, Nogueira de: 1934.
 HUTT, A: 1934.
 LIMA, Elmira: 1931, 1932, 1934.
 LUTZ, Bertha: 1929, 1932.
 MARANHÃO, Paulo: 1929.
 NÚCLEO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO: 1931.
 OCTAVIO, Adias: 1932.
 PRADO, Antonina: 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1944.
 SABINA, Maria: 1934, 1936.
 SANTOS, Maia: 1932.
 SILVA, Cloris: 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936.
 SILVA, Cloris; PRADO, Antonina: 1932, 1933.
 SILVA, Luiz Martins e: 1934, 1936.
 SOUZA, Helena: 1931.

b. Documentos

BITTENCOURT, Maria Luiza. **Os direitos femininos e a legislação brasileira**. Palestras transmitida no Rádio Clube do Brasil, 1929. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_pit_0078.

DEPARTAMENTO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO. **Estatutos para Filiais Estaduais**. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_efi_dpb_01.

DEPARTAMENTO PARAENSE PELO PROGRESSO FEMININO. **Relatório bienal 1934-1935**. Belém, [?] julho de 1936. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_efi_dpb.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. **Ficha de adesão individual** de Marina Lamarão Cardoso no II Congresso Internacional Feminista. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cnh_txt_10_v02.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. **Ficha de adesão individual** de Cloris Silva para o II Congresso Internacional Feminista. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txt_10_v2.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. **Lista das Congressistas Brasileiras** do II Congresso Internacional Feminista. SIAN. Código: br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txt_10_v4.

LUTZ, Bertha. **Treze Princípios Básicos**: Sugestões ao Anteprojeto da Constituição. Rio de Janeiro: Edição da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1933.

c. Periódicos

Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Rio de Janeiro: n. 1 ano I, 1934.
 Boletim Mulher. Rio de Janeiro: n. 9/10 ano I, 1935; n. 11/12 ano I, 1935; n. 5 ano II, 1936.
 Crítica. Belém: 16 jan. 1932; 12 mar. 1932.
 O Imparcial. Belém: 17 fev. 1930.

9. The Library of Congress

a. Obras

NATIONAL AMERICAN WOMAN SUFFRAGE ASSOCIATION *et al.* **Handbook of the National American Woman Suffrage Association**: and proceedings of the Convention held at Cleveland, Ohio. New York City: National American Woman Suffrage Association, 1921.

BIBLIOGRAFIA

ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. A Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará: da fundação à federalização 1919-1950. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 1, n. 4, p. 11–16, 2010.

AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu, 2022.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do falo – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2ª ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Saias, laços & ligas**: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses - 1910/1937). 1ª ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2020.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. A influência espírita no feminismo paraense. *In*: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira (orgs.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001, Tomo II, p. 407–427.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. As legionárias de Magalhães Barata: partido, voto e eleições. *In*: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira; D'INCAO, Maria Ângela (orgs.). **A mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 1997, Tomo I, p. 295–316.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Orminda e Eneida: duas versões do feminismo paraense. *In*: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira (orgs.). **Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher**. Belém: GEPEM/CEJUP/REDOR, 1997, p. 125–146.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Ismael Gonçalves. **(Re)construindo a maternidade**: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na região Carbonífera Catarinense (1920-1960). 294 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e os partidos nas eleições de 1933 – entre as estabelecidas e as outsiders. *In*: PRESTES, Ana (org.). **Cem anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai**. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você?, 2021, p. 84–123.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 133–150, 2003.

AZEVEDO, Eustachio. **Literatura Paraense**. 3ª ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

AZEVEDO, Lia Calabre. **No tempo do rádio**: Radiodifusão e Cotidiano no Brasil. 1923 - 1960. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

BARBOSA, Iris de Fátima Lima. **Versos Modernos... A paisagem amazônica no imaginário poético de Adalcinda Camarão**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARD, Christine. A virilidade no espelho das mulheres. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). **História da virilidade: a virilidade em crise?** Petrópolis: Vozes, 2013, p. 116–153.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. *In*: AZEVEDO, Cecilia; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo *et al* (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29–46.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1985.

BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. **Revista História da Educação**, v. 15, n. 33, p. 170–180, 2011.

BONATO, Naílda Marinho da Costa; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. Concepções de educação integral na década de 30: as teses do II Congresso Internacional Feminista - 1931. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 15, n. 2, p. 17–23, 2009.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. 2ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

CABRAL, João da Rocha. **Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil**: decreto n. 21.078, de 24 de fevereiro de 1932. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 2004.

CAMPOS, Ipojucan Dias. **Para além da tradição**: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916-1940). 344 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CAMPOS, Luciane. “Transgredindo a norma”: as mulheres brasileiras e a luta pelo direito ao sufrágio. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**, v. 12, n. 1, p. 418–438, 2020.

CAMPOS, Luciane. **Trabalho e emancipação**: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940). 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

CANCELA, Cristina Donza. **Adoráveis e dissimuladas**: as relações amorosas e sexuais de mulheres pobres na Belém do final do século XIX e início do XX. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, Paula Frassinetti Chaves de. **Vozes femininas na década de 1930**: contribuições educativas da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

CERUTTI, Simona. Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas. *In*: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines (orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 39–58.

COELHO, Maricilde Oliveira. **A escola primária no Estado do Pará (1920 - 1940)**. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Ana Maria Maciel. **A trajetória de uma educadora e sua produção didático-pedagógica**: Ester Nunes Bibas e a educação do Pará. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

COSTA, Francisco de Assis. **Grande capital e agricultura na Amazônia**: a experiência Ford no Tapajós. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Simone da Silva. Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (1933-37): entraves e estratégias de uma missão política. *In*: XVII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-PB. **Anais Eletrônicos**. Guarabira: ANPUH-PB, 2016, p. 992–1001.

DAMASCENO, Alberto. Notas sobre a educação paraense na Segunda República. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 62, p. 229–241, 2015.

DEMETRIO, Lediane Araujo Pires. **Sufragistas paraenses**: a busca por emancipação política e social das mulheres no Pará nos anos de 1919 a 1932. 124 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

DULTRA, Eneida Vinhaes Bello. **Direitos das mulheres na Constituinte de 1933-1934**: disputas, ambiguidades e omissões. 254 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ELIAS, Beatriz Berr; KARAWCZYK, Mônica. “Sempre à mulher, pela mulher”: a coluna Feminismo no jornal O Paiz (RJ) – 1927-1930. **História em revista**, v. 26/2, p. 10–26, 2021.

EVANGELISTA, Sheila Izoete Mendes. **O arraial do Espiritismo**: a médium Anna Prado, positivistas, espíritas e católicos em Belém (1918-1923). 105 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

FACUNDES, Emelly; NASCIMENTO, Alcileide. A luta pela expansão da democracia em Pernambuco nos anos de 1930: o movimento feminista como protagonista. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 33, p. 45–65, 2019.

FACUNDES, Emelly Sueny Fekete. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937)**. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

FONTES, Edilza. **Preferem-se portugueses(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)**. Belém: EditAed, 2016.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935). **Revista Estudos Políticos**, n. 7, p. 131–151, 2013.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FREITAS, Jaqueline Maria. **Rainhas do rádio e rainhas do lar: representações femininas na era do rádio**. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Ciências Humanas) – Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, 2013.

GARZONI, Lericce. “Queridas leitoras”: seções femininas na imprensa diária do Rio de Janeiro no final do século XIX. **História Social**, n. 22/23, p. 217–234, 2012.

GERALDO, Jéssica Camargo. Lendo imagens e palavras: sociabilidades e afetos nas dedicatórias de retratos do acervo José Boiteux (Florianópolis 1890–1930). *In*: 17º CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. **Anais Eletrônicos**. Campinas: ALB, 2009.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169–178.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 45–63.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. *In*: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7–24.

GOMES, Ruth Lucimar. Uma leitura do cotidiano das mulheres no Acre (1907-1917). **Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, v. 2, n. 2, p. 88–97, 2010.

GOUDINHO, Liliane do Socorro. **“A Palavra que vivifica e salva contra o mal da palavra que mata”**: imprensa católica – Belém (1910-1930). 249 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

- HOOKS, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464–478, 1995.
- ILDONE, José; MEIRA, Clóvis; CASTRO, Acyr (orgs.). **Introdução à Literatura Paraense: Volume V**. Belém: CEJUP, 1995.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, p. 213–230.
- KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.
- KARAWEJCZYK, Mônica. As sufragettes e a luta pelo voto feminino. **História, imagem e narrativas**, n. 17, p. 1–24, 2013.
- KARAWEJCZYK, Mônica. Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal Correio do Povo. **Topoi**, v. 11, n. 21, p. 204–221, 2010.
- LACERDA, Franciane Gama; SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. **Projeto História**, n. 38, p. 165–182, 2009.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206–242.
- LEAL, Aluizio Lins. A(s) resistência(s) ao grande projeto na Amazônia. **Revista de Políticas Públicas**, Número Especial, p. 85–103, 2016.
- LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. *In*: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 77–102.
- LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal**. 1ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 133–161.
- LIMA, Elissandra Lopes Chaves. **Dimensões da República das Letras no Amazonas: A Intelectualidade Gymnasiana em Manaus (1900–1930)**. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.
- LIMA, Marcos Bezerra. Uma roda-gigante do poder: disputas políticas entre os jornais O Estado do Pará e Folha do Norte no contexto do Movimento de 1930 em Belém do Pará. *In*:

XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RS. **Anais Eletrônicos**. Evento online: ANPUH-RS, 2022, p. 1–14.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla Beozzo (orgs.). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 443–481.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2021, p. 149–178.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 39–65.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 195–221.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **Bertha Lutz**. 2ª ed. Brasília: Edições Câmara, 2020.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**, v. 29, p. 667–686, 2016.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevideú, 1933. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 3, p. 927–944, 2013.

MARSON, Melina Izar. Da feminista “macha” aos homens sensíveis: o feminismo no Brasil e as (des)construções das identidades sexuais. **Cadernos AEL**, n. 3/4, p. 69–110, 1995.

MARTINS JÚNIOR, Rui Jorge Moraes. **Visto, logo existo: moda, sociabilidade, corpo e consumo em Belém no limiar do século XX**. 1ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2022.

MATTOS, Hebe. A vida política. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 85–131.

MEIRA, Clóvis. **Medicina de outrora no Pará**. Belém: Grafisa, 1986.

MESQUITA, Luan Nascimento; ANIJAR, Herika dos Santos; SOLER, Orenzio. A história da farmácia em Belém, Pará. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. 1–23, 2021.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 199–234, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 13–37.

MOURELLE, Rodrigo Cavaliere *et al.* A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930: estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL GÊNERO, FEMINISMOS E DITADURAS NO CONE SUL. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2009.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. A Cruzada Feminista Brasileira e a Cultura Política em Pernambuco (1927-1932). **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. 1–16, 2018.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; CASTRO, Jetur Lima de. Narrativas da repressão durante a intervenção militar no estado do Pará: memórias da censura ao jornal Folha do Norte (1930 – 1935). **Intexto**, n. 47, p. 208–225, 2019.

OLIVEIRA, Bianca Ferreira de. Colégio Estadual Paes de Carvalho: registros sobre a presença negra na educação escolar paraense (1931-1942). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 62, p. 198–209, 2015.

OLIVEIRA, Érito Vânio. O jubileu de ouro da radiofonia na Amazônia paraense: biografar a rádio? *In*: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais Eletrônicos**. Brasília: UNB, 2017.

OLIVEIRA, Érito Vânio. Um monge medieval ou um gênio renascentista? Práticas e imagens de um desbravador do rádio na Amazônia. **Revista Sonora**, v. 4, n. 7, p. 1–8, 2012.

OLIVEIRA, Érito Vânio. **Modernidade e Integração na Amazônia: intelligentsia e broadcasting no entre guerras, 1923-1937**. 152 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

OLIVEIRA, Érito Vânio. A voz da Amazônia nos anos 30: rádio, intelectuais e política. *In*: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais Eletrônicos**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. **Terra adorada, mãe gentil: representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas, 1930-1945**. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PACHECO, Maria da Glória Costa. Gênero e política: conquista e repercussão do voto feminino no Maranhão (1900-1934). **Outros Tempos**, v. 1, p. 46–63, 2007.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a política de facções. **Anuário Antropológico**, v. 94, n. 1, p. 31–94, 1995.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 14–38.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. *In*: CASTRO, Angela Maria de (org.). **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 339–425.

PANTOJA, Leticia Souto. **Belém: trilhos, veios e caminhos da cotidianidade (1918-1939)**. Curitiba: CRV, 2020.

PATEMAN, Carole. Crítica feminista à dicotomia público/privado. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 55–79.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. Sair. *In*: DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente: século XIX**. São Paulo: Edições Afrontamento, 1990, p. 503–539.

PINHEIRO, Letícia. O Brasil no mundo. *In*: GOMES, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POSSAS, Lidia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932–38). *In*: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 257–277.

PROST, Antoine. A família e o indivíduo. *In*: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (orgs.). **História da vida privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, p. 53–98.

RANGEL, Livia. **“Feminismo Ideal e Sadio”**: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas – Vitória/ES (1924 a 1934). 268 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

RÉMOND, René. As eleições. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 37–55.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 434–444, 2010.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político**. Belém: SECULT, 1999.

RODRIGUES, Bárbara Leal. Difusão do feminismo? A presença dos ideais feministas nos periódicos belenenses (PA, 1931-1937). *In*: XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH-RS. **Anais Eletrônicos**. Evento online: ANPUH-RS, 2022.

RODRIGUES, Bárbara Leal. Elmira Lima - na imprensa e na literatura pela propagação do espiritismo (Belém-PA, 1912-1937). *In*: XXVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH-SP. **Anais Eletrônicos**. Evento online: ANPUH-SP, 2022.

RODRIGUES, Bárbara Leal. **Vale a pena ser feminista?** Debates sobre o feminismo em Belém/PA (1922-1937). 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021.

RODRIGUES, Denise de Souza Simões. **Pará/1935:** um estudo sobre liderança e conflito. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

RODRIGUES, José Ivanilson. **O labor feminino do lar à fábrica:** lutas, práticas e representação social (Belém, 1930-1935). 153 f. Mestrado (Dissertação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

RODRIGUES, Magaiver Luiz Pinheiro. **Pelo Integralismo no Pará (1934-1937).** 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Escola Superior Madre Celeste, Ananindeua, 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. *In:* BASSANEZI, Carla Beozzo; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres.** São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 333–359.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 3ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SANTANA, Verônica Neuma Ferreira. **O Espiritismo no Pará:** 100 anos de União Espírita Paraense. Belém: UEP, 2006.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital (orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Cadernos de História UFPE**, v. 11, n. 11, p. 9–39, 2016.

SCOTT, Joan Wallach. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, v. 45, p. 327–351, 2012.

SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. **Cadernos de História da Ciência**, v. 4, n. 2, p. 89–108, 2008.

SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. **Cadernos de História da Ciência**, v. 4, n. 2, p. 89–108, 2008

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. *In:* SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil 3 – República:** da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 513–619.

SILVA, Gilvânia Cândida da; NASCIMENTO, Alcileide Cabral. O feminismo chega à rádio: a militância sufragista de Martha de Hollanda na Rádio Clube de Pernambuco (1931-1932). **Revista Cantareira**, n. 24, p. 127–140, 2016.

SILVA, Michele Rocha da. **Para serem atendidas**: cartas ao interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935). 178 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 218–237.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: CNPq ; 7Letras, 2013.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 97–117, 2000.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 115–137, 2011.

TENÓRIO, Cibele. Almerinda Farias Gama: a sufragista negra pioneira que a história silenciou. *In*: PRESTES, Ana (org.). **Cem anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai**. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você?, 2021, p. 62–83.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 154–190.

VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de mulher é... na fábrica; Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). **História: Questões & Debates**, n. 34, p. 175–201, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escolanovismo e processo educativo. *In*: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHOS, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 497–517.

WITTER, Nikelen Acosta. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. *In*: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; *et al* (orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 53–66.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

ZULINI, Jacqueline Porto; RICCI, Paolo. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? **Estudos Históricos**, v. 33, n. 71, p. 600–623, 2020.

ANEXO A
FOTOGRAFIAS DAS INTEGRANTES DO DEPARTAMENTO PARAENSE PELO
PROGRESSO FEMININO

Retrato 1 – Família Prado, da esquerda para a direita: Antonina Prado, Eurípedes Prado (pai), Anna Prado (mãe), Alice Prado (irmã) e Eratóstenes Prado (irmão)



Fonte: FARIA, Nogueira de. *O Trabalho dos Mortos (Livro do João)*. 1921.

Retrato 2 – Felys Benoliel



Fonte: *Vida Doméstica*, n. 150, set. 1930.

Retrato 3 – Rachel Levy (da esquerda para a direita)



Fonte: *Vida Doméstica*, n. 150, set. 1930

Retrato 4 – Elmira Lima (1915)



Fonte: Anuário de Belém. 1915.

Retrato 5 – Elmira Lima (1930)



Fonte: Amazônia Brasileira. Belém, n.4, 1930.

Retrato 6 – Olympia Martins



Fonte: A Semana. Belém, n. 756, ano 15, jul. 1933.

Retrato 7 – Dulcinéa Paraense

Fonte: PARAENSE, Dulcinéa. 2011.

Retrato 8 – Ester Nunes Bibas

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna. Acervo Digital.

Retrato 9 – Faculdade de Medicina do Pará. Um grupo de alunos de diversas séries (1922)

Fonte: Pará Médico. Belém, n. 10, ano 2, set. 1922. [É provável que Olga Paes de Andrade seja a primeira (da esquerda para a direita) dos que estão sentados].

Retrato 10 – Adalcinda Camarão

Fonte: Novidade. Belém, n. 15, 1941.

Retrato 11 – Juanita Machado

Fonte: Guajarina. Belém, n. 52, 1931.

Retrato 12 – Helena Souza (sentada) com suas alunas

Fonte: Vida Doméstica, n. 152, nov. 1930.